



RELATÓRIO E CONTAS

2017

CONSOLIDADO



RELATÓRIO E CONTAS

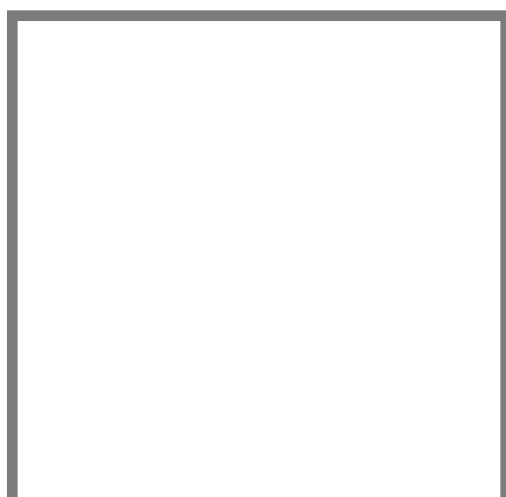
2017

CONSOLIDADO

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO.....	11
PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)	12
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	14
FACTOS RELEVANTES DE 2017.....	22
I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	29
1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	29
1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO	32
1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA.....	39
II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA.....	44
2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES	44
2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES	55
2.3 RESPONSABILIDADE COM OS COLABORADORES	61
III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	69
3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	69
3.2 ECONOMIA NACIONAL	72
3.3 MERCADOS FINANCEIROS	74
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL.....	78
3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2018	82
IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2017	84
4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA	84
4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA	95
4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO	99
4.4 ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DAS CAIXAS ASSOCIADAS.....	107
V. ANÁLISE FINANCEIRA.....	111
5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	111
5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO	117
5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL	127
5.4 NEGÓCIO DA CAIXA CENTRAL.....	128
VI. GESTÃO DE RISCO.....	131
6.1 GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO.....	131
6.2 RISCO DE CRÉDITO, MERCADO, TAXA DE JURO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL	133

VII.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	147
VIII.	ANEXOS	155
8.1.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO.....	155
	Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos.....	268
8.2.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	289
IX.	PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO	303



Mensagem do
Presidente do
Conselho Geral e
de Supervisão

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO



Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo,

O Grupo Crédito Agrícola conseguiu, em 2017 um resultado positivo recorde, que ascendeu a mais de 150 milhões de euros! Trata-se, naturalmente, de um resultado a todos os títulos notável, tanto mais porque foi obtido num ambiente de negócio ainda claramente desfavorável, pois se é certo que a economia nacional regista uma melhoria nos seus indicadores, como a análise macroeconómica contida neste Relatório e Contas bem evidencia, tal é acompanhado de uma procura de crédito em geral ainda pouco dinâmica, e por níveis de taxas de juro profundamente desfavoráveis para a banca comercial, com os juros efectivamente em mínimos e os referenciais de mercado, as taxas Euribor, inclusive, a manterem-se negativas em todos os prazos.

Para o resultado obtido foram especialmente importantes os ganhos em operações financeiras bem como a reversão de imparidades em termos líquidos, sobretudo no tocante à carteira de crédito, aspectos que se conjugaram com a moderação praticada na remuneração dos recursos de clientes (que permitiu defender a margem financeira apesar do referido contexto de baixas taxas de juro), e ainda, em contraste com o exercício anterior, com um comportamento menos desfavorável nos activos imobiliários, num contexto em que as principais variáveis de negócio mantiveram o forte impulso que já se verificara em exercícios anteriores fruto da nova dinâmica da actividade comercial.

Quer as Caixas Agrícolas no seu conjunto, quer a Caixa Central, quer as Empresas, todas deram um contributo muito positivo para os resultados alcançados.

No tocante às Caixas Agrícolas, o lucro líquido no exercício atingiu os 89 milhões de euros, excedendo em 10,9 % o resultado do ano anterior, com um contributo importante da redução do nível de imparidades que se cifrou em 7 milhões de euros. É de assinalar que todas as Caixas registaram resultados positivos em 2017, com uma única excepção, sendo que cerca de 30 Caixas lograram resultados de mais de 1 milhão de euros, e ficando algumas bastante acima dessa cifra. Cumprе felicitar as Caixas por este magnífico desempenho num clima de negócio ainda assaz desfavorável. Como tenho vindo porém insistentemente a referir, apesar desta evolução global muito positiva, temos ainda um certo número de Caixas em que se impõe com alguma criticidade a melhoria na sua governação, e muito especialmente nas práticas de concessão de crédito e gestão do respectivo risco, visando o robustecimento da carteira para que ela seja efectivamente uma fonte geradora de proveitos sustentáveis para o Grupo. Algumas Caixas, felizmente poucas, apresentam, na verdade, índices de crédito vencido claramente desalinhados em relação às congéneres. Esta situação conjuga-se por vezes com um rácio de custos de funcionamento em relação ao produto bancário (o rácio de eficiência) claramente excessivo, o que cria constrangimentos à rentabilidade das Caixas em causa.

No caso da Caixa Central, a instituição terminou o exercício de 2017 com um resultado líquido de 55 milhões, de longe o mais elevado de sempre desde o início da sua actividade em meados da década de 80 do século passado. Para este resultado contribuíram relevantemente os proveitos em operações financeiras, que se apuraram no contexto da recomposição da carteira de títulos gerida pela Direcção Financeira, decidida, com excelente sentido de oportunidade, na preparação das condições para a entrada em vigor da IFRS 9, o que conduziu à liquidação de posições em que se encontravam acumuladas mais-valias latentes já consideráveis. À margem deste factor, as condições de exploração da Caixa Central beneficiaram também de um aumento da margem financeira, concentrado nos três primeiros trimestres, ao mesmo tempo que se verificou uma mitigação nas perdas em activos imobiliários incluindo os que se encontram colocados em fundos de investimento (que haviam tido expressão considerável em 2016 e haviam originado um prejuízo de certa monta nesse exercício). Há também que referir que, à semelhança do que se apontou para as Caixas, a Caixa Central registou uma redução de imparidades na sua carteira de crédito. Com este desempenho em 2017, a Caixa Central consegue limpar das suas contas o elevado montante de resultados transitados negativos que ao longo das duas últimas décadas a sobrecarregavam, e que chegaram a atingir mais de 130 milhões de euros. Trata-se, está bem de ver, de algo que merece todo o relevo, constituindo este facto um verdadeiro marco na vida da instituição, que o Conselho Geral e de Supervisão gostosamente saúda. Em paralelo com esta evolução, o rácio CET 1 da Caixa Central elevou-se para um nível nunca outrora atingido de 14,9%, igualando o do Grupo CA em base consolidada, que é, aliás, o mais alto do nosso sistema financeiro.

No tocante às empresas, a área seguradora voltou a dar um contributo muito positivo para os resultados do Grupo.

Assim, no caso da CA Vida, a companhia vai apresentar um dos seus mais elevados resultados anuais, de quase 7 milhões de euros, apesar da contenção temporária introduzida no negócio de capitalização decidida por razões estratégicas que se prendem com a entrada em vigor do Regime de Solvência II, mas que se explica também pelas condições pouco favoráveis prevaletentes nos mercados financeiros em que os melhores riscos aparecem associados a taxas de juro negativas, não permitindo a oferta aos clientes de produtos com retorno interessante e risco aceitável, pelo que o andamento do negócio da companhia tem ultimamente assentado quase exclusivamente nos produtos de risco.

No caso da CA Seguros, apesar do impacto muito gravoso (de perto de 7 milhões de euros, valor já líquido de resseguro) do custo dos sinistros decorrentes das vagas de incêndios que varreram vastas regiões do país em 2017, sobretudo os de Outubro, o exercício saldou-se por um resultado líquido que, se bem que inferior ao do ano transacto, foi ainda expressivo, de 2 milhões de euros, sendo de salientar que a companhia conseguiu este resultado sem recorrer a medidas excepcionais que exorbitassem o âmbito da gestão técnica, não tendo em especial necessidade nem de recorrer à realização de ganhos financeiros, apesar das mais valias latentes que possui na sua carteira de investimentos, nem de fazer qualquer redução nas comissões de mediação pagas às Caixas, as quais se situaram nos níveis que haviam sido oportunamente comunicados.

Devemos congratular-nos pela forma como as nossas duas companhias de seguros agiram perante os calamitosos incêndios de 2017, pois a CA Seguros de imediato colocou as suas equipas de peritos no terreno a acompanhar os acontecimentos, procurando tranquilizar, na medida do possível, os seus segurados, ao

mesmo tempo que a CA Vida respondeu com toda a celeridade e de forma até bastante colaborativa ao reporte dos sinistros que lhe foram feitos na sua esfera de acção.

Na área de gestão de activos e de fundos de investimento, em que opera a CA Gest, há a registar em 2017 um resultado de exploração positivo, da ordem de 2 milhões de euros, que contrasta com um prejuízo de cerca de 300 mil euros em 2016, o qual se ficara a dever a uma generalizada contracção no mercado de fundos de investimento. O resultado positivo de 2017 resulta da operação de trespasse da gestão de fundos de investimento para uma entidade especializada exterior ao Grupo, tendo por conseguinte um carácter não recorrente. Entretanto, na evolução recente da empresa, há a destacar o alargamento da sua actividade à gestão de carteiras de dívida pública de Caixas Associadas, que tem vindo a suscitar interesse crescente junto destas últimas como alternativa para a colocação dos seus excedentes de liquidez.

Na área de actuação da CA Imóveis o que está em causa, naturalmente, é a gestão eficaz do património adquirido em recuperação de crédito e a agilização do seu desinvestimento. As condições em que geralmente esse património foi adquirido, conjugadamente com a evolução do mercado, têm conduzido a uma exploração deficitária, mas em 2017, ainda assim, foi possível à CA Imóveis reduzir muito significativamente o nível dos prejuízos, que se situaram em cerca de 2 milhões de euros, face a mais de 10 milhões em termos acumulados em 2016 e 2015. Para esta evolução contribuiu o facto de a resolução conseguida nos últimos anos em alguns dos dossiers com maior impacto potencial de perdas ter aliviado entretanto, nalguma medida, as actuais condições de exploração. De resto, as perdas sofridas pelo Grupo na sua exposição global a activos imobiliários (que excede o âmbito restrito da CA Imóveis) foram em 2017, como já mencionei, de muito menor expressão que em anos anteriores, sendo de referir que começam a ocorrer inclusive mais-valias pontuais em alguns activos, reflexo da melhoria do mercado imobiliário, designadamente no segmento habitacional.

No tocante à área de tecnologias e sistemas de informação, o CA Serviços e a CA Informática têm conseguido manter uma exploração equilibrada, sem sobrecarga de custos para as Caixas, a despeito do enorme impacto na actividade desta área que as novas exigências da supervisão e regulação comportam, quer na esfera da supervisão prudencial quer na comportamental, pois todas essas novas imposições repercutem-se inevitavelmente nos sistemas de informação, implicando investimentos onerosos para efectuar as adaptações e transformações que se tornam necessárias, e que em geral têm de ser efectuadas em intervalos de tempo bastante limitados. É de realçar a capacidade que tem sido demonstrada para fazer face, em tempo útil, a todas essas exigências, o que em 2017 ainda adquire maior relevo por ter coincidido com o necessário, e inadiável, esforço de reestruturação da infra-estrutura técnica de suporte ao sistema core do Grupo. Nesta área é também de assinalar a introdução progressiva do novo regime de precificação, que se pretende traga mais transparência e seja um factor de eficiência.

Há finalmente que assinalar também como muito positivo o desempenho conseguido pelo Grupo na frente comercial, em que, fruto da nova política integrada, com fixação de objectivos para as principais variáveis de negócio e a introdução de práticas sistemáticas visando a conjugação de esforços e a sua efectiva dinamização, foi possível, de novo, superar o grau de realização do ano anterior, atingindo-se um novo máximo em termos comerciais. Assim, das vinte e uma variáveis-objectivo que foram definidas, apenas numa a meta fixada não foi alcançada, e é de referir, muito em particular, que no crédito, a componente-chave na actividade da banca comercial, mantivemos crescimento muito significativo, quer em empresas

quer em particulares, em contraciclo com o conjunto do sector, de tal modo que a nossa quota de mercado atingiu já o nível bastante expressivo de 5%. Ainda há poucos anos rondava os 3%. O crescimento na área seguradora foi também notável, com a produção nova nos ramos reais a expandir-se a um ritmo de dois dígitos, de tal modo que a CA Seguros ultrapassou os 100 milhões de euros de prémios, o que é um marco na vida da companhia. E nos seguros de vida, a carteira de produtos de risco (a componente que em última análise sustenta o valor da companhia) tem também mantido um crescimento sustentado, em geral bem acima do verificado no mercado no seu todo.

Toda esta evolução consolida, em suma, a visão de que o Crédito Agrícola se encontra num excelente momento, acumulando-se os aspectos positivos na imagem que o Grupo vai passando para o mercado e para a sociedade em geral. Chegam-nos pois com crescente frequência apreciações, vindas de diferentes quadrantes, muito favoráveis em relação à situação do nosso Grupo, veiculadas nos mais importantes meios de comunicação social, contrastando com o sentimento geral em relação à banca que, afectado pela crise financeira, ainda se apresenta tendencialmente adverso. Isto sem falar dos galardões que diversas entidades do Grupo têm continuado a receber (na área bancária, nos seguros não vida, nos seguros de vida, e na gestão de fundos) pelo desempenho conseguido e/ou por aspectos particulares da sua actividade.

É assim legítimo que sintamos orgulho (que temos de assumir saudavelmente e não com sobrançeria) em relação ao Crédito Agrícola e à posição de destaque que alcançou no seio do sistema financeiro nacional, apesar da natureza eminentemente local das instituições que lhe estão na génese, as Caixas Agrícolas, fundadas nas suas terras por simples agricultores para resposta a instantes problemas sentidos nas suas comunidades.

As gentes do Crédito Agrícola nunca se contentaram, porém, que o Grupo fosse visto como de segundo plano no panorama do sector financeiro nacional. Graças à tenacidade e visão de muitos dirigentes, o Grupo sempre se esforçou por se ir dotando de todos os meios operacionais que lhe permitissem ombrear com as restantes instituições, e os resultados estão à vista. Para além de ser um banco de grande solidez, o Crédito Agrícola apresenta-se também como um banco moderno, capaz de oferecer aos seus associados e clientes o que de melhor podem encontrar no sistema financeiro.

Tudo o que conseguimos deve dar-nos forte alento para encararmos o futuro com grande confiança. Mas cometeríamos um grave erro se não tivéssemos também bem presentes as nossas limitações e os grandes desafios que temos pela frente, e para os quais temos de saber encontrar a resposta adequada.

Naturalmente parte dos desafios provêm da esfera regulatória e supervisonal, com vagas sucessivas de nova legislação e regulamentação, numa senda iniciada com a eclosão da crise financeira que ainda não parou, e a que se juntaram entretanto outro tipo de preocupações de grande relevância, e de marcada exigência e rigor, como as atinentes à prevenção do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, e toda a regulamentação comportamental. Não foi o Crédito Agrícola nem o tipo de instituições que connosco comungam os mesmos princípios na condução do negócio bancário, a saber, a banca cooperativa, que estiveram na origem da crise, antes pelo contrário, dela fomos vítimas como sucedeu ao resto da sociedade. Mas naturalmente a nova pressão legislativa e regulamentar tem um alcance geral, e afecta-nos na mesma medida que às demais instituições. Temos assim que nos adaptar, e fazer o necessário para cumprirmos em pleno as nossas obrigações regulamentares, como sempre foi nosso apanágio.

Mas à margem das exigências regulamentares, há importantes desafios que o tempo presente nos coloca, e porventura mais decisivos do que os de ordem puramente legislativa e regulamentar. Já referi a necessidade de conseguirmos melhorias na governação e em certas práticas de negócio nas nossas instituições, mas temos que atender também à necessidade imperiosa do rejuvenescimento da nossa base de associados e de clientes, e de alargamento da nossa actividade a segmentos da economia, nomeadamente certos estratos do tecido empresarial, em que as Caixas não têm estado muito activas, mas que são fundamentais para cumprirmos a nossa missão de agentes do desenvolvimento económico e social a nível local, e para sustentar o negócio do Grupo no futuro.

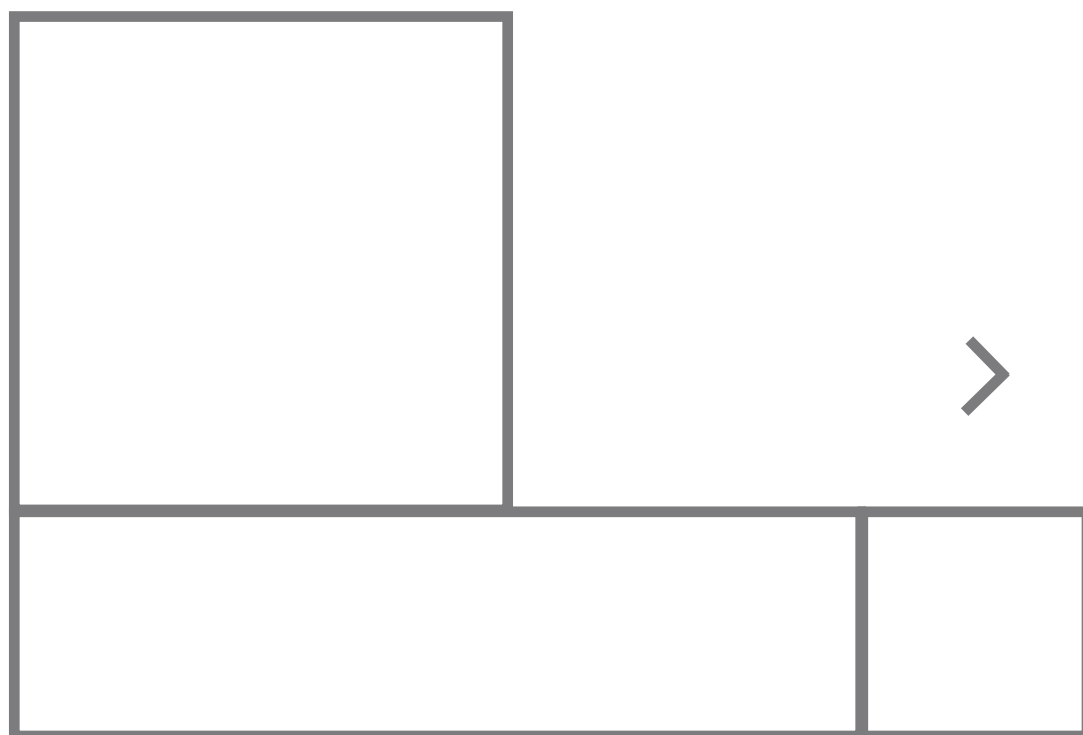
E temos já perante nós o desafio digital, que os bancos têm de encarar muito seriamente, pois esse desafio cruza-se centralmente com os hábitos das novas gerações e o tipo de relação bancária que privilegiam, envolvendo a utilização de infra-estruturas digitais e não o contacto presencial no balcão, que naturalmente tenderá a constituir a matriz dominante no futuro, à medida que as novas gerações entrem em pleno na vida activa.

O Crédito Agrícola já mostrou no passado grande capacidade de resposta e de superação, perante os desafios com que foi confrontado, e estou absolutamente convicto de que saberemos uma vez mais transformar os actuais desafios em oportunidades de desenvolvimento e crescimento, e assim continuar a robustecer e engrandecer o Grupo.

Lisboa, 26 de Abril de 2018

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão





Principais
indicadores do
Grupo e do SICAM

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO

Evolução do GCA

	Valores em milhões de euros			
	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.	2017 Dez.
Recursos de Clientes <i>(on e off balance)</i>	12.655	13.212	14.060	14.868
dos quais depósitos	10.537	10.910	11.726	12.586
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	2.118	2.302	2.334	2.282
Créditos sobre Clientes Bruto	8.099	8.373	8.651	9.373
Créditos sobre Clientes Líquido	7.261	7.555	7.941	8.721
Activo Líquido	15.051	14.936	16.699	17.988
Situação Líquida	1.211	1.205	1.244	1.449
Margem Financeira	307	310	327	330
Comissionamento Líquido	101	98	105	113
Margem Técnica de Seguros	-21	20	14	9
Produto Bancário	577	515	467	562
Resultado Líquido	27	54	58	152
Rácio Crédito Vencido > 90 dias	8,0%	7,8%	6,2%	5,4%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	122,9%	122,5%	129,8%	125,5%
Common equity tier 1 - phased in	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	13,1%	13,5%	14,4%	16,0%
Rácio de Eficiência - GCA - %	57,5%	63,8%	73,1%	60,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	2,2%	4,5%	4,7%	10,5%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,2%	0,4%	0,3%	0,8%
Número de colaboradores b)	4.158	4.121	4.054	4.068

Notas:

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).

PRINCIPAIS INDICADORES DO NEGÓCIO BANCÁRIO (SICAM)

Evolução do Negócio Bancário

	Valores em milhões de euros			
	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.	2017 Dez.
Recursos de Clientes	10.620	10.970	11.771	12.638
Créditos sobre Clientes Bruto	8.147	8.430	8.713	9.435
Créditos sobre Clientes Líquido	7.310	7.578	7.998	8.783
Activo Líquido	13.267	13.060	14.881	16.437
Situação Líquida	1.168	1.173	1.227	1.444
Margem Financeira	248	245	276	290
Comissionamento Líquido	129	130	138	148
Produto Bancário	554	503	475	533
Resultado Líquido	25	56	72	148
Rácio de Transformação - % a)	68,8%	69,1%	67,9%	69,5%
Rácio de Eficiência - SICAM - %	54,2%	59,8%	66,0%	59,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	2,1%	4,8%	5,9%	10,2%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,18%	0,4%	0,5%	0,9%
Grau de Alavancagem (Leverage)	11,4	11,1	12,1	11,4
Número de CCAM	82	82	82	81
Número de Agências (Total do SICAM) b)	683	683	673	669
Activo Líquido Médio por CCAM c)	161.788	159.266	181.471	202.927
Número Médio de Agências/CCAM d)	8,2	8,2	8,1	8,1
Número de colaboradores e)	3.706	3.674	3.604	3.619

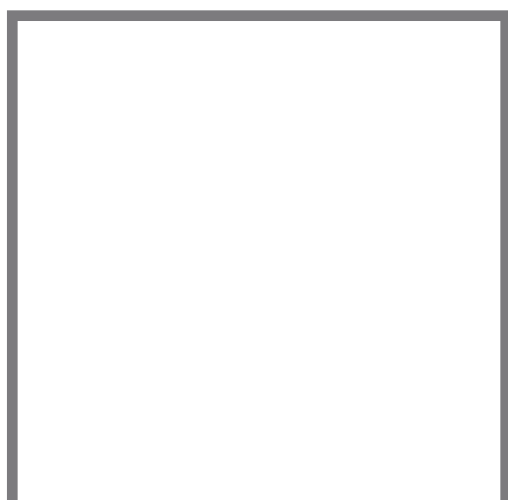
a) Rácio calculado como sendo o quociente entre crédito líquido e os recursos, de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

b) Inclui agências da Caixa Central

c) Valores em milhares de euros

d) Refere-se apenas a agências das Caixas Associadas (SICAM)

e) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).



Apresentação do
Relatório

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Enquadramento económico

O ano de 2017 registou o mais elevado nível de crescimento económico nos últimos 10 anos (2,7%), tendo o último trimestre sido marcado por um ligeiro abrandamento da actividade face ao trimestre anterior. A favorecer esta dinâmica de crescimento estiveram o investimento e as exportações.

Em 2017, o peso das exportações no produto interno bruto nominal foi de 43%, um aumento de 16 p.p. face aos 27% registados em 2009. A menor dependência externa de Portugal face aos seus parceiros comerciais reflecte a transformação estrutural que o sector empresarial tem vindo a realizar nos últimos anos, e com efeitos positivos ao nível da evolução da balança comercial, que passou de défices recorrentes em redor de 8% do PIB, até 2010, para registar excedentes próximos de 2% do PIB actualmente e desde 2013.

Apesar da melhoria das condições no mercado de trabalho, o consumo privado manteve um comportamento mais moderado. A melhoria das condições económicas reflectiu-se na redução da taxa de desemprego, que, no terceiro trimestre de 2017, se situou em 8,5% da população activa. O desemprego de média e longa duração atingiu níveis de 2006.

Pese embora o elevado endividamento da economia nacional face a congéneres europeias, as empresas têm vindo a operar um esforço de diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente reforçando a componente de capitais próprios, tendo o seu rácio de endividamento face ao PIB reduzido 33 p.p. dos 171% em 2012 para os 138% em 2017. A necessária redução dos níveis de alavancagem tem restringido os níveis de investimento que, em 2017, se situaram em cerca de 21% do valor acrescentado. Por seu lado, o sector público e o sector privado apresentaram um endividamento próximos dos 130% e dos 212% do PIB.

Este processo de redução de alavancagem e a respectiva retracção da procura de crédito teve, naturalmente, impacto na actividade de um grupo financeiro como é o Grupo Crédito Agrícola, que assenta a sua actividade no financiamento das famílias e das empresas para a concretização de novos projectos.

As finanças públicas portuguesas continuam a registar um excedente primário, fundamental para uma redução sustentável da dívida pública, que ainda permanece em níveis elevados. No terceiro trimestre de 2017, o rácio da dívida pública rondou os 130,7% do PIB e encerrou o ano de 2017 nos 125,6%, fruto de um conjunto de amortizações antecipadas, em particular ao Fundo Monetário Internacional cujo custo era mais elevado que o obtido nas emissões de obrigações do Tesouro e nos produtos de poupança para o retalho. A dívida pública terminou 2017 nos 242,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 1,6 mil milhões de euros face ao registado no final de 2016. O saldo orçamental das administrações públicas em 2017, de 1,1% do PIB, deverá ter sido ligeiramente inferior ao objectivo inicial de 1,4% do PIB previsto pelo



Presidente do Conselho Geral e de Supervisão
Carlos Courelas

Governo, beneficiando do bom momento do ciclo económico, reflectido no aumento das receitas fiscais indirectas e na estabilização do nível de despesa pública.

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da percepção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pelo bom desempenho económico e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de *rating* da República para “BBB-” (*investment grade*) pela agência Standard and Poor’s, em Setembro, e em Dezembro de 2017, para “BBB” pela agência Fitch. Em 8 de Dezembro de 2017, a taxa associada à dívida portuguesa a 10 anos, tocou nos 1,786%, quebrando assim a barreira dos 1,8% pela primeira vez desde Abril de 2015. Nessa mesma data, a taxa a cinco anos desceu 2,6 pontos base para 0,428%, o que também representou o valor mais baixo de sempre. Em Janeiro de 2018, o diferencial para a dívida alemã era inferior a 150 pontos base.

O Banco Central Europeu está, progressivamente, a ajustar a política monetária para um perfil menos expansionista, operando uma redução dos montantes de aquisição de activos financeiros, e manifestando uma possível reavaliação do nível da taxa de depósito se a conjuntura continuar a evoluir favoravelmente. Apesar do ciclo de recuperação económica na zona Euro, os riscos globais mantêm-se identificados, ainda com o BCE a sinalizar, caso seja necessário, disponibilidade para prolongar as políticas monetárias não convencionais pelo período de tempo que seja necessário.

Desempenho financeiro do Grupo

O Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado líquido consolidado de 152,1 milhões de euros no exercício de 2017, evidenciando níveis confortáveis de liquidez e solvabilidade. A contribuir para este resultado recorde do Grupo destaca-se, essencialmente, o negócio bancário que obteve um crescimento na ordem dos 105% face a 2016, bem como as empresas seguradoras e de gestão de activos do Grupo CA com um resultado agregado acima dos 10 milhões de euros.

A carteira de crédito bruto a clientes ascendeu a 9,4 mil milhões de euros, traduzindo um crescimento de 8,3% face a 2016, mantendo o aumento na concessão de crédito em oposição ao verificado no mercado, onde se registou uma diminuição no stock de crédito concedido a clientes na ordem dos 2,8% face ao homólogo, o que permitiu ao Grupo Crédito Agrícola reforçar a sua quota de mercado para os 5,0% do crédito concedido em Portugal. O crédito a empresas e sector público administrativo apresenta um peso relativo superior a 52% na carteira de crédito, tendo registado um crescimento de 11,6% face a 2016.

Os recursos totais de clientes totalizaram 14,9 mil milhões de euros e traduzem um crescimento homólogo de 5,7% (repartido pelos depósitos que aumentaram 7,3% e pelos fundos de investimento e seguros de capitalização que diminuíram 2,2%) face aos valores registados em final de 2016.

O produto bancário aumentou 20,4% para os 562 milhões de euros, muito por conta do aumento dos resultados de operações financeiras (+64,5 milhões de euros), na medida em que a margem financeira apresentou um desempenho positivo (+3,0 milhões de euros). As comissões líquidas registaram um aumento de 7,4% tendo-se fixado nos 113,0 milhões de euros.

Em 2017, os custos de estrutura do Grupo registaram uma queda, face ao homólogo, de -0,6% correspondente a uma descida de 1,9 milhões de euros em termos absolutos.

A carteira de crédito do GCA, em 2017, observou uma redução dos níveis de crédito vencido há mais de 90 dias, em relação ao período homólogo, na ordem dos 23,1 milhões de euros (-4%), confirmando a tendência de desagravamento da sinistralidade observada nos últimos anos. Para esta redução tem contribuído a melhoria do contexto socioeconómico do país mas também o esforço desenvolvido pelo Grupo CA no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e o investimento em iniciativas e ferramentas de apoio à normalização dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, o que permite situar o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias nos 5,4%, evidenciando uma melhoria de 0,7 p.p. em relação ao homólogo. De salientar ainda o nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito vencido total, situando-se nos 125,5%, observando critérios mais conservadores que os registados, em média, no mercado.

Saliente-se que, durante o ano de 2017 e no que respeita à exposição directa a activos imobiliários, foram alcançados mais de 100 milhões de euros de vendas de imóveis e 39 milhões de euros de acréscimos, o que demonstra que as estratégias, processos e ferramentas de suporte, aliadas a condições de mercado mais favoráveis, efectivamente produziram resultados, estando todo o Grupo CA empenhado em prosseguir com o esforço de comercialização.

Os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.426 milhões de euros (+199 milhões de euros em relação ao período homólogo) o que representa um crescimento de 16,2% face ao período transacto. Os requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional aumentaram globalmente 4,0% face a 2016.

Neste contexto, os rácios common equity tier 1 (CET1) e solvabilidade total, calculados para 2017 com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) n.º 575/2013, apresentam-se muito acima do mínimo regulamentar exigido pelo Banco de Portugal, com o CET1 a apresentar o valor de 15,2% e 14,8%, respectivamente.

A União Bancária também tem trazido desafios e novos requisitos regulamentares, nomeadamente novos requisitos de liquidez, novos requisitos de divulgação de informação sobre activos onerados e de montantes mínimos de passivos utilizáveis na absorção de perdas ("*bail-in able*"), novas taxonomias incorporadas nos *frameworks* de reporte, orientações quanto a estratégias de desinvestimento em NPE, maiores níveis de escrutínio sobre os modelos negócio, entre outros.

O programa de redução de activos não produtivos, actualmente em curso, pretende mitigar os riscos associados (i) à elevada exposição ao risco de crédito, particularmente em processos de crédito a empresas em processo de insolvência, que pode gerar custos directos e indirectos significativos e prolongados; (ii) ao tempo de recuperação dos créditos, em particular no caso de garantias hipotecárias, dependente do desempenho da justiça, que pode implicar a degradação do valor dos activos; e (iii) à elevada exposição ao risco de desvalorização imobiliária que, entre outros, poderá ser gerada pelo avolumar de processos de crédito em recuperação e pela necessidade de venda rápida e massiva de activos de natureza imobiliária para cumprimento do plano de desinvestimento acordado em execução.

Projectos de desenvolvimento organizacional e tecnológico

No âmbito da actividade planeada de desenvolvimento tecnológico, durante o ano de 2017 e em resultado da estreita colaboração entre as áreas de negócio e de suporte e as equipas de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação, concluíram-se 59 projectos (vs. 65 em 2016) e 298 microprojectos (vs. 375 em 2016), a que corresponde uma afectação de esforço de, respectivamente, 59.998 e 22.750 horas de recursos internos e recursos externos com perfil tecnológico (35.200 e 26.200 horas, respectivamente, em 2016). Complementarmente, transitaram de 2016 cerca de 49 projectos (vs. 51 em 2016) e 131 microprojectos (vs. 56 em 2016) que, em 2017, totalizaram um esforço total de 59.726 horas e 15.630 horas, respectivamente (108.000 e 5.400 horas, respectivamente, em 2016).

No decurso do ano 2017, a implementação do plano de actividades foi acompanhada em fóruns mensais executivos (Comités de PMO) representados pelo Conselho de Administração da Caixa Central, por representantes do Conselho de Administração do CA Serviços e pelos líderes das 43 iniciativas sob acompanhamento.

O exercício de 2017 fica marcado pela preparação da entrada em vigor, a 01 de Janeiro de 2018, do normativo contabilístico IFRS 9 – Financial Instruments, norma essa que, após 6 anos de elaboração, apresenta uma nova abordagem à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (englobando a temática de apuramento de perdas por imparidade). A IFRS 9 representa uma das actuais prioridades de supervisão prudencial do Banco de Portugal e do Mecanismo Único de Supervisão. Neste âmbito, a Caixa Central agiu proactivamente, com o objectivo de implementar o adequado reflexo contabilístico e prudencial da norma desde a sua data de aplicação inicial e, ainda em 2017, criar condições para posicionar a carteira de investimento sob gestão em função dos objectivos estratégicos da Caixa Central e do SICAM.

No domínio do negócio, é de salientar o investimento efectuado no projecto plurianual de *upgrade* da ferramenta denominada Focus ALM e na revisão do respectivo processo de alimentação de dados, permitindo, entre outros, melhorar os processos de gestão de liquidez, de planeamento, de reporte de liquidez e de determinação do preço dos fundos (FTP). Em 2017, foi possível concluir os trabalhos referentes ao motor ALM e módulo de planeamento e iniciar a preparação do módulo de reporte de liquidez.

A infra-estrutura CA Target foi implementada com vista a disponibilizar, às Caixas Associadas, oportunidades comerciais baseadas em eventos que ocorrem no ciclo de vida do Cliente e no ciclo de relacionamento que este tem com o Crédito Agrícola. O motor encontra-se em utilização, tendo sido desenvolvidos dezenas de modelos analíticos de determinação da propensão para a aquisição de produtos e serviços. Complementarmente, em 2017, a iniciativa de qualidade dados no SICAM permitiu efectuar a correcção de dados de cerca de 95 mil Clientes, totalizando mais de 1,4 milhões de erros corrigidos.

Em 2017, no âmbito de um projecto plurianual, foram efectuados desenvolvimentos na plataforma multicanal CA Flow Credit numa abordagem faseada (1ª fase: crédito ao consumo; 2ª fase: crédito habitação e crédito multiusos). Esta solução engloba a ligação de simuladores a uma solução de propostas com aproveitamento total da informação recolhida e a sua conversão em oportunidades comerciais. Em alinhamento com a implementação do CA Flow Credit foi desenvolvido um novo destino de crédito ao consumo que pode ser subscrito pelos Clientes de forma fácil e rápida através de subscrição à distância ou

presencial, com aprovação imediata, tendo para tal sido utilizado o modelo de análise comportamental de risco para esta tipologia de clientes e produtos.

Com o objectivo de otimizar o processo de venda de novos cartões de pagamento a créditos nas agências, assegurando o indispensável cumprimento da regulamentação, procedeu-se à incorporação de alguns automatismos que, em alinhamento com regras definidas no CA Target e com os compromissos comerciais gerados para tratamento pelos respectivos comerciais, possibilitou um processo de aprovação simplificado. Foi igualmente desenvolvido um processo que, com recurso a informação histórica, a rácios e outros indicadores financeiros, permite uma percepção do nível de risco à data, reanalisa o risco do Cliente e consequentemente o limite do cartão de crédito.

No âmbito da normalização de processos, em 2017, foi desenvolvida uma funcionalidade adicional na ferramenta Jvris que consiste na ligação aos escritórios dos advogados externos da Caixa Central e das Caixas Associadas, estando esta funcionalidade em utilização em 23 escritórios de advogados.

Em 2017, foram desenvolvidas e implementadas diversas iniciativas no âmbito da ferramenta de Informação de Gestão Comercial (IGC), no sentido de actualizar as novas rubricas e de enriquecer a informação apresentada, maximizando o controlo de resultados comerciais.

Em prol da eficiência e da gestão integrada do capital humano do Grupo, foram revistos todos os processos e actividades relativos à gestão de recursos humanos da Caixa Central, tendo sido definido um modelo de processos orientado à prestação de serviços ao Grupo CA assente na harmonização dos modelos e políticas que suportam a estratégia de recursos humanos do Grupo, bem como um *roadmap* de melhorias a lançar em 2018. Em matéria de comunicação interna, aproveitou-se a necessária migração tecnológica da plataforma Intranet (de CMS para Sharepoint) para se desenvolver uma nova visão e se implementar uma nova versão de Portal Corporativo, mais colaborativo, mais inclusivo (pensado e implementado para todos os colaboradores do Grupo), mais orientado à função (eficiência), e mais alinhado com a imagem do Grupo. Em complemento, foi desenvolvida uma *newsletter* digital, com edição mensal, denominada “CA Entre Nós”, para fomentar a cultura de Grupo entre todos os colaboradores e dirigentes do Grupo.

Num contexto em que o autodesenvolvimento assume uma importância fulcral nas instituições que, cada vez mais, se vêem confrontadas com o acelerar da desactualização da informação e do conhecimento, foi desenvolvida uma plataforma de *e-learning* para o Grupo CA que permite a execução de acções de formação simultâneas e envolvendo grupos de formandos diferentes, incluindo a componente de aferição de conhecimentos. O processo formativo e de aprendizagem torna-se, assim, mais flexível e rápido para colaborador e para a instituição. Neste contexto, é de esperar que o ano de 2018 seja enriquecido com acções de formação à distância e em contexto de mobilidade.

Em 2017 foi iniciada a adaptação de sistemas e o desenho de processos, incluindo formação interna para adequação do SICAM, aos requisitos regulatórios de MIFID II. Esta regulamentação tem impactos ao nível de novas regras de informação e protecção de clientes / investidores na comercialização / distribuição de instrumentos financeiros e da definição de políticas de produção e distribuição de produtos financeiros que assegurem respectiva adequação aos mercados-alvo e obrigações de reporte e transparência pré e pós-negociação.

Com vista a desenhar um Plano de Transformação do Grupo CA para resposta aos requisitos de protecção de dados pessoais, durante o ano de 2017, foram desenvolvidas actividades de diagnóstico das inconformidades com o Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGDP) e de identificação das respectivas medidas de correcção preconizadas. Este regulamento entra em vigor a partir de 25 de Maio de 2018 e pretende garantir a adequada protecção dos dados pessoais de clientes, colaboradores e outros.

Para dar resposta à necessidade de automatização das penhoras, foi desenvolvida uma solução, em conjunto com a SIBS Processos, que entrou em produção na Caixa Central e, como piloto, numa CCAM. Prevê-se a completa autonomização e automatização do processo de tratamento de penhoras nas CCAM Associadas e na CA Vida até ao final do ano de 2018.

Tendo em conta a necessidade de redução de gastos gerais administrativos associados aos honorários para advogados, assim como com a promoção de uma uniformização das tabelas de prestações de serviços no SICAM, em 21 de Dezembro de 2017, foi aprovado o normativo para contratação de advogados no âmbito do Grupo, tendo este sido publicado em 3 de Janeiro de 2018 com efeitos imediatos.

Em matéria de funções de controlo, foi desenvolvida uma plataforma informática para o SICAM (denominada GRC) com o objectivo de apoiar o processo de auditoria com base no risco, melhorar a actividade de *compliance*, a efectuar a gestão do risco operacional, e automatizar (tanto quanto possível) a gestão das deficiências de controlo interno. A parametrização do módulo de Auditoria Interna foi concluída. Em meados de Janeiro de 2018 foi iniciada a formação dos auditores internos do SICAM através de sessões não presenciais. O módulo de gestão de deficiências necessitou de customização material para salvaguardar os requisitos regulamentares, estando planeado que o 1º relatório de controlo interno de 2018 possa ser produzido a partir de informação disponível no GRC.

Importa referir que, durante o ano de 2017, foi prestado o suporte necessário à concretização dos projectos de fusão das Caixas Associadas de Alcobaça e do Cartaxo (escritura realizada em 25 de Setembro de 2017, com efeitos contabilísticos a 29 de Setembro de 2017) e das Caixas Associadas de Pernes e de Alcanhões (escritura realizada em 18 de Dezembro de 2017, com efeitos contabilísticos a 1 de Janeiro de 2018).

Em Março de 2017, foi implementado, na Caixa Central, o Modelo Único de Avaliação e respectivos instrumentos complementares a essa avaliação, tendo sido concluído o processo de avaliação dos titulares de funções essenciais a 4 de Maio de 2017. Relativamente à implementação do Modelo nas Caixas Associadas, o mesmo teve início a 26 de Maio de 2017 tendo decorrido durante os restantes meses de 2017 e início de 2018.

Em Outubro de 2017, foi aprovada a adopção de um Modelo Quantitativo de Acompanhamento das Caixas Associadas, o qual se baseia no comportamento de um conjunto de indicadores de risco, alinhados com os definidos no âmbito da Função de Gestão de Riscos para o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo. O comportamento destes indicadores permite o enquadramento das Caixas Associadas em diferentes patamares de risco, aos quais correspondem diferentes regimes de supervisão. Em linha com o reforço dos procedimentos de controlo interno e da adequação da estrutura de governo interno, o Normativo Sancionatório foi concluído e submetido a aprovação do CAE em 21 de Dezembro de 2017, tendo sido solicitado parecer ao Conselho Geral e de Supervisão. Recolhido o parecer favorável do CGS, o CAE aprovou, no dia 25 de Janeiro, em definitivo, o normativo vinculativo para as Caixas Associadas.

Reconhecimento no mercado

Em 2017, o Crédito Agrícola foi premiado pelo quarto ano consecutivo com o título de **“O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente”**, encontrando-se, igualmente, referenciado no relatório de supervisão comportamental do Banco de Portugal do 1º semestre de 2017 como **uma das instituições com menor número de reclamações registadas**.

A CA Vida alcançou o **primeiro lugar nos rankings de imagem e de lealdade do cliente**, segundo o Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2017.

A CA Seguros foi distinguida, pelo sétimo ano consecutivo, como **Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento**, um prémio atribuído pela Revista Exame em parceria com a Deloitte e Informa D&B.

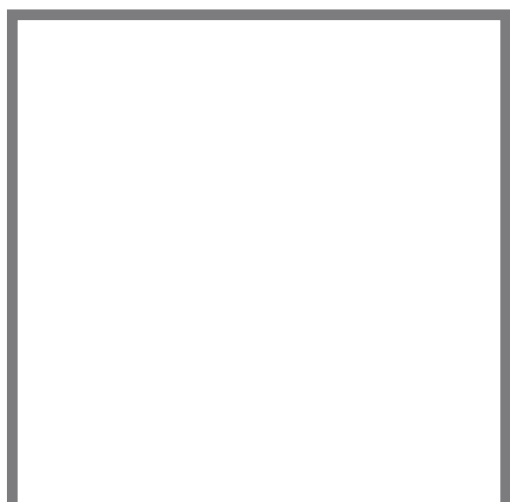
Os fundos de investimento **CA Monetário** e **CA Rendimento**, comercializados na rede do Crédito Agrícola, foram os **mais rentáveis** em 2017 nas respectivas classes e consequentemente elegíveis para a atribuição do prémio APFIPP.

O Crédito Agrícola, assume-se como um grupo financeiro com capitais nacionais que pretende continuar a ser um parceiro de excelência dos seus actuais e futuros clientes, contribuindo para a satisfação das suas necessidades e aspirações financeiras e de protecção através de uma oferta universal, de uma rede de agências abrangente e de canais complementares ágeis e de fácil utilização. O Crédito Agrícola não esquece o seu papel fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais onde está inserido, no investimento em projectos sustentáveis, no fomento das relações institucionais com as entidades relevantes em matéria de supervisão do sistema financeiro, e na abordagem cada vez mais proactiva e sistemática a oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos, salvaguardando o respeito pelas normas e limites prudenciais, padrões de ética comportamental e regras de *compliance*.



Conselho de Administração Executivo

*Renato Feitor, Sérgio Raposo Frade, Licínio Prata Pina
(presidente), Ana Paula Ramos, José Maia Alexandre
(da esquerda para a direita)*



Factos relevantes
de 2017

FACTOS RELEVANTES DE 2017

Distinções alcançadas pelo Crédito Agrícola

Em 2017, o Crédito Agrícola foi premiado pelo quarto ano consecutivo com o título de “O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente”, encontrando-se, igualmente, referenciado no relatório de supervisão comportamental do Banco de Portugal de Junho de 2017 como uma das instituições com menor número de reclamações registadas.

As distinções alcançadas não foram exclusivas do negócio bancário, tendo a CA Vida liderado os rankings de Lealdade do Cliente e de Imagem do Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2017.

No mesmo sentido, a CA Seguros foi distinguida, pelo sétimo ano consecutivo, como a Melhor Seguradora Não Vida pela Revista Exame em parceria com a Deloitte e Informa D&B.



Eventos de consolidação da marca em 2017

Janeiro

- O Crédito Agrícola foi distinguido, pelo terceiro ano consecutivo, com o Prémio Cinco Estrelas na categoria “Banca - Serviço de Atendimento ao Cliente”.
- A CA Vida foi distinguida com o 1.º lugar no ranking de Lealdade do Cliente e no ranking de Imagem, duas classificações obtidas no Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2016.
- Lançamento de Campanha de adesão ao serviço de Internet Banking com o sorteio semanal de um iPhone 6s e da oferta da primeira anuidade do seguro CA Responsabilidade Civil Familiar.
- O Grupo Crédito Agrícola conseguiu obter a melhor rendibilidade, referente a 2016, em três dos seus Fundos de Investimento Mobiliários nas respectivas categorias (CA Monetário, CA Rendimento e CA Alternativo), sendo que o CA Monetário alcançou esta distinção pelo oitavo ano consecutivo, segundo rendibilidades divulgadas pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património.
- Lançamento de Campanha CA Agricultura destinada ao sector agrícola, florestal, do mar e agro-industrial, da qual fez parte um conjunto de soluções para a gestão do dia-a-dia, financiamento e protecção.

Fevereiro

- O Grupo Crédito Agrícola, em parceria com a Associação Portugal Fresh, marcou presença, pelo quarto ano consecutivo, na Fruit Logística, a maior feira de comércio do sector hortofrutícola do mundo, em Berlim.
- Patrocínio oficial da 4.ª edição do “Chocolate em Lisboa”, um dos mais emblemáticos eventos do sector do chocolate, que foi realizado no Campo Pequeno.
- O Crédito Agrícola promoveu, em parceria com a Portugal Fresh, o *workshop* “Cooperar para Exportar”, destinado a produtores, empresários e representantes de entidades do sector hortofrutícola.
- Para assinalar o Dia do Crédito Agrícola, que se celebrou a 1 de Março, a Instituição lançou uma campanha destinada a actuais e potenciais clientes que abram uma conta, subscrevam/reforcem produtos e serviços financeiros do Grupo, onde foi sorteado um automóvel eléctrico.

Março

- O Grupo Crédito Agrícola marcou presença na 22ª edição do SISAB – Salão Internacional do Sector Alimentar e Bebidas, através de um stand para apresentação dos seus produtos e serviços dirigidos às empresas que pretendem internacionalizar-se ou que já estão a exportar.
- Patrocínio oficial da 6.ª edição do “Mercado Gourmet” que apresentou a melhor oferta nacional de produtos gastronómicos e vinícolas de origem portuguesa, que foi realizado no Campo Pequeno.
- O Crédito Agrícola, em parceria com a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, apresentou o “Concurso de Ideias ADRAL & CA”, com o objectivo de promover projectos que concretizem o conceito “fazer diferente com maior eficiência e viabilidade económica”.
- O Crédito Agrícola foi, pelo 7.º ano, o patrocinador oficial da AGRO – 50.ª Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação. A presença do Grupo foi assinalada também através de um stand, onde os visitantes puderam conhecer a oferta universal de produtos e serviços que o único Grupo cooperativo português disponibiliza.

Abril

- Lançamento da campanha “CA Solução de Protecção e Investimento”, especificamente dirigida aos clientes do segmento CA Dedicado. Os produtos em campanha incluíram o Seguro de Vida Protecção Família, o Seguro CA Saúde e Fundos de Pensões Abertos da CA Vida.
- Lançamento de uma nova campanha dirigida às empresas, sob o mote “Se a sua empresa precisa, estamos CÁ”, com o propósito de dar resposta às necessidades dos clientes empresariais e aos seus exigentes desafios de inovação, de competitividade ou e de internacionalização. A oferta englobou um conjunto de soluções de financiamento, protecção e serviços especializados.
- O Crédito Agrícola patrocinou a Ovibeja, a maior feira do sector primário a sul do país. Além do patrocínio à feira, o Crédito Agrícola foi, também, patrocinador exclusivo do 7º Concurso Internacional de Azeites Virgem Extra - Prémio CA Ovibeja.

Maio

- Lançamento da campanha CA Soluções Habitação, sob o mote “Prestações que casam com o seu orçamento”, que propunha crédito com condições especiais de financiamento para clientes que pretendiam adquirir, construir ou reconstruir uma habitação, através de spreads competitivos e condições especiais.
- O Grupo Crédito Agrícola patrocinou a conferência “Melhor Alentejo”, em Beja, uma iniciativa que pretendia valorizar a identidade e autenticidade desta região de grande excelência agrícola, comercial, agroindustrial, turística e cultural.
- O Crédito Agrícola distinguiu os seus clientes empresariais que, no ano de 2016, receberam o estatuto PME Líder e PME Excelência, um selo de qualidade atribuído pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal às empresas que mais contribuíram para a competitividade e desenvolvimento da economia nacional.

Junho

- Os Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) CA Monetário e CA Rendimento, do Grupo Crédito Agrícola, foram distinguidos pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) e pelo Jornal de Negócios, com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo”, nas respectivas categorias.
- O Grupo Crédito Agrícola patrocinou, mais uma vez, a Feira Nacional de Agricultura, na sua 54ª edição da Feira Nacional de Agricultura, com o tema “Cereais de Portugal”, estando presente com um stand onde apresentou a sua oferta universal de produtos e serviços, tanto para empresários, como para particulares.
- O Crédito Agrícola abriu uma conta de solidariedade para apoiar as vítimas dos incêndios que desde o dia 17 de Junho assolam a região Centro do País.

Julho

- O Grupo Crédito Agrícola e a Associação Empresarial da Região de Santarém, NERSANT, assinaram um protocolo para a disponibilização de produtos e serviços financeiros aos associados desta entidade.
- O Grupo Crédito Agrícola associou-se ao Movimento pela Utilização Digital Activa (o MUDA), uma iniciativa que tem como objectivo fomentar a “educação digital” dos portugueses, contribuindo

assim para uma sociedade mais evoluída, inclusiva e participativa, criando desta forma uma economia mais forte e competitiva.

- O Crédito Agrícola renovou mais uma vez o patrocínio à Expofacil - Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede, a maior feira da região centro e uma das maiores do país, que decorreu em Cantanhede. O Grupo esteve representado através de um stand, onde deu a conhecer a sua oferta universal de produtos e serviços.

Agosto

- O Crédito Agrícola apoiou a 38ª edição da FATAcil, a maior feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria do Algarve. A renovação deste patrocínio está alinhada com a filosofia do Banco: estar ao lado do melhor que se produz em Portugal.
- O Crédito Agrícola entregou os donativos recolhidos pela Conta Solidária CA, que reuniu 218 mil euros, à União das Misericórdias Portuguesas, com o objectivo de apoiar as vítimas dos incêndios florestais que assolaram a região centro do país em Junho, e reduzir as drásticas consequências que daí resultaram.
- O Grupo Crédito Agrícola e o Grupo Lusiaves assinaram um protocolo que visa apoiar o projecto “LUSITERRA”. Neste sentido, o Crédito Agrícola pretende ajudar a alavancar a produção dos Associados do Grupo Lusiaves, disponibilizando em condições preferenciais uma oferta de produtos e serviços financeiros.
- O Crédito Agrícola foi o patrocinador oficial da Feira Nacional de Hortofruticultura, realizada nas Caldas da Rainha, e da AGRIVAL, Feira Agrícola do Vale do Sousa. O Crédito Agrícola marcou presença nos dois eventos através de um stand onde apresentou a oferta de Produtos e Serviços.
- Divulgação dos resultados semestrais de 2017 do Grupo Crédito Agrícola: resultado líquido positivo de 46,9 milhões de euros.
- O Grupo Crédito Agrícola estabeleceu um protocolo com o Governo Regional da Madeira, para a disponibilização de meios financeiros para os produtores de cana-de-açúcar (linha de crédito de 2,3 milhões de euros).

Setembro

- Lançamento de uma campanha destinada aos jovens empreendedores, sob o *claim* “Se tens ideias diferentes, precisas do banco que te acompanha”, que visou proporcionar a oportunidade de concretizarem os seus projectos através do acesso a linhas de financiamento com bonificação nas taxas de juro e no preçário em vigor.
- O Grupo Crédito Agrícola lançou o “4º Concurso de Vinhos” destinado a Produtores e Cooperativas de todas as regiões vitivinícolas do país, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal.
- O Crédito Agrícola apresentou uma nova valência no CA Express, um inovador serviço digital que permite a abertura rápida de conta a Clientes Particulares (através da leitura do Cartão de Cidadão), com a atribuição, na hora, do cartão de débito personalizado.
- O Grupo Crédito Agrícola patrocinou a 1ª edição do Festival Alma do Vinho, em Alenquer, onde estiveram presentes representantes de produtores regionais e nacionais inseridos na Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa.

Outubro

- O Grupo Crédito Agrícola patrocinou a 1ª edição do “A Cerveja em Lisboa”, no Campo Pequeno, estando presentes produtores das melhores cervejas do mundo.
- No âmbito do Programa Nota20 CA, o Crédito Agrícola premiou 120 alunos do 7.º ao 12.º ano de escolaridade, Clientes do Banco, pelos resultados escolares alcançados no ano lectivo de 2016/2017.
- A nova campanha “Faz Takeover Ao Teu Futuro” dirigida ao segmento “CA Jovens”, disponibilizou uma oferta exclusiva de produtos com condições atractivas para jovens dos 13 aos 17 anos promovendo, simultaneamente, a sensibilização desta faixa etária para a importância dos hábitos de poupança.
- O Grupo Crédito Agrícola participou na Fruit Attraction, a maior feira internacional destinada aos profissionais do sector hortofrutícola, em Madrid. A presença do banco, patrocinador da Associação Portugal Fresh, teve como objectivo apoiar os produtores nacionais de frutas e legumes na exportação dos seus produtos.
- O Crédito Agrícola voltou a marcar presença no Salão Imobiliário de Portugal (SIL), através de um stand, onde deu a conhecer a sua carteira de imóveis (cerca de 2.700) e as suas condições especiais de financiamento.
- O Crédito Agrícola apoiou a produção e divulgação do vinho português; nesse sentido, voltou a patrocinar o Mercado de Vinhos, iniciativa promovida pelo Campo Pequeno e a House of Wines que decorreu na Praça do Campo Pequeno. No decorrer do Mercado de Vinhos, realizaram-se as provas cegas dos vinhos inscritos na 4ª edição do Concurso de Vinhos Crédito Agrícola.

Novembro

- A campanha CA Comércio e Serviços, sob o mote “Ambicione Mais Para o Seu Negócio”, disponibilizou um conjunto de produtos para facilitar a gestão financeira das empresas, proteger os empresários, os seus negócios e seus colaboradores do sector do comércio e aos sub-sectores do turismo, alojamento local, restauração e saúde.
- O Crédito Agrícola patrocinou, pelo quinto ano consecutivo, o Mercado de Natal do Campo Pequeno, que contou com mais de 100 expositores com produtos e artigos exclusivamente de origem portuguesa ou manufacturados em Portugal.
- Promoção de uma cerimónia de entrega de prémios aos vencedores do 4.º Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, tendo esta decorrido na Estufa Fria, em Lisboa.
- O Crédito Agrícola lançou a campanha “CA Juniores” destinada às crianças até aos 12 anos, tendo como objectivo ensinar os mais novos a poupar, promover a poupança e a protecção, de forma divertida.

Dezembro

- O Crédito Agrícola assinou uma parceria com Grupo Agrinda, o protocolo permite que os clientes e fornecedores empresariais da AgriPro e da Agriloja beneficiem de um conjunto de condições financeiras vantajosas disponibilizadas pelo Crédito Agrícola.
- O Crédito Agrícola atribuiu 30 mil euros a 6 entidades e projectos nacionais, distinguidos pela 4ª edição do “Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola”, em resultado da parceria com

a INOVISA, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos.

- Pela sétima vez, a CA Seguros foi eleita Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento, numa distinção atribuída pelos Prémios Banca & Seguros organizada pela revista Exame.
- O Crédito Agrícola patrocinou a participação do piloto português Mário Patrão na edição de 2018 do Dakar.



01

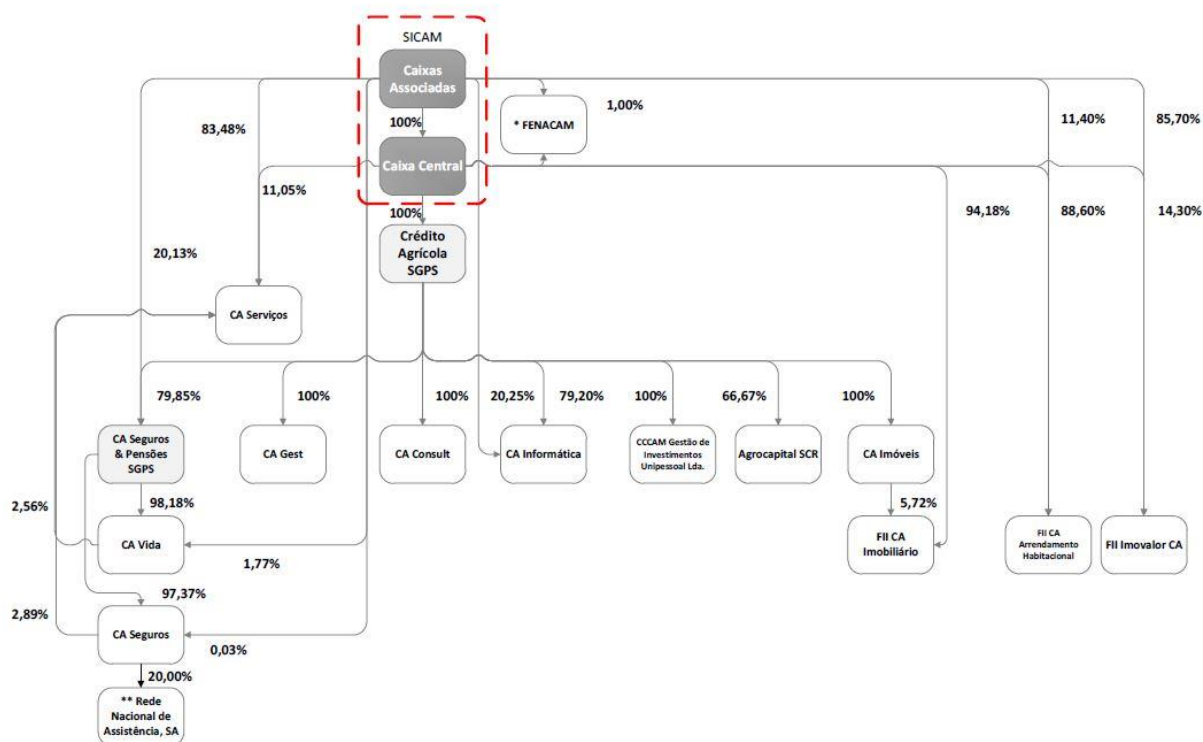
Apresentação do
Grupo Crédito
Agrícola

I. APRESENTAÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1.1 ESTRUTURA DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma organização societária orientada à sustentação e apoio à competitividade das 81 Caixas Associadas. As empresas do Grupo são detidas, directamente, pela Caixa Central e/ou Caixas Associadas ou, indirectamente, pela Crédito Agrícola SGPS (*holding* detida a 100% pela Caixa Central).

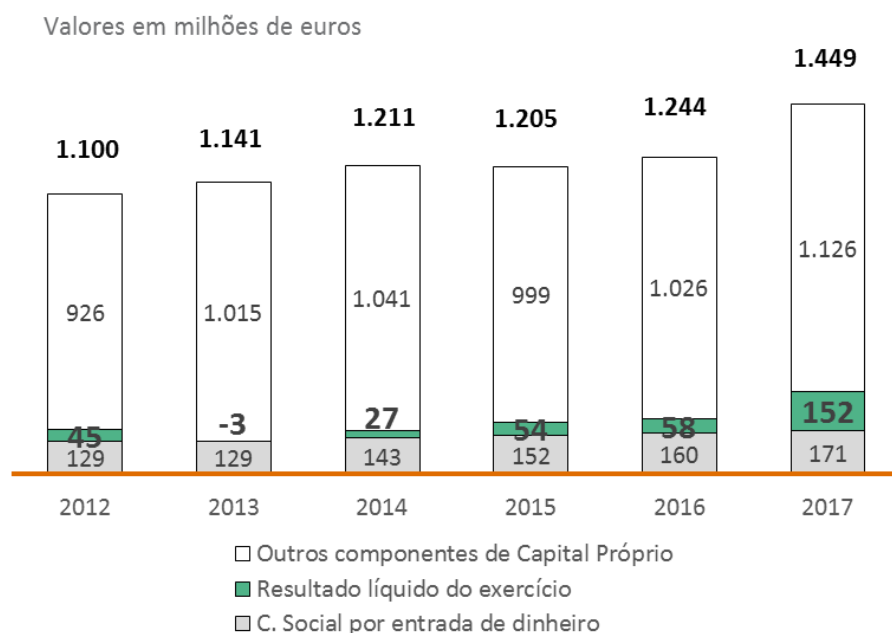
a) Estrutura societária



(*) A FENACAM detém 98,80% do seu próprio capital.
(**) Consolidação por método de equivalência Patrimonial.
08.01.2018

b) Estrutura de capital do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola tem vindo a demonstrar, de forma consistente e ímpar no sector em Portugal, a capacidade de cumprir os níveis de capitalização exigidos no quadro dos requisitos impostos por Basileia III e decorrentes da União Bancária (Capital Requirements Directive IV), exclusivamente com o reforço da participação dos actuais Associados e a entrada de novos e, fundamentalmente, com a incorporação de resultados do exercício ao longo dos anos.



c) Modelo Cooperativo do Crédito Agrícola e do SICAM

i. Estrutura do mecanismo jurídico

O Grupo Crédito Agrícola é um grupo cooperativo, regulado por um regime jurídico específico, o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (RJCAM) e, paralelamente, pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas suas associadas. A Caixa Central é a “cabeça do Grupo”, actuando como organismo central, que coordena e representa o Grupo, sendo responsável pela coordenação e planeamento, fiscalização, orientação e intervenção nas Caixas Associadas, reporte às entidades de supervisão, gestão integrada da liquidez, monitorização e controlo global dos riscos e definição e acompanhamento das principais políticas e normas do Grupo, incluindo, entre outras, as relacionadas com risco de crédito, recursos humanos, sistemas de informação e marketing.

O princípio mutualista/cooperativo do SICAM assenta num mecanismo de solidariedade que quando é accionado, por um eventual desequilíbrio financeiro numa das Caixas Associadas, garante que primeiro responda a Caixa Central e, depois, as restantes Caixas Associadas. Por seu lado, a Caixa Central, numa

situação de desequilíbrio financeiro, vê garantido o recurso às suas Associadas para reforço dos seus fundos próprios. Este mecanismo é vinculado juridicamente pelo RJCAM.

De acordo com o RJCAM, este sistema de solidariedade é um mecanismo formal de garantias cruzadas em que: (i) a Caixa Central garante integralmente as obrigações assumidas pelas Caixas Associadas, nos termos em que o fiador garante as obrigações do afiançado, e (ii) as Caixas Associadas, sempre que para tal solicitadas, subscrevem e realizam aumentos do capital social no montante necessário para corrigir eventuais desequilíbrios financeiros da Caixa Central, que se traduzam na redução dos fundos próprios a um nível inferior ao mínimo legal ou na inobservância dos rácios e limites prudenciais aplicáveis.

Em complemento, o Grupo dispõe, através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), de um reforço do mecanismo de suporte através da possibilidade da utilização de parte do montante deste fundo para garantir a solidez e sustentabilidade do SICAM.

ii. Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

O GCA dispõe de um reforço do mecanismo de solidariedade assegurado através do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM). Este fundo não garante apenas as responsabilidades perante os depositantes do GCA, mas também suporta o sistema na sua solvabilidade e liquidez, através de empréstimos às Caixas Associadas, designados por Contratos de Assistência Financeira.

O Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo é uma pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Banco de Portugal, e totalmente independente do Fundo de Garantia de Depósitos para o sector bancário português. Este fundo é dirigido por uma Comissão Directiva, tem como Presidente um Administrador do Banco de Portugal e dois Vogais nomeados, um em representação do Ministério das Finanças e outro em representação da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As funções de fiscalização são da competência do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

O mecanismo de garantia dos depósitos é análogo ao que rege o Fundo de Garantia de Depósitos, aplicável à banca em geral, considerando as especificidades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao SICAM. Assim, o FGCAM garante até 100 mil euros, por titular de depósito e por instituição, o reembolso dos depósitos constituídos na Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas. Este Fundo nunca foi accionado no âmbito da garantia de depósitos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o FGCAM apresenta um valor de recursos próprios de 347,8 milhões de euros, dos quais 199,9 milhões de euros correspondiam exclusivamente a aplicações destinadas a garantir os depósitos constituídos no SICAM.

Em conformidade com o disposto no Regime Jurídico que regula a sua actividade, o FGCAM aplica os recursos disponíveis em aplicações financeiras, mediante o plano de aplicações definido pela Comissão Directiva, sendo que 30% do seu activo deve ser aplicado em depósitos imediatamente disponíveis e em instrumentos financeiros de elevada liquidez. À data de 31 de Dezembro de 2017, as aplicações financeiras totais ascendiam a 262,1 milhões de euros.

d) Presença Internacional do GCA

Consciente da importância do mercado internacional, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a reforçar a sua presença internacional através de acordos comerciais e de investimento, conjuntamente com a expansão da rede de escritórios de representação e de agentes comerciais e com o alargamento da oferta de produtos e serviços destinados a apoiar a actividade internacional das empresas portuguesas.

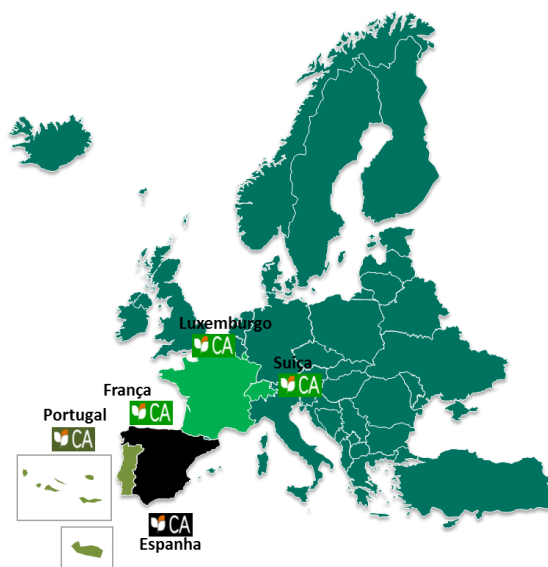
Presença Internacional do Crédito Agrícola em 2017

Europa

França
Luxemburgo
Portugal
Suíça
Espanha

Legenda:

- CA Rede doméstica
- CA Escritórios (ER/EI)
- CA Participação de capital



1.2 CAIXA CENTRAL E GOVERNANCE DO GRUPO

a) Órgãos Sociais da Caixa Central

A Caixa Central, atendendo a que é uma Cooperativa, mas que, nos termos do determinado no Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, pode dispor em sede de governação de um dos modelos estabelecidos para as sociedades anónimas no Código das Sociedades Comerciais, adopta o modelo germânico ou seja, dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, de um Revisor Oficial de Contas (ROC) e de um Conselho de Administração Executivo, para além de uma Mesa de Assembleia Geral e de um Conselho Consultivo, este último órgão de cariz consultivo e não executivo.

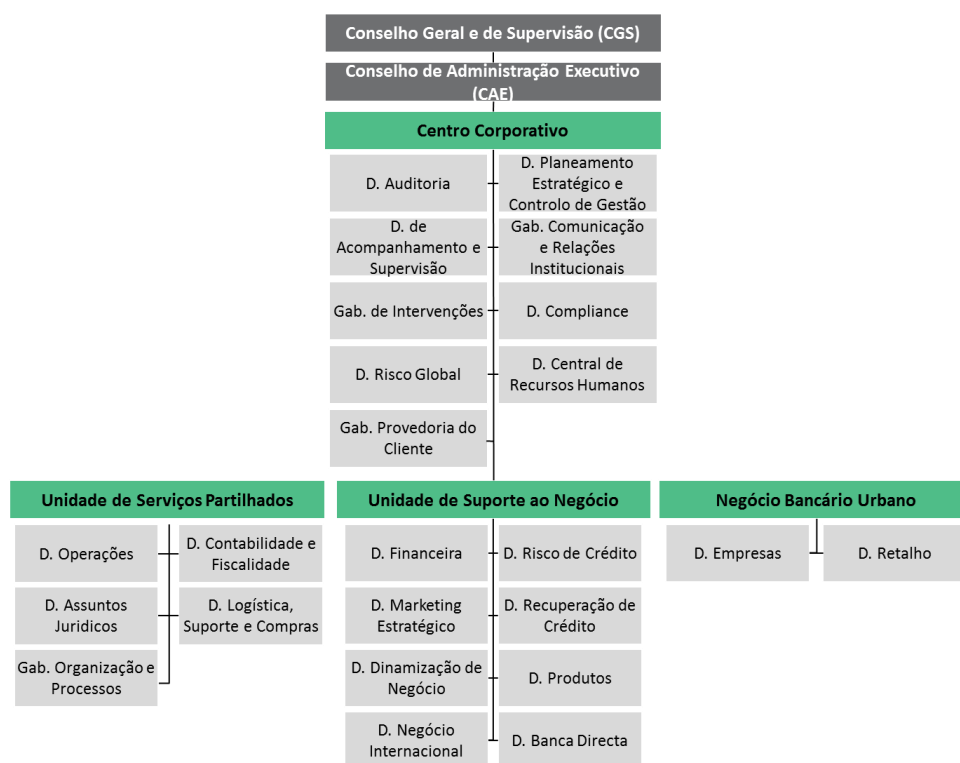
A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Consultivo são integrados exclusivamente por Associadas da Caixa Central – as actuais 81 Caixas Agrícolas que designam pessoas singulares que exercem o cargo em nome próprio – eleitas em Assembleia Geral, sendo que cada Caixa Agrícola Associada só pode pertencer a um órgão social através dos seus representantes, não podendo portanto acumular o exercício de funções em mais do que um órgão.

De acordo com a recente revisão estatutária, o Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral, sendo integrado por pessoas singulares, Associados ou não das Caixas Agrícolas e com ou sem ligação ao Grupo Crédito Agrícola.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO GERAL E SUPERVISÃO	CONSELHO CONSULTIVO	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO
Presidente Nuno Carlos Ferreira Carrilho CCAM Terras de Viriato	Presidente Carlos Alberto Courelas CCAM Pombal	Presidente Hélio José de Lemos Rosa CCAM Alenquer	PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda representada por: Aurélio Adriano Rangel Amado	Presidente Licínio Manuel Prata Pina
Vice-Presidente Josué Cândido Ferreira dos Cantos CCAM Ferreira do Alentejo	Francisco Amâncio Oliveira Macedo* CCAM Açores	José Luís Tirapicos Nunes CCAM Alentejo Central		Vogal Renato Manuel Ferreira Feitor
Secretário Carlos Alberto Samora Bitoque Vargas Mogo CCAM São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra	Alcino Pinto dos Santos Sanfins CCAM Alto Douro	José Lopes Gonçalves Barbosa CCAM Alto Cávado e Basto		Vogal José Fernando Maia Alexandre
	António João Mota Cachulo da Trindade CCAM Baixo Mondego	Normando António Gil Xarepe CCAM Extremoz, Monforte e Arronches		Vogal Ana Paula Raposo Ramos Freitas
	Afonso de Sousa Marto CCAM Batalha	António Germano Fernandes de Sá e Abreu CCAM Médio Ave		Vogal Sérgio Manuel Raposo Frade
	Orlando José Matos Felicíssimo CCAM Aljustrel e Almodôvar	João Nascimento Canas Guerra CCAM Nordeste Alentejano		
	José Gonçalves Correia da Silva CCAM Noroeste	António Francisco Coelho Pinheiro CCAM Paredes		
	Artur Teixeira de Faria CCAM Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves CCAM Silves		
	Magda Cristina Batista Antunes Santolini CCAM Zona do Pinhal	Francisco Eduardo das Neves Rebelo CCAM Vale do Távora e Douro		
		Adriano Augusto Diegues <i>Por inerência, nos termos do nº2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central.</i>		

(*) Falecimento em 16.09.2017. Substituído em 20.11.2017 por António Manuel Melo Gomes de Sousa, igualmente nomeado pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, C.R.L.

b) Organograma funcional da Caixa Central



O organograma da Caixa Central, resultante do processo de reorganização interna e em linha com a visão estabelecida no Programa de Transformação do Grupo Crédito Agrícola, traduz as suas 4 funções essenciais:

- Centro Corporativo (incluindo as funções de planeamento, acompanhamento, controlo e gestão de riscos, fiscalização e supervisão do SICAM e quando necessário de intervenção na gestão das Caixas Associadas em situações de desequilíbrios);
- Unidade de Serviços Partilhados (que, numa visão mais abrangente, integra a esfera de actuação das empresas CA Serviços, CA Informática e CA Imóveis);
- Unidade de Suporte ao Negócio (incluindo a gestão de tesouraria do SICAM); e,
- Negócio Bancário Urbano da Caixa Central (retalho/agências e *corporate*).

Reconhecendo a importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, designadamente, para garantir um efectivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares e demais deveres a que o Grupo Crédito Agrícola se encontra sujeito, as estruturas de *Compliance*, Gestão de Riscos e Auditoria têm vindo a assumir-se, cada vez mais, como funções de controlo de todo o Grupo. Complementarmente, a estrutura de Acompanhamento e Supervisão cumpre as atribuições de controlar, fiscalizar, orientar e acompanhar (local e sistematicamente) as Caixas Associadas.

Importa referir que em 2017, se verificou a transformação e divisão da antiga Direcção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento (DFOA) na nova Direcção de Acompanhamento e Supervisão (DAS) e no novo Gabinete de Intervenções (GI), e adicionalmente a fusão da antiga Direcção Recursos Humanos Operacionais (DRHO) e da antiga Direcção Estratégica de Recursos Humanos resultando na nova Direcção Central de Recursos Humanos (DCRH).

c) Órgãos societários e fóruns executivos e não executivos do Grupo

Para além dos Órgãos Sociais da Caixa Central, a governação do Grupo Crédito Agrícola é ainda complementada por fóruns constituídos por membros representantes das Caixas Associadas e de empresas do Grupo.

Fóruns Executivos do Grupo	
Assembleia Geral do Grupo CA	
Comité de Gestão de Programa (PMO)	
Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO)	
Comité de Negócio e Tecnologia de Informação (SI/TI)	
Conselho de Crédito	
Conselho de Recuperação de Crédito	
Comité de Acompanhamento e Supervisão	
Conselho Administração Executivo	
Fóruns Não Executivos (não exaustivo)	
Conselho Estratégico	
Comité Comercial e de Marketing	
Comité de Recuperação de Crédito	
Comité de Gestão de Risco	
Comité de Custos e Eficiência	
Comité de Recursos Humanos	
Comité de SI/TI	
Comité de Gestão de Continuidade Negócio	
Comité Controlo Interno	
Comissão Técnica de Auditoria	

d) Funções de controlo interno do Grupo

i. *Compliance* e controlo interno

A Função *Compliance*, enquanto parte integrante do Sistema de Controlo Interno, é responsável pela Gestão do Risco de *Compliance*, incluindo a Prevenção e Investigação da Fraude (IPF) e a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBC/FT), e tem como missão assegurar, em conjunto com as demais áreas de controlo, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controlo Interno, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade dos seus negócios, bem como disseminar a cultura de controlos para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes, visando a minimização do risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras e reputacionais.

O modelo organizativo definido para esta Função no Grupo Crédito Agrícola assenta numa lógica corporativa em que a Caixa Central assume a liderança do Grupo. Neste modelo, a Caixa Central assume e centraliza uma parte significativa das actividades (no que diz respeito ao SICAM), cabendo aos restantes membros do Grupo assegurar actividades específicas, com o apoio do órgão de estrutura especializado criado na Caixa Central, a Direcção de *Compliance*.

Esta estrutura articula as tarefas que lhes estão cometidas, na perspectiva da gestão e controlo do risco de *Compliance* no Grupo e de coordenação do Sistema de Controlo Interno, com os interlocutores de *compliance* – *Compliance Monitors* – das Caixas Associadas e empresas do Grupo, elos essenciais no desenvolvimento da cultura de *compliance* e na melhoria do Sistema de Controlo Interno. Esta articulação e organização permitem a adopção de práticas uniformes no que respeita à identificação, interpretação e implementação dos requisitos legais e regulamentares bem como um adequado acompanhamento e monitorização dos riscos identificados.

ii. Gestão de riscos

A gestão de riscos visa desenvolver e apoiar, de modo global e integrado, a definição da estratégia e das políticas de gestão de risco e capital no Grupo Crédito Agrícola, assegurando o seu cumprimento e adequada capacitação organizacional através da implementação de metodologias, procedimentos e ferramentas que assegurem a determinação e planeamento de capital e a identificação, mensuração e controlo dos diversos riscos.

As actividades desenvolvidas neste domínio enquadram a função enquanto órgão de controlo interno, consubstanciam uma articulação das matérias visadas com as diferentes unidades orgânicas especializadas, em particular, os riscos de crédito, liquidez, taxa de juro, mercado, operacional e reputacional e, ainda, visam promover a relação com as entidades reguladoras.

Neste contexto, a gestão de riscos constitui um eixo de actuação prioritário para a Caixa Central e para o Grupo Crédito Agrícola, reconhecendo-se o seu impacto decisivo na criação de valor e traduzindo-se num importante factor de estabilidade.

A Caixa Central e o Grupo vêm desenvolvendo continuamente, em todas as áreas, um significativo número de iniciativas que compreendem uma forte articulação com a vertente tecnológica e exigem o desenvolvimento de competências internas e capacidades específicas, de modo a capacitar o Grupo para os desafios emergentes de um quadro regulamentar cuja frequência de actualização tem sido particularmente acentuada no passado recente, ao que acresce, o esforço exigido ao sistema bancário pelos requisitos de planeamento e controlo dos níveis de liquidez e solvabilidade. Em paralelo, constitui objectivo do Grupo continuar a desenvolver as condições necessárias para a afirmação de uma verdadeira cultura de risco assente em valores éticos e de elevado rigor profissional.

Na prossecução destes objectivos, a estratégia de negócio que vem sendo seguida aponta para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo e atribui particular ênfase ao controlo do risco, definindo objectivos mensuráveis que se pretendem assumir, a par da rentabilidade que se deseja alcançar, subordinando esta a limitação dos riscos. A estratégia global de risco define objectivos relativos a qualidade, rentabilidade, alocação de fundos próprios e desenvolvimento da carteira de crédito, activos financeiros e títulos, sendo estes objectivos monitorizados regularmente como base de suporte para a revisão ou actualização da estratégia prosseguida.

De entre as actividades e iniciativas associadas à gestão de riscos mereceram particular destaque os trabalhos inerentes à implementação da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, as acções relacionadas com os reportes de natureza contabilística e prudencial no âmbito dos modelos de informação e que permitiram

harmonizar e garantir a comparabilidade de informação sobre a situação patrimonial e de risco, o reforço da capacitação da função de gestão de riscos ao nível das Caixas Associadas, incluindo em particular a definição do governo interno, o desenvolvimento do regulamento que rege a função e a definição dos modelos de reporte com significativa evolução do ponto de vista aplicacional, a expansão em profundidade e abrangência dos modelos analíticos de *scoring* e de *rating*, incrementando a robustez na aferição do perfil de risco dos clientes e das operações de crédito e a definição do modelo global de gestão do risco operacional do ponto de vista da sua estrutura conceptual, governo interno e objectivos.

iii. Auditoria interna

As normas legais e regulamentares aplicáveis e as linhas de orientação, recomendações e determinações emanadas por entidades de supervisão e legislativas, europeias e nacionais, em matéria de Governo Interno e Gestão e Controlo de Riscos, designadamente o Aviso 5/2008 e Carta-Circular 23/2011, ambos do Banco de Portugal, as orientações emanadas pela Autoridade Bancária Europeia – EBA (EBA/GL/2017/11 e EBA/GL/2012/6) e as orientações do Basel Committee on Banking Supervision constantes do documento designado por “The Internal Audit Function in Banks” (Junho 2012), conferem à função de Auditoria Interna da Caixa Central a responsabilidade de coordenar, controlar e monitorizar a actividade de auditoria desenvolvida nas Caixas Associadas.

Ao nível operacional, compete à Direcção de Auditoria da Caixa Central estabelecer os procedimentos, as metodologias de trabalho e os critérios de avaliação que suportam a actividade de auditoria das Caixas Associadas, mecanismos que asseguram a qualidade, a suficiência e a abrangência da função local e garantem que a actividade de auditoria desenvolvida pelas CCAM contribui de forma efectiva para o reforço e coerência do sistema de controlo interno do SICAM.

Na missão da função de Auditoria Interna da Caixa Central está igualmente consagrada a prestação de serviços de auditoria às Caixas Associadas. Ao longo de 2017 foram protocoladas 23 novas adesões ao serviço, passando para 46 o número de CCAM que subcontrataram a função de auditoria interna à Caixa Central. O nível de serviço materializou a realização de 927 missões de auditoria junto das Caixas Associadas.

Nas Caixas Associadas sem serviços de auditoria interna protocolados com a Caixa Central foi globalmente assegurada a execução do plano de actividades de auditoria interna proposto pela Caixa Central para 2017.

As actividades de auditoria desenvolvidas na Caixa Central respeitaram o plano de actividades de auditoria interna comum proposto às Caixas Associadas, bem como compreenderam um conjunto de exercícios específicos de carácter corporativo que decorrem do enquadramento regulamentar e operacional da Caixa Central.

Em matéria de ferramentas de trabalho, sublinha-se a aquisição de uma nova plataforma informática que vai endereçar, numa visão integrada, as necessidades das funções de controlo.

iv. Fiscalização, orientação e acompanhamento das Caixas Associadas

A actividade das Caixas Associadas continua a ser exercida num quadro económico cada vez mais complexo, competitivo e de baixa rentabilidade, ao qual acrescem maiores exigências regulamentares e de supervisão.

Em 1 de Junho de 2017, foi concretizada a cisão da antiga Direcção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento (DFOA) em duas estruturas: Direcção de Acompanhamento e Supervisão (DAS) e Gabinete de Intervenções (GI), na sequência de decisão do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, de 18 de Maio de 2017.

Em cumprimento do disposto nos artigos 75º e 76º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), a Direcção de Acompanhamento e Supervisão tem como missão a supervisão prudencial e o acompanhamento da actuação das Caixas Associadas, incluindo as intervencionadas, no cumprimento das disposições legais, das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Portugal e das orientações definidas pela Caixa Central, com vista a assegurar a sustentabilidade do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo e o cumprimento das normas prudenciais pelas Caixas Associadas, em concordância com as orientações estratégicas do Grupo Crédito Agrícola. Por sua vez, o Gabinete de Intervenções é responsável especificamente pela monitorização da actividade das Caixas Associadas intervencionadas, ao abrigo dos artigos 77º e 77º - A do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, com vista à sua rápida e eficaz recuperação. Em 2017, o Gabinete de Intervenções procedeu à definição do seu modelo de funcionamento, tendo instituído os principais normativos.

Relativamente à Direcção de Acompanhamento e Supervisão, a referida cisão motivou alterações na sua estrutura orgânica e funcionamento, reflectindo a visão estratégica da Caixa Central para a função de acompanhamento das Caixas Associadas, tendo subjacente uma lógica de orientação para o risco (risk-based approach), com diferentes níveis de exigência e controlo das Caixas Associadas, em função do nível de risco apurado.

Neste âmbito, encontra-se em curso a implementação de um conjunto de medidas, que implicam a revisão e actualização dos Normativos, a serem efectuadas e implementadas de forma faseada ao longo do tempo.

Em Outubro de 2017, foi aprovada a adopção de um Modelo Quantitativo de Acompanhamento das Caixas Associadas, o qual se baseia no comportamento de um conjunto de indicadores de risco, alinhados com os definidos no âmbito da Função de Gestão de Riscos para o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo. O comportamento destes indicadores permite o enquadramento das Caixas Associadas em diferentes patamares de risco, aos quais correspondem diferentes regimes / tipologias de supervisão, a adoptar por parte da Direcção de Acompanhamento e Supervisão.

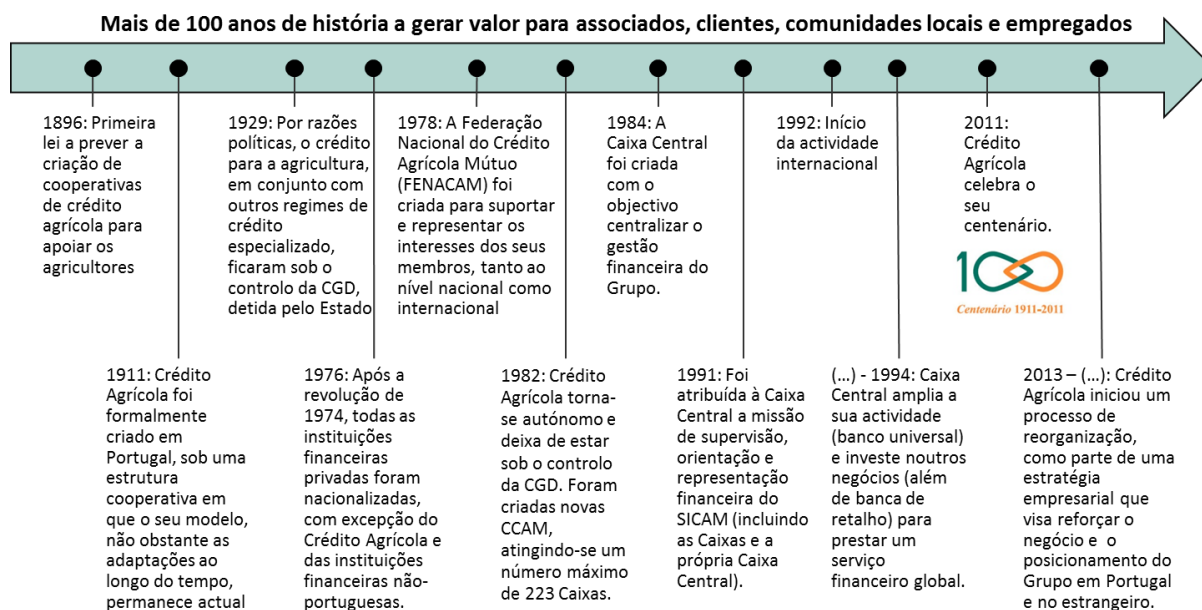
Face ao enquadramento económico subjacente ao exercício da actividade das Caixas Associadas, constitui-se como objectivo desta Direcção a consolidação das condições económico-financeiras e organizativas, bem como a disponibilização de ferramentas que possibilitem às Caixas Associadas o cumprimento das exigências que se vão impondo ao sector financeiro, no que respeita à matéria prudencial e à competitividade, em que a Direcção de Acompanhamento e Supervisão surge como um agente promotor da mudança.

No quadro da nova regulamentação e alterações em matéria de supervisão, a que se deve associar a consolidação do Grupo Crédito Agrícola, visto como uma entidade sujeita a uma supervisão em base consolidada, com todas as exigências e responsabilidades daí decorrentes, nomeadamente para a Caixa Central, a Direcção de Acompanhamento e Supervisão tem um papel determinante como primeira linha de actuação, tanto na óptica de supervisão como na óptica da promoção das orientações necessárias ao cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo.

1.3 VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA DO GRUPO CA

a) Marcos históricos

Em Portugal a banca cooperativa é representada pelo Grupo Crédito Agrícola que regista uma marcante história secular de contributo para a sociedade e a economia nacional e que diariamente se renova para cumprir a sua missão, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais e da diáspora portuguesa.



b) Grupo Crédito Agrícola em 2017

O Crédito Agrícola é um grupo financeiro com oferta universal com cerca de 18,0 mil milhões de euros de activos líquidos, 14,9 mil milhões de euros de recursos de clientes e uma base de cerca de 1,1 milhão de Clientes. Com uma situação líquida de cerca de 1,5 mil milhões de euros, o Grupo relaciona-se com os seus Clientes e Associados através das 669 agências que possui por todo o país (e que lhe asseguram o lugar cimeiro em matéria de presença física através de agências bancárias) e da sua oferta de canais não presenciais e digitais.



c) Missão, Visão e Valores do Grupo Crédito Agrícola

Sendo um Grupo de cariz cooperativo e centenário e não estando sujeito aos regulamentos e à pressão do mercado de capitais, o Crédito Agrícola aposta numa estratégia de reinvestimento dos resultados gerados e de maximização do valor a longo prazo.

Missão e Visão do Grupo CA

O Grupo Crédito Agrícola (e as Caixas Associadas que o compõem) tem como objectivo:

Missão	Ser o motor de desenvolvimento das comunidades locais através da relação de proximidade com os clientes, contribuindo para dar resposta às suas ambições e projectos financeiros; e
Visão	Ser reconhecido como o “Melhor Grupo Financeiro” nos mercados em que opera.

O Grupo Crédito Agrícola foca-se nas relações de proximidade para dar resposta às ambições e projectos financeiros dos clientes e das comunidades e distingue-se da concorrência por reinvestir o lucro gerado por cada Caixa Associada na própria região (os casos de distribuição de resultados são inexpressivos), por aplicar os depósitos captados no financiamento de projectos da região dos depositantes, por contribuir para a redução dos níveis de desemprego das regiões onde actua (recrutamento local) e por descentralizar as tomadas de decisão de financiamento atentos os limites de exposição e as políticas de Grupo em vigor.

A origem dos princípios de solidariedade e responsabilidade social do Grupo Crédito Agrícola, que norteiam a sua missão e valores, remontam ao século XV, aquando da fundação das Santas Casas da Misericórdia em Portugal. Estas entidades foram pioneiras na concessão de crédito aos agricultores, a partir de meados do século XVIII, lançando as bases para a criação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Ao longo dos séculos este sistema foi evoluindo, tornando-se cada vez mais relevante no contexto social e económico do país, o

que conduziu ao seu actual enquadramento legal e prudencial e ao progresso registado em matéria de modelo de governo corporativo e de integração.

Valores do Grupo CA



d) Princípios de reforço da sustentabilidade

Para manter a sustentabilidade do actual modelo de negócio, o GCA tem vindo a demonstrar capacidades de adaptação à mudança e de responder agilmente ombreando com os maiores bancos do sistema bancário nacional.

Princípios orientadores para a sustentabilidade do modelo de negócio do CA

- **Acompanhamento das tendências sociais de urbanização e digitalização.**
- **Modernização da marca** fazendo evoluir a marca para um conceito de **banco universal**.
- **Orientação de toda a organização para o conhecimento do Cliente.**
- **Manutenção e incentivo de uma disciplina de rigor e contenção de custos.**
- **Fomento de uma cultura de avaliação criteriosa de tomada de riscos de crédito.**

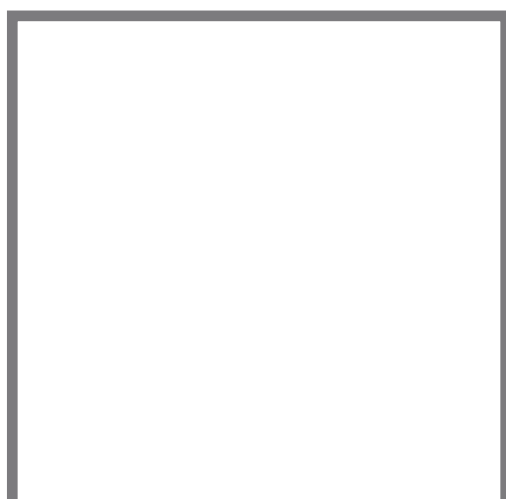
e) Estratégia de marketing e comercial integrada (*bancassurance*)

Com a definição de uma estratégia comum focada no Cliente e com o patrocínio da gestão de topo, o Crédito Agrícola tem vindo a colher os resultados da implementação de uma gestão integrada dos negócios bancário, segurador e de gestão de activos que passa pela:

- Definição de objectivos comerciais com vista a focar a rede de agências nos segmentos / produtos mais rentáveis e vinculadores (estratégia comum);
- Orçamentação e atribuição de incentivos aos colaboradores comerciais das agências para estímulo do desempenho individual no cumprimento dos objectivos do Grupo;
- Planeamento e realização de campanhas, protocolos e outras acções de marketing e comunicação orientadas a segmentos de clientes;
- Investimento em ferramentas de simplificação do processo de interacção comercial;
- Implementação de ciclos de formação formatados em função dos resultados da avaliação individual de conhecimentos;

- Acompanhamento regular no terreno do cumprimento de objectivos;
- Preparação das visitas comerciais a clientes e não clientes (quando necessário, com o apoio de especialistas de produto).

O programa de transformação centrou, com sucesso, a estratégia de marketing e comercial num modelo de grupo (banca-seguros). Com esta nova dinâmica, tem sido possível às actividades de seguros e gestão de activos aumentar a sua participação na geração de valor para o Grupo.



02

Modelo de banca
responsável do
Crédito Agrícola

II. MODELO DE BANCA RESPONSÁVEL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

No cumprimento do DL 89/2017 de 28 de Julho, a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade do Grupo Crédito Agrícola será assegurada no seu Relatório de Sustentabilidade, a ser produzido e divulgado autonomamente do Relatório e Contas.

O Crédito Agrícola é a única instituição financeira cooperativa em Portugal, de capitais exclusivamente nacionais e com a maior rede de agências do país. Da sua matriz cooperativa decorre um modelo de governo e uma organização diferenciada da banca tradicional, com 81 Caixas de Crédito Agrícola empenhadas na promoção do desenvolvimento económico e bem estar das comunidades de cada umas das regiões onde estão implantadas. Ao longo deste capítulo divulgamos uma síntese das iniciativas de sustentabilidade implementadas em 2017 junto das principais partes interessadas: Clientes, Comunidades Locais, Fornecedores e Colaboradores. A informação mais detalhada pode ser consultada no relatório de sustentabilidade, disponibilizado no site do Grupo CA, e que dá resposta à Directiva 2014/95/EU, no que se refere à divulgação de informações não financeiras.

Das iniciativas corporativas de sustentabilidade implementadas destacamos a subscrição, em finais de 2017, da Carta de Princípios do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, documento que estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial. Foi também desenvolvido e lançado o Código de Ética e Conduta do Grupo CA, que consagra e agrega os valores de Grupo, aprofundando o compromisso perante Associados, Clientes, Reguladores e a Sociedade em geral, valorizando e reforçando a relação existente. O Código de Ética e Conduta exterioriza o compromisso assumido pelo Grupo Crédito Agrícola na defesa de uma cultura de integridade, responsabilidade, respeito e rigor, no relacionamento dos seus Órgãos Sociais e Colaboradores e nas demais relações com terceiros.

2.1 RESPONSABILIDADE COM OS CLIENTES

a) Produtos com Benefícios Sociais e Ambientais

O compromisso com a sustentabilidade no Grupo Crédito Agrícola traduz-se na disponibilização de uma oferta de serviços financeiros, indutores de benefícios sociais e ambientais. A oferta sustentável para Clientes empresariais, promotora do desenvolvimento do tecido empresarial português e, consequentemente, da empregabilidade incluiu, em 2017: linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, para empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa e apoio a projectos de microcrédito. Engloba ainda financiamento a projectos de energias renováveis, nomeadamente parques eólicos e fotovoltaicos. O apoio à competitividade das micro e pequenas empresas foi de 1.092 milhões de euros, mais 12% que no ano anterior. É ainda de realçar o crescimento de 17% no apoio concedido pelo Crédito Agrícola a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa, no valor total de 527 milhões de euros. Pelo contrário, o financiamento a projectos de microcrédito diminuiu em 2017 para 526

mil euros, com uma variação de negativa de 27% face a 2016. O crédito a energias renováveis também conheceu uma redução de 18% em 2017 face ao ano anterior.

Oferta Sustentável CA para Clientes Empresariais	Valor do financiamento em 2016	Valor do financiamento em 2017
Apoio a competitividade das micro e pequenas empresas (milhões de euros)	979	1.092
Apoio a empresas de sectores estratégicos da economia portuguesa (milhões de euros)	450	527
Microcrédito (mil euros)	720	526
Crédito a Energias Renováveis (mil euros)	242	198

No segmento particulares, a oferta de produtos disponibilizados pelo Crédito Agrícola promove a inclusão financeira, o ecocrédito e o apoio ao ensino. O CA tem ainda soluções para potenciar junto das famílias a criação de hábitos de poupança, numa óptica de gestão financeira responsável. Em 2017 o Ecocrédito concedido aumentou 20% face a 2016, evidenciando a atenção crescente dos portugueses pela aquisição de produtos ecológicos. O crédito concedido para apoio ao ensino também registou um aumento de 24% em 2017, face ao ano anterior.

Oferta Sustentável CA para Clientes Particulares	Valor em 2016	Valor em 2017
Inclusão Financeira -N.º de contas serviços mínimos bancários	329	352
Ecocrédito (mil euros)	94	113
Apoio ao Ensino (mil euros)	735	911

b) Mapa de Agências e Parque ATM

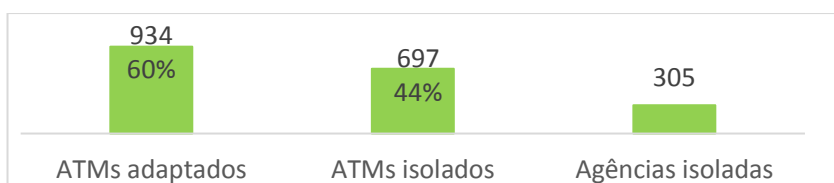
O Crédito Agrícola é detentor da maior rede de agências no mercado português com 669 Agências no final de 2017, garantindo o acesso a serviços financeiros em exclusivo em 1002 pontos de contacto: disponibiliza 697 ATM em localidades onde não existem ATM de outras instituições; 305 das suas agências são a única agência de serviços financeiros na localidade.

Crédito Agrícola: Um Banco Privado com Funções Públicas



Com a maior rede de Agências do país, marcada pela elevada capilaridade e presença no interior do país, o Crédito Agrícola continuou, em 2017, a garantir a acessibilidade aos serviços financeiros em localidades do interior, e de menor densidade populacional.

ATM adaptados para utilizadores de cadeiras de rodas e ATM e Agências isoladas na localidade em 2017



c) Relações de confiança com os clientes

Reconhecimento do Mercado

Em 2017 foram atribuídos a diversas empresas do Grupo Crédito Agrícola um conjunto de prémios que reflectem o desempenho positivo da instituição em diversas áreas.

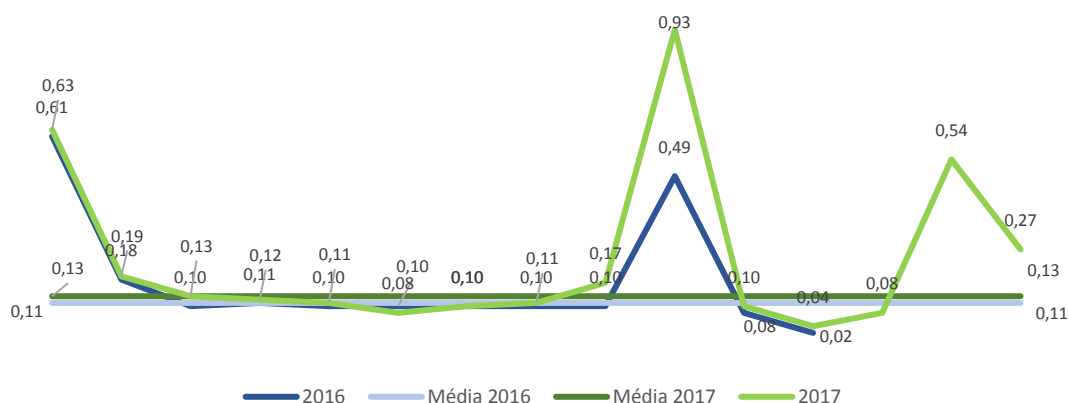


- O Crédito Agrícola foi distinguido, pelo quarto ano consecutivo, com o Prémio Cinco Estrelas na categoria “Banca-Serviço de Atendimento ao Cliente”. O prémio, promovido pela U-Scoot com base num estudo de mercado realizado pela Ipsos APEME, distingue os melhores serviços e produtos no mercado nacional, através da avaliação independente de consumidores e segundo indicadores como a satisfação, relação qualidade-preço, intenção de compra, confiança e inovação. De entre vários bancos que foram avaliados neste estudo, o Crédito Agrícola obteve a melhor classificação.
- Pela sétima vez a CA Seguros, seguradora Não Vida do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento. A distinção foi atribuída na cerimónia anual de entrega dos Prémios Banca & Seguros organizada pela revista Exame. Os prémios Banca & Seguros avaliam o desempenho económico e a solidez financeira das empresas, sendo as distinções atribuídas com base em estudos anuais realizados pela revista Exame em parceria com a Deloitte e Informa D&B.
- A CA Vida, Seguradora Vida do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita Empresa Líder no Índice de Satisfação do Cliente no European Consumer Satisfaction (ECSI) Portugal 2017. Um estudo foi realizado pela Universidade Nova de Lisboa (IMS), em Parceria com o Instituto Português da Qualidade (IPQ) e com a Associação Portuguesa da Qualidade (APQ), que garantem a credibilidade e o rigor, e que fazem deste estudo uma referência nacional e internacional no que concerne à satisfação do Cliente.
- A CA Vida foi distinguida com o 1.º lugar no ranking de Lealdade do Cliente e com o 1.º lugar no ranking de Imagem, no Índice Nacional de Satisfação do Cliente do ECSI Portugal 2017. Segundo este estudo, os Clientes da CA Vida são os mais leais e os que melhor imagem têm da empresa, por comparação com os Clientes das restantes seguradoras deste ramo a operar em território nacional.

Reclamações

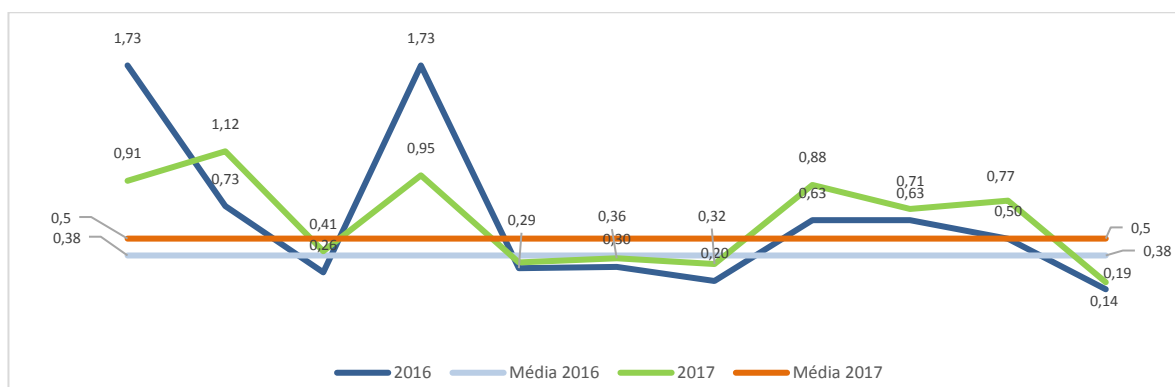
As reclamações dos Clientes são um indicador que expressa a qualidade de serviço e satisfação dos Clientes. Analisando os dados do sector financeiro, integrados no Relatório de Supervisão Comportamental, referentes ao 1.º semestre de 2017, e publicados pelo Banco de Portugal, o Crédito Agrícola (SICAM) é a instituição menos reclamada ao Banco de Portugal no que se refere a contas de depósito à ordem, registando um valor de 0,04 por 1000 contas de depósito à ordem, valor inferior à média do sector, de 0,13.

Evolução do número de reclamações por 1000 contas de depósito à ordem¹



O desempenho do Crédito Agrícola é também o melhor do seu sector no que se refere ao número de reclamações por 1000 contratos de crédito hipotecário recebidos, em 2017, segundo o relatório do Banco de Portugal, onde tem um desempenho de 0,19, inferior à média de 0,5.

Evolução do número de reclamações por 1000 contratos de crédito hipotecário¹



Internamente, o Grupo CA dispõe de uma provedoria do cliente, que tem, como uma das suas funções, a recepção e tratamento das reclamações recebidas. No ano de 2017 registaram-se 863 reclamações, o que representa um aumento de 16% face ao ano anterior.

¹ BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S. A.; BSTOT: BANCO SANTANDER TOTTA, S. A.; NOVOB: NOVO BANCO, S. A.; BBPOT: BANCO BIC PORTUGUÊS, S. A.; BCP: BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.; CGD: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S. A.; BBPI: BANCO BPI, S. A.; BAPOP: BANCO POPULAR PORTUGAL, S. A.; DBAKT: DEUTSCHE BANK EUROPE GMBH – SUCURSAL EM PORTUGAL; CEMG: CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL; SICAM: CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO INTEGRADAS NO SICAM; BBEST: BEST – BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL S.A.; BBRA: BANCO DO BRASIL – SUCURSAL DE PORTUGAL; BANSU: BANKINTER S.A. – SUCURSAL EM PORTUGAL

Evolução do n.º de Reclamações



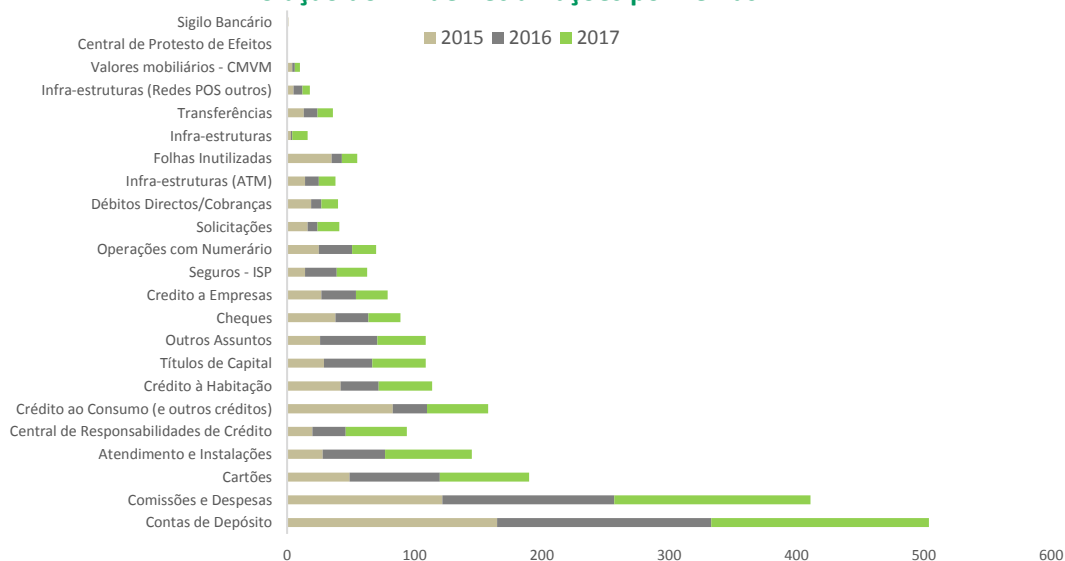
No que respeita à distribuição das reclamações por canal de entrada, o Gabinete do Provedor do Cliente continua a ser o canal com maior peso em 2017, seguido da Linha Directa, com 30% e 24%, respectivamente. Embora o peso de cada canal seja semelhante ao ano anterior, registou-se um aumento de 5 p.p. nas reclamações provenientes do Banco de Portugal.

Evolução da origem das Reclamações

Origem das Reclamações	2015	Peso	2016	Peso	2017	Peso
Gabinete Provedor do Cliente	225	29%	254	34%	258	30%
Linha Directa/CCCAM	201	26%	197	26%	208	24%
Livro de Reclamações	167	21%	162	22%	191	22%
Banco de Portugal	128	16%	108	14%	161	19%
Outros	57	7%	25	3%	45	5%
Total	778	100%	746	100%	863	100%

A análise à distribuição dos temas das reclamações evidencia que, em 2017, se mantém o padrão dos anos anteriores, verificando-se que “contas de depósito”, “comissões e despesas”, “cartões” e “atendimento e instalações” são os temas prioritários, com um peso agregado de 54% do total de reclamações recebidas. Individualmente estas 4 temáticas apresentam um peso de, respectivamente, 20%, 18%, e os dois últimos temas de 8%. Os maiores aumentos no número de reclamações recebidas em 2017 face a 2016 foram relacionadas com o crédito ao consumo, central de responsabilidades de crédito e atendimento e instalações.

Evolução do n.º de Reclamações por Temas

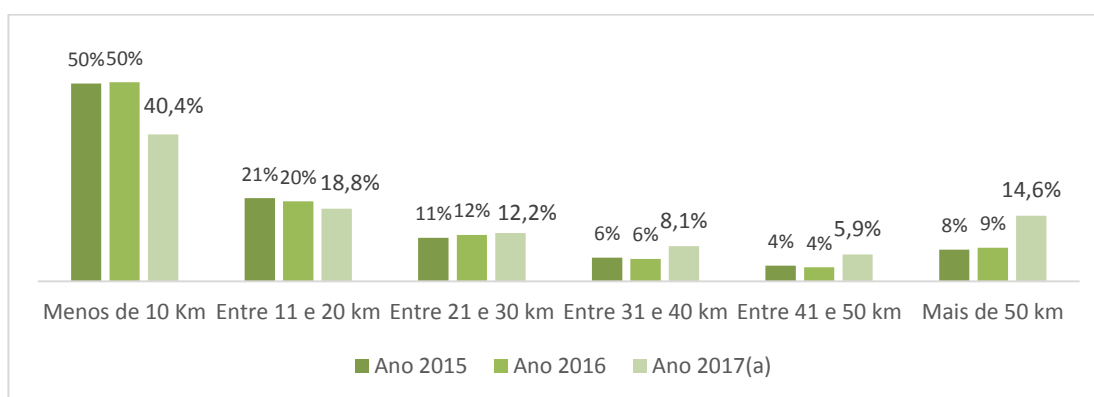


d) Impacto sobre o Desenvolvimento Local

Empregabilidade Local

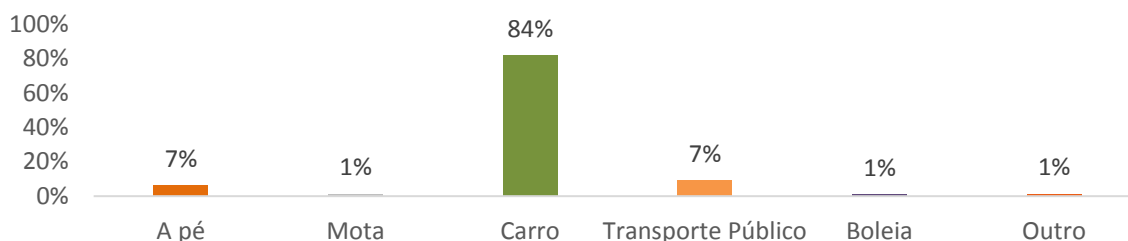
Um dos impactos do modelo organizacional do Crédito Agrícola é a criação de emprego directo, sobretudo no interior e em zonas rurais do país. Em 2017, 40,4% dos Colaboradores² das CCAM percorreu menos de 10 Km no trajecto trabalho-casa-trabalho, o que evidencia a forte componente de trabalho local. A redução registada face a 2016 resulta da melhoria do método de recolha de informação para o ano de 2017, onde cada Colaborador foi responsável pelo preenchimento de um questionário específico sobre a sua mobilidade. Assim, e face a 2016, verifica-se que em 2017 se registou uma quebra de tendência na série temporal dos dois gráficos seguintes, especialmente visível nas categorias extremas.

Distância casa-trabalho-casa percorrida pelos Colaboradores das CCAM: 2015-2017



O inquérito de mobilidade permitiu ainda aferir o mix de meio de transporte utilizado pelos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola: 84% dos Colaboradores fazem o seu percurso casa-trabalho de carro, 7% de transportes públicos e 7% realiza o percurso a pé³.

Meio de transporte utilizado pelos Colaboradores do Grupo CA em 2017



Compras Locais

A aquisição de produtos e serviços a fornecedores locais é um indicador relevante de sustentabilidade. Não apenas porque reduz os impactos ambientais, nomeadamente os custos energéticos, associados ao

² Resultados extrapolados com base numa amostra de 2404 Colaboradores das CCAM. A quebra de tendência deve-se à alteração da metodologia que em anos anteriores era baseada em respostas das CCAM e que em 2017 passou a considerar respostas individuais dos Colaboradores do Crédito Agrícola.

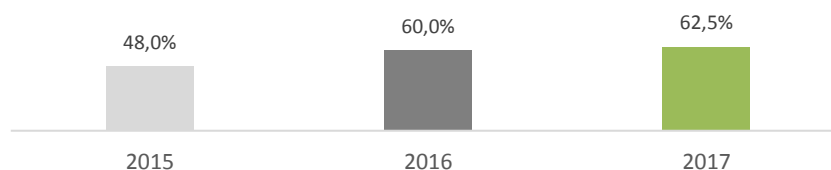
³ Estes indicadores foram calculados com base numa extrapolação a partir de uma amostra de 3035 respostas do inquérito de mobilidade

transporte de bens ou pessoas, mas também pelo estímulo que dá à economia local, com a criação de emprego, e, consequentemente, com o bem-estar da comunidade de cada região.

Em 2017, 62,5% da aquisição de serviços pelas diferentes entidades do Crédito Agrícola foi feita localmente (ou seja, no mesmo concelho da entidade adquirente), estando excluídos deste número os fornecedores de electricidade, água e gás.

Peso das compras de serviços a fornecedores locais do Grupo Crédito Agrícola:

% do total de compra de serviços exceptuando água, electricidade e gás; 2015-2017⁴



Considerando apenas as compras de serviços a fornecedores locais realizadas pelas CCAM⁵, estas assumem um peso de 23% em comparação com 24% do ano anterior.

e) Medidas implementadas para fomentar a competitividade e empreendedorismo

Protocolos Empresariais

O apoio à tesouraria e ao investimento de médio e longo prazo, a gestão do dia-a-dia e a protecção de riscos com os produtos de seguros, com condições especiais, são exemplo de alguns dos benefícios para os associados das instituições com quem o CA estabelece parcerias.

Protocolos com Associações Empresariais	N.º de Protocolos em 2015	N.º de Protocolos em 2016	N.º de Protocolos em 2017
Novos Protocolos	4	5	4
Renovação de protocolos	5	12	14

São de destacar, pelo papel que representam na história do Grupo, os protocolos com associações empresariais, nomeadamente as dos principais sectores económicos que estruturam a carteira de crédito do CA, e que atribuem condições especiais de subscrição de produtos e serviços financeiros aos seus Associados/membros. Em 2017 o CA celebrou 4 novos protocolos com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade, tendo renovado ainda 14 protocolos com associações empresariais.

⁴ Dada a baixa taxa de resposta obtida em 2016 e 2017 na recolha de informação para cálculo deste indicador, o valor foi apurado é uma extrapolação feita com base numa amostra de 42 entidades (39 CCAM e 3 empresas participadas) cujo total de aquisições correspondem a mais de 70% do valor global das compras efectuadas em 2017. O indicador contempla apenas as CCAM e Empresas Participadas com respostas dadas em 2016 e 2017. Encontram-se excluídas deste valor a FENACAM e as CCAM com elevadas disparidades de valores entre 2016 e 2017.

⁵ O número de CCAM com informação recolhida relativa a aquisição de serviços em 2017 foi de 57 e em 2016 foi de 54; O número de CCAM com informação em ambos os períodos e sem alterações extremas no método de recolha de informação foi de 39.

<i>Outlook das Parcerias</i>
Renovações de parcerias em 2017 com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade
Portugal Fresh
Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Lusiaves - Projecto Lusiterra
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CPPME - Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas
Academia do Centro de Frutologia Compal
ACBM - Associação de Criadores de Bovinos
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito
Novas parcerias estabelecidas em 2017 com entidades promotoras do empreendedorismo e competitividade
Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém
FPAS - Federação Portuguesa das Associações de Suinicultores
Grupo Agrinda
CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L.
Renovações de parcerias com outras associações empresariais
ARAN - Associação Nacional do Ramo Automóvel
APImpresa - Associação Portuguesa de Imprensa
CPCCRD - Confederação das Colectividades, Cultura, Recreio e Desporto
ENERGIE

Protocolo com Grupo Agrinda

O apoio à tesouraria, o apoio ao investimento de médio e longo prazo, a gestão do dia-a-dia e a protecção de riscos com os produtos de seguros são algumas das áreas onde os clientes e fornecedores da AgriPro e da Agriloja vão usufruir de condições especiais no âmbito de um protocolo assinado hoje entre o Crédito Agrícola e o Grupo Agrinda. O protocolo permite que os clientes e fornecedores empresariais destas empresas beneficiem de um conjunto de condições financeiras vantajosas disponibilizadas pelo Crédito Agrícola.

f) Ajuda mútua no desenvolvimento

Na qualidade de parceiro do desenvolvimento da economia local, o Crédito Agrícola continuou a investir, durante 2017, num conjunto de actividades promotoras do empreendedorismo e dinamização dos sectores económicos estratégicos para a sua actividade financeira e economia do país, e que, no seu conjunto, materializam a Política de Sustentabilidade do Crédito Agrícola em matéria de ajuda mútua ao desenvolvimento:

- 4.ª edição do Prémio Empreendedorismo e Inovação CA, que distingue e premeia os melhores projectos nas categorias Cereais, Floresta, Hortofruticultura, Produção Animal e Inovação em Colaboração.
- Ciclo de ateliers de inovação focados nas fileiras Cereais, Floresta, Hortifruticultura e Produção Animal.
- “IV Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”.
- Viabilização, através do seu apoio/patrocínio, de um vasto conjunto de feiras e seminários, que desempenham um papel importante na disseminação de inovações, no debate das oportunidades futuras e na promoção do network entre os principais *players*.

Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola

O Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola tem por objectivo reconhecer o mérito e a excelência, contribuindo de forma efectiva para a disseminação de uma cultura de empreendedorismo e inovação nos sectores agrícola, agro-industrial e florestal. Focada em fileiras estratégicas para Portugal, esta 4ª edição do Prémio CA identifica, distingue e incentiva empresas e projectos que se destaquem nas seguintes categorias: Cereais, Floresta, Hortofruticultura, Produção Animal e Inovação em Colaboração.

Quatro das categorias – Cereais; Floresta; Hortofruticultura e Produção Animal – destinam-se exclusivamente à participação de entidades/empresas. A categoria “Inovação em Colaboração” foi pensada para projectos de inovação promovidos por mais do que uma entidade e, ao contrário das anteriores, requer a participação nos Ateliers de Inovação, que permitem aos participantes adquirir e praticar ferramentas e boas práticas ao nível da estruturação e implementação dos seus projectos.

Na edição de 2017 foram vencedores os seguintes projectos, que poderão ser conhecidos com maior detalhe em <http://www.premioinovacao.pt/>

Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola	
Categorias	Projectos vencedores em 2017
Cereais	Matter
Floresta	ADAI
Hortofruticultura	Biovivos
Produção animal	ScrofaTech
Inovação em colaboração	GREENTASTE
Projecto de elevado potencial promovido por associado ca	LUSARROZ

Aos projectos vencedores de cada categoria foi atribuído um prémio monetário no valor de 5.000 euros, tendo sido ainda atribuído um prémio de reconhecimento especial para a candidatura promovida por Associado do Crédito Agrícola, no mesmo valor.

Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola			
Indicadores	2015	2016	2017
Candidaturas recebidas	102	72	80
Elementos	15	14	13
Prémios	8	10	6
Euros de investimento nos prémios atribuídos	32.500	40.000	30.000
Financiamentos com condições vantajosas aos projectos vencedores	5	10	6

Ateliers de Inovação

Em parceria com a Inovisa, entidade coordenadora da rede Inovar, o Crédito Agrícola promoveu em 2017 um conjunto de ateliers de inovação, promotores do debate e partilha de conhecimento sobre a cultura de inovação em sectores estratégicos da economia portuguesa. Dirigidos a empresários, produtores, estruturas associativas e entidades do sistema científico e tecnológico, os debates realizados em 2017 constituíram-se como espaço de partilha e de aferição de oportunidades futuras destes sectores, promovendo o empreendedorismo baseado na inovação. Em 2017 são de destacar o novo formato assumido pelos seminários, transformados em ateliers de inovação das seguintes 4 Fileiras: Cereais, Floresta, Hortifruticultura e Produção Animal.

Ciclo de seminários/ ateliers de Inovação			
Indicadores	2015	2016	2017
N.º de seminários/ ateliers realizados	6	6	6*
N.º de seminários/ ateliers realizados fora de Lisboa e do Porto	4	4	4*
Participantes	1042	1100	700
Oradores	70	53	26
Casos de sucesso/ empresas participantes	7	16	n.a.
Sessões de trabalho com empreendedores	7	n.a.	4

*Ateliers de Inovação das 4 Fileiras (Cereais, Floresta, Hortifruticultura e Produção Animal)

Concurso de Vinhos

O Crédito Agrícola promoveu, em parceria com a Associação dos Escanções de Portugal, a 4.ª edição do “Concurso de Vinhos do Crédito Agrícola”. Com este concurso, que coloca à prova a qualidade dos vinhos nacionais, o Crédito Agrícola pretende apoiar o sector vitivinícola e o desenvolvimento das economias locais, especialmente as Cooperativas e os Produtores.

No total das três edições anteriores o Concurso de Vinhos registou a inscrição de cerca de 650 produtores de vinhos e premiou com Ouro, Prata e Bronze mais de 200 vinhos brancos, tintos e espumantes oriundos das regiões vitivinícolas dos Vinhos Verdes, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Dão, Bairrada, Tejo, Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo e Algarve.

Em 2017 a edição contou com a participação de cerca de 200 vinhos brancos, tintos e espumantes de 120 produtores nacionais das várias regiões vitivinícolas do país. O júri distinguiu 59 vinhos com a Tambuladeira dos Escanções de Portugal, 21 com medalhas de ouro e 38 com medalhas de prata.

Os vinhos distinguidos são oriundos das regiões vitivinícolas dos Vinhos Verdes, Douro, Távora-Varosa, Beiras, Dão, Bairrada, Tejo, Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo e Algarve.

Patrocínios e Apoios a Feiras

Em 2017 o Crédito Agrícola voltou a ser parceiro de um conjunto de eventos que desempenham um papel relevante na dinamização das fileiras do sector primário, e na promoção do empreendedorismo. A relevância do apoio dado pelo Crédito Agrícola é ainda justificada pelas parcerias que tem vindo a estabelecer nestes eventos ao longo dos últimos anos. Em 2017 merecem destaque os patrocínios e apoios dados aos eventos em seguida descritos.

Principais patrocínios e apoios a Feiras
Festival Alma do Vinho
Agrival
Feira Agrícola do Vale de Sousa
Agronegócios
Feira Nacional de Agricultura
Ovibeja
Mercados do Campo Pequeno (Natal, Gourmet e Vinhos)
Concursos de Azeites
AGRO – Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
SISAB
Fruit Attraction e Fruit logistic
Fatacil

CA PARCEIRO BANCÁRIO OFICIAL DO CONCURSO “IDEIAS DE NEGÓCIO”

A Biblioteca Municipal de Mangualde foi cenário de apresentação da 2.ª edição do “Concurso de Ideias de Negócio – *Wanted Business Ideas*”, uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal Viseu-Dão-Lafões, tendo como parceiro estratégico bancário o Crédito Agrícola de Vale do Dão e Alto Vouga.

CA APOIA FILEIRA DA CANA-DE-AÇÚCAR

NA 62.ª FEIRA AGROPECUÁRIA DO PORTO MONIZ

O Grupo Crédito Agrícola estabeleceu, a 29 de Agosto, um protocolo com o Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, para a disponibilização de meios financeiros aos produtores de cana-de-açúcar. Através deste protocolo o Crédito Agrícola disponibiliza uma linha de crédito bonificado no valor de 2,3 milhões de euros cujo objectivo é ajudar a suprir as necessidades de fundo de maneio e de financiamento para a aquisição da referida matéria-prima, efectuada pelas agroindústrias do fabrico de rum agrícola e do mel de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é o terceiro produto agrícola mais cultivado na região autónoma e tem por isso um papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico da Madeira e do país.

2.2 RESPONSABILIDADE COM AS COMUNIDADES

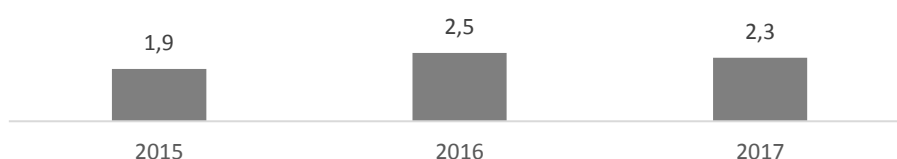
O modelo de cidadania do Crédito Agrícola caracteriza-se pela actuação cirúrgica de cada CCAM em resposta às principais problemáticas e desafios que cada comunidade local apresenta. Este modelo garante uma forma de intervenção diferenciada de formatos mais uniformizados, garantindo que o CA seja um agente que contribui para a resolução de problemas e necessidades concretas da comunidade local onde desenvolve a sua actividade, em articulação com as principais instituições do tecido social local.

A responsabilidade social do Crédito Agrícola apoia iniciativas e instituições que desenvolvem a sua actividade em 5 áreas: cultura; desporto; solidariedade social, séniores e educação. Dada a intervenção local da responsabilidade do Crédito Agrícola, é identificada ainda uma 6.ª categoria, denominada “outras” que, em 2017, foi a segunda mais relevante em termos do número de instituições apoiadas e a mais relevante em termos do valor total investido. Relativamente às tipologias dos apoios concedidos estão segmentadas em donativo monetário e incluindo patrocínios, e/ou donativos em bens e equipamentos.

Indicador de Responsabilidade Social para com a Comunidade Local em 2017	
2,3	Milhões de euros investidos na comunidade em acções de responsabilidade social
2.883	Instituições apoiadas
16%	Peso do valor total do investimento na área cultural
5	Número de fundações em funcionamento como instituição veículo dos apoios à comunidade

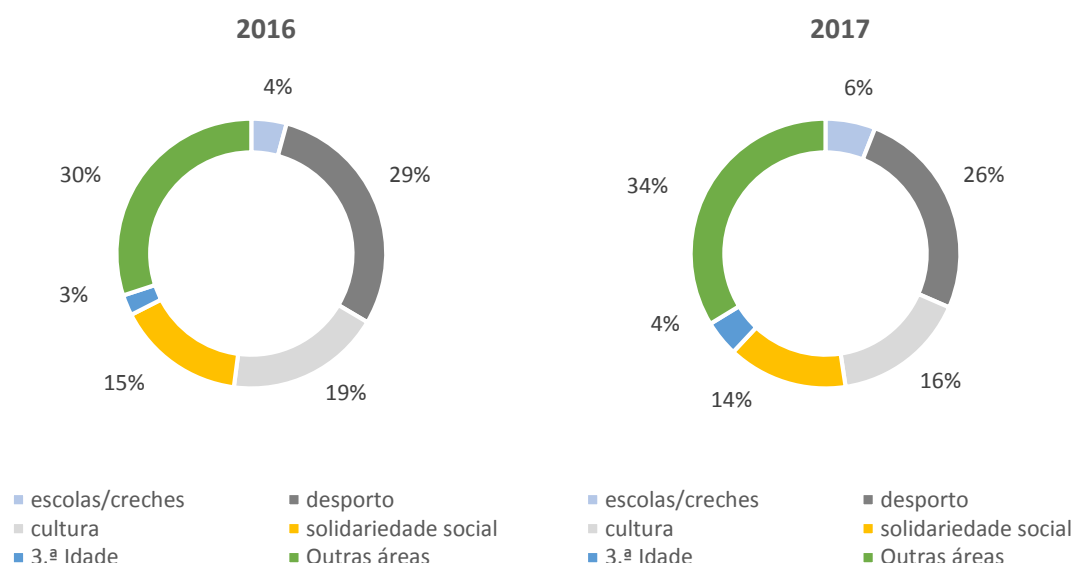
O investimento em responsabilidade social em 2017 foi de 2,3 milhões de euros, descendo cerca de 8% em comparação com 2016. Neste valor estão contemplados donativos e patrocínios realizados.

Investimento em responsabilidade social em 2015, 2016 e 2017 (milhões de euros)



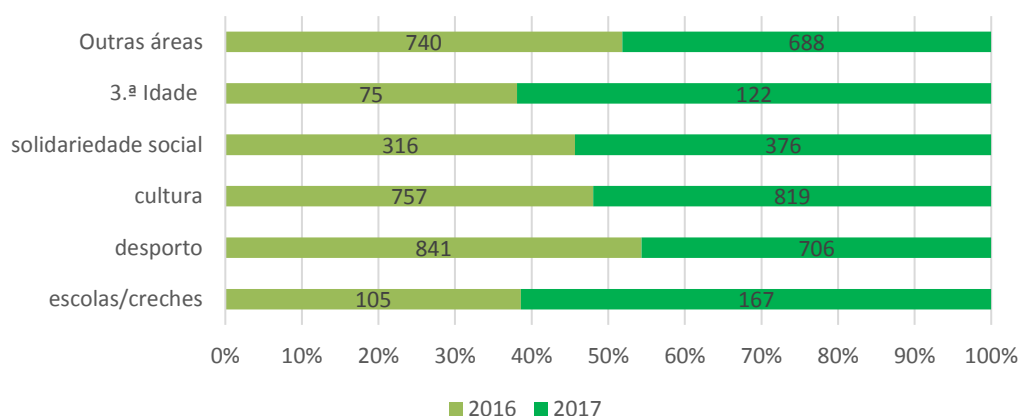
A distribuição do investimento em responsabilidade do Crédito Agrícola em 2017 continua similar ao período homólogo, tendo havido um aumento da equidade na distribuição de fundos pelas diferentes áreas. Não menos importante é o peso da categoria “outras áreas”, que representa 34% do valor total do investimento social, por traduzir um investimento social em causas e necessidades específicas de cada localidade.

Distribuição do investimento em responsabilidade social em % do total



Em 2017 foram apoiadas um total de 2.883 instituições, mais 1% que em 2016. Verificou-se ainda uma maior dispersão nas instituições apoiadas (categoria “outras áreas”), traduzindo a matriz de apoio social do Crédito Agrícola, que pauta a sua actuação social por respostas às necessidades específicas de cada comunidade. Nas áreas de cidadania estratégicas, o maior aumento do número de instituições apoiadas verificou-se nas áreas de escolas e creches, e de instituições de apoio à terceira idade, com mais 59% e 63%, respectivamente.

Número de instituições apoiadas em 2016 e 2017



Uma componente adicional dos apoios concedidos em 2017 foi feita através de compra e doação de equipamentos para bombeiros, hospitais, ente outras instituições. A maior fatia destas contribuições foi, neste ano, para os bombeiros, valorizada em mais de 200 mil euros.

Milhares de Clientes do Crédito Agrícola

Ajudam vítimas dos incêndios

Milhares de portugueses associaram-se à Campanha de Solidariedade CA, criada para apoiar as vítimas dos incêndios de em Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra. Os fundos angariados, no valor de 218 mil euros, pelos Clientes do CA, contribuíram para recuperar parte das perdas materiais sofridas por famílias e empresas daquelas localidades.

O Crédito Agrícola entregou os donativos recolhidos pela Conta Solidária CA à União das Misericórdias Portuguesas, cujo apoio directo às vítimas tem sido reconhecido por todos, nomeadamente na reconstrução de habitações permanentes e na recuperação de empresas, tendo criado um grupo de trabalho para fazer um levantamento das necessidades prementes das populações afectadas pelos incêndios. Um trabalho que foi desenvolvido em conjunto com a Segurança Social, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e as Câmaras Municipais e Misericórdias de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Sertã e Penela. Com esta acção o Crédito Agrícola assumiu uma posição activa no desenvolvimento e bem-estar social dos portugueses e congratula uma vez mais, o espírito solidário dos seus Associados, Clientes e Colaboradores.

Apoio à cultura

O Grupo Crédito Agrícola apoia manifestações culturais em diversas áreas artísticas. Das iniciativas culturais apoiadas em 2017 salientamos as seguintes:

- Apoio dado pela CCAM Cantanhede e Mira à realização de concertos em diversas localidades no âmbito da comemoração do Centenário da Morte do compositor e músico António de Lima Fragoso (natural da Pocariça, aldeia do Concelho de Cantanhede).
- Apoio à Jobra - Conservatório de Música da Branca, pela CCAM Albergaria e Sever.
- Apoio à Expofacic - Exposição/Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Cantanhede, evento que reuniu mais de 300 mil participantes e que contou, na sua programação cultural, com a oferta de diversos espectáculos, com nomes emblemáticos da música nacional e internacional.
- A Fundação da CCAM do Vale do Távora apoiou a celebração do Dia Mundial do Teatro, permitindo a exibição da peça “O Rei que comia histórias”, vista por crianças do 1º Ciclo do Agrupamento Escolar da região. O espectáculo teve como principal finalidade alertar as crianças para a importância da leitura e do conhecimento que daí resulta.
- O CA do Norte Alentejano voltou a patrocinar, em 2017, o Festival do Crato, evento cultural de referência desta região.
- Apoio à realização do documentário “Nazaré, Uma Onda Para a História”. Integrado no âmbito do SAL – Surf at Lisbon Film Festival, o filme aborda várias temáticas sobre o Surf da Nazaré.

Educação

O Crédito Agrícola tem desempenhado um papel importante na atribuição de prémios aos alunos com melhor desempenho escolar. Estas iniciativas, que decorrem por todo o país, são relevantes dado que estimulam a adesão, junto dos mais jovens, de valores que irão determinar a qualidade e bem-estar da sua vida futura e da comunidade onde estão inseridos.

- No âmbito do Programa Nota 20 promovido para todo o Grupo Crédito Agrícola foram premiados 120 alunos, do 7.º ao 12.º, pelos resultados escolares alcançados no ano lectivo de 2016/2017. Esta iniciativa atribuiu aos 20 melhores alunos de cada ano de escolaridade prémios monetários entre os 100 e os 1.000 euros, num total de 25 mil euros, para depósito nas contas poupança. Com esta iniciativa o Crédito Agrícola incentiva e valoriza o empenho escolar dos jovens premiando, por um lado, a cultura de mérito, e, por outro lado, hábitos de poupança junto dos jovens.
- Prémios de Mérito Escolar - foram atribuídos cerca de 11.740 euros em donativos a 44 alunos das Escolas de Beja e Mértola.
- Apoio a uma iniciativa conjunta, com o Município de Ovar - "Mais e Melhores Leitores", com a atribuição de prémios monetários a estudantes entre o 1º e o 9º Ano pela CCAM Beira Centro.
- A CCAM do Baixo Mondego premiou os melhores alunos, filhos dos elementos da Corporação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz.
- No âmbito do protocolo de colaboração entre o CA Coimbra e a Fundação para Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP) decorreu mais uma cerimónia de entrega dos prémios 'Mentes Brilhantes'. Com esta iniciativa esta CCAM pretende facilitar à comunidade escolar o acesso a programas de estudos avançados, incentivando e premiando o desenvolvimento de talentos especiais
- O CCAM Alto Douro iniciou, em 2017, uma parceria com uma docente universitária, autora de livros infantis, para a promoção do gosto pela leitura e pela escrita junto de crianças do 1º ciclo do Ensino Básico. O projecto, designado "Cozinha (com) as tuas palavras", inspirado no programa televisivo *Masterchef Junior*, consiste num concurso cujos destinatários são crianças do 3º e 4º anos do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas de Bragança, Alijó, Vinhais e Sabrosa. Em 2017 a iniciativa abrangeu um total de cerca de 850 alunos de 6 Agrupamentos de Escolas.
- A Fundação da Caixa Agrícola do Vale do Távora e Douro atribuiu bolsas de estudo aos jovens carenciados dos concelhos da sua área de acção e premiou ainda o esforço e o bom desempenho escolar dos candidatos que obtiveram resultados excepcionais, mediante a atribuição de bolsas de mérito.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

RENOVAÇÃO DO CLUBE DO CRISTAS

O Clube do Cristas é uma comunidade infantojuvenil com diversas actividades lúdicas e pedagógicas, que pretende inculcar nas crianças hábitos de poupança. Em 2017 foi lançada a aplicação deste Clube, disponível para tablet e smartphone, nas versões Android. O Clube apresenta ainda novas funcionalidades: novos jogos, uma agenda cultural e um Banco virtual CA Júnior com a criação de uma poupança virtual.

CA DE ALCOBAÇA RECEBE VISITA DE ESTUDO

O CA de Alcobaça recebeu a visita de um grupo de crianças do Centro de Assistência Paroquial de Pataias. Esta visita foi projectada no âmbito do tema "Profissões" que o Centro está a desenvolver.

CA DE SALVATERRA DE MAGOS PROMOVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O CA recebeu um grupo de 24 crianças, com idades entre os 4 e os 5 anos, para uma aula de educação financeira. E foi justamente a Agência de Foros de Salvaterra, do CA de Salvaterra de Magos, o cenário da visita de estudo. Uma visita muito divertida, com o filme "O Cristas" a animar o encontro, mascote que depois seguiu para casa dos pequenos ilustres visitantes, sob a forma de mealheiro, num claro incentivo à poupança.

CA APOIA LITERACIA DIGITAL

O Grupo Crédito Agrícola associou-se ao Movimento pela Utilização Digital Activa, o MUDA. Uma iniciativa que tem como objetivo fomentar a “educação digital” dos portugueses, contribuindo assim para uma sociedade mais evoluída, inclusiva e participativa, criando desta forma uma economia mais forte e competitiva.

A par das várias plataformas de informação já desenvolvidas, o MUDA promove igualmente uma digressão pelos 18 distritos de Portugal que permitirão uma primeira experiência na internet a muitas pessoas e a apresentação de meios sofisticados como a realidade virtual.

Está ainda a ser criada uma rede de espaços constituída pelas muitas lojas e balcões dos parceiros MUDA, onde os cidadãos poderão também desenvolver os seus conhecimentos e ser desafiados para avançar na literacia digital.

Desporto

O apoio dos valores desportivos e do bem-estar que a estes estão associados têm sido um dos traços da cultura de responsabilidade do Crédito Agrícola. Neste âmbito o Grupo tem possibilitado que diversas instituições desportivas cumpram com a sua missão, estimulando milhares de jovens para a prática desportiva.

Em 2017 manteve a sua política de continuidade de patrocínios nas seguintes áreas: motociclismo – todo-o-terreno, automobilismo – rali, surf, bodyboard, ciclismo em várias classes, entre outros. Esta política de proximidade que caracteriza o Grupo foi também aplicada ao nível dos patrocínios e apoios concedidos a nível nacional, incidindo nos sectores desportivos e sócio/culturais.

Principais atletas/eventos/modalidades desportivas apoiadas	
Motociclismo	Mário Patrão
Automobilismo	João Ruivo, Paulo Ramalho, Rui Ramalho e Rafael Lobato
Ciclismo	35.ª Volta ao Alentejo em Bicicleta, Alcobaça Clube de Ciclismo
Surf e Bodyboard	Teresa Almeida, Kathleen Barrigão, Crédito Agrícola Júnior Cup
Outras modalidades apoiadas	Triatlo, Kart, Atletismo

Solidariedade Social

O apoio do Crédito Agrícola a iniciativas e instituições de solidariedade social é evidenciado, em 2017, pelos seguintes apoios:

- Aquisição de uma viatura para transporte de doentes pela CCAM Douro e Coa.
- Para além do donativo através da conta CA Solidária, diversas CCAM realizaram doações às vítimas dos incêndios do Verão de 2017. Foi o caso da CCAM Beira Centro, que doou €2.500,00 a cada um dos seguintes Municípios: Arganil, Góis, Tábua e Vila Nova de Poiares.

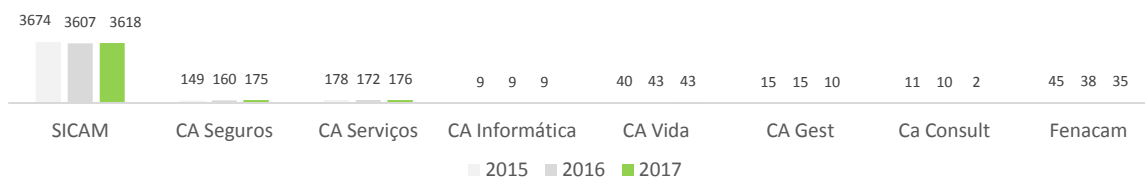
- No dia internacional da criança com cancro, os Colaboradores do CA do Vale do Távora e Douro estiveram no Centro Hospitalar de Vila Real. Na companhia dos Doutores Palhaços, o Dr. Boavida e o Dr. Zundapp, os Colaboradores procuraram criar experiências e momentos de alegria às crianças ali hospitalizadas, minimizando o peso que o internamento tem nas suas vidas e na dos próprios familiares.
- Em 2017 a CA Vida celebrou solidariamente o seu 19º aniversário realizando uma acção de recolha de sangue, em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação. Nesta acção de sensibilização interna, e sob o mote “Unidos pelo Sangue. Juntos pela Vida”, participaram mais de 50 Colaboradores das empresas do Grupo, CA Vida, CA Seguros e CA Gest que, voluntariamente, contribuíram para reforçar as reservas de sangue em Portugal.
- A FENACAM entregou em 2017 ao Instituto Camões 5.481 kits escolares e 917 sacos-mochila, entre outros produtos direccionados a crianças (donativos FENACAM + 70 Caixas Agrícolas, no valor total de 6.852,83 euros), numa campanha direccionada para sensibilização da importância da educação escolar e para a promoção da língua portuguesa em escolas de Cabo Verde.
- A CA Vida organizou, mais uma vez em 2017, uma acção de beneficência que teve como objectivo melhorar o dia-a-dia de crianças/jovens carenciadas e suas famílias que diariamente são apoiadas por um centro comunitário. A iniciativa consistiu na doação de produtos feitos através de uma recolha de alimentos, brinquedos e livros junto dos Colaboradores.
- O Escritório de Representação do Crédito Agrícola em Genebra apoiou a realização da Viagem Solidária Vernier-Tondela em Bicicleta, integrada no projecto “Chaîne de l’Espoir”. Com início a 25 de Maio e chegada a 4 de Junho, seis membros da Associação “Amis Cyclistes de Vernier” percorreram de bicicleta os 1.800 km que separam Vernier (Suíça) de Tondela (Portugal), tendo como principal objectivo a angariação de donativos para a “Vários - Cooperativa de Solidariedade Social”. A verba apurada, no valor total de 27 mil euros, foi entregue pelo CA à Associação Vários na etapa final desta viagem solidária.
- A Fundação da Caixa Agrícola do Vale do Távora e Douro esteve, a 19 de Julho, na Agência do CA de Armamar, para proceder à entrega de um computador a um jovem que apresenta um grave problema de visão. O jovem Raul só consegue estudar quando apoiado por um computador com ecrã de alta resolução e tendo instalada uma aplicação informática que funciona como lupa electrónica. Sucede que o equipamento que o jovem vinha utilizando encontrava-se bastante lento e desactualizado, o que inevitavelmente estava dificultar os seus estudos.
- A Fundação da Caixa Agrícola do Vale do Távora e Douro atribuiu mensalmente fruta aos alunos do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas parceiras de Aguiar da Beira, Penedono, Armamar, Tabuaço e Trancoso, no âmbito de um projecto que pretende melhorar a educação alimentar e suprir algumas carências alimentares sentidas naquela população escolar. Este projecto reforça a missão do PERA – Programa Escolar de Reforço Alimentar, sob a tutela do Ministério da Educação e da Ciência, que procura garantir que as crianças têm acesso a uma primeira refeição do dia, e ainda sensibilizar os alunos e as suas famílias para a importância do pequeno-almoço tomado em casa e benefícios da alimentação saudável.

2.3 RESPONSABILIDADE COM OS COLABORADORES

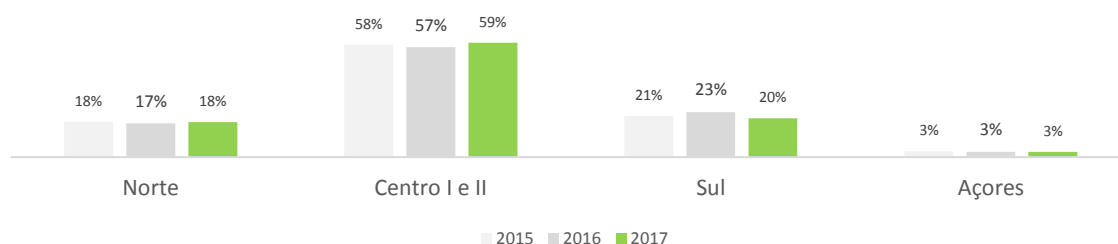
Equipa Grupo CA

Em 2017 a equipa de Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola apresentou uma distribuição análoga aos anos anteriores entre as diferentes empresas do Grupo, quer relativamente ao número de Colaboradores por empresa, quer em matéria de distribuição geográfica.

Distribuição dos Colaboradores pelo SICAM, Empresas Participadas e FENACAM

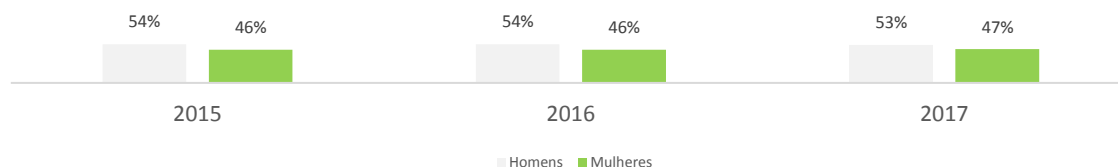


Distribuição geográfica dos Colaboradores

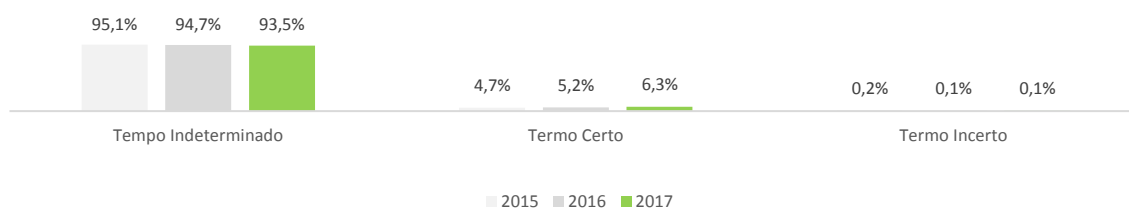


A caracterização da equipa por tipo de contrato de trabalho, assim como a relação entre o peso de Colaboradores masculinos e femininos mantém-se homóloga a 2016, embora se verifique uma diminuição de 1 p.p. nas mulheres.

Distribuição equipa por género

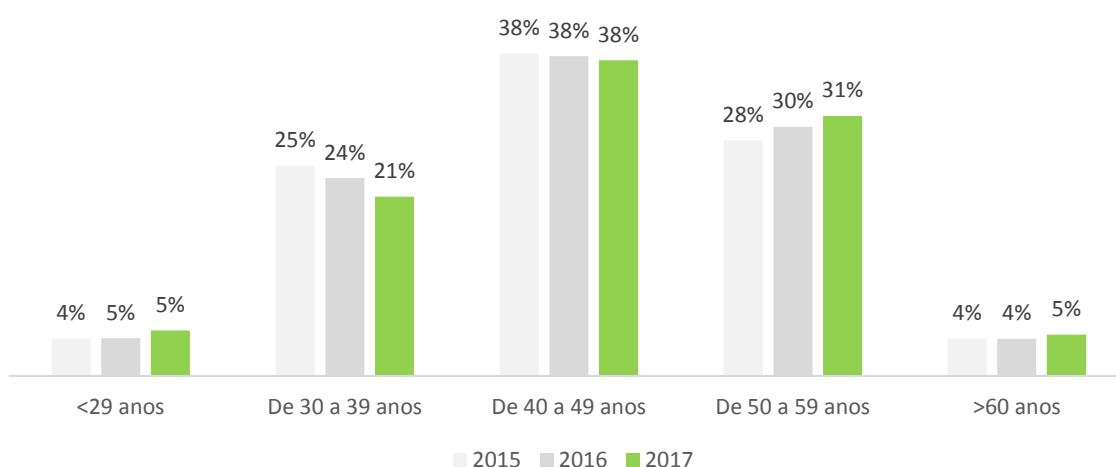


Caracterização do efectivo por tipo de contrato de trabalho



A caracterização da equipa por faixa etária mantém também uma distribuição semelhante aos anos anteriores, verificando-se uma descida de 3 p.p. na faixa etária dos 30 aos 39 anos.

Caracterização do efectivo por faixa etária

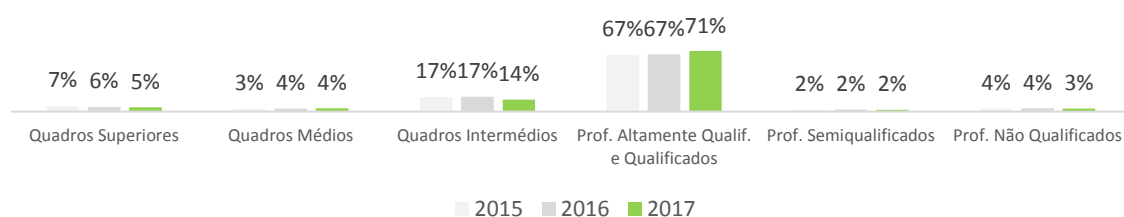


O Grupo Crédito Agrícola revela uma forte capacidade de retenção dos seus Colaboradores, expressa na antiguidade da equipa: 66% dos Colaboradores estão no Grupo há mais de 15 anos. Relativamente à distribuição funcional, 71% dos Colaboradores estão integrados na categoria profissionais altamente qualificados e qualificados, mais 4 p.p. que em 2016. Os quadros intermédios conheceram uma redução de 3 p.p.

Caracterização do efectivo por antiguidade

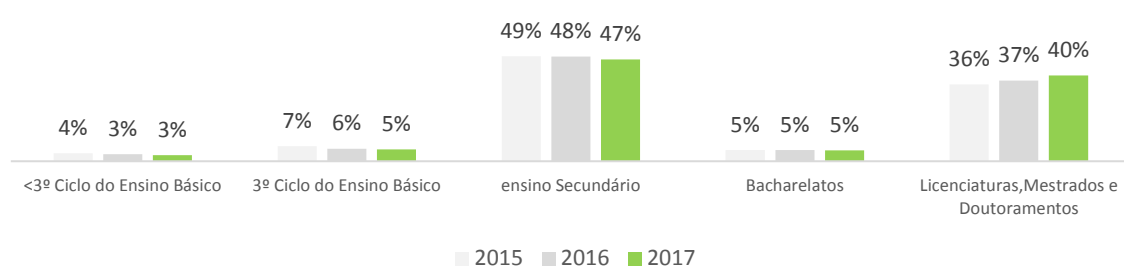


Caracterização do efectivo por distribuição funcional



Relativamente às habilitações académicas 47% tem o ensino secundário e 40% possui um grau académico do ensino superior.

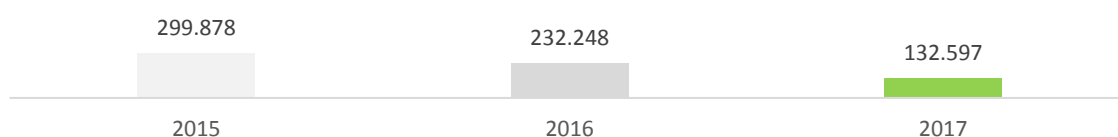
Caracterização do efectivo por habilitações literárias



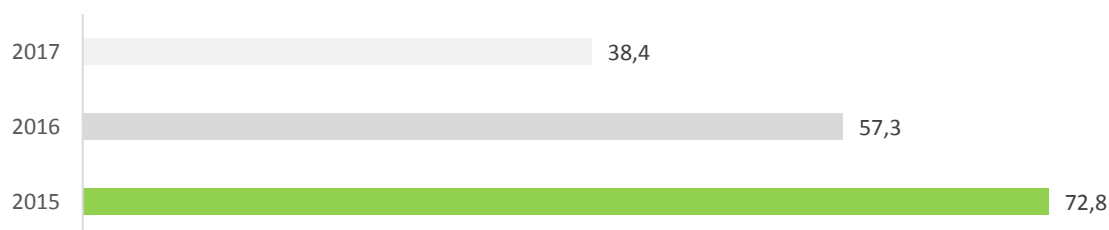
Formação

Em 2017 foram ministradas um total de 132.597 horas de formação, menos 43% que em 2016. O número de horas de formação por Colaborador diminui 33%, para um total de 38,37 horas.

Número de horas de formação



Média de horas de formação por Colaborador



O número de participantes registou, em 2017, um aumento em formação presencial de 29,4%, e uma diminuição na formação *e-learning*, em 12,5%. O número de horas de formação presencial aumentou em 23,8%, tendo diminuído substancialmente no registo de *e-learning*, em 81,4%.

NÚMERO DE PARTICIPANTES (1)	2017	2016	VAR. % '17/'16
Presencial	7.710	5.959	29,4%
E-learning	3.192	3.647	-12,5%
NÚMERO DE HORAS			
Presencial	105.145	84.898	23,8%
E-learning	27.452	147.350	-81,4%

(1) O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações

Benefícios

Os benefícios atribuídos aos Colaboradores estão segmentados nas seguintes 3 áreas, sendo ainda referenciado no final deste subcapítulo os encargos de protecção social assumidos pelo Crédito Agrícola:

- Benefícios relacionados com a saúde, formação e família
- Crédito
- Cultura, Desporto e Bem-estar

Saúde, formação e família

Em 2017, o Grupo Crédito Agrícola participou diversos cursos à distância, licenciaturas, pós-graduações e mestrados num montante total de 1.180 mil euros. Do total deste investimento o Fundo de Formação participou 821 mil euros, dos quais 108 mil euros permitiu a frequência de 91 formandos do curso superior de gestão bancária ministrado pelo IFB.

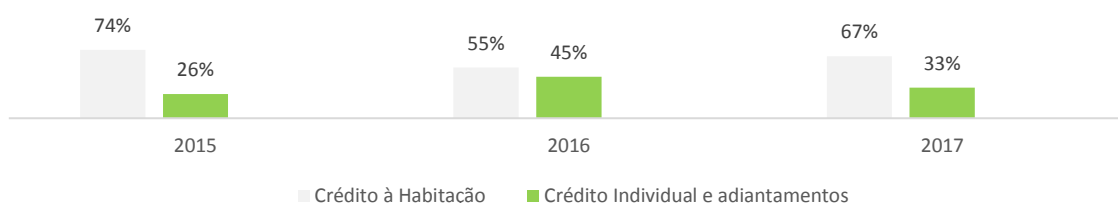
Crédito

Os Colaboradores do Crédito Agrícola beneficiam de condições especiais em vários produtos e serviços financeiros, nomeadamente:

- No recurso ao crédito à habitação;
- Na contratualização de vários seguros;
- Na redução de despesas de manutenção na anuidade dos cartões de crédito e de débito;
- Na redução de despesas de manutenção na emissão de cheques;
- Na isenção de despesas de comissão de manutenção nos depósitos a ordem;
- Crédito para despesas pessoais a taxas simbólicas;

Do crédito concedido aos Colaboradores em 2017, 67% foi crédito à habitação, e 33% crédito individual e adiantamentos, tendo o crédito à habitação aumentado o peso em relação a 2016, e o crédito individual diminuído em 2017 face ao ano anterior.

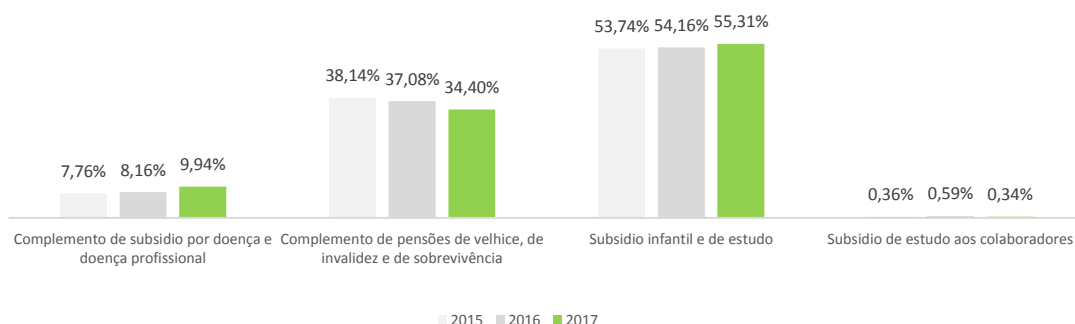
Crédito concedido aos Colaboradores



Protecção Social

Dos encargos de protecção social directamente suportados pela empresa, o subsídio infantil e de estudo assume um peso de 55% em valor investido. O segundo maior investimento é alocado ao complemento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, tendo assumido um peso de 34% dos encargos em 2017.

Encargos de protecção social directamente suportados pela empresa



A par do apoio e relacionamento com a comunidade, a responsabilidade social interna representa uma dimensão importante da Política de Sustentabilidade do Grupo CA. Neste âmbito são implementadas iniciativas dirigidas aos Colaboradores do Grupo, que nalguns casos se estendem aos seus familiares. Para além de actividades da área da cultura, desporto e bem-estar, merece destaque o Encontro Anual, o grande momento anual de reunião de todos os Colaboradores e das suas famílias.

Cultura, Desporto e Bem-estar

A responsabilidade social integra os valores e o posicionamento do Crédito Agrícola, o que se reflecte não só ao nível da comunidade, mas também num vasto conjunto de iniciativas dirigidas aos Colaboradores do Grupo, sendo de destacar a acção do Centro de Cultura e Desporto do Crédito Agrícola.

O Centro de Cultura e Desporto do CAM nasceu do intuito de promover o desenvolvimento cultural, intelectual, físico e cívico dos Colaboradores do Crédito Agrícola Mútuo, visando promover o bem-estar e o relacionamento interpessoal.

Esta associação tem vindo, ano após ano, a recolher uma crescente adesão a iniciativas de âmbito diversificado e oportunidades sociais, empenhando-se em corresponder aos interesses dos associados e às suas expectativas, para o que foi desenvolvido um novo site institucional de forma a promover uma melhor comunicação e divulgação das diferentes iniciativas, nomeadamente no âmbito:

- Dos Núcleos de actividades desportivas: Atletismo, Ciclismo, Passeios pedestres, Golfe, Bilhar, Motard, Pesca desportiva e Triatlo;
- De actividades culturais: realização de protocolos com descontos para aquisição de bilhetes para o jardim zoológico, espectáculos, exposições e diversas instituições de cariz cultural;
- Promoção de trabalhos realizados pelos Colaboradores, nomeadamente de pintura, livros e artesanato;
- Organização de passeios, viagens e visitas a diversificados locais de interesse nacionais e internacionais, e, uma competição anual de Rally Paper;
- Biblioteca com um diversificado leque de obras, visando a promoção da leitura no seio dos trabalhadores do Grupo Crédito Agrícola;
- Realização de protocolos com diferentes entidades tendo em vista a obtenção de descontos e prestação de serviços, em áreas como a saúde, a estética, a restauração, o ensino, o estacionamento, combustíveis, comunicações;

É ainda de destacar duas acções de Solidariedade Social promovida pelo Núcleo de Motards do CCDCAM, a primeira dirigida aos Apicultores de várias zonas abrangidas pelos incêndios, com o donativo de meia tonelada de alimento para abelhas, em colaboração com a CCAM da Serra da Estrela, Município de Seia e o piloto Mário Patrão.

A segunda acção solidária realizou-se juntos das crianças internadas no Hospital de Estefânia em Lisboa, numa oferta presencial de brinquedos a cada uma delas, oferta de um televisor e 3 computadores. Esta acção contou com os donativos dos Membros do Núcleo Motard, Centro de Cultura e Desporto, colegas, familiares e da CA Serviços.

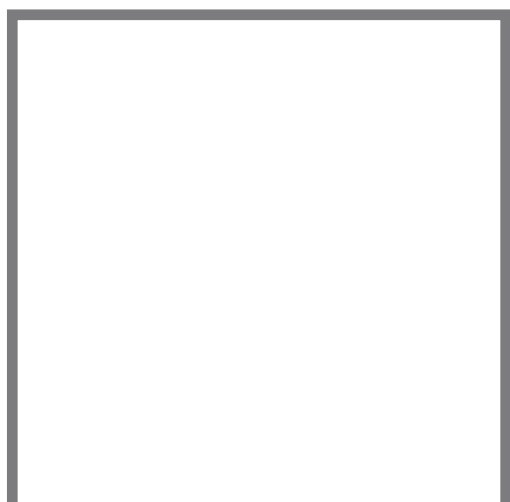
Encontros Anuais

É ainda promovida a realização de encontros de Colaboradores, tendo em vista, entre outros, o convívio, a proximidade, a partilha de experiências e a coesão, envolvendo ou não as suas famílias. É de destacar neste âmbito, a festa de Natal.

Em 2017 o Encontro Nacional do Crédito Agrícola, teve como cenário o Centro Multiusos de Lamego, numa organização do CA da Beira Douro. Contou com a presença de cerca de 1.200 pessoas. Para além de actividades de team building, o evento integrou um almoço com animação musical, com a presença de Pedro Abrunhosa e da banda Comité Caviar.

O DIA DO CA, instituído em 2017, é celebrado anualmente a 1 de Março. A justificação está no Decreto com força de Lei, de 1 de Março de 1911, constitutivo do Crédito Agrícola e que então estabeleceu as bases do Regime Jurídico das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Neste primeiro ano de celebração da data, o DIA DO CA foi criativamente assinalado por todas as CCAM, com a implementação de diversas acções em todo o território nacional.

No âmbito do concurso publicitário “Dia do CA”, o Crédito Agrícola sorteou um automóvel da marca Renault Zoe, uma viatura eléctrica. José João Barbosa Pereira, residente na freguesia de Bico – Paredes de Coura, Cliente do CA do Noroeste, foi o vencedor, sendo que além da viatura teve ainda a oferta do aluguer da bateria pelo período de dois anos.



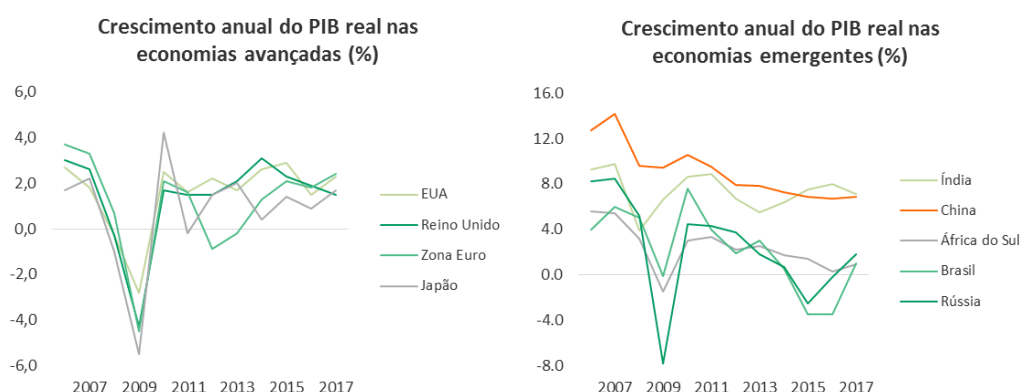
	03

Enquadramento
económico

III. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

3.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

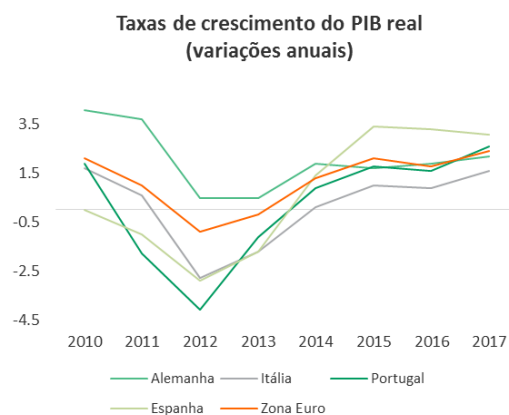
A economia internacional registou um desempenho robusto em 2017, beneficiando da atenuação de alguns factores de risco de ordem política, de condições financeiras acomodáticas nos principais blocos desenvolvidos e da retoma do comércio internacional. Destacaram-se pela positiva as economias europeias – desenvolvidas e emergentes – e também os países asiáticos, regiões onde o crescimento esperado para 2017 tem sido revisto genericamente em alta. O ritmo de crescimento dos preços tem vindo a aumentar nos países desenvolvidos, mas aquém do desejado pelas autoridades monetárias. O Banco Mundial elevou as suas estimativas de crescimento do PIB Mundial para 3% em 2017.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

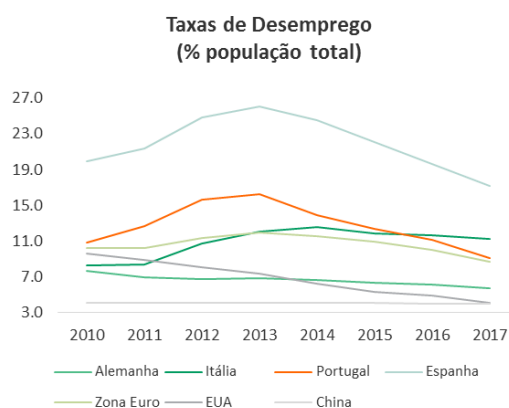
Em 2017, a economia da Zona Euro manteve-se robusta, apoiada pela manutenção das condições financeiras acomodáticas, baixo preço dos bens energéticos, recuperação da confiança entre os agentes económicos e redução dos riscos políticos. Ao longo de 2017, a economia ganhou ímpeto à medida que alguns receios que limitavam o crescimento e optimismo se foram dissipando, sendo que a procura interna continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, mas a recuperação das exportações, graças à retoma da economia a nível global, permitiu que o contributo da procura externa fosse igualmente positivo. É de salientar, no campo político, a expectativa gorada dos que esperavam que o sentimento populista que conduziu à vitória do “Sim” no *Brexit* e à eleição de Donald Trump nos EUA os levasse a ganhar as eleições em França e na Holanda, o que acabou por não acontecer.

Os 19 países que compõem a Zona Euro fecharam o ano de 2017 a crescer ao ritmo mais forte em quase sete anos, ficando o crescimento real do PIB acima dos 2% no conjunto dos países da Área do Euro. O investimento de capital também apresentou um forte crescimento em resposta à manutenção das políticas acomodáticas do Banco Central Europeu.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

Com as condições económicas favoráveis na Zona Euro, a taxa de desemprego diminuiu, tendo ficado no final do ano nos 8,7%, valor que não se registava desde Janeiro de 2009. No entanto, a recuperação do emprego não foi acompanhado por um acréscimo nos salários. Assim, a variação anual dos preços ao consumidor manteve-se entre 1% e 2% ao longo do ano, tendo encerrado 2017 em 1,4%, valor que se situa ainda abaixo da meta do BCE.

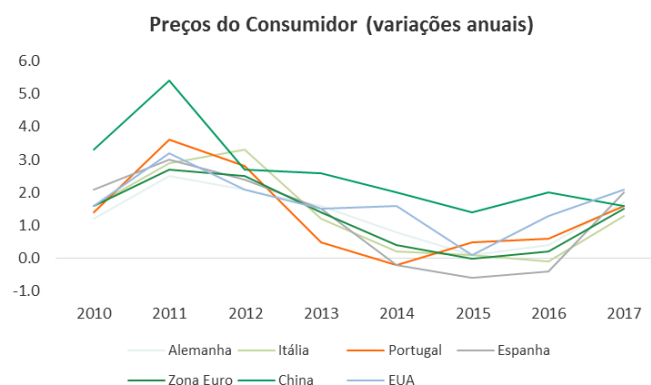


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

O BCE decidiu manter as principais taxas directoras inalteradas ao longo de todo o ano, em 0% no caso da taxa principal de refinanciamento, em -0,4% no caso da taxa dos depósitos, e em 0,25% no caso da taxa de cedência de fundos. Relativamente ao plano de compra de activos, em Abril, os montantes das compras mensais foram reduzidas para 60 mil milhões de euros, menos 20 mil milhões do que anteriormente. Em Outubro, em resposta às condições económicas favoráveis, o BCE decidiu cortar o seu programa de compras de obrigações para metade, i.e., 30 mil milhões de euros mensais a partir de Janeiro de 2018, tendo ficado expresso que este nível seria mantido até Setembro de 2018.

A economia americana acabou o ano de 2017 num ritmo forte, sendo estimado um crescimento de 2,3% do PIB, aproveitando a continuação de uma dinâmica positiva registada no segundo e terceiro trimestres do ano, com os números dos mercados de capitais, confiança dos consumidores e de emprego a apresentarem os melhores resultados dos últimos anos – em alguns casos, de sempre.

A taxa de desemprego ficou nos 4,1% perto do final do ano, sendo este o valor mais baixo em quase 17 anos. Os ganhos no mercado de trabalho foram consistentes e os empregadores estiveram activamente a recrutar para preencher as vagas em todo o país. Esta dinâmica de recuperação do mercado de trabalho suportou o consumo privado. Num ambiente de maior confiança quanto à evolução da procura interna e externa assistiu-se também à recuperação do investimento que, numa primeira fase, se focou no sector energético, estendendo-se depois a outros sectores nomeadamente à actividade industrial.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

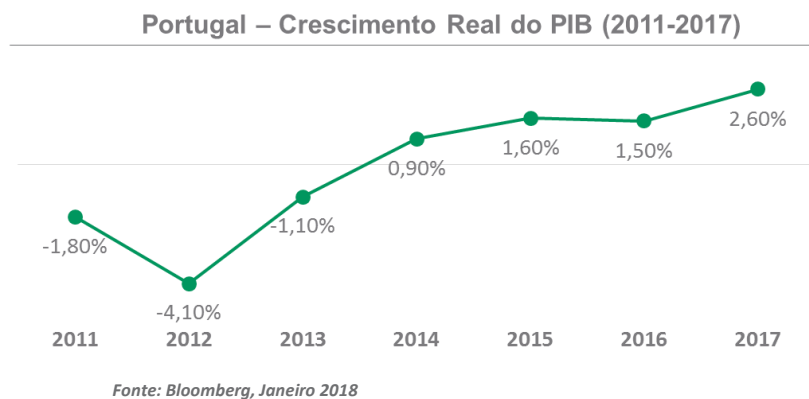
Em Dezembro, a inflação nos EUA registou a maior subida em 11 meses, com a inflação subjacente a subir para os 1,8% em termos homólogos, impulsionada pelo sector automóvel, imobiliário e de transportes.

Já a encerrar o ano, a aprovação da reforma fiscal veio dar suporte à permanência de um cenário de crescimento em 2018. Os objectivos do plano são estabelecer um conjunto de cortes permanentes de impostos para empresas e indivíduos e simplificar o regime de deduções e créditos concedidos às famílias e empresas, eliminando ou reduzindo algumas das deduções agora previstas como forma de financiar a redução de impostos.

A Reserva Federal Americana subiu a sua taxa de *benchmark* 3 vezes ao longo de 2017, estando esta actualmente no intervalo entre 1,25 e 1,50%. Donald Trump nomeou Jerome Powell para o cargo de Governador da Reserva Federal, que sucedeu a Presidente Janet Yellen em Fevereiro de 2018. Apesar desta mudança na liderança do banco central americano, não são esperadas grandes alterações na actual política de normalização das taxas de juro americanas.

3.2 ECONOMIA NACIONAL

A economia portuguesa, em 2017, cresceu mais do que o conjunto dos países da Zona Euro (2,60% versus 2,40%), algo que já não acontecia desde 1999, beneficiando do fortalecimento da procura interna e do desempenho favorável das exportações associado ao bom momento económico dos principais parceiros comerciais.



Na procura interna, o consumo privado beneficiou da recuperação do emprego e do rendimento disponível, tendo registado um crescimento médio anual de 2,2%. Já o investimento beneficiou da permanência dos baixos custos de financiamento e do fortalecimento da procura global que contribuiu para a recuperação da capacidade produtiva instalada, a qual se situava em 81,8% no 3º trimestre de 2017, valor acima dos 80,6% da média de longo prazo. Assim, o investimento registou um crescimento médio anual de 10,3% nos três primeiros trimestres do ano, depois de, durante o mesmo período de 2016, ter estagnado, tirando partido do investimento realizado pelo sector privado. O contributo da procura externa foi positivo, com as exportações nacionais a ficarem acima das importações. As exportações nacionais atingiram os 42% do Produto Interno Bruto em 2017 (que compara com 39,9% do PIB em 2016), um sinal da resiliência da economia nacional face a uma evolução na política monetária europeia.

Indicadores macroeconómicos (2015-2017)

		2015	2016	2017
Procura Externa		3,8	2,0	
	tav			
EUR/USD Taxa de Câmbio (%)		1,09	1,05	1,20
Preço do Petróleo (%)		51,2	58,5	66,4
Produto Interno Bruto		1,6	1,5	2,6
	tav			
Consumo Privado	tav	2,6	2,1	2,2
Consumo Público	tav	0,8	0,6	0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	tav	4,5	1,6	8,3
Exportações	tav	6,1	4,1	7,7
Importações	tav	8,2	4,1	7,5
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	tav	0,5	0,6	1,6
Taxa de Poupança (%)	vma	7,0	5,0	4,4
Taxa de Emprego	%	57,5	59,1	61,0
Taxa de Desemprego	%	12,4	11,1	8,9
Remunerações por Trabalhador (sector privado)	tav	0,4	2,1	-1,1
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	tav	1,7	1,7	1,5
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	tav	1,8	2,2	1,8
Taxa de referência do BCE (média)	%	0,05	0,00	0,00
Euribor 3 meses (média)	%	0,00	-0,27	-0,33
Yield das OT Alemãs 10 anos (média)	%	0,63	0,20	0,35
Yield das OT Portuguesas 10 anos (média)	%	2,52	3,76	1,94

Fonte: Banco de Portugal (Dezembro 2017), Banco Central Europeu (Dezembro 2017) e Bloomberg (Janeiro 2018)

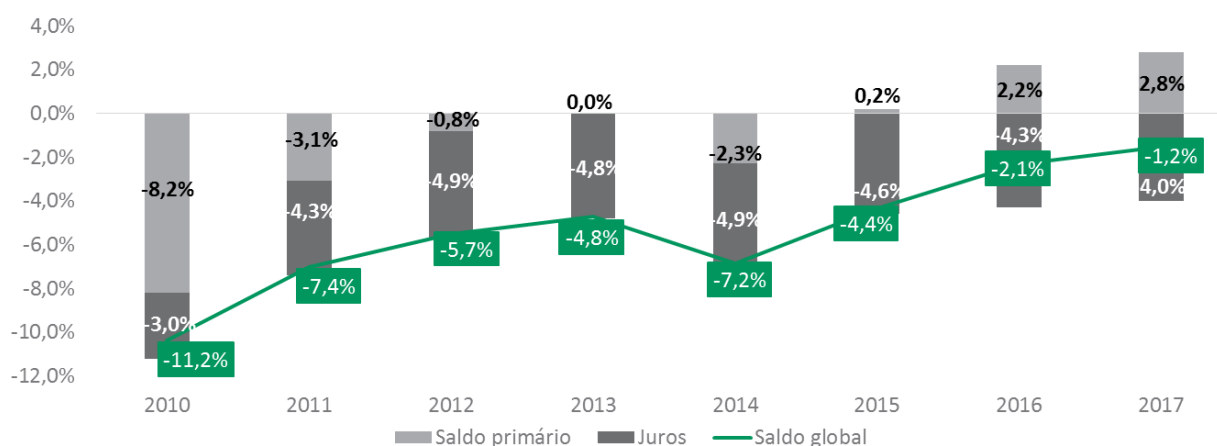
tav: Taxa anual de variação; vma: variação média anual

Os principais indicadores económicos divulgados, no que se refere ao último trimestre do ano, sugerem um crescimento sólido e superior à Zona Euro que contribui para a redução do *gap* de riqueza por habitante entre Portugal e a região da moeda única.

A taxa de desemprego nacional registou um das descidas mais acentuadas entre os países da Europa, situando-se no final de 2017 perto dos 8,9% (11,1% em 2016).

O ritmo de crescimento dos preços ao consumidor registou, ao longo do ano, um movimento de gradual aceleração. Esta dinâmica foi particularmente alimentada pela subida dos preços dos bens energéticos, cujo contributo para a taxa de inflação média anual foi ganhando importância ao longo do ano. O assinalável dinamismo registado no turismo teve impacto nos preços praticados no sector hoteleiro e, consequentemente, contribuiu para a aceleração da inflação durante o ano. Contudo, em Dezembro, a taxa estabilizou em 1,5% (1,2% de excluímos energia e alimentação), tendo-se verificado maior agravamento de preços nos transportes, restaurantes e hotéis (mais de 3% face ao mesmo período do ano anterior).

Saldo orçamental do Estado Português: Saldo global e primário (% PIB)



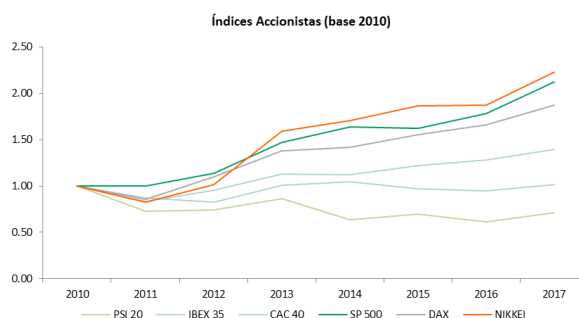
Fonte: Banco de Portugal, Janeiro 2018

O défice do conjunto das Administrações Públicas fechou o ano de 2017 em 2.574 milhões de euros, o que se traduziu numa melhoria de 1.607 milhões de euros face a 2016. Apesar da redução do défice em contabilidade pública entre 2016 e 2017, o seu valor em termos brutos ficou 104 milhões de euros acima da meta traçada. Em Outubro, aquando da actualização das estimativas para o ano de 2017 (O. E. 2018), o Governo fixou a meta do défice para 2017 em 1,4%. Posteriormente, o Governo tem vindo a apontar para objectivos mais ambiciosos, com o primeiro-ministro, António Costa, a adiantar que o défice do ano de 2017 terá ficado em torno de 1,2% do PIB.

3.3 MERCADOS FINANCEIROS

Mercados accionistas

O mercado de acções americano fixou sucessivos máximos históricos ao longo de 2017, com o Dow Jones a bater pela primeira vez os 20.000 pontos em Janeiro, 21.000 em Março, 22.000 em Agosto e finalmente 24.000 no último dia de Novembro, tendo terminado o ano nos 24.719,22 pontos. Já o S&P 500 arrecadou uns impressionantes 62 novos recordes em 2017, encerrando o ano nos 2.673 pontos. Os níveis de confiança das empresas e dos consumidores mantiveram-se em níveis elevados ao longo do ano. Os líderes deste crescimento foram sem dúvida os grandes nomes do sector tecnológico como a Amazon, Facebook, Apple, Microsoft e Alphabet.

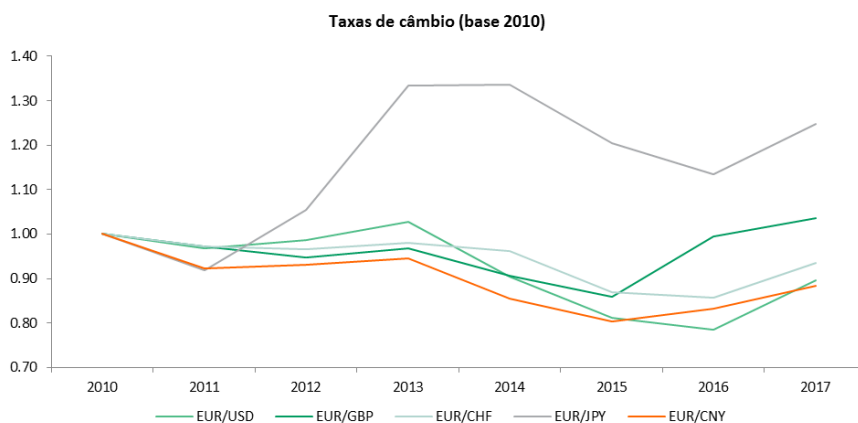


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

Com desenvolvimentos políticos favoráveis e dados económicos fortes, o mercado de capitais na Europa também se valorizou. Os investidores ficaram aliviados em Maio quando Emmanuel Macron ganhou as eleições francesas, no entanto, mais tarde, as preocupações voltaram com a incerteza política na Alemanha e em Espanha. O *Stoxx 600* encerrou o ano a avançar 7,68%. Na Alemanha, apesar da incerteza política na segunda metade do ano, o DAX ganhou 12,51%. Nos periféricos, o PSI 20 encerrou o ano a subir 15,15% e a *Borsa Italiana* 13,61%. O IBEX 35 teve uma performance inferior, penalizado pela crise da Catalunha tendo, ainda assim, registado uma valorização de 7,4%.

Mercados monetários - Taxas de câmbio e taxas de juro de referência

No que diz respeito às principais moedas, o ano de 2017 foi um ano de valorização do euro relativamente às moedas rivais. Ao longo do ano, o euro registou uma apreciação acumulada de 14,15% face ao dólar, 9,16% face ao franco suíço, 10% face ao iene japonês e 4% face à libra esterlina. No início do ano com o EUR/USD nos 1,052 dólares, referia-se como provável a paridade entre as duas moedas. No entanto, o par fechou o ano a 1,20 dólares, valor que não era verificado desde 2015. Efectivamente, as expectativas quanto à solidez do crescimento da Zona Euro e quanto à remoção das medidas monetárias não convencionais levaram à maior procura do euro contra as restantes moedas.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

Segundo o *Bank of International Settlements*, o dólar continua a ser a moeda dominante em mais de 80% das transacções cambiais. Com as expectativas de maior suporte ao crescimento por parte das políticas da nova Administração a desvanecerem-se à medida que o tempo ia passando, nomeadamente com o adiamento dos planos de obras públicas e de introdução de um novo pacote fiscal, a moeda norte americana foi perdendo força ao longo do ano. Em termos políticos, foi igualmente significativa a forte oposição do Congresso às medidas prometidas em campanha eleitoral, como o fim imediato do programa conhecido por *Obamacare*. Quanto à política monetária, a *Fed* prosseguiu o ciclo de subida das taxas de juro que, embora tenha ampliado o diferencial de juros para o euro, não trouxe uma significativa apreciação da moeda, visto que os movimentos já tinham sido antecipados pelos mercados e tornaram-se num não-evento.

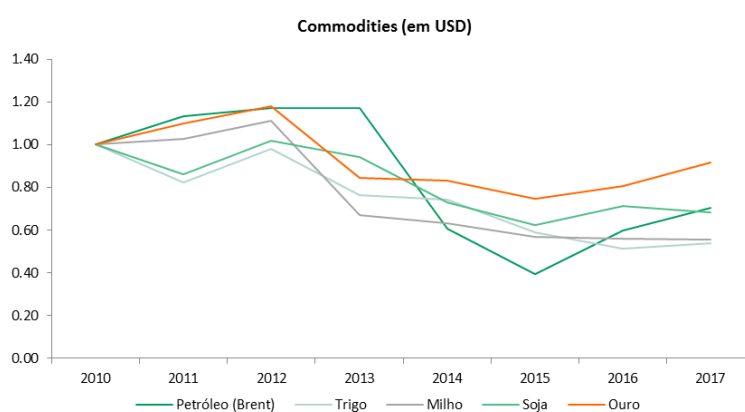
Apesar do iene japonês se ter desvalorizado em relação ao euro, manteve grande firmeza face ao dólar. Na maior parte do ano o par USD/JPY variou dentro do intervalo largo compreendido entre 107 e 116, sem

tendência. O Banco Central Nipónico defendeu sempre uma maior estabilidade da moeda, nunca hesitando em fazer intervenções no mercado de forma a evitar movimentos de apreciação da sua moeda.

A libra acabou por ter um comportamento de maior estabilização no segundo semestre do ano, depois do movimento de depreciação que ocorreu entre Maio e Agosto. Ao longo de 2017, o comportamento da libra foi condicionado pelo *Brexit* e os avanços e recuos decorrentes de todo o processo. Até à data de Março de 2019, data final para o divórcio definitivo do Reino Unido da EU, será sempre um dos principais factores de mercado.

No mercado monetário, a taxa Euribor a 1 mês apresentou uma tendência de subida encerrando o ano de 2017 a -0,368% e a Euribor a 1 ano desceu, fechando o ano em -0,186%.

Matérias-primas

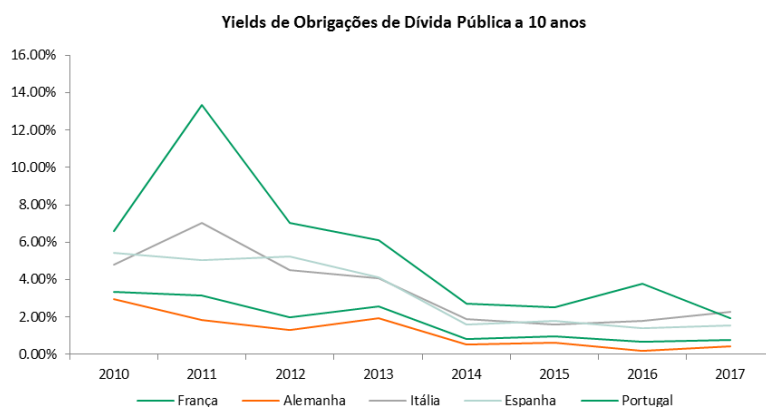


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

O mercado do petróleo teve alguns factores relevantes que condicionaram de forma significativa a sua evolução ao longo de 2017. Do lado dos produtores, esteve a preocupação para com um maior equilíbrio entre a oferta e a procura, uma vez que o desfazamento existente estaria a colocar em risco a evolução dos preços. O petróleo iniciou o ano perto dos \$60, com fortes expectativas de retoma e reforço do consumo ao longo do ano de 2017. No entanto, o ciclo de crescimento em curso nos vários blocos não iria trazer acréscimos significativos da procura, havendo até, durante algum tempo, dúvidas em relação ao crescimento da actividade na China. Face à possibilidade de ocorrer um abrandamento mais expressivo do crescimento chinês, surgiram reacções negativas nos mercados de *commodities*. O petróleo chegou a registar um mínimo de \$44 no final de Junho. Na segunda metade do ano houve uma recuperação dos preços do petróleo, com a maior visibilidade nos cortes de produção na OPEP e com a perspectiva de um aumento do consumo no ano seguinte. Assim, a tendência de subida dos preços foi surgindo de forma consistente e sistemática, levando o petróleo a encerrar o ano em torno dos \$66.

O ouro negociou durante a maior parte do ano dentro do intervalo dos \$1.200-\$1.300 e encerrou o ano a valorizar mais de 13% nos \$1.302,8. Embora a *Fed* tenha continuado com o seu processo de normalização das taxas de juro e dos mercados accionistas terem acelerado, a *performance* do ouro foi assinalável.

Mercado obrigacionista



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

O mercado obrigacionista continuou condicionado pela permanência de políticas monetárias acomodáticas e baixos níveis de inflação. Estes factores limitaram o movimento de subida das *yields* dos principais *benchmarks* na Zona Euro e EUA que, embora tenham recuperado dos mínimos registados no ano anterior, se mantiveram em níveis historicamente muito baixos.

Já entre os países da periferia da região da moeda única, foram verificados movimentos mais significativos, nomeadamente no caso da dívida pública nacional, que beneficiou do facto de duas agências de notação financeira terem elevado a avaliação do risco, voltando a colocar Portugal na classe de investimento. Nos 10 anos a *yield* portuguesa desceu dos 3,76% para os 1,94%, com o *spread* face à dívida alemã no mesmo prazo a cair para os 152 pontos percentuais.

Contrariamente, Espanha e Itália viram as suas *yields* subir face ao seu valor de fecho de 2016, tendo as *yields* fechado 2017 a 1,56% e 2,29%, respectivamente, no prazo dos 10 anos. Em Espanha, a instabilidade política decorrente da situação da Catalunha e os receios quanto às consequências económicas prejudicaram as *yields* espanholas. Em Itália, os receios concentraram-se em torno das próximas eleições nacionais onde o Movimento 5 Estrelas tem aparecido bem posicionado nas sondagens.

A *yield* do *Bund* alemão a 10 anos transaccionou num intervalo entre 0,18 e 0,60%, continuando condicionado pelo programa de compra de activos do BCE e também pelo baixo nível de oferta, reflexo da sua saudável situação fiscal.

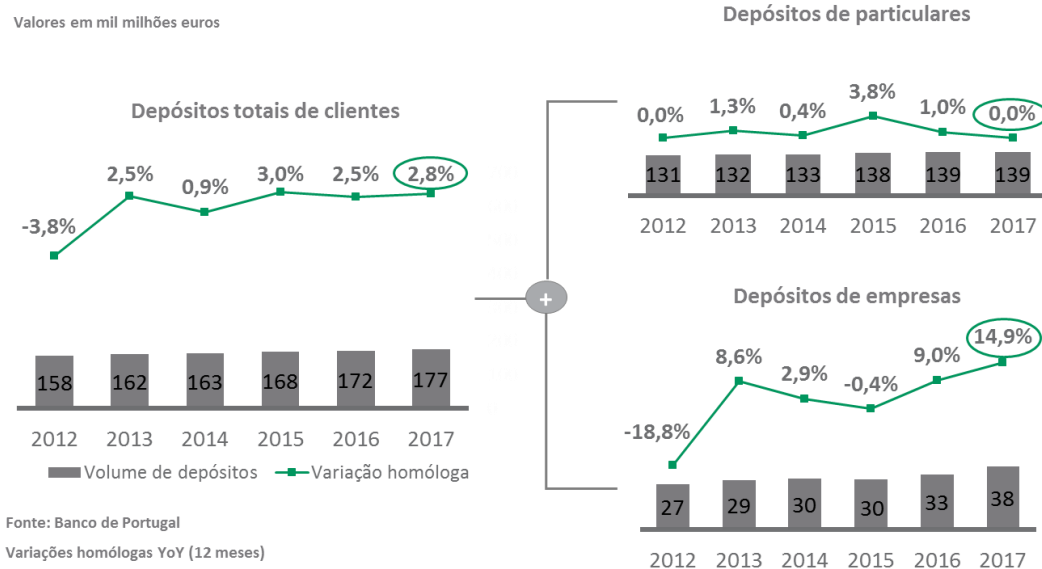
3.4 MERCADO BANCÁRIO NACIONAL

a) Factos relevantes

O ano de 2017 ficou marcado pela conclusão de vários processos de reforço de capital e de reestruturação em alguns dos principais bancos a operar no mercado nacional, realçando-se mudanças na gestão e nas estruturas de controlo accionista. Em termos sucintos, temos: a operação de aumento de capital no BCP (1,3 mil milhões de euros) com a entrada de um novo accionista (*Fosun*); a conclusão da 2ª fase do plano de recapitalização da CGD, com a injeção de 2,5 mil milhões de euros no capital do banco público; a conclusão da oferta pública de aquisição lançado pelo *CaixaBank* sobre o capital do BPI (adquirindo uma posição maioritária de 84,52%); a conclusão da alienação de 75% do capital do Novo Banco ao Fundo *Lone Star*, mantendo-se os restantes 25% como propriedade do Fundo de Resolução; e o processo de integração do Banco Popular Portugal no Santander Totta, resultado do processo de resolução e venda do Banco Popular ao Banco Santander.

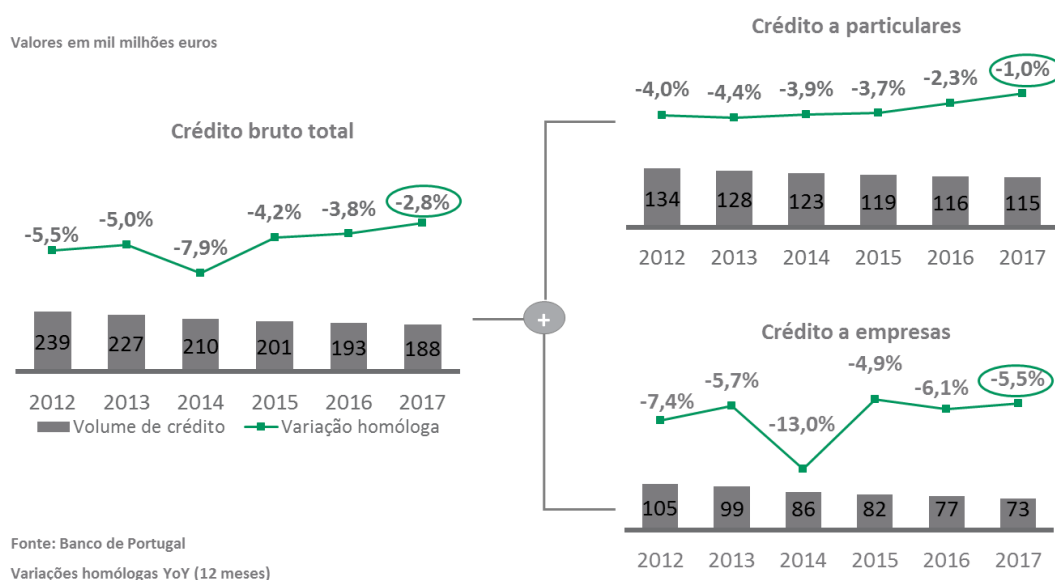
b) Evolução do mercado nacional de depósitos (2012 –2017)

Segundo a informação mais recente disponibilizada pelo Banco de Portugal, o volume de depósitos aumentou 2,8% em 2017 face a Dezembro de 2016. Para essa evolução contribuiu o acentuado crescimento dos depósitos de empresas em 14,9% (+5,9 p.p. que em 2016), sendo que nos particulares ocorreu uma estagnação no volume de depósitos 0,0% (-1,0 p.p. que em 2016).



c) Evolução do mercado nacional de crédito (2012 –2017)

Ao invés, o crédito bruto total concedido a clientes registou um decréscimo de 2,8% em Dezembro de 2017 face ao registado no final de 2016, em parte justificado pela alienação de carteiras de crédito não produtivo (NPL) verificada em várias instituições do sector bancário. A quebra mais significativa verificou-se no crédito a empresas (-5,5%), mas também foi assinalada uma redução no crédito a particulares (-1,0%), ambos face a Dezembro de 2016.



De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Portugal, entre Dez.2016 e Dez.2017, o crédito total reduziu 2,8% com uma quebra percentual mais expressiva (de dois dígitos) no segmento das empresas nos distritos de Portalegre, Guarda e Castelo Branco. Em Lisboa, o crédito a empresas caiu 4,5 mil milhões de euros e, em sentido inverso, no distrito do Porto a concessão de crédito aumentou 0,7 mil milhões de euros, sendo que no país foi registada uma quebra no crédito a empresas global de 4,2 mil milhões de euros.

Evolução do crédito total por região - Dez.2017

	Crédito			Peso total %	Var. Homóloga		
	Particulares	Empresas	Total		Particulares	Empresas	Total
Aveiro	5.592	2.816	8.408	4,5%	0,0%	-0,6%	-0,2%
Beja	1.335	409	1.744	0,9%	3,6%	-7,3%	0,8%
Braga	6.272	3.430	9.702	5,2%	-0,3%	-0,7%	-0,4%
Bragança	953	237	1.190	0,6%	5,5%	-10,2%	2,0%
Castelo Branco	1.451	296	1.747	0,9%	1,0%	-26,4%	-5,0%
Coimbra	3.856	1.232	5.088	2,7%	0,7%	-2,4%	-0,1%
Évora	1.725	959	2.684	1,4%	3,0%	7,4%	4,6%
Faro	4.702	1.815	6.517	3,5%	0,9%	4,1%	1,8%
Guarda	916	191	1.107	0,6%	4,2%	-29,0%	-3,6%
Leiria	4.075	2.394	6.469	3,4%	-1,1%	-3,3%	-1,9%
Lisboa	41.417	38.669	80.086	42,7%	-3,0%	-10,4%	-6,7%
Portalegre	874	198	1.072	0,6%	0,6%	-26,4%	-5,8%
Porto	17.108	12.917	30.025	16,0%	-0,3%	5,7%	2,2%
Santarém	4.017	1.529	5.546	3,0%	0,0%	2,0%	0,5%
Setúbal	9.228	1.741	10.969	5,8%	-1,1%	-0,6%	-1,0%
Viana do Castelo	1.674	524	2.198	1,2%	2,1%	7,4%	3,3%
Vila Real	1.318	301	1.619	0,9%	-1,3%	-12,2%	-3,6%
Viseu	2.582	1.116	3.698	2,0%	2,1%	3,1%	2,4%
Reg. Autónoma Açores	2.721	1.044	3.765	2,0%	4,2%	-1,9%	2,4%
Reg. Autónoma Madeira	2.874	1.196	4.070	2,2%	-1,9%	-9,6%	-4,3%
Total	114.689	73.015	187.704	100%	-1,0%	-5,5%	-2,8%

Fonte: Banco de Portugal

Analisando detalhadamente o crédito a particulares, verifica-se que o decréscimo se deveu essencialmente à diminuição do crédito à habitação (-1,4% em Dezembro de 2017 face a Dezembro de 2016) que representa 81,3% do total do crédito a particulares. Relativamente ao crédito vencido de clientes particulares, este situou-se nos 3,8%, agravado, principalmente, pelo crédito a outros fins que, ainda assim, tem vindo a perder peso no agregado de crédito (-13,0% em Dezembro de 2017 face a Dezembro de 2016).

Evolução do mercado de crédito a particulares por tipologia - Dez.2017

Tipologia	Volume de crédito (M€)	Var. Homóloga	Peso total %	Crédito vencido %
Habitação	93.216	-1,4%	81,3%	2,1%
Consumo	13.857	11,1%	12,1%	4,6%
Outros fins	7.616	-13,0%	6,6%	22,4%
Total	114.689	-1,0%	100%	3,8%

Fonte: Banco de Portugal

No caso do crédito a empresas, o decréscimo de 5,5% deveu-se principalmente à redução do crédito a empresas do sector do transporte e armazenagem, construção, e energia. Nos sectores da agricultura e pescas, indústrias extractivas, alojamento e restauração e actividades imobiliárias foi possível verificar um aumento do crédito concedido (3,0%, 7,8%, 1,4% e 4,3%, respectivamente).

Relativamente ao crédito vencido a empresas, este situou-se nos 12,7%, sendo que os sectores com maior incumprimento continuam a ser o da construção, das actividades imobiliárias e do comércio, que mantêm elevada representatividade no total do crédito a empresas.

Evolução do mercado de crédito a empresas por CAE - Dez.2017

Actividade económica	Var. Homóloga	Total Crédito	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	3,0%	2.357	3,2%	4,4%
Indústrias Extractivas	7,8%	278	0,4%	10,8%
Indústrias Transformadoras	-1,0%	12.385	17,0%	7,8%
Energia	-18,8%	2.897	4,0%	0,0%
Água e Saneamento	-19,2%	1.112	1,5%	2,1%
Construção	-7,1%	10.030	13,7%	32,4%
Comércio	-2,4%	11.753	16,1%	10,1%
Transporte e Armazenagem	-14,0%	5.980	8,2%	4,1%
Alojamento e Restauração	1,4%	4.630	6,3%	9,2%
Actividades Imobiliárias	4,3%	9.573	13,1%	20,6%
Saúde e Apoio Social	2,2%	1.309	1,8%	4,8%
Outros	-13,7%	10.711	14,7%	9,2%
Total	-5,5%	73.015	100,0%	12,7%

Fonte: Banco de Portugal

Em 2017, as PME foram as empresas que registaram maior redução no crédito contraído face a 2015, tendo sido a principal aposta comercial das instituições bancárias não apenas pelo seu peso relativo (52% do total das empresas segmentadas) mas também pela menor incidência de crédito vencido (8,7% e 12,0%, nas médias e pequenas empresas respectivamente, que comparam com os 22,6% das microempresas).

Valores em milhões de euros

Evolução do mercado de crédito a empresas por dimensão - Dez. 2017

	Valor	Peso %	% Crédito Vencido
Microempresas	23.266	32%	22,6%
Pequenas empresas	18.257	25%	12,0%
Médias empresas	17.201	24%	8,7%
Grandes empresas	9.869	14%	3,1%
Total de Empresas segmentadas	68.593	94%	13,5%
Empresas não segmentadas	4.422	6%	n.d.
Total	73.015	100%	12,7%

Fonte: Banco de Portugal

Da análise ao número de empresas, destaca-se a variação positiva do nascimento de novas empresas, o que, combinado com a variação do número de empresas encerradas e insolventes, resulta na criação líquida de empresas de 2,4x em 2017 (i.e. revitalização empresarial), 31,7% acima do verificado em 2015.

Evolução do número de empresas

	2015	2016	2017	Variação 15/17
Nascimentos	37.961	37.034	40.326	6,2%
Encerramentos	16.638	15.505	14.165	-14,9%
Insolvências	4.232	3.256	2.670	-36,9%
Revitalização Empresarial *	1,8	2,0	2,4	31,7%

Fonte: Barómetro Informa DB

* Nascimentos / (Encerramentos + Insolvências)

3.5 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2018

Para 2018, a maior fonte de incerteza está relacionada com o impacto da reversão das políticas monetárias acomodáticas dos Bancos Centrais na economia mundial e nos índices de confiança dos agentes económicos, nomeadamente relacionado com a indecisão em torno do término do programa de compra de activos do Banco Central Europeu e no aumento das taxas de juro da Reserva Federal. Acresce que a instabilidade geopolítica (oriunda do *Brexit* e da crise na Catalunha, do resultado das próximas eleições em Itália, e dos efeitos que poderão advir da nova política expansionista e da reforma fiscal de Donald Trump) pode constituir um factor determinante em 2018, particularmente tendo em consideração a crescente tensão entre EUA e China. O panorama do comércio mundial poderá sofrer alterações em 2018, permanecendo incertos os movimentos no mercado cambial, após a queda registada no início de 2018 do dólar, a valorização do euro face a uma expectável retoma das economias europeias, e o interesse potencial de alguns *players* mundiais na classificação do *Renminbi* como a primeira moeda no comércio de petróleo.

Em 2018, o papel da regulação e supervisão adquire uma relevância elevada no sector financeiro, no panorama europeu, através do Banco Central Europeu e da Autoridade Bancária Europeia, como também no sistema bancário nacional por intermédio do Banco de Portugal. Esta actuação mais rigorosa é justificada não apenas pela tentativa de garantir maior resiliência das instituições financeiras face a futuras crises, mas também pela necessidade de regular o surgimento de novos *players* (ex. *fintechs*) no mercado bancário europeu.

Os maiores desafios da banca nacional para 2018 estão relacionados com:

- i. a melhoria da rentabilidade do negócio bancário, por via:
 - (i) do aumento da eficiência operacional e controlo de custos, nomeadamente através do esforço de digitalização e robotização das operações;
 - (ii) da resolução adequada dos *stocks* de crédito não produtivo; e,
 - (iii) da revisão da oferta e dos serviços prestados aos clientes.
- ii. a pressão sobre o capital e liquidez, por via:
 - (i) da dificuldade na captação de capital privado (apesar dos resultados positivos apresentados pela banca nacional e a capacidade de geração de resultados via capital interno) e da dificuldade de implementar, com sucesso, os investimentos e parcerias necessárias para operar numa indústria com ameaças e em permanente mutação (ex. digital, regulação); e,
 - (ii) de *compliance*, com novas exigências relacionadas com os requisitos de absorção de risco (ex. Basel IV, MREL), de alavancagem e de liquidez (ex. LCR, NSFR).
- iii. a adaptação às novas exigências regulatórias e assegurar a sua observância, os demais requisitos requeridos às instituições financeiras visam não só a maior defesa dos direitos do consumidor (ex. GDPR, PSD2, DMIF2), como também assegurar maior prudência e segurança na condução da actividade bancária (ex. IFRS9, PBC/FT);
- iv. a revisão dos modelos de negócio, ajustando-os às novas exigências dos consumidores (ex. mobile banking, serviço 24/7, procedimento de abertura de conta e concessão de crédito online) e às alterações de contexto (ex. surgimento das *fintechs* no contexto do open banking).



04

Actividade do
Grupo Crédito
Agrícola em 2017

IV. ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA EM 2017

4.1 ACTIVIDADE BANCÁRIA

a) Evolução do crédito

Em 2017, a carteira de crédito registou um acréscimo de 8,3% face ao ano anterior, tendo passado de 8.713 milhões de euros em 2016 para 9.435 milhões em 2017.

Este crescimento ocorreu em contraciclo com a média do sector bancário em Portugal, que apresentou um decréscimo do crédito bruto de 5,5%⁶ e 1,0%, a empresas e particulares, respectivamente. Por sua vez no negócio bancário do Crédito Agrícola, o crédito concedido a empresas aumentou 11,6% e o crédito concedido a particulares 4,9%.

Crédito a Clientes	2013	2014	2015	2016	2017	Δ %
<i>Valores em milhões de euros, excepto %</i>						
Crédito a Clientes bruto	8.199	8.147	8.430	8.713	9.435	8,3%
Empresas	4.083	4.079	4.286	4.451	4.965	11,6%
Particulares	4.115	4.068	4.144	4.263	4.470	4,9%
do qual crédito vencido há mais de 90 dias	628	644	650	533	520	-2,6%
Rácio de Crédito Vencido + 90 dias	7,7%	8,0%	7,8%	6,2%	5,4%	-0,8 p.p.
Compromissos perante terceiros	947	1.194	1.000	1.015	1.202	18,5%
Linhas de crédito irrevogáveis	500	536	599	644	791	22,9%
Linhas de crédito revogáveis	201	296	301	243	304	25,1%
Outros	246	363	101	128	107	-16,5%
Garantias Prestadas *	250	225	203	197	199	0,7%

* Inclui garantias e avais prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema

O crédito vencido há mais de 90 dias alcançou os 520 milhões de euros no final de 2017, representando uma variação de -2,6% face ao ano transacto e uma melhoria do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias de -0,8 p.p. Esta redução do crédito vencido é em parte explicada pela venda de créditos não produtivos no valor de 73,7 milhões de euros, realizada no 2º trimestre de 2017, bem como pelo esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e pelo investimento realizado em iniciativas e ferramentas visando a normalização dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, no âmbito do Grupo Crédito Agrícola.

⁶ Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito à construção continua a contribuir para a quebra do crédito bruto do mercado, realçando-se também as quebras nos sectores dos transportes e armazenagem, indústrias transformadoras e comércio. Em sentido oposto, verifica-se uma recuperação na concessão de crédito aos sectores da agricultura e pescas, alojamento e restauração, saúde e apoio social e actividades imobiliárias. Fonte: BPStat Dez.2017.

Os compromissos perante terceiros aumentaram 187 milhões de euros face à situação no ano transacto e as garantias prestadas relacionadas com operações com clientes praticamente mantiveram o valor de 2016, registando um acréscimo de 0,7% para os 199 milhões de euros.

Para o crescimento do crédito concedido registado em 2017 contribuiu, com principal destaque, o crédito ao investimento (+443 milhões de euros, +33,4%), crédito à habitação (+200 milhões de euros, +7,8%) e o crédito à tesouraria/actividade (+121 milhões de euros, +10,7%).

Evolução do Crédito por Tipo de Operação	2015	2016	2017	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %				
Crédito à Habitação	2.451	2.577	2.777	7,8%
Cartões de Crédito	36	36	36	1,6%
Descobertos	25	23	35	53,5%
Contas Correntes Caucionadas	491	506	425	-16,2%
Papel Comercial	229	259	291	12,3%
Leasing	133	151	179	18,9%
Descontos Comerciais	26	21	20	-7,6%
Contratos de Financiamento (diversas maturidades)	5.031	5.137	5.649	9,9%
Rendimentos a receber (líquidos)	30	28	26	-6,0%
Receitas com rendimento diferido (líquidas)	-22	-25	-2	-90,5%
Crédito a clientes bruto (1)	8.430	8.713	9.435	8,3%
Compromissos perante Terceiros (2)	1.000	1.015	1.202	18,5%
Linhas de Crédito Irrevogáveis	599	644	791	22,9%
Linhas de Crédito Revogáveis	301	243	304	25,1%
Outros	101	128	107	-16,5%
Garantias prestadas (3) *	203	197	199	0,7%
Subtotal (2+3)	1.203	1.212	1.401	15,6%
Total (1+2+3)	9.633	9.925	10.836	9,2%

* Inclui garantias e avals prestados e créditos documentários de importação, e exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema.

A remuneração da carteira de crédito a clientes, medida em termos de taxa média ponderada com saldos de fim de período, reduziu 0,3 p.p. para os 2,9%. Esta redução é explicada não apenas pelo aumento da concorrência por operações com binómio qualidade/risco aceitável mas também pela redução registada nas taxas de referência (Euribor).

Evolução das taxas médias do crédito	2016	2017	Δ %
Crédito Habitação	1,6%	1,6%	0 p.p.
Crédito Pessoal	6,3%	5,4%	-0,9 p.p.
Cartões de Crédito	21,9%	19,5%	-2,4 p.p.
Crédito à Tesouraria	4,3%	3,8%	-0,5 p.p.
Crédito ao Investimento	3,6%	3,1%	-0,5 p.p.
Total	3,2%	2,9%	-0,3 p.p.

À semelhança do decréscimo verificado em 2016, as taxas médias do crédito concedido registaram, em 2017, uma quebra em todos os produtos, com excepção do crédito à habitação, sendo de referir que as maiores quebras ocorreram nos cartões de crédito (-2,4 p.p.) e no crédito pessoal (-0,9 p.p.).

i. Empresas

No segmento de empresas, como referido anteriormente, verificou-se um crescimento de 11,6% (+515 milhões de euros), valor que compara com o decréscimo de 5,5% verificado no sector. Esta situação permitiu ao Crédito Agrícola reforçar em 2017 a sua quota de mercado no crédito a empresas e evidenciar a aposta estratégica do Grupo neste segmento de clientes.

A taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas regista quebras desde 2013, fixando-se, em 2017, nos 3,16%. Esta situação é explicada, em grande medida, pela redução das taxas Euribor que atingiram níveis historicamente baixos em 2017 e pela intensidade concorrencial.

EMPRESAS	2013	2014	2015	2016	2017	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Crédito a Empresas	4.083	4.079	4.286	4.451	4.965	11,6%
Contas Correntes Caucionadas	383	380	402	403	409	1,5%
Descontos Comerciais	34	25	24	19	19	-4,4%
Leasing	120	115	110	123	145	18,3%
Financiamentos	3.546	3.558	3.750	3.905	4.393	12,5%
do qual Papel Comercial	240	226	229	259	291	12,3%
Taxa média ponderada da carteira de crédito a empresas	4,93%	4,88%	4,09%	3,52%	3,16%	-0,4 p.p.

Com excepção dos sectores da água e saneamento e energia, o crédito concedido pelo Crédito Agrícola em 2017 aumentou em todos os sectores, em especial nos sectores da actividade imobiliária (+50,8%), da administração pública (+25,9%), da agricultura e pescas (+15,4%) e do alojamento e restauração (+12,2%).

Valores em milhões de euros

Evolução do crédito a empresas por CAE - Dez.2017

Actividade económica	Var. Homóloga	Total Crédito	Peso %	% Crédito Vencido
Agricultura e Pescas	15,4%	630	12,7%	4,4%
Indústrias Extractivas	5,4%	21	0,4%	20,0%
Indústrias Transformadoras	9,2%	663	13,3%	6,7%
dos quais: Agroindústria	8,2%	350	7,0%	5,0%
Energia	-14,0%	24	0,5%	0,9%
Água e Saneamento	-16,9%	71	1,4%	1,0%
Construção	1,8%	414	8,3%	16,1%
Comércio	5,7%	767	15,4%	9,7%
Transporte e Armazenagem	2,7%	101	2,0%	7,8%
Alojamento e Restauração	12,2%	326	6,6%	4,3%
Actividades Imobiliárias	50,8%	656	13,2%	5,8%
Saúde e Apoio Social	6,2%	247	5,0%	1,0%
Outros	7,1%	1.046	21,1%	4,2%
dos quais: Administração Pública	25,9%	349	7,0%	0,0%
Total	11,6%	4.965	100,0%	6,5%

No que respeita à concentração de crédito, verifica-se que os sectores da agricultura e pescas, indústrias transformadoras, comércio e actividades imobiliárias, representam aproximadamente 55% do crédito concedido a empresas. O sector agrícola destaca-se pela sua relevância no Crédito Agrícola, tendo a quota

de mercado neste segmento atingido os 30,4% em 2017. Em contraposição, o peso no crédito a empresas do sector da construção do Crédito Agrícola é inferior ao registado no mercado (8,1% versus 13,7%).

ii. Particulares

Em 2017, o reforço da confiança dos consumidores e a diminuição dos níveis de desemprego em Portugal contribuíram para o aumento do consumo privado. O crédito a particulares no SICAM registou um aumento de 4,9% em 2017, apresentando um desempenho mais favorável do que a média deste segmento no total do sector bancário nacional que, por sua vez, contraiu 1,0%.

PARTICULARES e ENIs	2013	2014	2015	2016	2017	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Crédito a Particulares	4.115	4.068	4.144	4.263	4.470	207	4,9%
Crédito à Habitação	2.337	2.375	2.451	2.577	2.777	200	7,8%
Crédito ao Consumo	319	225	244	320	409	89	27,9%
Cartões de Crédito	37	22	22	31	31	0	-0,1%
Leasing	18	18	22	28	34	6	21,5%
Outro Crédito por Desembolso de Fundos *	1.404	1.428	1.404	1.307	1.219	-88	-6,8%

* Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas

A evolução do crédito a este segmento é justificada maioritariamente pelo crescimento de 200 milhões de euros verificados no crédito à habitação, que compara com o crescimento de 125 milhões de euros ocorrido em 2016.

O crédito ao consumo reforçou o aumento já registado em 2016, tendo apresentado um crescimento em 2017 de 27,9% para os 409 milhões de euros (+89 milhões de euros face a 2016).

iii. Locação Financeira

O valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola ascende a um valor global de 179 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 19% face aos níveis registados em 2016.

Activo das operações leasing	2014	2015	2016	2017	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2016	2017
unidade: milhares de euros, excepto %								
Caixa Central	108.484	108.826	116.568	134.294	17.726	15,2%	77,3%	74,9%
Caixas Associadas	24.148	23.974	34.235	45.032	10.797	31,5%	22,7%	25,1%
Total	132.632	132.800	150.803	179.326	28.523	18,9%	100%	100%

Em 2017, o sector empresarial não financeiro representou cerca de 80,3% do valor da carteira de crédito nesta área de negócio, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 19,0%, tendo estes últimos registado um assinalável crescimento de 21,5%.

Tipo de locatário	2014	2015	2016	2017	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira	
							2016	2017
unidade: milhares de euros, excepto %								
Particulares e pequenos negócios	17.531	22.409	28.049	34.085	6.036	21,5%	18,6%	19,0%
Sector público estatal	575	638	694	790	96	13,8%	0,5%	0,4%
Sector financeiro	586	603	551	471	-80	-14,5%	0,4%	0,3%
Sector não financeiro	113.940	109.150	121.509	143.980	22.471	18,5%	80,6%	80,3%
Total	132.632	132.800	150.803	179.326	28.523	18,9%	100,0%	100,0%

Relativamente ao bem locado é de destacar o crescimento de 27,2% na carteira de viaturas e de 19,1% na carteira de imóveis que beneficiaram da recuperação verificada no sector automóvel e do aumento da procura no mercado imobiliário em 2017. De registar a evolução positiva de 2,7% na carteira de equipamentos, registando uma inversão na tendência negativa de anos recentes.

Tipo de bem locado	2014	2015	2016	2017	Variação Abs.	Variação %	Estrutura da carteira 2016	2017
unidade: milhares de euros, excepto %								
Viaturas	38.775	46.041	55.553	70.642	15.089	27,2%	36,8%	39,4%
Equipamentos	34.078	31.790	29.134	29.928	794	2,7%	19,3%	16,7%
Imóveis	59.779	54.969	66.116	78.756	12.640	19,1%	43,8%	43,9%
Total	132.632	132.800	150.803	179.326	28.523	18,9%	100,0%	100,0%

b) Evolução dos depósitos e outros recursos

Num panorama de reduzidos e decrescentes níveis de poupança em Portugal, o Crédito Agrícola consolidou a sua posição de banco aforrador e de confiança dos portugueses, conquistando quota de mercado ao registar um crescimento dos recursos de 7,4% que compara com os 2,8% registados pelo total do sistema bancário nacional.

Em relação à sua repartição, os depósitos à ordem aumentaram 17,2%, enquanto que os depósitos a prazo cresceram 2,2%. Esta decisão dos aforradores em alocar os seus recursos em produtos com maior liquidez, é explicada pelas reduzidas taxas de juro de remuneração dos depósitos a prazo praticadas pelo mercado bancário em geral.

Depósitos de Clientes	2013	2014	2015	2016	2017	Δ Abs.	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %							
Depósitos à Ordem	2.805	2.943	3.419	4.036	4.732	696	17,2%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.405	7.677	7.551	7.734	7.906	172	2,2%
TOTAL	10.210	10.620	10.970	11.771	12.638	867	7,4%

No que concerne à angariação de recursos fora de balanço, após um crescimento de 1,4% em 2016, o Crédito Agrícola registou um decréscimo de 2,2% para os 2.282 milhões de euros em 2017, motivado pelo decréscimo de 16,1% registado nos seguros de capitalização.

Recursos Fora do Balanço do Grupo	2013	2014	2015	2016	2017	Δ %
Valores em milhões de euros, excepto %						
Fundos de Investimento	432	645	689	785	983	25,3%
Mobiliários (FIM e FEI)	221	396	382	408	478	17,4%
Imobiliários	212	249	307	377	505	33,8%
dos quais: Retalho	145	210	289	357	485	36,0%
dos quais: institucionais	67	39	19	21	20	-3,6%
Seguros de Capitalização*	1.246	1.473	1.613	1.548	1.299	-16,1%
TOTAL	1.678	2.118	2.302	2.333	2.282	-2,2%

* inclui valor das provisões matemáticas e passivos financeiros de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos contratos de investimento, referentes às CCAM do SICAM.

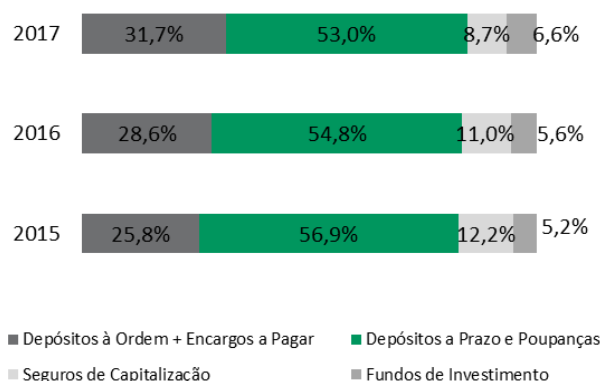
Relativamente à comercialização de fundos de investimento, destaca-se o crescimento de 71 milhões de euros nos fundos de investimento mobiliários e o aumento de 128 milhões de euros dos fundos de investimento imobiliário (+17,4% e +33,8% face a 2016, respectivamente). No que respeita aos seguros de capitalização, estes variaram negativamente 16,1% (-250 milhões de euros) situando-se em 1.299 milhões de euros em 2017.

Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, naturalmente, o peso dominante dos depósitos, os quais representaram 84,7% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2017, peso superior ao ano transacto essencialmente por ausência de condições de mercado (taxas) para promover produtos de capital garantido (ex. PPR).

Recursos de Clientes sob Gestão do Crédito Agrícola						Estrutura (% total)				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Valores em milhões de euros, excepto %										
Depósitos à Ordem + Encargos a Pagar	2.805	2.943	3.419	4.036	4.732	23,6%	23,1%	25,8%	28,6%	31,7%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.405	7.677	7.551	7.734	7.906	62,3%	60,3%	56,9%	54,8%	53,0%
Total Depósitos	10.210	10.620	10.970	11.771	12.638	85,9%	83,4%	82,7%	83,5%	84,7%
Seguros de Capitalização	1.246	1.473	1.613	1.548	1.299	10,5%	11,6%	12,2%	11,0%	8,7%
Fundos de Investimento	432	645	689	785	983	3,6%	5,1%	5,2%	5,6%	6,6%
Total Recursos Fora do Balanço	1.678	2.118	2.302	2.333	2.282	14,1%	16,6%	17,3%	16,5%	15,3%
TOTAL	11.888	12.738	13.271	14.104	14.920	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

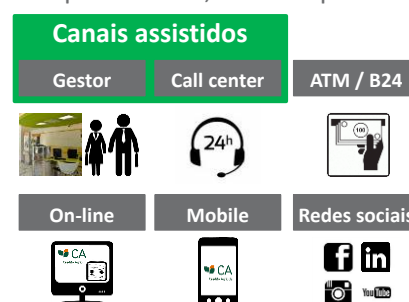
Dada a evolução positiva, em particular nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo face ao período homólogo de 5,8%, tendo atingido os 14,9 mil milhões de euros em Dezembro de 2017.

Estrutura dos Recursos de Clientes



c) Canais de distribuição

O Grupo Crédito Agrícola disponibiliza aos seus clientes, empresariais e particulares, uma ampla rede de agências e uma equipa de gestores comerciais que, complementados com especialistas de produto, estão disponíveis para encontrar as soluções de investimento e protecção (pessoas e bens) mais adequadas às necessidades específicas e aspirações de cada Cliente. O acréscimo verificado na adesão aos canais digitais e não presenciais tem permitido ao Crédito Agrícola servir, numa base 24x7, as necessidades transaccionais e focar a relação da rede comercial nas actividades de maior valor acrescentado (ex. aconselhamento).



Rede de agências

Entre Dezembro de 2016 e Dezembro de 2017 encerraram mais de 293 agências bancárias em Portugal, tendo o Crédito Agrícola aproveitado para reforçar a presença física junto das comunidades locais, nomeadamente com aberturas e deslocalizações pontais, o que resultou na liderança enquanto banco com o maior número de agências a operar em Portugal.

Banco	Dez.2016	Dez.2017	Var.
CA	673	669	-4
A	663	587	-76
B	657	563	-94
C	618	578	-40
D	507	448	-59
E	445	431	-14
F	331	325	-6
Total	3.894	3.601	-293

Canais de banca directa

A adopção dos Canais Digitais pelos clientes bancários nacionais no contacto com o banco e em particular na realização de transacções financeiras tem evoluído muito positivamente, de acordo com estudo do Basef Banca da Marktest, mais de 2,7 milhões de portugueses utilizaram *internet banking* em 2017, representando uma taxa de penetração de 31,8% (em 2003, a taxa de penetração de internet banking era de 10,4%). O Grupo Crédito Agrícola tem na sua estratégia de desenvolvimento, apostado fortemente em investimentos tecnológicos e inovadores que permitam responder às necessidades dos Clientes, com vista a reforçar a experiência de utilização.

Das acções desenvolvidas em 2017 nesta área, destacam-se:

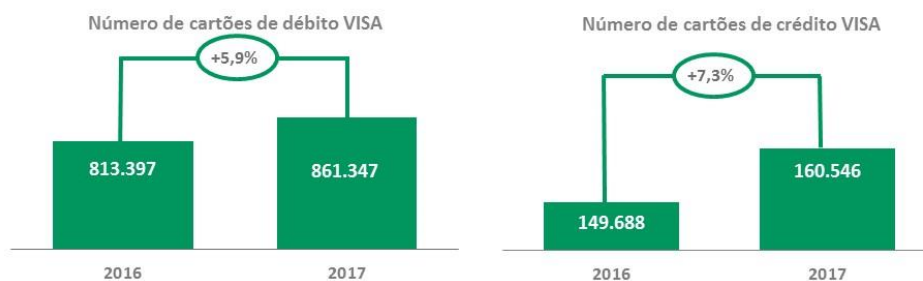
- Reforço da oferta do serviço On-Line Particulares e CA Mobile, através da disponibilização de novas funcionalidades; e,
- As acções desenvolvidas no âmbito das redes sociais, nomeadamente o lançamento do microsite “Saudades”, com o objectivo de aproximar o Crédito Agrícola às comunidades Portuguesas presentes no estrangeiro.

d) Meios electrónicos de pagamento

Em matéria de produtos associados à área de meios de pagamento, o ano 2017 destaca-se pela:

- Renovação da imagem dos cartões de débito Clube A e *Unplugged*, emitidos pelo Crédito Agrícola, com vista a apresentarem uma imagem adequada, diferenciadora e marcante;
- Implementação da *Digital Payments Gateway*, assente numa plataforma web possibilita aos comerciantes a aceitação de cartões de pagamento em ambiente não presencial; e,
- Redesenho do processo de contratação de cartões de crédito, o que permitiu uma aceleração gradual e mais sincronizada do processo.

No ano 2017, numa análise homóloga, verificou-se um aumento da carteira de cartões de pagamento a débito do Crédito Agrícola em 5,9% enquanto a carteira de cartões de pagamento a crédito do Crédito Agrícola cresceu 7,3%.



Esta evolução originou um incremento da quota de mercado do Crédito Agrícola de 0,4 p.p. nos cartões de débito e de 1,5 p.p. nos cartões crédito.



O ano 2017 regista um aumento de 38% no número de transacções realizadas com cartões, sustentando a previsão do crescimento de utilização dos cartões de pagamento CA pelos seus titulares.



O serviço Rede CA&companhia continua a fomentar a sua posição, estando instalado em 66% do parque de terminais de pagamento automático do Crédito Agrícola, mais 10% do que em período homólogo.

e) Negócio internacional

Em linha com a estratégia de dinamização do negócio internacional dos seus Clientes, o Grupo Crédito Agrícola tem-se mantido na vanguarda do mercado no apoio às empresas exportadoras.

O facto do *rating* soberano de Portugal ter voltado finalmente à zona de *investment* grade, facilitou a obtenção de melhores condições para operar com bancos internacionais de forma mais sistemática, permitindo oferecer aos Clientes melhores soluções para ultrapassar as condições externas adversas, sempre com a preocupação da mitigação dos riscos associados ao comércio internacional.

Tendo sempre como base os valores do cooperativismo, da proximidade, da simplicidade e confiança, a estratégia desenvolvida assenta no conceito da disponibilização de um serviço que ultrapassa a simples oferta de soluções bancárias. Desta forma, foi assiduamente promovida a detecção e canalização de oportunidades de negócio e a realização de Missões Empresariais e de Workshops, assumindo-se o Grupo Crédito Agrícola como um verdadeiro facilitador de negócio internacional para os seus Clientes. Este suporte ao negócio tem sido efectuado, não só através da rede comercial em Portugal, mas também através das Representações Exteriores, as quais têm vindo a contribuir de forma significativa para uma abordagem comercial bem-sucedida das empresas Clientes aos mercados externos onde o Grupo Crédito Agrícola está representado.

Banca de Correspondência e Comércio Internacional

O Comércio Internacional e as relações entre bancos correspondentes em particular têm sido alvo de profundas transformações nos últimos anos, provocadas em grande medida pelas alterações que têm vindo a ser implementadas ao nível regulamentar internacional, destacando-se com especial incidência o incremento da rigidez e complexidade das normas de *Compliance* e procedimentos de *due diligence*.

O Comércio Internacional está a ser afectado por uma mudança dos paradigmas que vigoraram durante décadas nos mercados internacionais. A tendente digitalização do *trade finance*, a substituição dos actuais processos manuais que envolvem grandes quantidades de papel, para um futuro automatizado e digital, o movimento mundial das trocas comerciais em sistema de *open account* e *blockchain*, a revolução nas transferências internacionais com a entrada em vigor dos *instant payments*, com a consequente perda da exclusividade dos bancos na operacionalização das transferências internacionais por via do surgimento das *fintech*, são algumas das principais transformações que obrigam o sector bancário a acompanhar a rapidez de transformação para manter a competitividade.

Por outro lado, os crescentes custos que os bancos têm que suportar com as áreas de controlo e supervisão e ferramentas informáticas sofisticadas, implicam uma criteriosa selectividade de contrapartes, materializando-se estes aspectos numa tendência generalizada de acentuada redução do número de bancos correspondentes.

Fruto destas transformações, operaram-se algumas alterações na matriz dos bancos correspondentes da Caixa Central, seguindo um movimento de concentração do negócio em contrapartes seleccionadas.

Realce para o volume das operações de estrangeiro que registou, no ano em apreço, um crescimento de cerca de 82% não obstante o maior incremento se verificar nas operações transaccionais (+82%) em detrimento das operações documentais (+34%), enfatizando estes números o sucesso da estratégia do Crédito Agrícola para o negócio internacional.

Escritórios de Representação

O ano de 2017 caracterizou-se pela intensificação da actividade desenvolvida pelas Representações Exteriores do Grupo Crédito Agrícola, salientando-se na estratégia em curso, o acompanhamento personalizado às empresas Clientes, fornecendo-lhes todo o aconselhamento necessário que propicie uma abordagem comercial bem-sucedida aos mercados internacionais, onde o Grupo Crédito Agrícola possui presença física.

Foram promovidas e realizadas diversas Missões Empresariais e concretizadas inúmeras reuniões B2B, sempre com o total apoio do respectivo Escritório de Representação, traduzindo-se estas acções em oportunidades com concretização efectiva de negócios.

A actuação das Representações Exteriores propicia assim uma maior proximidade entre a rede nacional e os mercados em causa, com inegáveis vantagens para um maior fluir de negócio entre empresas importadoras e exportadoras.

Em linha com a estratégia do Grupo, de rejuvenescimento da actual base de Clientes particulares, dinamizou-se e apoiaram-se eventos e iniciativas que nos permitiram abordar um público mais jovem, não só Emigrantes e Luso descendentes, mas também estrangeiros que pretendem residir e/ou investir em Portugal.

Emigração

A distribuição geográfica que o Crédito Agrícola possui em Portugal, mas também o dinamismo comercial das suas representações exteriores, têm potenciado o crescimento do negócio associado ao segmento da Emigração e dos Não-Residentes em geral.

A crescente procura de Portugal como destino não só de férias, mas sobretudo para investimento imobiliário e empresarial, tem assim permitido que o esforço de divulgação do Grupo Crédito Agrícola além-fronteiras resulte num efectivo aumento do negócio relacionado com não residentes, que reconhecem as virtudes dos valores da banca cooperativa: solidez e proximidade. Destaque-se a subida de aproximadamente 4% do volume de remessas de Emigrantes enviadas para o Grupo Crédito Agrícola.

Serviço de Money Transfer

Em 2017, o negócio relacionado com a transferência de dinheiro através do serviço Western Union apresentou um crescimento de cerca de 5% no número de operações efectuadas. Actualmente disponível em mais de 600 Balcões do Crédito Agrícola, este serviço tem vindo a contribuir para o aumento do produto bancário das Caixas Associadas, continuando no entanto a apresentar um elevado potencial em face do valor do mercado.

4.2 ACTIVIDADE SEGURADORA

a) Seguros Vida

O ano de 2017 foi um ano desafiante para a CA Vida, com o objectivo estratégico de crescimento em seguros de vida risco a assumir uma proporção relevante.

De facto, estes seguros registaram um crescimento aproximado de 9% nos dois últimos anos, valores que ultrapassaram largamente os verificados no mercado, que variaram entre 2% e 3%, em 2016 e 2017, respectivamente. Pela primeira vez, o peso dos produtos de risco quer em volume de prémios, quer em número de contratos, superou o dos produtos de capitalização.

De salientar também o importante crescimento da actividade de gestão de fundos de pensões, negócio este que, de uma forma gradual e sustentada, tem vindo a assumir um papel relevante e expressivo, com o volume sob gestão a crescer 14% em 2017, totalizando 136,3 milhões de euros.

Conhecedora das condições disponíveis nos mercados financeiros e reconhecendo a importância dos níveis de qualidade e segurança que os seus produtos de capitalização desde sempre ofereceram aos Clientes Crédito Agrícola, a CA Vida, em 2017, manteve a suspensão da comercialização dos mesmos, o que se traduziu, de forma global, numa contracção da produção em cerca de 68%.

Não obstante o nível de produção da Companhia ser substancialmente inferior ao de anos anteriores, o resultado líquido alcançado, no valor de 6,7 milhões de euros foi um dos mais elevados de sempre.

No final de 2017, a Companhia detinha 298.144 apólices de seguros de vida em vigor e 16.943 contratos de fundos de pensões, representando, respectivamente, um crescimento de 2% e 21% face ao ano anterior.

	2015	2016	2017	Δ %
Nº de Apólices	283	291	298	2%
Nº de Contratos de Fundos de Pensões	8	14	17	21%

Unidade: milhares, excepto %

O considerável contributo financeiro e de negócio que a actividade de Seguros de Vida transporta para o Grupo Crédito Agrícola, resulta em retornos expressivos, quer por via da gestão de activos financeiros geridos no seio do Grupo, cujo volume de carteira afecta ao negócio Vida se cifrou em 1,6 mil milhões de euros, quer por via das comissões de mediação, que totalizaram 10,2 milhões de euros em 2017.

Remunerações de Mediação de Seguros pagas às CCAM

	2015	2016	2017	Δ %
CA Vida	11	12	10	-16%

Unidade: milhões de euros

Em 2017, o Grupo Crédito Agrícola reforçou o capital social da CA Vida em 20 milhões de euros, com vista a dotá-la dos capitais adequados para suportar o seu crescimento, sem comprometer o cumprimento dos

rácios de capital regulamentares. Este aumento de capital permitiu também a entrada de vinte e duas novas Caixas Associadas como accionistas da Seguradora.

Face ao exposto, o capital próprio da CA Vida totalizava 110 milhões de euros no final de 2017, o que compara com 91,9 milhões de euros do ano transacto. Tendo em consideração os resultados obtidos e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus Accionistas, no montante de 1.750.000 euros.

O número de Colaboradores da Companhia tem-se mantido estável ao longo dos anos, sendo este de 43 no final do exercício (44 colaboradores em 2016), continuando a Seguradora a gerir a sua política de admissões de forma controlada e focada em manter recursos com elevadas competências e conhecimento do negócio.

Pela relevância que tem na actividade do sector segurador, de referir ainda que 2017 foi um ano de consolidação do regime de Solvência II, com uma integração cada vez mais efectiva da gestão de riscos nos processos de decisão da Companhia, determinando de forma muito significativa o ambiente de exploração da actividade, tendo o rácio de solvência atingido os 190,2% em 2017.

Em 2018 é esperada uma continuidade das exigências ao nível regulamentar e legislativo, as quais serão encaradas pela Companhia como factores que apótem vantagens e melhorias no conhecimento do negócio, modelando desta forma a estratégia e governação da sua actividade. A CA Vida continuará a apostar em desenvolvimentos tecnológicos e simplificação de processos, que representem vantagens operacionais explícitas para as Caixas Associadas e respectivas Agências.

CA Vida - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros, excepto n.º de Colaboradores

	2015	2016	2017
Prémios brutos emitidos e entregas em contratos de Investimento	344.648	168.379	54.644
Contribuições para fundos de pensões	14.176	21.176	17.246
Activo	1.880.126	1.834.750	1.607.062
Activos financeiros	1.873.004	1.827.213	1.599.216
Capital próprio	80.827	91.916	110.017
Resultado líquido	6.717	4.236	6.653
Número de Colaboradores no final do ano	40	44	43

b) Seguros de Ramos Reais

O desempenho económico e financeiro da Companhia foi favorável praticamente em todas as vertentes, não obstante o forte impacto dos custos com sinistros dos incêndios que assolaram o país, no dia 15 de Outubro de 2017.

Ao nível comercial, as Caixas Associadas registaram uma evolução muito positiva, traduzindo-se num aumento de 16% no valor das vendas realizadas, comparativamente ao ano anterior. O crescimento da produção nova foi muito significativo, reflectindo a transformação interna que o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a implementar nos últimos anos, e que se traduz numa dinâmica comercial cada vez mais forte.

A carteira de apólices em vigor registou um crescimento de 62 mil apólices (+10%) e de 11,4 milhões de euros (+13%). Para esta evolução, e para além do crescimento da produção nova, contribuíram as medidas implementadas para evitar a contínua degradação dos prémios médios, particularmente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho. No final do ano, a CA Seguros detinha uma carteira de maior dimensão, com uma estrutura mais favorável, e com um maior peso dos produtos com maiores margens associadas. Atingiu-se os 107,4 milhões de euros em prémios brutos emitidos, o que contribui para a subida ao décimo lugar no ranking da actividade de seguros não vida.

De salientar, a significativa redução do rácio combinado no ramo automóvel, reflectindo o aumento da carteira e dos prémios médios, e a contenção da sinistralidade. No ramo acidentes de trabalho, o rácio combinado voltou a descer em 2017, estando claramente abaixo de 100%.

A Companhia foi fortemente impactada pelos incêndios florestais no dia 15 de Outubro de 2017, do qual resultaram 330 sinistros, com um custo total bruto de 10,3 milhões de euros, e líquido de resseguro, de 6,5 milhões de euros. É importante referir que o impacto deste evento foi relativamente mais forte sobre a CA Seguros do que sobre o mercado, pelo facto de termos uma elevada penetração nas regiões que foram mais afectadas pelos incêndios. Reflectindo o impacto negativo dos incêndios florestais na nossa conta de exploração, a margem técnica acabou por ser ligeiramente inferior, em 1,5%, à registada no ano anterior.

A CA Seguros aumentou o número de Clientes com Apólices em vigor de 342 mil para 383 mil, prosseguindo proactivamente a sua Visão de “Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola”.

	Unidade: milhares, excepto %				
	2014	2015	2016	2017	Δ %
Nº de Clientes	272	295	342	383	12%
Nº de Apólices	498	545	624	686	10%

Ao nível dos custos, é de salientar a evolução contida dos custos operacionais, onde melhoraram os índices de eficiência e produtividade, e o efeito positivo de um maior diferimento dos custos de aquisição, de acordo com a evolução das regras contabilísticas aplicáveis.

Esta redução nos custos permitiu aumentar significativamente as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, de 18,6 milhões de euros em 2016, para 22,4 milhões de euros em 2017. É importante

assinalar que as remunerações de mediação têm crescido todos os anos, e com uma forte aceleração nos anos mais recentes.

Remunerações de Mediação de Seguros Pagos às CCAM

Unidade: milhões de euros, excepto %

	2014	2015	2016	2017	Δ %
CA Seguros	13	17	19	22	21%

A Companhia cumpre com todos os requisitos do regime Solvência II, ao nível dos processos, modelos de quantificação de capital, sistemas de governação e obrigações de reporte, e apresenta uma situação de elevada robustez ao nível do seu rácio de solvência, que se situa acima do patamar de 140%, definido no nosso apetite ao risco.

Neste contexto, é de assinalar o facto de a Companhia ter registado mais um ano com zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas limite impostos pela lei na gestão dos sinistros automóvel, uma situação ímpar no mercado português.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 107,5 milhões de euros, o que representa um aumento de 12,1% face ao ano anterior, com um crescimento acima do mercado não vida, que apresentou uma taxa de crescimento de 6,9%.

CA Seguros - Principais Indicadores

Unidade: milhares de euros, excepto % e nº de Colaboradores

	2014	2015	2016	2017
Prémios Brutos Emitidos	81.285	87.075	95.890	107.457
Activo	194.669	207.739	208.834	214.757
Capitais Próprios	42.341	49.171	45.955	45.235
Resultado Líquido	3.394	10.172	3.903	2.031
Nº Colaboradores no final do ano	148	151	161	176

O resultado líquido apurado foi de 2,0 milhões de euros, reflectindo a diminuição da Margem técnica e a manutenção dos Custos operacionais e do Resultado financeiro.

Foi deliberado em Assembleia Geral da CA Seguros efectuar o pagamento de 900 mil euros de dividendos aos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,125 euros por acção e a uma remuneração de 5% do capital social da Companhia.

A situação patrimonial da CA Seguros manteve-se estável em 2017. No activo, os investimentos financeiros diminuíram 1,2 milhões de euros, tendo o peso desta rubrica no total do activo diminuído de 88,5%, para 85,5% em 2017.

A CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores, tendo globalmente, as provisões técnicas atingido, em 31 de Dezembro de 2017, o valor de 132 milhões de euros.

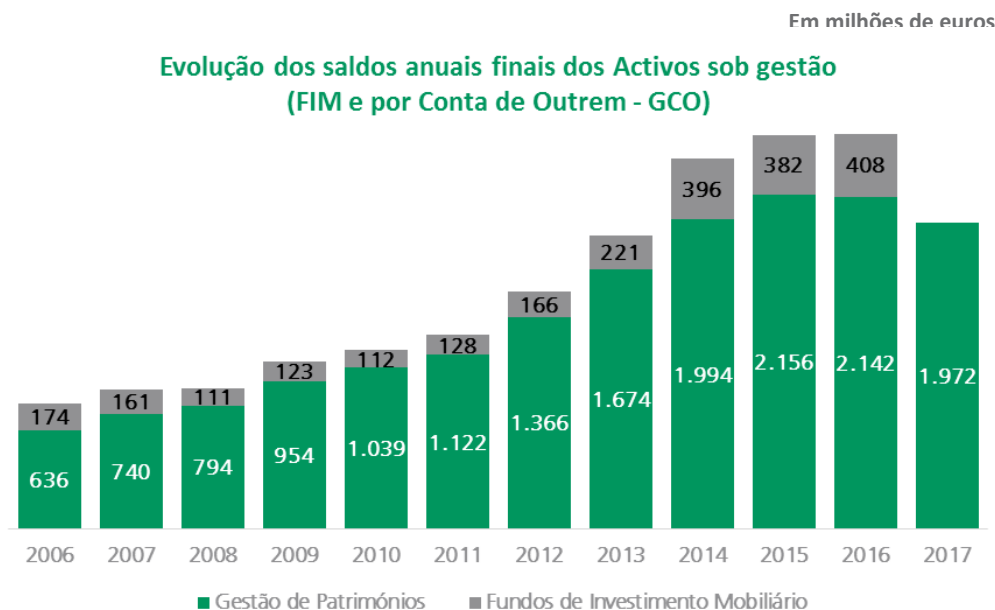
As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2017 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da solvência II. Em 31 de Dezembro de 2017, os activos elegíveis para a representação das provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 139%.

4.3 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS E FUNDOS DE RETALHO

a) Gestão de patrimónios e fundos de investimento mobiliários

Activos sob gestão

Em 2017, a CA Gest cessou o negócio de Fundos de Investimento Mobiliário com distribuição no retalho pelo que a evolução dos activos sob gestão da CA Gest no ano de 2017 não é comparável com o período homólogo, tendo registado uma redução global de 22,7% que inclui uma diminuição de 7,9% do negócio de gestão de patrimónios para 1.972 milhões de euros.



A evolução dos activos sob gestão da CA Gest (-7,9%) não superou o desempenho do mercado de Gestão de Patrimónios nacionais que registou um crescimento de 2,1%, o que se reflecte na redução da quota de mercado:

Quota de Mercado	2016	2017	Var.
Gestão de património	3,8%	3,4%	-0,4 p.p.
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário	3,7%	0,0%	-3,7 p.p.

Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

Até 30 de Setembro de 2017, a actividade de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário continuava a registar uma evolução muito positiva reflectindo a excelente prestação comercial do Grupo Crédito Agrícola, no que se refere à retenção e captação de novos recursos e à dinamização e comercialização de produtos financeiros, sendo que, a essa data, o valor global de fundos sob gestão ascendia a 449,7 milhões de euros, o que representava um crescimento de 10,4% face ao respectivo valor no final do ano de 2016.

Ao longo de 2017 verificou-se uma diminuição do volume de activos do Fundo CA Monetário – decorrente da redução da sua rentabilidade que, no entanto, superava as dos depósitos bancários, - mas esse volume terá sido captado pelo Fundo CA Rendimento que, nos primeiros nove meses do ano, registou uma subida de 85,1 milhões de euros no volume de activos para 285,2 milhões de euros.

De assinalar que em 2017 os Fundos CA Monetário e CA Rendimento foram uma vez mais distinguidos com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários” – nas categorias de “Fundos do Mercado Monetário” e de “Fundos de Obrigações de Taxa Indexada”, respectivamente, por terem obtido a mais elevada rentabilidade ajustada pelo risco nos últimos três anos, terminados em 2016. Em 30 de Setembro de 2017, os Fundos CA Monetário e CA Rendimento ocupavam o 1º lugar no ranking das respectivas categorias, e o CA Rendimento preservava também a classificação de 5 estrelas atribuída pela Morningstar.

Gestão de Patrimónios

Em 2017, o volume de activos sob gestão correspondente à actividade de Gestão de Patrimónios registou uma descida de 8,0% para um montante de 1.972 milhões de euros reflexo da quebra de produção dos Clientes do segmento institucional. De acordo com a associação do sector, os volumes de activos sob gestão neste segmento terão registado, no ano, uma ligeira subida de 2,1% pelo que a quota de mercado da CA Gest ter-se-à reduzido em 0,4 p.p para 3,4%.

O volume sob gestão das carteiras afectas ao negócio Vida manteve a tendência de descida iniciada em 2016, devido à descontinuação da comercialização de soluções abertas e, por outro lado, ao vencimento de produtos de capital e rendimento garantidos de duração determinada.

O segmento de gestão de carteiras de dívida pública detidas por Caixas Associadas registou um crescimento expressivo de 350% totalizando 53,5 milhões de euros no final de 2017 assistindo já 25 carteiras. Por outro lado, a comercialização dos produtos de gestão de carteiras personalizadas dirigidos a Clientes Particulares ou Não Profissionais representava, no final do ano, apenas 1,7 milhões de euros em resultado da opção estratégica de enfoque no segmento institucional.

Principais indicadores financeiros

Em 2017, os rendimentos de serviços e comissões da CA Gest atingiram 3,7 milhões de euros, menos 3,3% que no ano anterior. Com excepção das comissões originadas no serviço de gestão de carteiras detidas pelas Caixas Associadas todas as demais fontes de rendimentos da Sociedade registaram diminuição ainda que por razões diversas.

As comissões de gestão geradas pelo negócio de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, registaram uma redução de 9,7% em termos anuais decorrente de esta área de negócio ter sido cedida no início de Outubro, anotando-se que, à data da cessão estes proveitos apresentavam um crescimento de 24,8% face ao período homólogo.

A estrutura de comissões do negócio de Gestão de Patrimónios manteve-se praticamente inalterada face ao período homólogo de 2016, com o segmento Institucional, constituído pelas Seguradoras e Fundos de Pensões, a explicar 97% dos rendimentos contabilizados.

De assinalar no entanto que a dinamização do serviço de gestão de carteiras de dívida pública da Zona Euro dirigido às Caixas Associadas permitiu adicionar 19 novas carteiras para um total de 25 tendo os proveitos desta actividade crescido de 44 mil euros para 53 mil euros. Inversamente a reestruturação operada na actividade de gestão de carteiras de particulares e empresas conduziu a que os respectivos proveitos tenham expressão residual.

As comissões de colocação de Fundos de Investimento Mobiliário devidas à Caixa Central e às Caixas Associadas foram revelando, ao longo dos primeiros 3 trimestres de 2017, um crescimento homólogo superior a 40%. Assim, e embora essa actividade tenha cessado no início de Outubro, o valor de tais comissões atingiram em 2017 os 779 mil euros, traduzindo um crescimento, em 9 meses, de 1,3% face aos 12 meses do ano anterior. No entanto o principal aspecto a destacar ao nível dos encargos com serviços e comissões suportados é o crescimento, superior a 28%, verificado nas taxas de supervisão devidas à CMVM que, no ano, representaram 6,9% dos proveitos totais da CA Gest, e que desde o último trimestre representam 10% dos rendimentos da Sociedade.

O produto bancário de natureza recorrente registou uma queda anual de cerca de 9%, para 2,6 milhões de euros. Esta diminuição de 267 mil euros foi mais que compensada por outros resultados originados na operação de cessão da actividade de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário distribuídos a retalho, pelo que o Produto Bancário atingiu 5,1 milhões de euros, mais 2,2 milhões de euros que no ano anterior.

Os custos com pessoal de natureza recorrente diminuiriam 14,5% para 1,27 milhões de euros, reflectindo a redução do número de colaboradores e os gastos gerais administrativos caíram 5,5% para 1,22 milhões de euros, em resultado de economias nas despesas de marketing e nos custos induzidos pela alteração do quadro de pessoal.

O resultado antes de impostos de natureza recorrente apresentou um crescimento de 30% face ao verificado em 2016, sendo que os resultados do ano são decisivamente marcados por proveitos decorrentes da operação de cessão da actividade de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário comercializados a retalho, pelo que foi gerado um resultado líquido positivo de 2,0 milhões de euros.

Em 2017 o valor do activo líquido da CA Gest cresceu 2,4 milhões de euros para 5,6 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento das disponibilidades, em 2,5 milhões de euros, originadas no resultado do exercício, e, acessoriamente, ao crescimento em 73 mil euros de activos tangíveis decorrentes de investimento realizado. O passivo aumentou 307 mil euros para cerca de 1,4 milhões de euros, reflectindo essencialmente o crescimento do valor de impostos a pagar no ano seguinte. Os capitais próprios

duplicaram em 2017, aumentando 2,0 milhões de euros para 4,2 milhões de euros, pelo resultado líquido apurado não tendo, no exercício, sido realizada qualquer distribuição à accionista dado o prejuízo registado no ano anterior.

	Dez. 2017	Dez. 2016	Var.	Δ (%)
Produto Bancário recorrente	2.616.394 €	2.882.919 €	-266.526 €	-9%
Custos recorrentes	-2.526.019 €	-2.813.860 €	287.840 €	10%
Resultados não recorrentes	2.490.453 €	-350.000 €	2.840.453 €	812%
Resultado líquido	2.026.283 €	-322.315 €	2.348.598 €	729%
Activo líquido	5.558.351 €	3.233.175 €	2.325.176 €	72%
Capitais Próprios	4.164.018 €	2.137.736 €	2.026.283 €	95%
Número de Colaboradores no final do ano	10	15	-5	-33%

b) Fundos de investimentos imobiliários de retalho

Fundo de Investimento Imobiliário Aberto CA Património Crescente

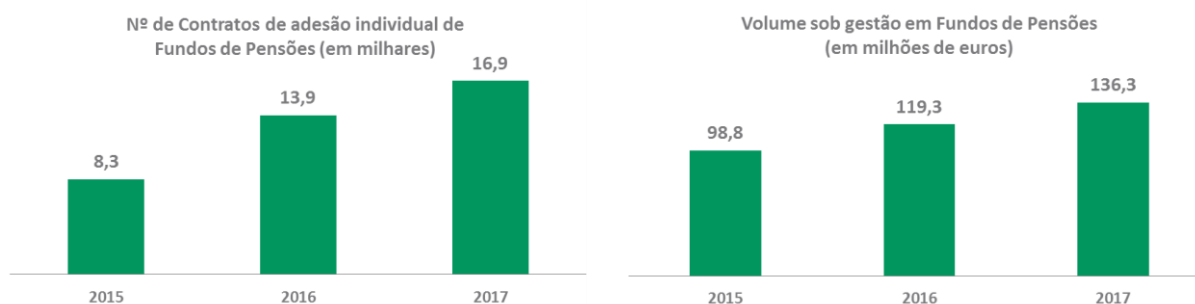
O Fundo CA Património Crescente (“CAPC”) iniciou a sua atividade em Julho de 2005 e tem vindo ao longo dos anos a captar pequenas e médias poupanças de clientes do Grupo Crédito Agrícola que pretendem um rendimento estável e sólido.

O Fundo tem como depositário a Caixa Central, sendo que as entidades do SICAM atuaram como agentes comercializadores.

No final de Dezembro de 2017, o valor líquido global do fundo CAPC era de cerca de 505 milhões de euros. A rentabilidade anual líquida (a Dezembro de 2017) foi de 3,98% a 1 ano, de 3,45% a 3 anos e 3,76% desde a data de constituição do fundo.

c) Fundos de pensões

Os fundos de pensões geridos pela CA Vida registaram em 2017 um comportamento positivo, crescendo tanto em número de contratos de adesão individual (no caso dos fundos de pensões abertos) como em montante sob gestão.



Face a 2016, o montante sob gestão aumentou 14%, numa tendência crescente que já vem desde 2011. Os fundos de pensões abertos, que têm como objectivo financiar planos de pensões individuais ou colectivos, diferenciam-se pela política de investimento que adoptam, de acordo com o nível de risco tolerado e do horizonte temporal de investimento.

d) Exposição imobiliária e fundos de investimento imobiliário de recuperação

O mercado imobiliário manteve em 2017 o seu dinamismo, com o nível médio de preços da habitação a aumentar 4,6% em termos homólogos. Esta actividade teve reflexo na alienação de imóveis em balanço, permitindo alienar cerca de 108 milhões de euros, de um total de 1.011 imóveis.

Os Fundos de investimento imobiliário cujo acervo é constituído maioritariamente por activos provenientes de processos de recuperação de crédito do Grupo Crédito Agrícola são: o ImovalorCA – FEIIF, dirigido principalmente às Caixas Associadas, o CA Arrendamento Habitacional – FIIF direccionado para o arrendamento habitacional e o CA Imobiliário – FEIIA.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto CA Imobiliário

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Atividade: 01/09/2005
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: 220.390.819 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: 170.499.476 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2017: 162.943.641 euros
- Património/política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos, não privilegiando nenhuma área em particular da atividade imobiliária, nem de tipologia de imóveis.
- O seu património tem sido aplicado predominantemente na aquisição de bens imóveis adquiridos por instituições de crédito em reembolso de crédito próprio.
- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -5,63%
- Rendibilidade a 1 ano (2017): -5,93%
- Rendibilidade a 3 anos (2015-2017): -11,20% (anualizada)

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado CA Arrendamento Habitacional

- Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
- Entidade Gestora: Square Asset Management Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Atividade: 23/10/2009
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: 106.075.341 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: 80.092.073 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2017: 69.491.319 euros
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos destinados ao arrendamento habitacional.

- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -2,16%
- Rendibilidade a 1 ano (2017): 1,74%
- Rendibilidade a 3 anos (2015-2017): -2,81% (anualizada)

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado IMOVALOR CA

- Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Imobiliário
- Entidade Gestora: Selecta Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
- Data de Início da Atividade: 31/07/2013
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2015: 19.582.925 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2016: 32.986.117 euros
- Valor Líquido Global do Fundo em 31 Dezembro 2017: 37.813.799 euros
- Património/ política de investimentos: O fundo investe em valores imobiliários urbanos e rústicos provenientes das Caixas Associadas e da Caixa Central ou adquiridos no âmbito de operações extrajudiciais de recuperação de crédito.
- Rendibilidade anualizada desde o início do fundo: -2,80%
- Rendibilidade líquida a 1 ano (2017): -2,59%
- Rendibilidade a 3 anos (2015-2017): -3,11% (anualizada)

e) Fundos de capital de risco, assessoria financeira e serviços

Decorrente do programa de transformação do Grupo Crédito Agrícola, iniciado em 2013, manteve-se em 2017 a cedência ocasional de colaboradores da CA Consult a órgãos de estrutura da Caixa Central e a empresas participadas do grupo, que, até final de Setembro de 2017, teve a seguinte afectação:

- 5 colaboradores foram objecto de cedência a 100% à Caixa Central: Direcção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão (DPEC) e Direcção de Empresas (DE);
- 3 colaboradores foram objecto de cedência parcial à CA SGPS;
- 2 colaboradores foram objecto de cedência parcial à Direcção de Contabilidade e Fiscalidade (DCF) da Caixa Central, continuando, até então, a CA Consult a beneficiar de apoio de colaboradora da CA Gest na gestão de Recursos Humanos.

Neste modelo de afectação de recursos, a actividade desenvolvida pelos colaboradores que prestaram serviços à CA Consult até 30 de Setembro de 2017 consistiu em:

- Assessoria em Capital de Risco;
- Assessoria à Caixa Central e CA SGPS nomeadamente na gestão de participações, mas também em projectos específicos;
- Prestação de Serviços Administrativos e de Contabilidade,

e acessoriamente,

- Assessoria financeira e de gestão a entidades exteriores ao Grupo Crédito Agrícola, estando os demais trabalhadores da sociedade afectos, e na dependência funcional, de Direcções da Caixa Central (DPEC, DE e DCF).

Em 30 de Setembro de 2017 consubstanciou-se a cessação dos contratos de trabalho de todos os colaboradores que eram objecto de cedência à Caixa Central (DPEC, DE e DCF) e de uma colaboradora

objecto de cedência parcial à CA SGPS. Assim, e desde então, o quadro de pessoal da CA Consult passou a ser constituído por 2 colaboradores que se mantiveram cedidos à CA SGPS.

Assessoria em Capital de Risco

Em 2017 a CA Consult continuou a prestar serviços de assessoria e apoio à execução de tarefas da responsabilidade da AGROCAPITAL – Sociedade de Capital de Risco, SA (AGROCAPITAL, SCR) enquanto entidade gestora de Fundos de Capital de Risco (FCR).

Tendo, ainda em 2016, cessado a actividade de investimento deste cliente, a assessoria prestada pela CA Consult deixou de incluir a captação e negociação de participações, mas manteve os demais serviços historicamente prestados, nomeadamente:

- nos aspectos corporativos da sociedade gestora assegurando integralmente o apoio à gestão corrente e aos respectivos órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa e de tesouraria, bem como as obrigações de reporte, contabilísticas e fiscais, e
- no acompanhamento/gestão da carteira de activos de capital de risco, nomeadamente nos domínios do desinvestimento e do contencioso com devedores.

No entanto, o aspecto central da assessoria prestada em 2017 foi o processo que culminou com a extinção do FCR AGROCAPITAL 1. Tal processo foi iniciado pela avaliação dos cenários de evolução da AGROCAPITAL na fase pós-liquidação do FCR, incluiu o estabelecimento de acordos entre os participantes sobre a partilha dos activos do fundo e a produção de toda a documentação apresentada à Assembleia de Participantes necessária à dissolução/liquidação.

O Fundo foi extinto por deliberação da respectiva Assembleia de Participantes em 30 de Novembro, mas, atentos os acordos estabelecidos entre o IFAP, a CCCAM GI e a AGROCAPITAL, SCR, a CA Consult continua a prestar assessoria a esta última entidade na gestão dos créditos objecto de partilha.

Assessoria à Caixa Central e CA SGPS na gestão de participações

Nesta área a CA Consult manteve a actividade de acompanhamento e reporte dos eventos, nomeadamente societários ou similares, de entidades em que a Caixa Central, a CA SGPS e CCCAM GI participam, onde se incluem:

- Sociedades de garantia mútua;
- Sociedades de gestão de patrimónios imobiliários;
- Sociedades financeiras de gestão de pagamentos;
- Fundo de investimento florestal e respectiva entidade gestora;
- Fundos de capital de risco; e
- Associações empresariais e de carácter sectorial, domiciliadas em Portugal, mas também, desde final de 2015, entidades bancárias, e grupo de sociedades financeiras com operações internacionais no seio da União Europeia.

No âmbito desta área de actividade a CA Consult assegura integralmente o apoio à gestão corrente e aos respectivos órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa e de tesouraria da Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA (CA SeP) da CA SGPS, e da CCCAM GI.

Por fim assinala-se que, tendo-se constatado, no início de 2017, a impossibilidade de executar o acordo que a CA SGPS e outros accionistas da Floresta Atlântica haviam obtido sobre o desinvestimento nesta participada, a CA Consult manteve o seu envolvimento na gestão desta participada. Tal decorreu num contexto particularmente exigente quer pela situação económico-financeira do fundo gerido por esta participada - nomeadamente após os incêndios havidos – quer por vicissitudes ao nível da governação.

Serviços Administrativos e de Contabilidade

Até 30 de Setembro de 2017 esta área - enquadrada funcionalmente na Direcção de Contabilidade e Fiscalidade da Caixa Central - continuou a prestar serviços de apoio administrativo e o processamento contabilístico da própria Sociedade bem como da CA Gest, CA Imóveis, CCCAM GI, AGROCAPITAL SCR, FCR Agrocapital 1, assegurando também a preparação de reportes e demais informação a submeter às entidades de supervisão e às estruturas de controlo de gestão do Grupo Crédito Agrícola.

Face à alteração do quadro de pessoal verificada, que incluiu a contratação directa de duas colaboradoras para a Direcção de Contabilidade e Fiscalidade da Caixa Central, esta área de negócio foi descontinuada em 1 de Outubro.

Desempenho Económico e Financeiro

Em 2017, a CA Consult registou um resultado líquido de 348 mil euros, equivalente a 37% do volume de negócios, 31% superior ao ano anterior, e que representou 48% da totalidade do capital próprio que a accionista mantém investido na sociedade. Este nível de resultados permitiu cobertura de todos os prejuízos transitados como a parte ainda não reembolsada das prestações acessórias realizadas pela accionista.

Apesar ter reembolsado prestações acessórias realizadas pela accionista única no valor de 250 mil euros, a CA Consult manteve a solidez financeira e solvência, continuando a não registar responsabilidades bancárias nem dívida de financiamento.

CA Consult - Principais Indicadores

Valores em milhares de Euros, excepto nº de colaboradores

	2013	2014	2015	2016	2017
Activo Líquido	533,5	524,0	480,0	508,5	498,5
Situação Líquida	305,6	370,0	315,0	330,0	428,3
Resultado Líquido	88,0	64,0	235,0	265,0	348,2
Nº Colaboradores em funções	16	15	14	13	2

4.4 ACTIVIDADE DE SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DAS CAIXAS ASSOCIADAS

Enquadramento geral

As alterações significativas que se têm verificado no quadro legislativo e regulatório das Instituições de Crédito têm conduzido a um sucessivo agravamento das exigências, obrigando a que as metodologias utilizadas para garantir uma correcta e atempada supervisão tenham de estar suportadas em processos que garantam uma operacionalidade adequada à evolução organizativa e ao negócio das Caixas Associadas.

Políticas de Consolidação Económico-Financeira

A consolidação dos procedimentos de controlo, ao longo de 2017, continuou a permitir acompanhar a actividade das Caixas Associadas de forma próxima da realidade local. Neste âmbito, o envio de relatórios de avaliação periódica, elaborados pelos técnicos de acompanhamento, continuou a ser o veículo preferencial para a concretização desse objectivo, uma vez que, ao perspectivarem os impactos ao nível patrimonial e financeiro dos principais riscos, eventuais incumprimentos e insuficiências, facilitaram o enquadramento e discussão destas matérias junto das Administrações das Caixas Associadas.

A discussão destes relatórios de avaliação periódica possibilitou, em alguns casos, a realização de trabalhos específicos no local, nos quais foi possível avaliar a adequação das normas e procedimentos implementados face às exigências regulamentares.

Merece particular destaque a dinamização do processo de adequação das estruturas organizacionais das Caixas Associadas, visando salvaguardar a segregação de funções, a colegialidade das decisões e os mecanismos de controlo sobre a actividade. Por outro lado, a revisão dos procedimentos, das metodologias de trabalho e dos circuitos implementados nas Caixas Associadas, permitiu, através da racionalização dos recursos afectos aos diversos processos, evitar maior agravamento do nível de eficiência.

Saliente-se que os principais rácios e indicadores aplicáveis às Caixas Associadas evoluíram, em termos gerais, favoravelmente em 2017.

EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS E INDICADORES DO NORMATIVO

Rátios / Indicadores	Parâmetro Referência	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crédito Vencido Líquido	< = 3%	2,28%	2,26%	1,84%	1,37%	1,14%	a)
Crédito Vencido Líquido/ Crédito Total Líquido	< 3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2,28%
Crédito Vencido Bruto há mais de 90 dias	< = 5%	6,99%	7,78%	8,13%	7,93%	6,35%	a)
Crédito Vencido Bruto / Crédito Total	< 5%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5,67%
Rácio de Eficiência	< 60%	65,20%	68,36%	68,63%	63,55%	67,69%	68,05%
Activo líquido por empregado	> 3.000.000 €	3.744.723 €	3.835.702 €	3.823.490 €	4.088.965 €	4.556.011 €	a)
Activo líquido Ajustado por empregado	> 4.000.000 €	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	5.400.564 €
Produto Bancário por empregado	> 110.000 €	125.792 €	120.022 €	120.960 €	130.406 €	129.727 €	129.535 €
Comissões/Produto Bancário	> 20%	27,38%	28,96%	28,31%	26,90%	29,74%	31,68%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos)	<85%	75,94%	72,06%	68,36%	67,81%	67,37%	69,31%
Rácio Activos não correntes Detidos para Venda / Activo Total	< 6%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2,57%

a) Na sequência da recente revisão dos Rátios do Normativo, este Rácio / Indicador foi substituído pelo subsequente.

No quadro do objectivo de consolidação económica e recuperação de desequilíbrios patrimoniais, inserem-se as figuras de intervenção ao abrigo dos artigos 77º e 77º - A do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo. As intervenções ao abrigo do mencionado artigo 77º - A são entendidas como a assunção pela Caixa Central da gestão das Caixas Associadas intervencionadas, pelo que implica a permanência, a tempo inteiro, de uma Administração Provisória. Já as intervenções no âmbito do artigo 77º, embora não obrigando a uma permanência a tempo inteiro, determinam, ainda assim, a afectação de um colaborador com competências delegadas, permitindo uma actuação muito próxima da gestão, em conformidade com a legislação aplicável.

Estas formas de actuação da Caixa Central assentam na concepção de que uma intervenção na gestão de uma Caixa Associada ocorre quando se verificarem situações de desequilíbrio ou irregularidades graves, incluindo situações de desequilíbrios financeiros que possam afectar o regular funcionamento da Instituição, obrigando, consequentemente, à tomada de medidas céleres e adequadas à recuperação de tais desequilíbrios e, principalmente, aconselhando uma atenção redobrada nas questões de governo.

Neste âmbito, merece referência o fim da intervenção, ao abrigo do artigo 77º - A do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, na Caixa Associada de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, na sequência da eleição de Órgãos Sociais pelos Associados, ocorrida em Julho de 2017. Permanecem intervencionadas, ao abrigo do referido artigo, as Caixas Associadas do Algarve; Entre Tejo e Sado; Coruche e de Coimbra.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INTERVENÇÕES

Tipo de Intervenção	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
77º - A	3	4	6	6	5	4
77º	2	0	0	1	0	0
Total de CCAM	84	83	82	82	82	81

Ainda sobre as políticas de consolidação económico-financeira, destaca-se o apoio concedido pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo que assiste, através da celebração de Contratos de Assistência Financeira (CAF), as Caixas Associadas de Entre Tejo e Sado; Moravis; Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo; Beira Baixa Sul; Bairrada e Aguieira; Costa Verde e Coimbra.

ASSISTÊNCIA DO FGCM						
CCAM	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos a CCAM	86.433.884 €	81.433.884 €	94.433.884 €	84.956.724 €	84.956.724 €	84.956.724 €
Nº CCAM Assistidas	8	7	8	7	7	7
Total Emp. CCAM + Caixa Central	86.433.884 €	81.433.884 €	94.433.884 €	84.956.724 €	84.956.724 €	84.956.724 €

Os serviços da Caixa Central preparam as propostas de assistência e, no âmbito do previsto nos Contratos de Assistência Financeira, compete à Caixa Central autorizar os actos de gestão da Caixa Associada, cuja realização se encontre condicionada.

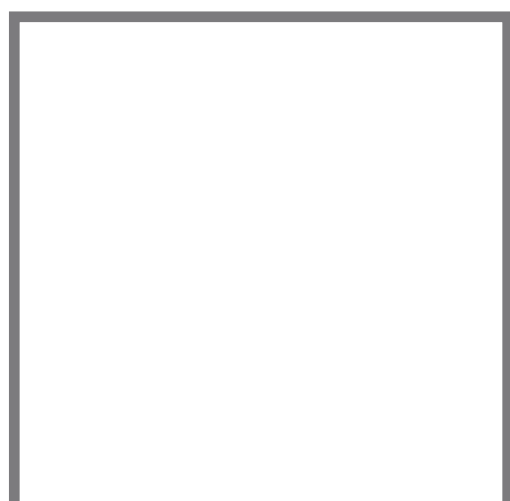
Acompanhamento e Supervisão das Caixas Associadas

Em 2017, a prioridade da actividade de supervisão continuou a consistir no acompanhamento de forma oportuna e sistemática da situação económico-financeira e organizacional das Caixas Associadas, permitindo garantir um adequado e eficaz nível de controlo, procedimentos que salvaguardam a detecção atempada de eventuais insuficiências e visam possibilitar uma rápida adopção das iniciativas necessárias para as normalizar.

Para além das alterações estruturais referidas anteriormente, a Direcção de Acompanhamento e Supervisão, durante o ano de 2017, continuou a garantir a realização da generalidade dos trabalhos regulares previstos nos Programas de Trabalho, a emissão de pareceres diversos, previstos na legislação e regulamentação ou solicitados pelas Caixas Associadas ou pelo Banco de Portugal, tendo ainda acompanhado e prestado o suporte necessário à concretização dos projectos de fusão das Caixas Associadas de Alcobaça e do Cartaxo (escritura realizada em 25 de Setembro de 2017) e das Caixas Associadas de Pernes e de Alcanhões (escritura realizada em 18 de Dezembro de 2017).

No âmbito das suas funções gerais, a Direcção de Acompanhamento e Supervisão realizou ainda no exercício de 2017, acções de inspecção em Caixas Associadas.

Adicionalmente, em consequência das alterações introduzidas ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que promoveram uma alteração geral das práticas em vigor no Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo quanto à Política de Selecção e Avaliação de Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, a Direcção de Acompanhamento e Supervisão participou activamente, através dos seus Técnicos, nos processos regulares de avaliação de adequação dos membros dos órgãos sociais das Caixas Associadas.



	05

Análise financeira

V. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

As contas consolidadas do Grupo Crédito Agrícola reflectem a situação patrimonial do SICAM (Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas Associadas, que com as restantes empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo.

a) Evolução dos principais indicadores

Evolução do GCA

Valores em milhões de euros				
	2014 Dez.	2015 Dez.	2016 Dez.	2017 Dez.
Recursos de Clientes (<i>on e off balance</i>)	12.655	13.212	14.060	14.868
dos quais depósitos	10.537	10.910	11.726	12.586
dos quais fundos e seguros de capitalização a)	2.118	2.302	2.334	2.282
Créditos sobre Clientes Bruto	8.099	8.373	8.651	9.373
Créditos sobre Clientes Líquido	7.261	7.555	7.941	8.721
Activo Líquido	15.051	14.936	16.699	17.988
Situação Líquida	1.211	1.205	1.244	1.449
Margem Financeira	307	310	327	330
Comissionamento Líquido	101	98	105	113
Margem Técnica de Seguros	-21	20	14	9
Produto Bancário	577	515	467	562
Resultado Líquido	27	54	58	152
Rácio Crédito Vencido > 90 dias	8,0%	7,8%	6,2%	5,4%
Rácio de Cobertura do Crédito Vencido - %	122,9%	122,5%	129,8%	125,5%
Common equity tier 1 - phased in	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%
Rácio de Solvabilidade Total - GCA - %	13,1%	13,5%	14,4%	16,0%
Rácio de Eficiência - GCA - %	57,5%	63,8%	73,1%	60,4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) - %	2,2%	4,5%	4,7%	10,5%
Rendibilidade dos Activos (ROA) - %	0,2%	0,4%	0,3%	0,8%
Número de colaboradores b)	4.158	4.121	4.054	4.068

Notas:

a) Os valores referem-se exclusivamente às Caixas Associadas do SICAM.

b) Os valores referem-se a colaboradores com contrato sem termo/por tempo indeterminado e com contrato a termo certo (posições de final de ano).

O activo líquido consolidado do Grupo Crédito Agrícola registou, em 2017, um valor de 17.988 milhões de euros, representando um crescimento de 7,7% face aos 16.699 milhões de euros alcançados em 2016, essencialmente como resultado do aumento do crédito líquido a clientes no valor de 780 milhões de euros e dos activos financeiros do Grupo classificados como aplicações em títulos e investimentos detidos até à maturidade que, no conjunto, aumentaram cerca de 484 milhões de euros em 2017.

Relativamente ao passivo total consolidado, este registou um aumento de 7,0%, passando de 15.455 milhões de euros em 2016 para 16.540 milhões de euros em 2017, sendo de assinalar, neste contexto, o crescimento homólogo registado nos recursos de clientes em balanço de 859 milhões de euros em 2017.

O capital próprio consolidado do Grupo Crédito Agrícola atingiu os 1.449 milhões de euros em 2017, o que representou um acréscimo de 205,1 milhões de euros (+16,5%), justificado particularmente pelo aumento do resultado líquido em 93,8 milhões de euros (+160,9%), destacando-se ainda o aumento do capital social em 52,5 milhões de euros (+5,1%).

Em termos de resultado líquido, o Grupo Crédito Agrícola atingiu os 152,1 milhões de euros, o que representa o valor mais elevado de sempre, com um acréscimo de 93,8 milhões de euros face a 2016. Para este aumento contribuíram, fundamentalmente, o crescimento do resultado de operações financeiras em 64,5 milhões de euros (+146,0%) e um nível significativamente inferior de constituição de provisões e imparidades que se cifraram em 8,1 milhões de euros, ou seja, menos 22,9 milhões de euros do que o valor registado no período homólogo de 2016.

b) Rácios de capital

Em Dezembro de 2017, os fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola ascenderam a 1.426 milhões de euros, o que representou um reforço de 199 milhões de euros em relação ao período homólogo. Os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito (que incluem requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito e posição cambial) e do risco operacional cresceram globalmente 4,0% quando comparados com a posição no final de 2016.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

<i>Em milhões de euros</i>	2014	2015	2016	2017	Δ 17/16
Fundos Próprios totais ^(a)	1.048	1.142	1.227	1.426	16,2%
Fundos Próprios Principais de Nível 1	1.048	1.105	1.163	1.352	16,3%
Fundos Próprios de Nível 1 (<i>Tier 1</i>)	1.048	1.105	1.163	1.352	16,3%
Posição em risco de activos e equivalentes	15.301	14.245	17.203	17.121	-0,5%
Requisitos de fundos próprios	7.985	8.476	8.544	8.885	4,0%
Crédito ^(b)	6.919	7.377	7.426	7.785	4,8%
Operacional	1.066	1.099	1.118	1.100	-1,6%
Rácios de solvabilidade ^(c)					
<i>Common equity tier 1 - phased in</i>	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%	1,61 p.p.
<i>Tier 1</i>	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%	1,61 p.p.
<i>Total</i>	13,1%	13,5%	14,4%	16,0%	1,69 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do final do exercício em fundos próprios.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

Os rácios common equity tier 1 (CET1) e solvabilidade total, calculados com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) nº 575/2013, fixaram-se em:

- CET1:
 - *phased-in*: 15,2%
 - *fully implemented*: 14,8%
- Solvabilidade total:
 - *phased-in*: 16,0%
 - *fully implemented*: 15,8%

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE 2017 - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

	CRD IV transitional definition (1)	CRD IV fully definition (2)	Δ 2/1
<i>Em milhões de euros</i>			
Capital Common equity tier 1	1.352	1.293	-4,4%
Fundos próprios totais	1.426	1.379	-3,3%
Requisitos de fundos próprios	8.885	8.741	-1,6%
Rácios de solvabilidade			
<i>Common equity tier 1</i>	15,2%	14,8%	-0,5 p.p.
<i>Total</i>	16,0%	15,8%	-0,2 p.p.

c) Demonstração de Resultados

Num contexto em que o sector financeiro permaneceu sob pressão devido às taxas Euribor historicamente baixas, ao processo de desalavancagem dos agentes económicos e aos crescentes requisitos de capital no quadro da regulamentação do Basileia III e do Solvência II, o Grupo Crédito Agrícola apresentou um resultado de 152,1 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 160,9% face a 2016, explicado pela variação homóloga do resultado de operações financeiras (+64,5 milhões de euros) e por uma constituição líquida de provisões/imparidades (-22,9 milhões de euros) inferior a 2016.

Demonstração de Resultados

<i>Em milhares de euros</i>	2015	2016	2017	Abs.	Variação %
Juros e rendimentos similares	486.032	496.551	492.787	-3.763	-0,8%
Juros e encargos similares	176.385	169.168	162.453	-6.715	-4,0%
Margem Financeira	309.647	327.383	330.334	2.952	0,9%
Margem técnica da actividade de seguros	19.661	13.855	9.102	-4.754	-34,3%
Comissões líquidas	98.280	105.143	112.958	7.814	7,4%
Result. de op. Financeiras*	109.680	44.211	108.745	64.534	146,0%
Outros result. de exploração:	-22.056	-23.693	973	24.666	n.a
Result. de act. e pass. avaliados ao justo valor	-15.466	13.442	4.521	-8.920	-66,4%
Result. de alienação de outros activos	-6.669	-21.255	-2.563	18.692	n.a.
Outros result. de exploração	79	-15.879	-986	14.893	n.a.
Produto Bancário	515.212	466.899	562.111	95.212	20,4%
Custos de Estrutura	328.916	341.343	339.405	-1.938	-0,6%
Custos de pessoal	193.296	201.091	203.328	2.237	1,1%
Gastos gerais administrativos	108.147	112.685	109.893	-2.792	-2,5%
Amortizações	27.473	27.567	26.184	-1.383	-5,0%
Provisões e imparidades	112.942	30.999	8.091	-22.908	-73,9%
Resultados de participações em associadas (equivalência patrimonial)	-227	304	312	8	2,5%
Resultado antes de impostos	73.128	94.861	214.926	120.065	126,6%
Impostos	18.755	36.420	62.723	26.303	72,2%
Interesses que não controlam	-260	117	59	-57	-49,2%
Resultado Líquido	54.112	58.325	152.145	93.820	160,9%

* Somatório de Rendimentos de instrumentos de capital, de resultados de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação cambial.

d) Estrutura do Balanço

O activo líquido registou o valor de 18,0 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de 1,3 mil milhões de euros face a 2016, em resultado essencialmente do aumento do crédito a clientes (+780 milhões de euros) e dos activos financeiros do Grupo (+484 milhões de euros). No que respeita a carteira de investimentos, importa mencionar ainda que foi efectuada uma reclassificação dos investimentos detidos até a maturidade para aplicações em títulos⁷, em concreto para a rubrica de activos financeiros ao justo valor. Esta reclassificação resultou da venda de títulos classificados em investimentos detidos até a maturidade, o que de acordo com a IAS 39 implicou o retirar de toda a carteira de investimentos presentes no balanço em investimentos detidos até à maturidade.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	421.807	415.873	480.516	64.643	15,5%
Aplicações em Instituições de Crédito	95.128	6.035	6.957	922	15,3%
Crédito a Clientes (líquido)	7.555.017	7.940.905	8.720.954	780.049	9,8%
Aplicações em Títulos (líquido)	5.449.820	3.371.613	7.518.860	4.147.248	123,0%
Investimentos detidos até à maturidade	0	3.663.616	0	-3.663.616	-100,0%
Activos não correntes detidos para venda	668.752	619.506	552.764	-66.742	-10,8%
Propriedades de investimento	82.583	69.946	63.511	-6.435	-9,2%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	321.608	309.835	300.960	-8.875	-2,9%
Activos por impostos diferidos	170.524	161.966	141.522	-20.443	-12,6%
Outros Activos	170.520	140.096	202.395	62.299	44,5%
Total Activo	14.935.759	16.699.391	17.988.440	1.289.048	7,7%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	625.817	1.578.903	1.935.086	356.182	22,6%
Recursos de Clientes	10.910.086	11.726.366	12.585.685	859.319	7,3%
Provisões técnicas de contratos de seguros	1.611.507	1.573.475	1.346.109	-227.366	-14,4%
Passivos Subordinados	120.409	116.534	106.782	-9.752	-8,4%
Outros Passivos	463.136	459.849	565.414	105.566	23,0%
Total Passivo	13.730.955	15.455.126	16.539.075	1.083.949	7,0%
Capitais Próprios	1.204.804	1.244.266	1.449.365	205.099	16,5%
Total do Capital Próprio + Passivo	14.935.759	16.699.391	17.988.440	1.289.048	7,7%

⁷ Aplicações em títulos inclui: Activos financeiros detidos para negociação; Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados; e, Activos financeiros disponíveis para venda

e) Qualidade da Carteira de Crédito

No final de 2017 a carteira de crédito do GCA observou uma redução dos níveis de crédito vencido há mais de 90 dias, em relação ao período homólogo, na ordem dos 23,1 milhões de euros (-4%), confirmando a tendência de desagravamento da sinistralidade observada nos últimos anos. Para esta redução tem contribuído a melhoria do contexto sócio-económico do país mas também o esforço desenvolvido pelo Grupo CA no sentido de melhorar a análise de risco de crédito e o investimento em iniciativas e ferramentas de apoio à normalização dos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, o que permite situar o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias nos 5,4%, evidenciando uma melhoria de 0,7 p.p. em relação ao homólogo.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO VENCIDO

<i>Em milhões de euros</i>	2014	2015	2016	2017	Δ 17/16	Δ % 17/16
Crédito vencido < 90 dias	27,5	17,8	13,9	9,3	-4,6	-33,1%
Crédito vencido > 90 dias	644,1	650,3	533,3	510,2	-23,1	-4,3%
Crédito vencido total	671,6	668,1	547,2	519,5	-27,7	-5,1%
Rácio crédito vencido > 90 dias	8,0%	7,8%	6,2%	5,4%	-0,7 p.p.	

O nível de provisionamento para cobertura da carteira de crédito vencido total situou-se nos 125,5%, observando critérios mais conservadores que os registados, em média, no mercado.

CRÉDITO VENCIDO E IMPARIDADES EM 31.DEZ.2017

Em milhões de euros

	Crédito total bruto	Crédito vencido	Crédito vencido / Crédito total	Provisões para risco de crédito	Grau de cobertura
Empresas e Administração Pública	4.903	321	6,5%	456	142,2%
Particulares	4.470	199	4,4%	196	98,7%
Habituação	2.777	40	1,4%	41	104,9%
Consumo e outras finalidades	1.693	159	9,4%	155	97,2%
Total	9.373	520	5,5%	652	125,5%

O segmento de Empresas e Administração Pública registou uma redução do crédito vencido com o rácio de crédito vencido a situar-se nos 6,5% em Dezembro de 2017 (7,7% em 2016). O crédito concedido a clientes particulares também acompanhou a redução do rácio de crédito vencido, situando-se nos 4,4% em 2017, ou seja 0,5 p.p. abaixo dos 4,9% registados em 2016.

Em 2017, o rácio de crédito com incumprimento, calculado nos termos da Instrução n.º 24/2012 do Banco de Portugal reduziu, face ao ano anterior, para os 5,8% e o rácio de incumprimento líquido situou-se nos -1,3%.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO (*)

	2014	2015	2016	2017
Crédito com incumprimento/Crédito total	8,5%	8,1%	6,5%	5,8%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	-1,8%	-1,8%	-1,8%	-1,3%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito em risco, que inclui o valor total em dívida do crédito vencido por um período igual ou superior a 90 dias e o crédito reestruturado igualmente vencido por esse período sem que tenham sido observados o pagamento integral de juros e encargos e o reforço integral de garantias, apresentou uma variação de 0,9 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 8,5% e observando, em termos líquidos, um ligeiro aumento face ao período homólogo, fixando-se nos 1,7%.

RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO (*)

	2014	2015	2016	2017
Crédito em risco/Crédito total	11,8%	11,2%	9,4%	8,5%
Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	1,8%	1,6%	1,3%	1,7%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 24/2012 que alterou a instrução nº 22/2011.

O rácio de crédito reestruturado, calculado nos termos da Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal, situou-se nos 12,5% (uma redução de 1,3 p.p. face a 2016) e o rácio de crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se nos 10,7%.

RÁCIOS CRÉDITO REESTRUTURADO (*)

	2014	2015	2016	2017
Crédito reestruturado/Crédito total	10,7%	13,0%	13,8%	12,5%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco /Crédito total	9,7%	11,9%	11,9%	10,7%

(*) Rácios calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 32/2013.

5.2 NEGÓCIO BANCÁRIO

a) Evolução dos principais indicadores

O Crédito Agrícola apresentou, no final de Dezembro de 2017, um crescimento homólogo do resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 76 milhões de euros (147,6 milhões de euros versus 72,1 milhões de euros), uma evolução favorável para a qual contribuiu, fundamentalmente, o aumento da margem financeira (+5,0%) o reforço dos níveis de comissionamento líquido (+7,2%), o aumento dos resultados obtidos em operações financeiras (+70,8%) e menores níveis de reforço líquido de provisões e imparidades (-74,1%).

PRINCIPAIS INDICADORES

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Var. 17/16	
				Abs.	%
Activo total	13.059.792	14.880.614	16.437.110	1.556.496	10,5%
Aplicações Financeiras (Líquido)	3.729.604	5.311.976	6.031.113	719.138	13,5%
Crédito a clientes (bruto)	8.429.644	8.713.284	9.435.024	721.740	8,3%
Passivo total	11.887.166	13.653.239	14.992.916	1.339.677	9,8%
Recursos de clientes	10.969.821	11.770.738	12.638.189	867.451	7,4%
Recursos de OIC/BCE	625.817	1.578.903	1.935.086	356.182	22,6%
Capitais próprios	1.172.626	1.227.375	1.444.194	216.819	17,7%
Margem financeira	245.129	276.013	289.679	13.666	5,0%
Produto bancário	502.756	474.532	532.655	58.124	12,2%
Custos de estrutura	300.838	313.331	316.435	3.104	1,0%
Provisões / imparidades	126.902	56.123	14.563	-41.561	-74,1%
Resultado Líquido	56.311	72.057	147.631	75.574	104,9%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	4,8%	5,9%	10,2%	n.a.	4,4 p.p.
Rácio de eficiência	59,8%	66,0%	59,4%	n.a.	-6,6 p.p.

b) Demonstração de Resultados

Depois do ano de 2016 ter confirmado a fase de recuperação e crescimento iniciada em 2014, o ano de 2017 ficou marcado pela solidificação e reforço desta trajetória ascendente da economia portuguesa, tendo-se verificado um crescimento do PIB de 2,6% (comparável com o crescimento de 1,6% registado em 2016). Apesar da dinâmica verificada na procura interna, assistiu-se a uma redução do nível de alavancagem das famílias e das empresas não financeiras com tradução directa na redução do crédito (volume de liquidações não compensado pelas novas concessões de crédito) em cerca de 2,8%, em concreto, -1,0% nas famílias e -5,5% nas empresas⁸, não sendo esta redução alheia às operações de alienação de carteiras de créditos não produtivos.

⁸ Em Portugal, no segmento de crédito a sociedades não financeiras, a concessão de crédito encontra-se particularmente penalizada pela dinâmica negativa do crédito aos sectores da construção e imobiliário, com um peso superior a 25%. O crédito à agricultura e pescas, alojamento e restauração e saúde e apoio social são as que registam variações homólogas positivas. Fonte: Crédito por sector de actividade económica, BPStat, Fev.2018

De forma assinalável, a actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola, que inclui a Caixa Central e as Caixas Associadas (SICAM), destacou-se da tendência do mercado, registando um aumento homólogo no crédito bruto concedido a clientes de 8,3%, sustentado num crescimento de 11,6% no crédito a empresas e de 4,9% no crédito a particulares.

O Crédito Agrícola apresentou, no final de Dezembro de 2017, um resultado líquido do negócio bancário (SICAM) de 147,6 milhões de euros, que se traduzem numa variação positiva de 75,6 milhões de euros face a 2016.

Globalmente, o resultado líquido resulta de: i) a melhoria da margem financeira em 5,0%; ii) o aumento das comissões líquidas em 7,2%; iii) o aumento de 70,8% no resultado de operações financeiras proveniente dos resultados obtidos com a carteira de títulos e iv) a redução das provisões e imparidades constituídas no exercício que passaram de 56,1 milhões de euros em 2016 para 14,6 milhões de euros (-74,1%) em 2017.

Demonstração de Resultados

Em milhares de euros	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Juros e rendimentos similares	400.181	396.270	407.803	11.534	2,9%
Juros e encargos similares	155.052	120.256	118.124	-2.132	-1,8%
Margem Financeira	245.129	276.013	289.679	13.666	5,0%
Comissões líquidas	130.193	138.192	148.122	9.930	7,2%
Result. de operações financeiras	101.989	48.509	82.869	34.360	70,8%
Outros resultados de exploração	25.445	11.818	11.985	167	1,4%
Produto Bancário	502.756	474.532	532.655	58.124	12,2%
<u>Custos de Estrutura</u>	300.838	313.331	316.435	3.104	1,0%
Custos de pessoal	166.516	175.410	176.753	1.343	0,8%
dos quais não recorrentes*	3.386	2.204	2.012	-192	-8,7%
Gastos gerais administrativos	121.152	124.682	127.193	2.511	2,0%
dos quais não recorrentes*	0	116	43	-73	n.a.
Amortizações	13.170	13.238	12.488	-750	-5,7%
Provisões e imparidades	126.902	56.123	14.563	-41.561	-74,1%
Resultado antes de impostos	75.017	105.078	201.658	96.580	91,9%
Impostos, após correc. e diferidos	18.706	33.020	54.027	21.006	63,6%
Resultado Líquido	56.311	72.057	147.631	75.574	104,9%

(*) Custos com pré-reformas, indemnizações e consultoria (reorganização da DFOA em 2016, da função Auditoria em 2017 e da função Compliance - projecto iniciado no final de 2017).

i. Margem Financeira

A margem financeira do SICAM registou um aumento de 5,0%, passando de 276 milhões de euros em 2016 para 290 milhões de euros em 2017.

O ano de 2017 ficou novamente marcado pela política expansionista do BCE que, com vista ao aumento dos níveis de inflação na Zona Euro injectou liquidez na economia através do programa de *quantitative easing*, apesar da reduzida taxa de referência, com impacto ao nível das taxas Euribor que, em algumas maturidades, atingiram valores negativos.

MARGEM FINANCEIRA

em milhares de euros

Variáveis	2016			2017		
	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/Custos	Capitais médios	Taxa média (%)	Proveitos/Custos
Crédito a clientes	8.571.464	3,2%	270.342	9.074.154	2,9%	260.685
Títulos e outras aplicações *	5.003.912	0,9%	43.421	6.157.652	0,8%	49.265
Activos financeiros	13.575.376	2,3%	313.764	15.231.806	2,0%	309.951
Depósitos de clientes	11.370.280	0,3%	34.330	12.204.463	0,1%	18.117
Recursos de Bancos Centrais e outros passivos	1.220.832	0,3%	3.420	1.868.652	0,1%	2.154
Passivo financeiro	12.591.111	0,3%	37.750	14.073.116	0,1%	20.271
Margem financeira		2,0%	276.013		1,9%	289.679
Margem de intermediação**		2,9%			2,7%	
Taxa euribor média (6 meses)		-0,2%			-0,3%	

(*) Proveitos líquidos de encargos com amortizações de prémios

(**) taxa média crédito a clientes - depósitos a clientes

Para o aumento da margem financeira contribuiu em larga escala: i) o efeito preço, por via da redução da taxa de juro média de depósitos de 0,3% para 0,1% e ii) o efeito volume, por via do aumento do crédito concedido a clientes e das aplicações em títulos que foi superior ao aumento dos depósitos de clientes, pese embora o efeito da quebra da taxa de juro média.

ii. Produto Bancário

Não obstante o aumento da margem financeira, é no aumento do produto bancário que o crescimento do resultado líquido está alicerçado (um aumento de + 12,2%), sendo esta variação positiva explicada pelo maior contributo dos resultados de operações financeiras (+ 34,4 milhões de euros face a 2016, dos quais +47,6 milhões de euros de mais-valias geradas pela gestão da carteira de dívida pública soberana).

iii. Comissões Líquidas

Em 2017, as comissões líquidas alcançaram os 148,1 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 7,2% face aos 138,2 milhões de euros registados em 2016. Este efeito resultou:

- do aumento das comissões das operações de crédito em 6,5% (+1,9 milhões), proporcionado pelo crescimento do crédito bruto;
- do aumento das comissões de colocação e comercialização relacionadas com as áreas dos seguros e dos fundos de investimento em 7,4 % (+2,6 milhões de euros), em resultado da aposta do Grupo em reforçar a venda cruzada de produtos complementares ao negócio bancário;
- do aumento das comissões relacionadas com cartões de crédito e débito (ex. anuidades) e com comissões interbancárias em 6,4% (+1,7 milhões de euros).

COMISSÕES

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Comissões recebidas	140.430	149.219	159.760	10.540	7,1%
Garantias prestadas	4.838	4.213	4.084	-129	-3,1%
Créditos documentários abertos	82	65	80	15	22,7%
Compromissos assumidos perante terceiros	7.726	8.221	7.392	-830	-10,1%
Depósito e guarda de valores	3.649	3.621	4.220	600	16,6%
Cobrança de valores	877	793	807	14	1,7%
Transferências de valores	2.298	2.321	2.556	235	10,1%
Operações de crédito	25.552	28.343	30.195	1.852	6,5%
Cartões e interbancárias	25.019	26.324	27.997	1.673	6,4%
Colocação e comercialização	32.922	35.507	38.130	2.623	7,4%
Outras comissões recebidas	37.466	39.811	44.298	4.487	11,3%
Comissões pagas	10.237	11.028	11.638	610	5,5%
Total de comissões líquidas	130.193	138.192	148.122	9.930	7,2%

O aumento da actividade das empresas participadas traduziu-se numa maior remuneração da Caixa Central e das Caixas Associadas (+7,4%). Este aumento foi particularmente visível no caso da CA Seguros que pagou comissões na ordem dos 21,9 milhões de euros, o que representou um aumento de 22,0% face ao verificado em 2016.

COMISSÕES DE COLOCAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
CA Gest	1.145	763	852	89	11,7%
CA Seguros	16.117	17.945	21.893	3.948	22,0%
CA Vida	11.211	11.903	10.119	-1.785	-15,0%
Sub-total	28.473	30.612	32.864	2.252	7,4%
Outras comissões de colocação/comercialização	4.449	4.895	5.266	371	7,6%
Total	32.922	35.507	38.130	2.623	7,4%

iv. Resultados de Operações Financeiras

Os resultados de operações financeiras atingiram os 82,9 milhões de euros em 2017, o que reflecte um aumento de 34,4 milhões de euros face a 2016 (+71%).

RESULTADO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Activos financeiros disponíveis para venda	99.365	38.643	79.189	40.546	105%
<i>Dívida pública soberana</i>	<i>80.711</i>	<i>26.067</i>	<i>73.674</i>	<i>47.607</i>	<i>183%</i>
<i>Outros instrumentos de dívida</i>	<i>15.510</i>	<i>422</i>	<i>5.896</i>	<i>5.473</i>	<i>1295%</i>
<i>Instrumentos de capital</i>	<i>3.144</i>	<i>12.154</i>	<i>-381</i>	<i>-12.535</i>	<i>-103%</i>
Rendimento de instrumentos de capital	339	8.181	2.155	-6.026	-74%
Cambiais	2.739	1.768	1.333	-435	-25%
Outros resultados	-453	-82	193	275	n.a.
Total de resultado de operações financeiras	101.989	48.509	82.869	34.360	71%

A evolução dos mercados obrigacionistas permitiu a realização de mais valias geradas pela carteira de títulos de dívida pública soberana que alcançaram os 73,7 milhões de euros em 2017, representando um crescimento de 183% face a 2016 (+47,7 milhões de euros).

v. Custos de Estrutura

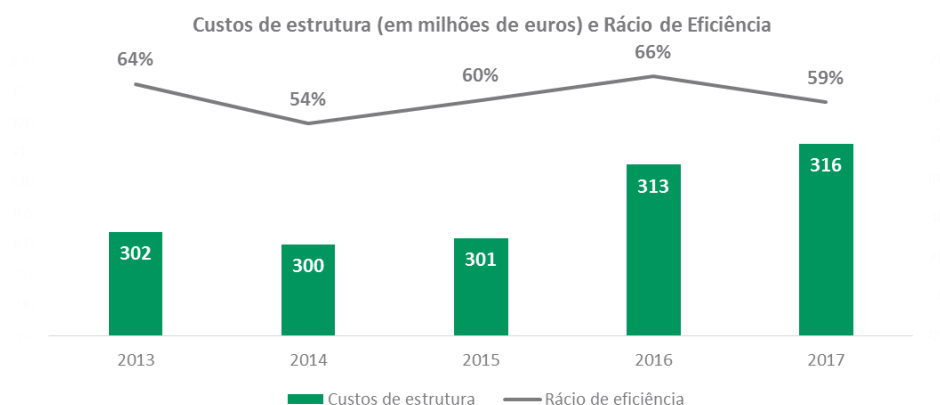
Verificou-se um crescimento nos custos de estrutura de cerca de 3,1 milhões de euros para os 316 milhões de euros. Esta evolução é explicada pelo aumento dos custos com pessoal que passaram de 175 milhões de euros em 2016 para 177 milhões de euros em 2017, sendo esta variação (+1,3 milhões de euros) explicada, essencialmente, (i) pelo aumento das remunerações dos órgãos sociais (+2,3 milhões de euros) e (ii) pelo aumento das remunerações dos colaboradores (+1,8 milhões de euros). Por sua vez, os gastos gerais e administrativos aumentaram 2,5 milhões de euros devido particularmente ao reconhecimento de: (i) gastos com consultores e auditores externos (+2,5 milhões de euros), (ii) gastos com informática (+1,0 milhões de euros), (iii) gastos com serviços de suporte ao negócio (+1,0 milhões de euros) e (iv) gastos com avaliadores externos (+0,5 milhões de euros), pese embora as quebras nas avenças e honorários (-1,3 milhões de euros) e nos serviços SIBS (-1,3 milhões de euros). Verificou-se ainda uma redução das amortizações do exercício na ordem dos 5,7%.

Custos de estrutura

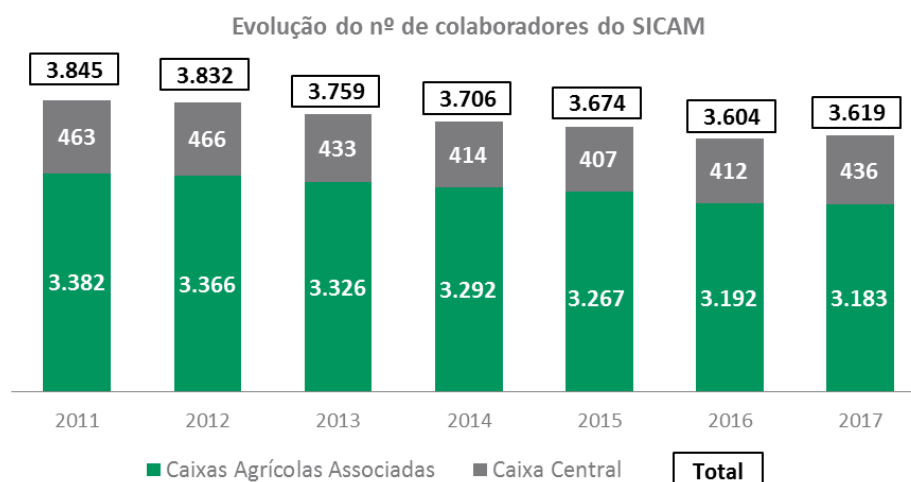
Em milhares de euros	2015	2016	2017	Variação	
				Absoluta	Relativa
Custos de funcionamento	287.668	300.093	303.946	3.854	1,3%
Custos com o pessoal	166.516	175.410	176.753	1.343	0,8%
dos quais não recorrentes*	3.386	2.204	2.012	-192	-8,7%
Gastos gerais administrativos	121.152	124.682	127.193	2.511	2,0%
dos quais não recorrentes*	0	116	43	-73	-63,2%
Amortizações	13.170	13.238	12.488	-750	-5,7%
Custos de estrutura	300.838	313.331	316.435	3.104	1,0%
Custos não recorrentes*	3.386	2.320	2.054	-266	-11,5%
Custos de estrutura excl. custos não recorrentes	297.452	311.011	314.381	3.370	1,1%
Rácio de eficiência	60%	66%	59%	-6,6 p.p.	-

(*) Custos com indemnizações e consultoria (reorganização da DFOA em 2016, da função Auditoria em 2017 e da função Compliance - projecto iniciado no final de 2017).

Relativamente ao rácio de eficiência, este reduziu de 66% em 2016 para 59% em 2017, em resultado do aumento do produto bancário ter sido superior ao aumento dos custos de estrutura.



vi. Evolução dos Colaboradores do SICAM



Em 2017, o SICAM aumentou o número de colaboradores de 3.604 para 3.619 (+15 colaboradores), em parte, por força das necessidades de cumprimento permanente dos requisitos estabelecidos pelo Aviso 5/2008 do Banco de Portugal no que respeita ao sistema de controlo interno (incluindo os aspectos referentes à segregação de funções), assim como da necessidade de substituição de colaboradores designados para as administrações das várias entidades do Grupo.

vii. Níveis de Provisões / Imparidades

Em 2017, o volume de provisões/imparidades no SICAM ascendeu a 15 milhões de euros, o que representa um reforço do abrandamento verificado no ano de 2016, sobretudo justificado pela redução do crédito vencido de 6,3% em 2016 para 5,5% (-0,8 p.p.) em 2017, em virtude de uma melhor análise de risco na concessão e na renovação de créditos, sustentada na crescente normalização de processos e numa análise de risco mais enriquecida e criteriosa.

Relativamente à repartição das provisões e imparidades do exercício verificou-se que:

- i) as imparidades de crédito aumentaram em 10,3 milhões de euros (de -8,0 milhões de euros em 2016 para +2,3 milhões de euros em 2017);
- ii) as imparidades de outros activos financeiros, em particular das unidades de participação e fundos de investimento imobiliário, registaram uma redução de 19,4 milhões de euros face a 2016 (de +31,6 milhões de euros em 2016 para 12,1 milhões de euros em 2017).

Em relação ao rácio de cobertura do crédito vencido, este situou-se nos 125,5%, tendo o Crédito Agrícola prosseguido com uma gestão sã e prudente no que respeita a esta matéria.

Adicionalmente, no que respeita aos imóveis recebidos em dação por incumprimento, o reforço de imparidades teve uma redução significativa de 21,5 milhões de euros registados em 2016 para 3,8 milhões de euros verificados em 2017.

PROVISÕES / IMPARIDADES

Em milhares de euros	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Imparidade do crédito	75.883	-8.033	2.300	10.334	n.a.
Imparidade de outros activos financeiros	32.692	31.553	12.131	-19.422	-61,6%
Imparidade de outros activos	12.332	32.155	5.655	-26.500	-82,4%
dos quais imóveis por recuperação de crédito	9.616	21.501	3.770	-17.731	-82,5%
Outras provisões / imparidades	5.996	449	-5.524	-5.973	n.a
Total	126.902	56.123	14.563	-41.561	-74,1%

viii. Rendibilidade

A actividade bancária, espelhada na margem comercial bruta, verificou uma ligeira redução de 0,18 p.p. em 2017 face a 2016, em resultado da menor rendibilidade média da margem financeira (-0,13 p.p.).

DECOMPOSIÇÃO DA RENDIBILIDADE

	2015	2016	2017	Variação
+ Taxa activos financeiros	2,64%	2,31%	2,03%	-0,28 p.p.
- Taxa passivos financeiros	0,72%	0,28%	0,13%	-0,14 p.p.
= Margem financeira	1,92%	2,03%	1,90%	-0,13 p.p.
+ Rendibilidade de comissões	1,02%	1,02%	0,97%	-0,05 p.p.
= Margem Comercial Bruta	2,94%	3,05%	2,87%	-0,18 p.p.
+ Resultado de operações financeiras e outros	1,00%	0,44%	0,62%	0,18 p.p.
= Margem de Negócio	3,93%	3,50%	3,50%	0,00 p.p.
- Efeito dos custos de estrutura	2,35%	2,31%	2,08%	-0,23 p.p.
- Efeito de provisões e impostos	1,14%	0,66%	0,45%	-0,21 p.p.
= Rendibilidade dos activos financeiros	0,44%	0,53%	0,97%	0,44 p.p.
x Activos financeiros / Activo líquido	0,98	0,91	0,93	
= Rendibilidade do activo (ROA)	0,43%	0,48%	0,90%	0,41 p.p.
x Activo líquido / Capital próprio	11,14	12,12	11,38	
= Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	4,80%	5,87%	10,22%	4,35 p.p.

A rentabilidade alcançada com as operações financeiras aumentou 0,18 p.p. face a 2016, compensando o efeito negativo da redução da margem comercial bruta (-0,18 p.p.), o que, conjugado com o efeito positivo da redução dos custos de estrutura (-0,23 p.p.) e das provisões e impostos do exercício (-0,21 p.p.), resultou num aumento da rentabilidade dos capitais próprios em 4,35 p.p., passando dos 5,9% em 2016 para os 10,2% em 2017.

c) Estrutura do Balanço

Balanço a 31 de Dezembro

Em milhares de euros

	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	421.057	415.824	480.485	64.661	15,5%
Aplicações em Instituições de Crédito	94.827	6.035	6.957	922	15,3%
Crédito a Clientes (líquido)	7.577.775	7.997.636	8.782.890	785.254	9,8%
<i>Crédito a Clientes (bruto)</i>	<i>8.429.644</i>	<i>8.713.284</i>	<i>9.435.024</i>	<i>721.740</i>	<i>8,3%</i>
<i>Imparidades</i>	<i>851.869</i>	<i>715.648</i>	<i>652.134</i>	<i>-63.514</i>	<i>-8,9%</i>
Aplicações em Títulos (líquido)	3.729.604	5.311.976	6.031.113	719.138	13,5%
Activos não correntes detidos para venda	445.441	395.045	334.274	-60.770	-15,4%
Invest. Filiais, Tangíveis e Intangíveis	330.958	320.780	314.505	-6.275	-2,0%
Outros Activos	460.129	433.319	486.886	53.567	12,4%
Total Activo	13.059.792	14.880.614	16.437.110	1.556.496	10,5%
Passivo					
Recursos de bancos centrais e OIC's	625.817	1.578.903	1.935.086	356.182	22,6%
Recursos de Clientes	10.969.821	11.770.738	12.638.189	867.451	7,4%
Passivos Subordinados	120.409	116.534	106.782	-9.752	-8,4%
Outros Passivos	171.118	187.064	312.860	125.796	67,2%
Total Passivo	11.887.166	13.653.239	14.992.916	1.339.677	9,8%
Capitais Próprios	1.172.626	1.227.375	1.444.194	216.819	17,7%
Total do Capital Próprio + Passivo	13.059.792	14.880.614	16.437.110	1.556.496	10,5%

Em 2017, o activo total situou-se nos 16.437 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10,5% face a 2016, tendo para o efeito contribuído:

- o acréscimo do crédito a clientes líquido de 9,8% (+ 785 milhões de euros), em função do desempenho comercial do SICAM e da melhoria da qualidade da carteira de crédito;
- o aumento no valor das aplicações em títulos de 13,5% (+ 719 milhões de euros), em virtude do aumento dos recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito (OIC) e do aumento dos recursos de clientes no balanço (não sendo transformados em crédito, foram aplicados em títulos).

O passivo total acompanhou a tendência do activo total com um aumento de 9,8%, cifrando-se nos 14.993 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.340 milhões de euros. Este aumento do passivo está relacionado com o já mencionado aumento dos recursos de bancos centrais e OIC (+356M€) e dos recursos de clientes (+867M€).

Importa referir que, não obstante o crescimento do crédito verificado, o rácio de transformação de depósitos em crédito líquido situou-se nos 69,5%, significativamente abaixo do limiar máximo de transformação recomendado (120%) e dos valores registados no sistema bancário como um todo.

Capitais próprios					
<i>Em milhares de euros</i>					
	2015	2016	2017	Variação	
				Abs.	%
Capital	997.213	1.033.901	1.086.404	52.502	5,1%
Reservas	292.382	267.053	345.054	78.001	29,2%
Resultados transitados	-173.279	-145.636	-134.894	10.742	n.a.
Resultados do exercício	56.311	72.057	147.631	75.574	104,9%
Total	1.172.626	1.227.375	1.444.194	216.819	17,7%

Quanto aos capitais próprios, estes registaram um crescimento de 217 milhões de euros (+17,7%), fixando-se em 1.444 milhões de euros, em função:

- i) do aumento do capital social em 53 milhões de euros através de novos associados e do reforço de títulos de capital dos associados já existentes;
- ii) do aumento das reservas em 78 milhões de euros;
- iii) do aumento do resultado líquido do exercício em 76 milhões de euros;
- iv) do reforço dos resultados transitados em 11 milhões de euros.

i. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

A carteira de activos financeiros do SICAM é gerida pela Caixa Central enquanto responsável pela tesouraria e gestão de liquidez do sistema. É de salientar uma alteração no mix da carteira de investimentos com a reclassificação dos activos detidos até à maturidade em activos financeiros disponíveis para venda. A alteração das condições de mercado conduziu à transferência das posições associadas à cobertura dos financiamentos TLTRO II e das posições com maior duração para a carteira de activos detidos até à maturidade.

Importa referir neste contexto que:

- i) os títulos de dívida pública portuguesa passaram a ter um peso superior a 40% na carteira de activos financeiros (48,3% em 2017 face a 41,3% em 2016);
- ii) os títulos de dívida pública de emissores estrangeiros continuaram a ter um peso significativo na carteira de activos financeiros (42,5%), tendo este peso estabilizado face ao período anterior.

No cômputo geral, a carteira de activos financeiros cresceu situando-se no final de 2017 em 6.031 milhões de euros face aos 5.312 milhões de euros registados no final de 2016 (+13,5%).

Activos financeiros disponíveis para venda, detidos até à maturidade e para negociação
Em milhares de euros

Em milhares de euros	2015		2016		2017		Δ 2017/ 2016
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total	
Carteira de activos							
Activos financeiros disponíveis para venda	3.586.461	96,2%	1.647.949	31,0%	6.008.046	99,6%	264,6%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	1.123.606	30,1%	614.559	11,6%	2.915.914	48,3%	374,5%
Obrigações de outros emissores residentes	280.846	7,5%	109.466	2,1%	105.854	1,8%	-3,3%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1.676.546	45,0%	559.540	10,5%	2.565.224	42,5%	358,5%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	168.301	4,5%	60.408	1,1%	128.514	2,1%	112,7%
Acções de empresas nacionais e UP's	327.832	8,8%	291.435	5,5%	278.958	4,6%	-4,3%
Acções de empresas estrangeiras e UP's	9.330	0,3%	12.541	0,2%	13.581	0,2%	8,3%
Investimentos detidos até à maturidade	142.920	3,8%	3.663.616	69,0%	0	0,0%	-100%
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida portuguesa	139.367	3,7%	1.580.766	29,8%	0	0,0%	-100%
Obrigações de outros emissores residentes	0	0,0%	82.361	1,6%	0	0,0%	n.a.
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	0	0,0%	1.852.343	34,9%	0	0,0%	n.a.
Obrigações de outros emissores estrangeiros	0	0,0%	81.779	1,5%	0	0,0%	n.a.
Outros não discriminados	3.553	0,1%	66.366	1,2%	0	0,0%	-100%
Activos financeiros detidos para negociação	224	0,0%	411	0,0%	23.068	0,4%	5513,8%
Total	3.729.604	100%	5.311.976	100,0%	6.031.113	100,0%	13,5%

5.3 NEGÓCIO BANCÁRIO EXCLUINDO CAIXA CENTRAL

PRINCIPAIS INDICADORES

em milhares de euros

	2015	2016	2017	Var. 17/16	
				Abs.	%
Activo total	12.663.525	13.836.604	14.757.060	920.456	6,7%
Activos Financeiros	239.698	279.375	362.723	83.348	29,8%
Crédito a clientes (bruto)	6.987.799	7.301.095	7.961.386	660.291	9,0%
Aplicações na Caixa Central (Bruto)	4.565.248	5.247.260	5.577.899	330.640	6,3%
Recursos de clientes	10.593.286	11.169.269	11.905.423	736.153	6,6%
Recursos de OIC	554.324	1.061.968	1.193.032	131.064	12,3%
Capitais próprios	1.219.407	1.297.487	1.408.191	110.705	8,5%
Margem financeira	262.897	255.524	250.522	-5.002	-2,0%
Produto bancário	403.867	393.982	393.788	-194	0,0%
Custos de estrutura	256.663	266.672	267.985	1.313	0,5%
Provisões / imparidades	83.473	16.467	6.925	-9.542	-57,9%
Resultado antes de impostos	63.731	110.843	118.877	8.035	7,2%
Resultado Líquido	49.985	80.574	89.383	8.809	10,9%
Rácio de crédito vencido	8,17%	6,53%	5,67%	-0,86 p.p.	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	4,10%	6,21%	6,35%	0,14 p.p.	
Rendibilidade do activo (ROA)	0,39%	0,58%	0,61%	0,02 p.p.	
Rácio de eficiência	63,6%	67,7%	68,1%	0,37 p.p.	

O activo total das Caixas Associadas registou, em 2017, um valor de 14.757 milhões de euros, representando um aumento de 6,7% (+920 milhões de euros) face ao período homólogo. Este aumento deve-se, em grande medida (i) ao aumento dos excedentes das Caixas Associadas na Caixa Central que, em 2017, atingiu o valor de 5.578 milhões de euros (+6,3%) e (ii) ao aumento do crédito a clientes bruto que se fixou nos 7.961 milhões de euros (+9,0%).

O passivo total registou um aumento de 6,5%, passando de 12.539 milhões de euros em 2016 para 13.349 milhões de euros em 2017, influenciado:

- pelo aumento dos recursos de clientes em 6,6% (+736 milhões de euros) passando para os 11.905 milhões de euros, em 2017; e
- pelo aumento dos recursos de outras instituições de crédito em 12,3% (+131 milhões de euros) passando para os 1.193 milhões de euros, em 2017, em particular da Caixa Central no que respeita à disponibilização de linhas TLTRO às Caixas Associadas.

Ao nível do capital próprio das Caixas Associadas, assistiu-se a um crescimento de 111 milhões de euros (+8,5%), totalizando 1.408 milhões de euros em 2017, que compara com os 1.297 milhões de euros em 2016.

No que respeita ao resultado líquido, as Caixas Associadas apresentaram, em 2017, um valor de 89 milhões de euros o que representa um acréscimo de cerca de 9 milhões de euros face ao período homólogo.

5.4 NEGÓCIO DA CAIXA CENTRAL

A Caixa Central, em linha com as Caixas Associadas e em contraciclo com o mercado, observou, com referência a Dezembro de 2017, um crescimento do volume de crédito bruto concedido a clientes, em cerca de 4,6% face ao período homólogo, bem como uma diminuição ao nível do crédito vencido (-3,0%), alcançando um rácio de crédito vencido há mais de 90 dias de 4,6% (0,3 p.p inferior ao verificado no ano anterior).

PRINCIPAIS INDICADORES

<i>em milhares de euros</i>	2014	2015	2016	2017	Var. 2017/2016
Activo total	5.994.803	6.022.848	7.956.784	8.885.682	11,7%
Passivo total	5.692.924	5.767.870	7.727.385	8.558.571	10,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	57.036	631.288	1.057.636	1.176.831	11,3%
Crédito a clientes (bruto)	1.365.084	1.441.712	1.408.944	1.473.582	4,6%
Aplicações em Títulos (líquido)	4.089.989	3.487.854	5.029.511	5.652.299	12,4%
Recursos das Caixas Agrícolas	4.097.656	4.666.450	5.456.605	5.718.715	4,8%
Recursos de clientes	313.253	376.947	600.625	730.968	21,7%
Capitais próprios	301.878	254.978	229.399	327.111	42,6%
Margem financeira	-4.717	-18.366	19.922	38.108	91,3%
Resultado de operações financeiras	166.820	100.676	44.855	74.107	65,2%
Produto bancário	180.752	99.634	78.474	134.269	71,1%
Custos de estrutura	44.890	45.619	47.766	47.715	-0,1%
Provisões / imparidades	81.066	44.043	42.072	7.687	-81,7%
Resultado Líquido	36.610	4.961	-12.834	55.228	n.a.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	12,1%	1,9%	-5,6%	16,9%	22,5 p.p
Rácio de eficiência	24,8%	45,8%	60,9%	35,5%	-25,3 p.p
Rácio de crédito vencido > 90 dias	6,8%	6,7%	4,9%	4,6%	-0,3 p.p
Rácio de solvabilidade - Common Equity Tier 1 a)	10,7%	10,7%	10,4%	14,9%	4,5 p.p
Rácio de solvabilidade - Tier 1 a)	10,7%	10,7%	10,4%	14,9%	4,5 p.p
Rácio de solvabilidade - Total a)	11,9%	11,5%	10,9%	15,3%	4,4 p.p

(a) Incluindo os resultados líquidos do final do exercício em fundos próprios.

Num contexto em que o crédito bruto concedido em Lisboa registou uma quebra de 6,7% e no Porto um aumento de 2,2% , em 2017, a Caixa Central viu o seu crédito bruto crescer 4,6% (+64,6 milhões de euros), decomposto num acréscimo de crédito bruto no Porto de 15,4% e em Lisboa de 0,9%. O crédito agenciado diminuiu 22,0 milhões de euros, o que é justificado pelo facto da generalidade das Caixas Associadas reunir condições (fundos próprios) para conceder muitos destes créditos.

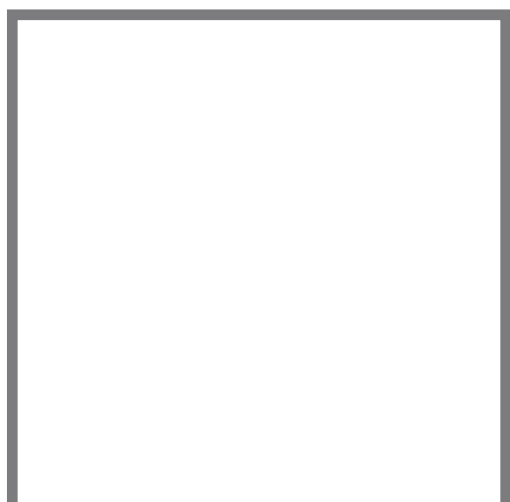
A contribuir para esta evolução favorável estiveram os créditos sindicados, envolvendo várias Caixas Associadas, que permitiram à Caixa Central e ao Grupo diversificar a sua carteira e simultaneamente aceder a oportunidades de concessão de crédito a grandes empresas e/ou projectos que, de outra forma, não seria possível, tendo em conta as limitações dos balanços individuais das entidades que compõem o SICAM.

No que respeita à estrutura de balanço, em 2017, verificou-se um aumento do activo total que atingiu os 8.886 milhões de euros (+ 11,7% face ao valor do activo registado em 2016), tendo contribuído para esta evolução, essencialmente, o aumento de 12,4% nas aplicações em títulos (+623 milhões de euros face a 2016) e o aumento de 11,3% nas aplicações em instituições de crédito (+119 milhões de euros). O passivo total acompanhou o crescimento do activo e cifrou-se nos 8.559 milhões de euros, o que representa um aumento de 10,8% face ao valor registado a 31 Dezembro 2016.

O capital próprio registou um aumento de 98 milhões de euros para os 327 milhões de euros, essencialmente explicado pelo aumento nas reservas (+42 milhões de euros) e no resultado líquido do exercício (+68 milhões de euros). Este aumento do resultado líquido para valores positivos é explicado essencialmente pelo aumento de 29,2 milhões de euros nos resultados de operações financeiras face a 2016 (+65,2%) e de +18,2 milhões de euros na margem financeira face ao período homólogo (+91,3%).

No que respeita ao risco de liquidez e de taxa de juro, a Caixa Central mantém um efectivo controlo destes riscos, garantindo a sua mitigação e uma gestão conservadora do balanço, em linha com os seus princípios orientadores e as especificidades do Grupo Crédito Agrícola, em particular, na gestão de tesouraria e excedentes de liquidez.

A Caixa Central apresenta uma situação resiliente e adequada no que respeita ao capital, onde se destaca um rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common Equity Tier 1) de 14,9% e um rácio de solvabilidade total de 15,3%, valores com referência a 31 de Dezembro de 2017 e com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*), ambos incorporando o resultado líquido do exercício.



	06

Gestão de risco

VI. GESTÃO DE RISCO

6.1 GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO

a) Estrutura organizacional

A adequada gestão dos riscos decorrentes da actividade constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo Crédito Agrícola, reconhecendo-se o seu impacto decisivo na criação de valor e o seu papel fundamental na construção de um sistema de controlo interno coeso e sólido. Neste contexto, a função de gestão de riscos confere um suporte ao órgão de administração e assume uma posição relevante na estrutura de defesa da solidez financeira do Grupo, garantindo a consistência, a integração e a consolidação dos riscos numa visão de portfólio e assegurando que a organização gere globalmente os riscos dentro dos limites e regras estabelecidas.

A gestão de risco no Grupo Crédito Agrícola pretende assegurar, a nível individual e consolidado, a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, designadamente mediante a definição do respectivo perfil de risco e monitorização do mesmo ao longo do tempo, bem como da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais insuficiências desse sistema.

O ano 2017 assinalou uma evolução expressiva na consolidação da função de gestão de riscos no GCA através de uma ampliação da capacidade do sistema de gestão de riscos a nível individual e consolidado, em particular no que diz respeito ao seu alinhamento com as melhores práticas de mercado e ao cumprimento do estabelecido no quadro regulamentar vigente, designadamente o Aviso nº 5/ 2008 do Banco de Portugal e as orientações da EBA sobre a governação interna das instituições (GL 11/2017, publicado em Setembro de 2017). O actual modelo assenta na disponibilização de meios sofisticados de apoio às Caixas Agrícolas e na afectação de recursos especializados e dedicados para assegurarem o acompanhamento, controlo e apoio dos responsáveis da função de gestão de risco locais, tendo presente a perspectiva corporativa do Grupo Crédito Agrícola vigente no quadro regulamentar, onde se prevê uma forte articulação com a Caixa Central.

A presente evolução contribui para o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de riscos baseado em processos sólidos e metodologias apropriadas de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos da actividade desenvolvida, numa base individual e consolidada.

No apoio à definição e implementação das políticas de gestão de risco e capital do Grupo, o Comité de Risco assume um papel fundamental, tratando-se do órgão colegial que colabora na supervisão global das políticas de gestão do risco aplicadas pelos membros do GCA e envolvendo a presença de Caixas Agrícolas.

Compete-lhe, genericamente, apoiar a definição de objectivos globais e emitir orientações, no que concerne à gestão dos diferentes riscos, procurando garantir a sua aplicação e transposição para a

actividade corrente. Na execução desta missão compete-lhe assegurar a adequada integração das diferentes vertentes, perspectivas funcionais e elementos que concorrem para a actividade e que se reflectem nas suas práticas operacionais.

A função de gestão de activos e passivos do GCA engloba todas as iniciativas destinadas a identificar, quantificar e gerir os riscos inerentes à actividade de intermediação financeira, alcançando uma articulação com as restantes dimensões funcionais relevantes para esta última. E, nesta matéria, o Comité ALCCO assume-se como o órgão colegial encarregue da preparação, tomada de decisão e posterior acompanhamento da execução das medidas definidas ao nível da gestão de activos e passivos.

Em linha com as melhores práticas, cada uma das entidades constituintes do SICAM dispõe, genericamente, de um conjunto de órgãos intervenientes no governo do risco, em particular na vertente de crédito, como sejam os Conselhos de Crédito que pretendem assegurar a qualidade da carteira através da decisão das operações ou limites enquadradas em cada um dos níveis de delegação de competências ou, ainda, os Conselhos de Acompanhamento e de Recuperação de Crédito.

Perfil de risco

O perfil de risco corresponde ao nível de risco que o Grupo Crédito Agrícola está disposto a aceitar e tem como vectores o posicionamento estratégico do Grupo, as características estruturais e o grau de aceitação do risco. Os processos adoptados, tendo em vista uma gestão prudente do negócio e uma adequada avaliação do risco, reflectem o perfil de risco do GCA em cada momento. A sua definição e contínuo reajustamento são entendidos como necessários à manutenção da relação retorno/risco desejável.

A metodologia de suporte à definição do perfil de risco baseia-se na materialização dos objectivos estratégicos, propostos pelo CAE e sancionados em Assembleia-Geral, em indicadores e limites de exposição ao risco, que devem ser incorporados no exercício da actividade diária.

Dadas as especificidades do sistema cooperativo, nomeadamente a autonomia societária e comercial das Caixas Agrícolas e o seu envolvimento na economia local e nas comunidades em que estão inseridas, o perfil de risco das entidades do SICAM obedece a um perfil de referência através de limites estabelecidos para o efeito e da identificação de eventuais medidas de regularização dos níveis de capital ou de liquidez.

6.2 RISCO DE CRÉDITO, MERCADO, TAXA DE JURO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL

a) Risco de crédito

Estratégia e Princípios Orientadores

O risco de crédito constitui o risco mais relevante da actividade do Grupo Crédito Agrícola atenta a sua natureza jurídica e as especificidades da estratégia de negócio do Grupo.

O objectivo da gestão do risco de crédito consiste na maximização dos proveitos por unidade de risco assumida, mantendo a exposição a este risco em níveis aceitáveis face aos objectivos de desenvolvimento do negócio e, posteriormente, respeitando sempre as exigências regulamentares.

A estratégia e as políticas gerais do risco de crédito são definidas, revistas e aprovadas com uma periodicidade mínima anual, assegurando-se que estas cobrem todas as actividades nas quais existe uma exposição relevante a esta tipologia de risco.

O Grupo Crédito Agrícola aplica o método padrão na determinação dos requisitos de fundos próprios para risco de crédito, tal como estabelecido pelos requisitos prudenciais de Basileia, registando o valor de 7,8 mil milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2017.

Na perspectiva do risco de crédito, e no que se refere em concreto à quantificação das imparidades de crédito, o ano 2017 ficou marcado pelas actividades associadas ao processo de implementação da norma internacional de relato financeiro IFRS 9, publicada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a vigorar desde 1 de Janeiro de 2018, abrangendo matérias relacionadas com a contabilização de instrumentos financeiros, em particular a sua classificação e mensuração e, portanto, o apuramento de perdas por imparidade. O presente quadro regulamentar introduziu um conjunto significativo de alterações no modelo de quantificação da imparidade, matéria que reputamos da maior importância, com manifesto impacto na actividade do Grupo Crédito Agrícola, acentuando a presença do conceito de perda económica esperada no ciclo de gestão do risco da carteira de activos financeiros. As indicadas alterações foram endereçadas no âmbito de uma iniciativa específica de adequação de políticas, processos, procedimentos, controlos e sistemas (e.g. informação, operacionais) às recentes exigências da IFRS 9.

Na perspectiva de reduzir as perdas por crédito concedido, o GCA aplica um conjunto de medidas que visam aprofundar o controlo sobre os clientes e operações, reforçar a capacidade de análise de risco, melhorar a decisão de crédito e reforçar o acompanhamento dos clientes de forma a actuar preventivamente:

– Processo de análise de risco de crédito

Os procedimentos associados à análise de risco de crédito permitem controlar a sua conformidade, eficácia e eficiência, obedecendo a um conjunto de princípios fundamentais, tais como, uma avaliação da capacidade de reembolso do mutuário através de uma visão da sua actividade e do seu relacionamento bancário consolidado; a obtenção de um conhecimento profundo do cliente, resultante da experiência de relacionamento e da informação recolhida sobre o mesmo; a aplicação de metodologias, critérios e práticas

homogéneas na avaliação do risco; uma adequada segregação de funções; uma avaliação do risco realizada de forma independente, isenta, rigorosa e de acordo com os critérios éticos e profissionais que regem o GCA e de acordo com as políticas e procedimentos definidos, respeitando as normas prudenciais a que o Grupo está sujeito.

– **Processo de decisão**

De modo a conciliar o interesse comercial com a adequada gestão do risco de crédito subjacente, é identificado um conjunto de variáveis que, no seu conjunto, definem o grau de risco do cliente e da operação e que se encontram sustentadas em modelos analíticos de apoio ao processo de decisão, destacando-se a este nível os modelos de scoring destinados ao segmento de clientes particulares (incluindo ENI) e os modelos de rating que pretendem avaliar o risco de crédito dos clientes empresariais.

– **Processo de acompanhamento**

O processo de acompanhamento da carteira de crédito está sustentado numa ferramenta que visa a monitorização e sistematização do crédito ao longo da fase pré-recuperação, além de contemplar um conjunto de procedimentos de acompanhamento, como a manutenção da carteira em conformidade com a estratégia definida de limites de exposição, diversificação e cobertura por garantias e imparidades de crédito e o acompanhamento, individual, de cada operação, cliente ou grupo de clientes, com o objectivo de monitorizar a evolução da probabilidade de recebimento de cash-flows futuros esperados e a adopção de medidas tendentes a minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes de uma evolução desfavorável da situação financeira dos clientes.

Nesta dimensão, o processo de apuramento das imparidades de crédito assume um papel de relevo nas actividades de acompanhamento.

– **Processo de recuperação**

Na presença de situações de incumprimento, as responsabilidades de um cliente são geridas através de uma área específica e autónoma que avalia o potencial de recuperação daquelas responsabilidades através da renegociação, da execução de garantias existentes ou outra via de índole litigiosa. Para apoio a este processo, o Grupo dispõe de uma ferramenta informática especializada que permite agilizar as tarefas associadas, tais como organizar a informação em processos extra-judiciais e judiciais, distribuir os processos aos elementos da área de recuperação, criar minutas de documentos e facultar informação tempestiva sobre o estado dos processos.

Modelos Analíticos de Avaliação do Risco de Crédito

Os modelos de atribuição de rating (qualitativos e estatísticos) a clientes empresa, os modelos de scoring (aplicacionais e comportamentais) destinados ao segmento de clientes particulares, incluindo ENI, o sistema de gestão e controlo de grupos económicos e de risco, o sistema de gestão e controlo de limites de crédito, o workflow de crédito, as ferramentas de apoio aos processos de acompanhamento e de recuperação de crédito e a ferramenta de gestão de garantias e colaterais recebidos, pretendem alcançar uma melhoria significativa no domínio da gestão do risco de crédito no Grupo Crédito Agrícola, não só mediante a acrescida qualidade da informação de suporte, como também pelo dinamismo e robustez que promovem, contribuindo para um eficiente acompanhamento da carteira de crédito.

O modelo interno de rating qualitativo adoptado pelo Crédito Agrícola, com o estatuto de ferramenta de apoio à decisão e acompanhamento da carteira de crédito de clientes com actividade económica, visa formalizar de forma homogénea e sintética a classificação (notação) de risco daqueles clientes, com o objectivo principal da sua mitigação, resultando numa escala de solvência associada a distintos perfis de risco.

O modelo de rating estatístico desenvolvido em 2017 complementou a vertente qualitativa dos modelos já existentes, tornando as presentes metodologias mais robustas e garantindo, em simultâneo, um alinhamento entre os modelos estatísticos utilizados para efeitos de gestão interna do risco de crédito e os modelos utilizados no cálculo de perdas por imparidade no âmbito da norma IFRS 9.

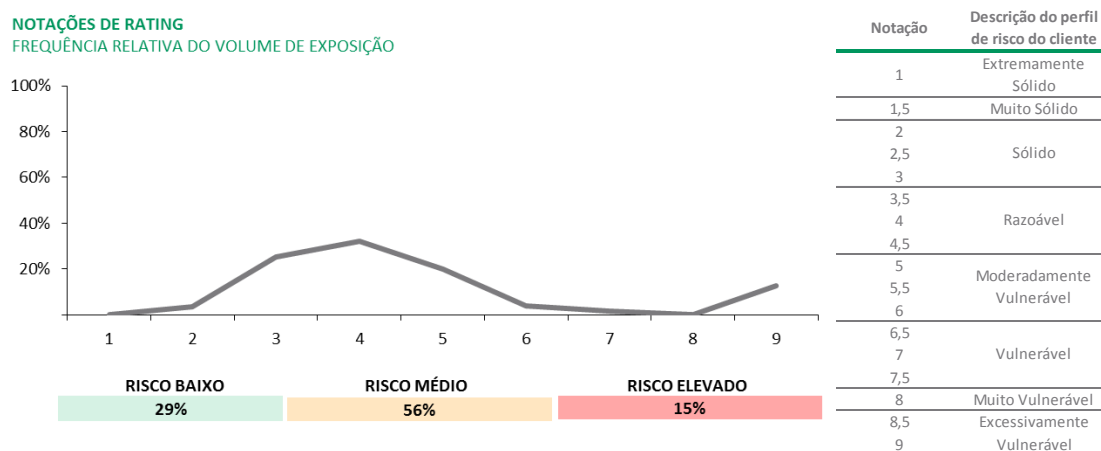
No sentido de quantificar o risco no momento da aceitação de crédito para o segmento dos clientes particulares, são utilizados modelos de scoring aplicacionais (reactivos) para cada segmento, que permitem estimar a probabilidade de incumprimento e que assentam igualmente numa escala de solvência correlacionada com o perfil de risco do cliente/ operação. Em alguns segmentos, com características específicas, são apresentados limites de crédito com natureza indicativa associados a cada classe de risco.

Em linha com estes, os modelos de scoring comportamental permitem alcançar a actualização regular e automática da notação de risco, a avaliação permanente dos clientes e contratos e a monitorização periódica do crédito concedido a clientes particulares, sobretudo através da ponderação de informação comportamental interna.

Avaliação da Exposição

Ao nível do crédito concedido a clientes, o Grupo Crédito Agrícola registou um crescimento de 8,3% em termos homólogos posicionando-se nos 9.377 milhões de euros em Dezembro de 2017.

A análise da carteira de crédito de clientes com actividade económica, através da distribuição relativa pelas diferentes classes de risco, permite identificar uma forte concentração no perfil de risco baixo e médio, representando 29% e 56% do montante de exposição, respectivamente.

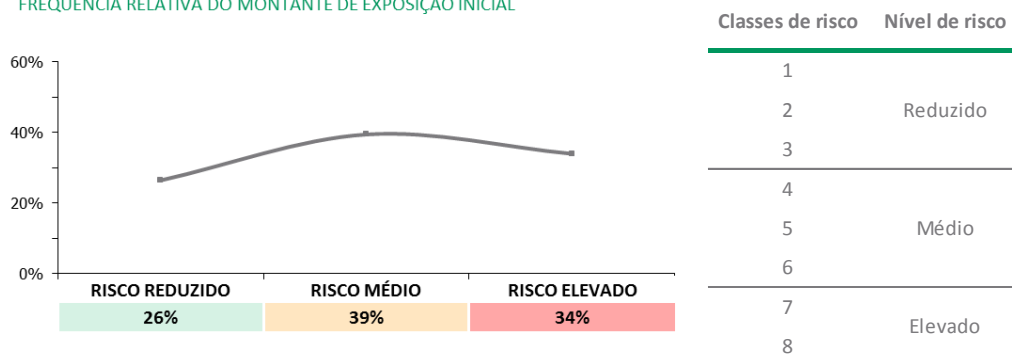


No segmento de clientes particulares, as operações de crédito à habitação registam uma concentração no perfil de risco médio, o que perfaz 39% do montante de crédito concedido.

Relativamente ao crédito para consumo e outras finalidades, a análise gráfica da frequência relativa permite assinalar uma trajectória descendente do volume com o aumento do nível de risco, observando-se uma forte incidência no perfil de risco reduzido e médio, fixando-se nos 35% e 40% do montante concedido, respectivamente.

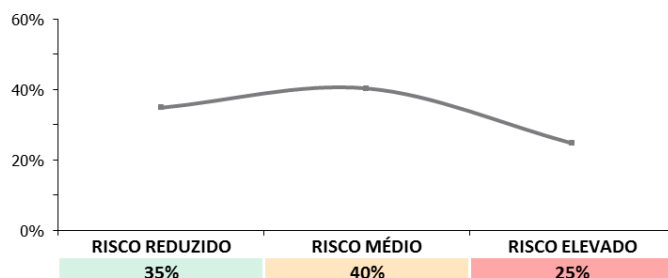
CRÉDITO À HABITAÇÃO

FREQUÊNCIA RELATIVA DO MONTANTE DE EXPOSIÇÃO INICIAL



CRÉDITO PARA CONSUMO E OUTRAS FINALIDADES

FREQUÊNCIA RELATIVA DO MONTANTE DE EXPOSIÇÃO INICIAL

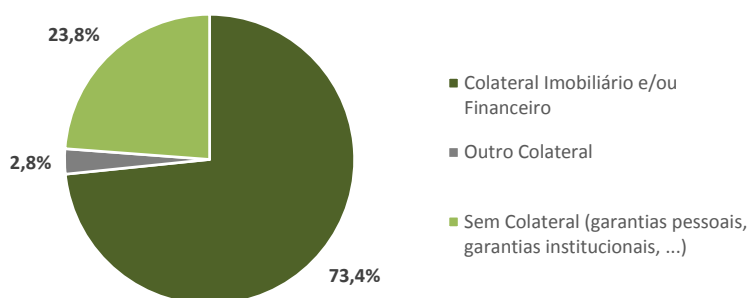


Risco de concentração de crédito

Os indicadores de crédito concedido por cliente ou grupo económico e de risco permitem apurar as 10 maiores exposições do Grupo Crédito Agrícola, exceptuando os Bancos e Soberanos.

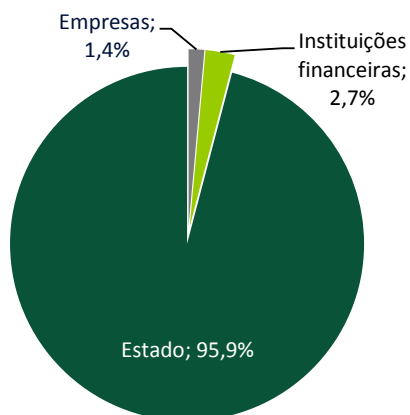
Cliente/ Grupo de clientes	Peso da Exposição no total da carteira (%)
Grupo A	1,3%
Grupo B	0,5%
Grupo C	0,4%
Grupo D	0,3%
Grupo E	0,2%
Total 5 maiores	2,8%
Grupo F	0,3%
Grupo G	0,2%
Grupo H	0,2%
Grupo I	0,2%
Grupo J	0,2%
Total 6-10 maiores	1,0%
Total 10 maiores	3,8%
Total 50 maiores	8,4%

A composição da carteira de garantias recebidas para cobertura do crédito a clientes mantém a sua estrutura habitual, com preponderância dos colaterais imobiliários e financeiros que perfazem cerca de 73% do volume de crédito em Dezembro de 2017.

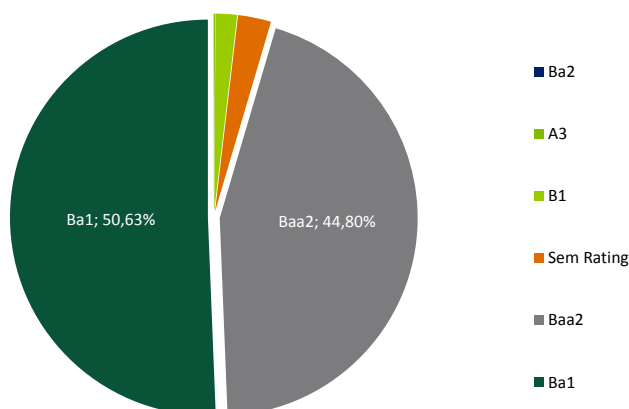


Carteira de Títulos de Dívida

A carteira própria de títulos detidos revela uma concentração elevada em instrumentos emitidos pelo Estado ou com garantia do Estado (95,9%), além de uma parte remanescente associada a Instituições Financeiras e Empresas.



A análise do grau de concentração da carteira com base no rating da contraparte apresenta a seguinte distribuição.



b) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro reflecte a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro (risco de repricing), alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos (risco de base) do balanço, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais (risco opcional).

As alterações das taxas de juro condicionam os resultados ao afectarem, não só a margem financeira, como outros elementos do produto bancário sensíveis às taxas de juro (e.g. valor dos títulos de dívida pública sujeitos a reavaliação a valor de mercado), afectando igualmente o valor subjacente dos activos, passivos, elementos fora de balanço, e consequentemente dos fundos próprios, em função da necessária revisão do valor actual dos cash-flows futuros por estes gerados (e em muitos casos da revisão dos próprios cash-flows).

Estratégia e Princípios Orientadores

O risco de taxa de juro é um risco relevante da actividade desenvolvida pelo Grupo e, nesse sentido, é identificado, mensurado, monitorizado e controlado não só em base consolidada mas também em base individual ao nível da Caixa Central e das Caixas Associadas. A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO) de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo CAE e os resultados das avaliações de exposição ao risco de taxa de juro e das eventuais estratégias de cobertura do risco serão igualmente acompanhados pelo ALCCO e do conhecimento do CAE.

Com a definição de adequadas métricas e metodologias de avaliação do risco de taxa de juro e a definição de limites de exposição a este risco, procura garantir-se que o GCA não incorre em situações que coloquem em causa a estabilidade da sua conta de resultados ou, no limite, a sua solvabilidade.

Avaliação da Exposição

O GCA recorre a um conjunto alargado de métricas para determinação da exposição ao risco de taxa de juro, bem como à definição de um conjunto complementar de limites que procurem minimizar o risco de verificação de perdas associadas a variações das taxas de juro tanto a curto como a médio e longo prazo.

A avaliação mensal da exposição ao risco de taxa de juro é realizada com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa, sendo calculados, para cada intervalo, os cash-flows activos e passivos e apurado o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Com base nos resultados obtidos, procede-se à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

Adicionalmente são elaborados vários tipos de reporte interno como é o caso de análises macroeconómicas, análises das demonstrações financeiras, avaliação dos riscos de balanço, gap de duração e valor económico, projecção de avaliação da margem financeira, análise da contribuição das diversas massas de balanço para a margem financeira, cenários de evolução das taxas de juro, testes de esforço, margens patrimoniais e evolução da margem financeira associada às diversas massas patrimoniais. Estes indicadores permitem, às áreas envolvidas no ALCCO, bem como à gestão de topo, acompanhar e tomar decisões de forma atempada.

Em 31 de Dezembro de 2017, a exposição do balanço ao risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados é a seguinte:

	Datas de Refixação/ Datas de Maturidade							Valores em milhares de euros	
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Valores não sujeitos a risco taxa de juro/indeterminados	Total
Activo	30.286	5.743.272	5.390.325	631.380	1.953.846	1.106.876	14.855.985	1.097.586	15.953.571
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	0	272.971	0	0	0	0	272.971	127.168	400.139
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	0	0	80.345	80.345
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	23.067	23.067
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	1.285.552	1.152.076	476.722	1.846.403	811.243	5.571.997	436.044	6.008.041
Aplicações em instituições de crédito	0	0	6.150	0	0	0	6.150	806	6.956
Crédito a clientes (saldo bruto)	30.286	4.184.749	4.232.098	154.657	107.443	295.633	9.004.866	430.157	9.435.023
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo	2.139.188	3.310.854	5.319.352	1.506.642	1.832.706	491.081	14.599.824	81.765	14.681.589
Recursos de bancos centrais	0	25.006	0	385.200	1.283.160	0	1.693.366	14	1.693.380
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	141	141
Recursos de outras instituições de crédito	31.013	36.605	149.407	11.518	6.699	5.537	240.779	925	241.704
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.108.175	3.248.233	5.158.518	1.089.924	533.847	485.544	12.624.242	13.947	12.638.189
Instrumentos representativos de capital	0	0	0	0	0	0	0	1.394	1.394
Outros passivos subordinados	0	1.009	11.428	20.000	9.000	0	41.437	65.344	106.781
Exposição Líquida	-2.108.902	2.432.418	70.972	-875.262	121.140	615.795	256.160	1.015.822	1.271.982

A análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2017, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações nas taxas de referência de -100 pontos base até +100 pontos base apresenta os seguintes resultados:

	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência			
	-100 p.b.	-50 p.b.	+50 p.b.	+100 p.b.
Activo	427.115	213.558	-213.558	-427.115
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	10.783	5.392	-5.392	-10.783
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	161.899	80.949	-80.949	-161.899
Aplicações em instituições de crédito	187	94	-94	-187
Crédito a clientes (saldo bruto)	254.246	127.123	-127.123	-254.246
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	0	0	0
Passivo	395.584	197.792	-197.792	-395.584
Recursos de bancos centrais	45.632	22.816	-22.816	-45.632
Recursos de outras instituições de crédito	6.513	3.257	-3.257	-6.513
Recursos de clientes e outros empréstimos	340.562	170.281	-170.281	-340.562
Outros passivos subordinados	2.877	1.439	-1.439	-2.877
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Impacto no valor económico	31.531	15.765	-15.765	-31.531

Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência

	-100 p.b.	-50 p.b.	+50 p.b.	+100 p.b.
Activo	-63.848	-31.924	31.924	63.848
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-1.612	-806	806	1.612
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	-24.202	-12.101	12.101	24.202
Aplicações em instituições de crédito	-28	-14	14	28
Crédito a clientes (saldo bruto)	-38.006	-19.003	19.003	38.006
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	0	0	0
Passivo	-59.135	-29.567	29.567	59.135
Recursos de bancos centrais	-6.821	-3.411	3.411	6.821
Recursos de outras instituições de crédito	-974	-487	487	974
Recursos de clientes e outros empréstimos	-50.910	-25.455	25.455	50.910
Outros passivos subordinados	-430	-215	215	430
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Impacto na margem financeira	-4.713	-2.357	2.357	4.713

O mapa de análise de sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (i.e. +50 bp, +100 bp, -50 bp, -100 bp), procedendo para tal à actualização dos cash flows associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios e na Margem Financeira do Grupo, respectivamente.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez reflecte a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da Instituição dispor, a cada momento, das disponibilidades para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, tendo já em consideração a capacidade existente para gerir uma liquidação de activos em condições de preço e período de tempo razoáveis. Desta forma, pretende-se financiar o activo e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas sem incorrer em perdas exageradas, limitando, para tal, a existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira.

Estratégia e princípios orientadores

A política de gestão da liquidez do GCA é definida e monitorizada de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo CAE, enquanto a sua gestão diária é da responsabilidade das áreas especializadas. Os recursos excedentários do Grupo são canalizados para a Caixa Central onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e de liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona

Euro e aplicações de curto prazo sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo e a Caixa Central realizam um acompanhamento dos rácios de liquidez do ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras do Banco de Portugal. A este propósito refira-se que o Grupo mantém uma política conservadora traduzida num rácio de transformação líquido abaixo da média do sector.

No âmbito da gestão de liquidez procura manter-se linhas de financiamento, com ou sem garantia de títulos, junto de instituições de crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas, lançar produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos, bem como controlar eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, possam vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira, diminuindo a sua estabilidade e permanência.

Adicionalmente o GCA mantém a cada momento um plano de contingência de liquidez actualizado, identificando as acções a desenvolver e responsabilidades de actualização em caso de materialização de cenários de stress.

Avaliação da exposição

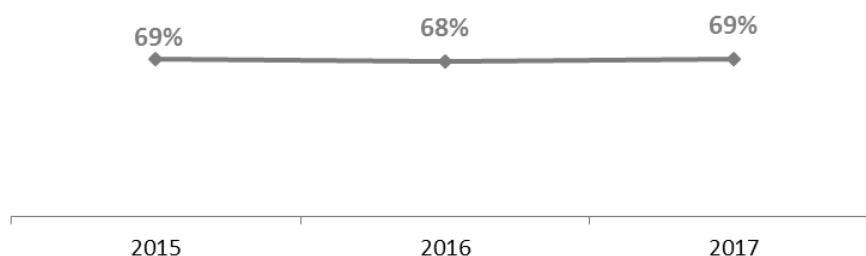
O Grupo recorre a conjunto alargado de métricas para determinação da exposição ao risco de liquidez bem como à definição de um conjunto complementar de limites que procurem minimizar o risco de verificação de perdas associadas a situações de iliquidez tanto a curto como a médio e longo prazos.

Na análise de exposição ao risco de liquidez são utilizadas diversas metodologias com o objectivo de avaliar, por um lado, a liquidez imediata, por via do Rácio de Cobertura de Liquidez (Liquidity Coverage Ratio ou LCR), dos rácios mínimos de liquidez a uma semana e a um mês considerando o grau de cobertura de uma redução brusca dos depósitos à ordem e a prazo de clientes (presentemente, única fonte de liquidez estrutural do SICAM) sem impedimentos relevantes à mobilização antecipada, por activos líquidos de elevada qualidade (convertíveis em cash, por vencimento, venda ou utilização em operações de financiamento com garantia de títulos, de forma praticamente imediata e sem perda relevante de valor). Por outro lado, para avaliar a liquidez estrutural, são calculados os gaps estáticos e dinâmicos (incorporando a evolução orçamentada da actividade) de liquidez considerando a agregação numa série de intervalos temporais da totalidade dos cash-flows (pagamento de juros e amortização de capital) gerados pelas operações contratadas, tanto activas como passivas (de balanço e fora de balanço), bem como o Rácio de Financiamento Líquido Estável (Net Stable Funding Ratio ou NSFR).

O GCA prevê igualmente o desenvolvimento de mecanismos de cálculo de métricas adicionais de monitorização de liquidez designadamente: perfil temporal de maturidades (contratuais e comportamentais) de activos e passivos, concentração de financiamento por tipo de passivo e de contraparte, concentração da carteira de activos líquidos com potencial de liquidação, custeio dos vários tipos de financiamento disponível, perfil de renovação dos vários tipos e financiamentos utilizados.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma posição de liquidez confortável, traduzida numa base de recursos de clientes sólida (a principal fonte de financiamento do GCA) e reflectindo um rácio de transformação em níveis inferiores ao observado, em regra, pelo sistema financeiro.

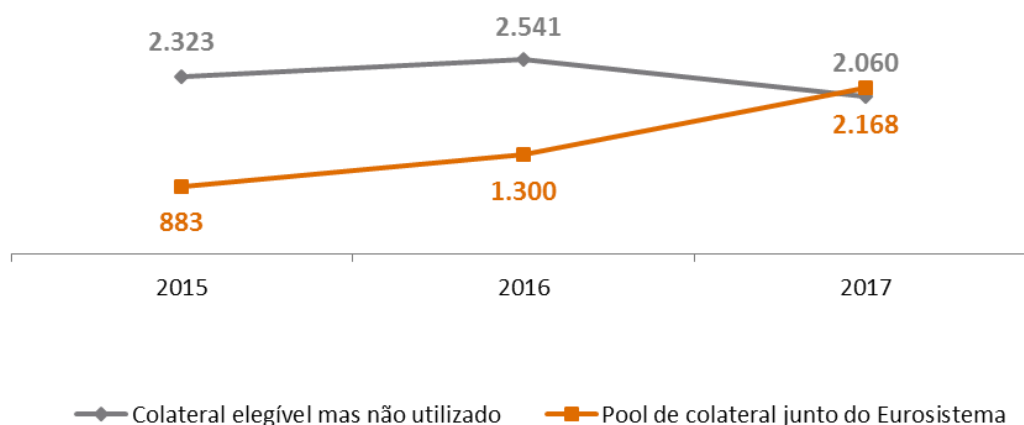
Rácio de transformação (líquido)



O financiamento junto do BCE registou um acréscimo face ao período homólogo, atingindo os 1,7 mil milhões de euros em Dezembro de 2017, sendo de referir que os activos elegíveis (não utilizados) para esta tipologia de operações totalizavam 2 mil milhões de euros na mesma data.

Refinanciamento junto ao Eurosistema

milhares de euros



d) Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, da inadequação ou deficiência dos sistemas de informação, de causas externas, eventos estes que podem resultar num impacto negativo nos resultados e no capital.

Nesta matéria, o Grupo tem vindo a expandir o catálogo de processos, incluindo os respectivos riscos e controlos, para subsequente articulação estreita com a infra-estrutura de risco operacional e que se

caracteriza por objectivos incrementais na respectiva abordagem de evolução, em particular no que diz respeito à matriz de eventos de risco e ao processo global de recolha de eventos e perdas, encontrando-se já definido o modelo global de gestão do risco operacional do ponto de vista da sua estrutura conceptual, objectivos estratégicos, governo interno, enquadramento normativo, monitorização e reporte, incluindo a definição da auto-avaliação de riscos e controlos, da base de dados de eventos de perda e dos principais indicadores de risco (Key Risk Indicators), com o propósito principal de estabelecer o guião para a respectiva implementação associada a uma ferramenta de GRC.

A metodologia de cálculo do capital interno para o risco operacional, denominada como Adjusted Basic Indicator, assenta na realização de questionários, distribuídos a membros qualificados da Instituição, que permitem avaliar o grau de conformidade do modelo de gestão de risco operacional do GCA face às práticas mínimas estabelecidas pelo Comité de Basileia e às restantes boas práticas encontradas no sector financeiro. Os questionários remetidos para resposta são independentes (por tipo de risco), ou seja, cada questionário avalia individualmente cada um dos tipos de risco sujeitos a avaliação: operacional, de compliance e de sistemas de informação.

O Grupo aplica um vasto conjunto de medidas de mitigação do risco operacional, destacando-se a existência e actualização permanente de um plano de continuidade do negócio, de normas internas de segurança da informação, a automatização dos processos contabilísticos, em particular, os associados à carteira de crédito, a segregação de funções na realização e contabilização de transacções, a existência de normas internas de segurança física das instalações e a existência de seguros (e.g. edifícios, roubo, etc.).

O requisito de fundos próprios para o risco operacional, calculado de acordo com o indicador básico estabelecido por Basileia posicionou-se, com referência a 31 de Dezembro 2017, nos 1,1 mil milhões de euros.

e) Risco imobiliário

O risco imobiliário consiste estritamente na perda resultante da variação desfavorável do preço dos activos imobiliários residentes no balanço, em particular relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Assume uma natureza complementar ao risco imobiliário intrínseco ao risco de crédito.

A metodologia de avaliação do risco imobiliário no Grupo Crédito Agrícola pressupõe a quantificação da perda potencial resultante da variação do preço dos activos imobiliários registados no balanço, considerando a totalidade do valor dos imóveis em carteira à data de referência, em cenários previamente estabelecidos, tomando em consideração as especificidades dos diferentes segmentos (residencial, comercial e agrícola/terrenos agrícolas). O risco imobiliário pressupõe, naturalmente, uma expectativa de desvalorização do preço dos imóveis registados no balanço (activos não correntes detidos para venda) e em fundos imobiliários.

f) Risco de mercado e risco de taxa de câmbio

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

No contexto da estratégia e da actividade desenvolvida pelo Grupo Crédito Agrícola, o risco de mercado não foi classificado como materialmente relevante, em particular, observando, nesta fase, a inexistência de uma carteira de negociação.

De modo a mitigar os riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco, a cada momento.

Além da carteira de títulos da Caixa Central, a carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, sendo que existe um benchmark de investimento definido, de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada, para cada título. A referida carteira é valorizada mensalmente, ou semanalmente em períodos de grande volatilidade dos mercados, com base em relatórios produzidos pela CA Gest.

O acompanhamento das carteiras sob gestão da CA Gest é realizado, designadamente, mediante a avaliação regular da respectiva composição, duração média, rendibilidade e risco, neste caso através de análises VaR (Value at Risk), tratando-se de matéria visada em âmbito de Comité ALCCO.

No que concerne ao risco cambial, surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem posições abertas nessas mesmas moedas e, à semelhança do risco de mercado, também é assinalado como um risco não materialmente relevante para o Crédito Agrícola.

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. As operações negociadas têm substrato comercial, sendo a actividade cambial direccionada para a sua cobertura dentro de limites de exposição muito conservadores.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual para cada uma das sucursais e a nível consolidado.

No GCA, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada e sob o enquadramento de limites aprovados.



07

Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-dez-17		31-dez-16		PASSIVO E CAPITAL	Notas	31-dez-17	31-dez-16
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	400.143.843	-	400.143.843	340.138.054	Recursos de bancos centrais	23	1.693.380.693	1.323.160.110
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	80.372.528	-	80.372.528	75.735.013	Passivos financeiros detidos para negociação	12	141.781	234.003
Activos financeiros detidos para negociação	8	51.264.812	-	51.264.812	24.910.337	Recursos de outras instituições de crédito	23	241.704.988	255.743.193
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	88.186.422	-	88.186.422	85.444.410	Recursos de clientes e outros empréstimos	24	12.585.684.620	11.726.365.591
Activos financeiros disponíveis para venda	10	7.382.847.585	(3.438.324)	7.379.409.261	3.261.258.186	Provisões	25	27.357.142	11.992.870
Aplicações em instituições de crédito	11	6.956.989	-	6.956.989	6.035.157	Provisões técnicas de contratos de seguros	21	1.346.108.600	1.573.474.610
Crédito a clientes	13	9.373.038.932	(652.084.727)	8.720.954.205	7.940.905.339	Passivos por impostos correntes	20	27.687.297	6.441.971
Investimentos detidos até à maturidade	14	-	-	-	3.663.616.201	Passivos por impostos diferidos	20	18.068.687	6.612.225
Activos não correntes detidos para venda	15	669.116.916	(116.353.049)	552.763.867	619.505.707	Instrumentos representativos de capital	26	1.394.945	1.515.030
Propriedades de investimento	16	63.510.583	-	63.510.583	69.945.836	Outros passivos subordinados	27	106.781.646	116.533.500
Outros activos tangíveis	17	539.012.715	(301.514.720)	237.497.995	243.885.553	Outros passivos	28	490.764.518	433.052.446
Activos intangíveis	18	234.716.893	(172.247.829)	62.469.064	63.405.800	Total do Passivo		16.539.074.917	15.455.125.549
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	992.950	-	992.950	2.543.738				
Activos por impostos correntes	20	5.648.259	-	5.648.259	13.224.273	Capital	30	1.086.403.846	1.033.901.361
Activos por impostos diferidos	20	141.522.276	-	141.522.276	161.965.757	Reservas de reavaliação	31	43.933.052	(1.953.106)
Outros activos	22	230.722.302	(33.975.560)	196.746.742	126.871.978	Outras reservas e resultados transitados	31	165.243.151	152.353.797
						Lucro do exercício	32	152.144.641	58.324.971
								1.447.724.690	1.242.627.023
						Interesses que não controlam	33	1.640.188	1.638.767
						Total do Capital		1.449.364.878	1.244.265.790
Total do Activo		19.268.054.004	(1.279.614.209)	17.988.439.795	16.699.391.339	Total do Passivo e do Capital		17.988.439.795	16.699.391.339

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas]

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares	34	492.787.366	496.550.591
Juros e encargos similares	35	(162.453.213)	(169.168.029)
Margem financeira		330.334.153	327.382.562
Margem técnica da actividade de seguros	44	9.101.733	13.855.291
Rendimentos de instrumentos de capital	36	1.106.495	1.204.139
Rendimentos de serviços e comissões	37	131.007.270	122.849.535
Encargos com serviços e comissões	38	(18.049.713)	(17.706.146)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	39	4.521.442	13.441.556
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	40	106.306.580	41.239.042
Resultados de reavaliação cambial	41	1.331.716	1.767.512
Resultados de alienação de outros activos	42	(2.562.697)	(21.255.061)
Outros resultados de exploração	43	(985.956)	(15.879.252)
Produto bancário		562.111.024	466.899.178
Custos com pessoal	45	(203.328.084)	(201.090.912)
Gastos gerais administrativos	46	(109.893.129)	(112.684.857)
Amortizações do exercício	16 e 17	(26.184.149)	(27.567.387)
Provisões líquidas de reposições e anulações	25	5.646.261	(1.818.880)
Imparidade do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)	25	(2.454.418)	8.033.300
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(1.468.651)	(961.600)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(9.814.237)	(36.251.796)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	32	311.815	304.292
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		214.926.431	94.861.338
Impostos			
correntes	20	(46.226.082)	(24.274.928)
diferidos	20	(16.496.448)	(12.144.872)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		152.203.901	58.441.538
Interesses que não controlam	32 e 33	(59.260)	(116.567)
Resultado consolidado do exercício		152.144.641	58.324.971

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas do Conselho de Administração Executivo]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-17	31-dez-16
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		691.593.799	621.799.181
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(185.349.008)	(200.861.461)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(311.577.273)	(306.600.823)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões		(2.218.949)	(4.337.065)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre o rendimento		(16.996.184)	(13.163.685)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(205.345.829)	20.865.458
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais		(29.893.444)	117.701.605
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:			
Crédito a clientes		784.131.405	380.446.519
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados		24.575.045	(6.595.157)
Activos financeiros disponíveis para venda		3.954.011.590	(2.096.134.775)
Aplicações em instituições de crédito		917.514	(89.082.631)
Investimentos detidos até à maturidade		(3.597.249.998)	3.663.616.201
Outros activos		(12.831.328)	1.053.364
		1.153.554.228	1.853.303.521
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais		356.524.461	954.119.627
Recursos de clientes e outros empréstimos		863.822.634	829.233.977
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura		(92.222)	230.058
Outros passivos		51.589.173	(44.786.126)
		1.271.844.046	1.738.797.536
Caixa líquida das actividades operacionais		88.396.374	3.195.620
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Dividendos		1.106.495	1.204.139
Alienações (aquisições) de filiais e associadas, líquidas de alienações		1.550.787	2.572.272
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações		(22.861.051)	(24.718.604)
Caixa líquida das actividades de investimento		(20.203.768)	(20.942.193)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos		(9.751.507)	(3.875.849)
Interesses não controlados		(57.839)	(65.934)
Aumento (diminuição) de capital		6.260.045	15.754.528
Caixa líquida das actividades de financiamento		(3.549.301)	11.812.745
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		64.643.305	(5.933.828)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		415.873.067	421.806.895
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		480.516.372	415.873.067
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		400.143.843	340.138.054
Disponibilidades em outras instituições de crédito		80.372.528	75.735.013
		480.516.372	415.873.067

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses que não controlam	Total
			Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	997.212.651	26.023.329	311.892.735	(186.142.240)	125.750.495	54.112.494	1.203.098.969	1.704.701	1.204.803.670
Aplicação do resultado do exercício de 2015:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	28.607.855	25.504.639	54.112.494	(54.112.494)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)	-	(6.760.205)
Aumento de capital por incorporação de reservas	30	20.934.182	-	-	(20.934.182)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	30	19.541.488	-	-	-	-	19.541.488	-	19.541.488
Diminuição de capital por reembolso a sócios	30	(3.786.960)	-	-	-	-	(3.786.960)	-	(3.786.960)
Aumento de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	(182.501)	(182.501)
Outras Variações em Capital Próprio	-	-	-	185.195	185.195	-	185.195	-	185.195
Resultado Líquido	32	-	-	-	-	58.324.971	58.324.971	116.567	58.441.538
Rendimento integral consolidado do exercício de 2016	-	(27.976.435)	-	-	-	-	(27.976.435)	-	(27.976.435)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.033.901.361	(1.953.106)	312.806.203	(160.452.406)	152.353.797	58.324.971	1.242.627.022	1.638.767	1.244.265.789
Aplicação do resultado do exercício de 2016									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	69.947.220	(11.622.249)	58.324.971	(58.324.971)	0	-	0
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(2.337.781)	-	(2.337.781)	-	(653.511)	-	(653.511)
Aumento de capital por incorporação de reservas	30	40.943.450	-	-	(40.943.450)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	30	14.208.930	-	-	-	-	14.208.930	-	14.208.930
Diminuição de capital por reembolso a sócios	30	(4.316.165)	-	-	(148.675)	-	(4.464.840)	-	(4.464.840)
Aumento de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	(57.839)	(57.839)
Outras Variações em Capital Próprio	-	(18.000)	-	(1.712.641)	(2.005.711)	-	(2.023.711)	-	(2.023.711)
Resultado Líquido	32	-	-	-	-	152.144.641	152.144.641	59.260	152.203.901
Rendimento integral consolidado do exercício de 2017	-	45.886.158	-	-	-	-	45.886.158	-	45.886.158
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.086.403.846	43.933.052	339.030.447	(173.787.296)	165.243.151	152.144.641	1.447.724.690	1.640.188	1.449.364.878

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas]

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-dez-17	31-dez-16
Resultado consolidado do exercício		152.144.641	58.324.971
Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquido		35.314.992	(25.986.375)
Varição da reserva de reavaliação de imobilizado		-	6.111.050
Transferência para resultados por alienação		23.219.160	(9.321.008)
Outros		(806.822)	-
		<u>57.727.330</u>	<u>(29.196.333)</u>
Impacto fiscal:			
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	20	(14.994.938)	6.036.920
Remunerações relativas a planos de benefícios de pensões	48	3.153.766	(4.817.022)
Total de outros rendimentos integrais		45.886.158	(27.976.435)
Rendimento integral consolidado		198.030.799	30.348.536
Atribuível ao grupo		198.461.033	30.414.470
Atribuível aos interesses que não controlam		(430.234)	(65.934)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinatura]

[Assinatura]

AR Ramos

[Assinatura]

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	31-dez-17			31-dez-16		PASSIVO E CAPITAL	31-dez-17	31-dez-16
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	400.139.291	-	400.139.291	340.132.832	Recurso de bancos centrais	1.693.380.693	1.323.160.110	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.345.631	-	80.345.631	75.691.479	Passivos financeiros detidos para negociação	141.781	234.003	
Activos financeiros detidos para negociação	23.067.678	-	23.067.678	410.910	Recursos de outras instituições de crédito	241.704.988	255.743.193	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	- Recursos de clientes e outros empréstimos	12.638.189.020	11.770.737.978	
Activos financeiros disponíveis para venda	6.148.951.240	(140.905.462)	6.008.045.778	1.647.948.792	Provisões	26.506.322	10.292.662	
Aplicações em instituições de crédito	6.956.989	-	6.956.989	6.035.157	Passivos por impostos correntes	26.245.703	4.862.564	
Crédito a clientes	9.435.023.832	(652.133.727)	8.782.890.105	7.997.635.756	Passivos por impostos diferidos	9.881.509	1.333.389	
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	3.663.616.201	Instrumentos representativos de capital	1.394.945	1.515.030	
Activos não correntes detidos para venda	419.517.170	(85.243.096)	334.274.074	395.044.519	Outros passivos subordinados	106.781.646	116.533.500	
Propriedades de investimento	-	-	-	126.304	Outros passivos	248.689.259	168.826.261	
Outros activos tangíveis	473.933.494	(250.684.481)	223.249.013	229.632.865	Total do Passivo	14.992.915.866	13.653.238.690	
Activos intangíveis	14.925.929	(14.542.680)	383.249	584.522				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	90.980.417	(107.800)	90.872.617	90.435.858	Capital	1.086.403.846	1.033.901.361	
Activos por impostos correntes	3.788.889	-	3.788.889	11.224.633	Reservas de reavaliação	31.709.694	(23.535.709)	
Activos por impostos diferidos	138.361.211	-	138.361.211	157.571.905	Outras reservas e resultados transitados	178.449.554	144.952.301	
Outros activos	374.813.621	(30.078.042)	344.735.579	264.522.304	Lucro do exercício	147.631.144	72.057.394	
					Total do Capital	1.444.194.238	1.227.375.347	
Total do Activo	17.610.805.392	(1.173.695.288)	16.437.110.104	14.880.614.037	Total do Passivo e do Capital	16.437.110.104	14.880.614.037	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinaturas]

Demonstrações Financeiras não auditadas.

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares	407.803.371	396.269.562
Juros e encargos similares	(118.124.258)	(120.256.373)
Margem financeira	289.679.113	276.013.189
Rendimentos de instrumentos de capital	2.154.555	8.180.537
Rendimentos de serviços e comissões	159.759.716	149.219.500
Encargos com serviços e comissões	(11.638.124)	(11.027.677)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	193.029	(82.118)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	79.188.933	38.642.646
Resultados de reavaliação cambial	1.332.732	1.767.820
Resultados de alienação de outros activos	2.134.312	(1.213.115)
Outros resultados de exploração	9.850.905	13.030.835
Produto bancário	532.655.171	474.531.617
Custos com pessoal	(176.753.376)	(175.410.286)
Gastos gerais administrativos	(127.193.017)	(124.682.292)
Amortizações do exercício	(12.488.471)	(13.238.183)
Provisões líquidas de reposições e anulações	5.523.879	(449.200)
Imparidade do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)	(2.300.418)	8.033.300
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(12.131.207)	(31.552.836)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(5.654.839)	(32.154.610)
Resultado antes de impostos	201.657.722	105.077.510
Impostos		
correntes	(42.738.812)	(21.092.933)
diferidos	(11.287.766)	(11.927.183)
Resultado líquido do exercício	147.631.144	72.057.394

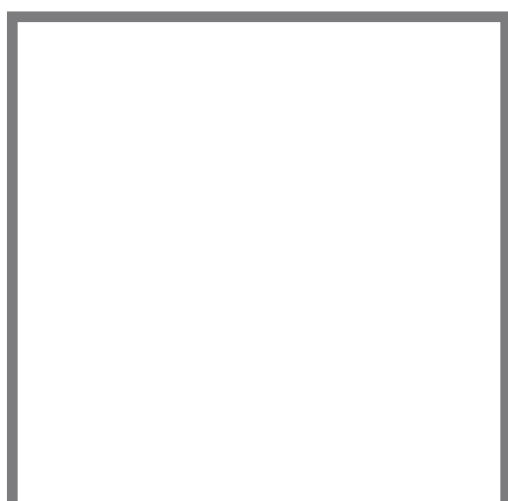
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Pedro Gonçalves Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstrações Financeiras não auditadas.



	08

Anexos

VIII. ANEXOS

8.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), composto pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central) e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhantes às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas que, com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, do Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central, instituição de crédito dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade consolidada do Grupo Crédito Agrícola, tendo sido elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas do Banco de Portugal. O Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou em 15 de Fevereiro de 2018, as demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2017. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 26 de Maio de 2018.

A Assembleia Geral pode recusar a proposta dos membros do Conselho de Administração relativa à aprovação das contas e deliberar a elaboração de novas contas ou a reforma, em pontos concretos, dos apresentados.

No decorrer do exercício de 2017 mantiveram-se as actividades relacionadas com os reportes de natureza contabilística e prudencial sustentados em modelos de informação harmonizados no contexto europeu (FINREP/ COREP), bem como a realização periódica de diversos exercícios que, além de elementos de gestão interna do GCA, representam instrumentos de supervisão prudencial por parte do regulador. Destacam-se a este nível o Plano de Financiamento e de Capital (*Funding and Capital Plan*), que visa a projecção dos principais agregados financeiros e prudenciais com o propósito principal de salientar as necessidades

potenciais de capital e liquidez num teor vincadamente prospectivo, o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), que pretende avaliar e quantificar os principais riscos a que a instituição se encontra exposta e o Plano de Recuperação com o objectivo de planificar previamente as medidas susceptíveis de serem adoptadas para evitar ou corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro.

Em 2016, foi iniciado, junto das autoridades competentes, o processo de encerramento da Sucursal Financeira Exterior em Cabo Verde, denominada “Sucursal Financeira Exterior (SFE) de Cabo Verde”, o qual ficou concluído no final do ano de 2017.

No ano de 2017, verificou-se uma alteração no âmbito do SICAM decorrente da fusão entre a CCAM de Alcobaça, CRL e a CCAM de Cartaxo, CRL, ocorrida em Setembro, originando a CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, CRL.

As contas consolidadas integram as contas das 81 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2017.

No Grupo Crédito Agrícola ocorreu apenas uma alteração durante o ano de 2017: a dissolução e liquidação do FCR Agrocapital 1 (fundo de capital de risco). Assim, esta entidade deixou de integrar o perímetro de consolidação do GCA.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, do Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As alterações decorrentes da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Os montantes indicados encontram-se apresentados em euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, as entidades do Grupo Crédito Agrícola utilizam as Normas e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee*

(IFRIC) que são relevantes para as suas operações e que se encontram aprovadas pela União Europeia, efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2017.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o GCA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor, como é o caso dos activos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo GCA, o que pode ter um impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Alterações às políticas contabilísticas e informação comparativa

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes.

As alterações que se verificaram às IAS/IFRS, seguidamente apresentadas, não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2017.

Alterações às normas que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2017:

- a) IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transacções que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das actividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
- b) IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos activos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos activos relacionados com activos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos activos quando existem restrições na lei fiscal.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- a) IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através

do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

A nova norma, IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em Julho de 2014, irá substituir a IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e será efectiva para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Os novos requisitos estabelecidos pela norma irão resultar em alterações às políticas contabilísticas do Grupo sobre reconhecimento, classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros e de imparidade de activos financeiros.

Classificação e Mensuração

Com o objectivo de simplificar a contabilização dos instrumentos financeiros, a norma IFRS 9 propõe a classificação dos activos financeiros em apenas três categorias em função do modelo de negócio associado à sua detenção, do tipo de instrumento financeiro (instrumentos de dívida ou instrumentos de capital) e das características dos instrumentos financeiros.

As principais alterações da norma nesta componente são:

1. A classificação dos activos financeiros é fundamentada com base (i) no modelo de negócio e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro.
2. Os ganhos e perdas decorrentes do próprio risco de crédito são reconhecidos ao justo valor.
3. As regras de reclassificação dos instrumentos financeiros são fundamentadas nos modelos de negócio.

Os modelos de negócio indicados pela norma IFRS 9 para a gestão de activos financeiros que sejam instrumentos de dívida são:

Modelo de Negócio	Características	Categoria de mensuração
Deter com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais	Instrumentos que o GCA pretende manter até à maturidade. Vendas pouco frequentes ou pouco materiais	Custo Amortizado
Deter com o objectivo de receber os fluxos de caixa contratuais e/ou vender	Instrumentos que o GCA pretende manter até à maturidade ou vender. Tipicamente observa-se vendas com maior frequência e/ ou de valor superior.	Justo valor através de outro rendimento integral
Outras estratégias	Instrumentos que o GCA detém com o objectivo de vender.	Justo valor através de resultados

Características contratuais dos fluxos de caixa do activo financeiro (critério SPPI – Solely payments of Principal and Interest):

Para cada activo financeiro, a CCCAM assegura os testes de SPPI para o GCA, ou seja, verifica se os fluxos de caixa referentes a um determinado activo respeitam exclusivamente a capital e juros. O teste é assegurado no momento prévio à aquisição do activo.

Caso o activo não cumpra com o teste de SPPI, o activo terá de ser obrigatoriamente classificado na categoria de Justo Valor através de resultados. De salientar que é expectável que as reclassificações entre modelos de negócio sejam extremamente raras.

Os instrumentos de capital serão reconhecidos e mensurados ao justo valor através de resultados, a menos que se opte pela sua mensuração ao justo valor através de outro rendimento integral.

O GCA procedeu à revisão da sua política de investimento onde se identificam os Modelos de Negócio adoptados para cada portefólio de activos financeiros e a respectiva governação, onde se identificam:

- Estratégia e objectivos de gestão;
- Identificação dos responsáveis pela gestão de cada portefólio;
- Tipologia de instrumentos em cada portefólio
- Principais indicadores de desempenho utilizados na gestão e reportados à Administração
- Identificação dos riscos que afectam o portefólio e a forma de gestão;
- Descrição das variáveis de compensação dos gestores;
- Justificação das vendas excluídas de acordo com as permissões na Norma.

Os modelos de negócio definidos pela GCA são consistentes com a gestão dos seus activos financeiros. Podem ser aplicados diferentes modelos de negócios a activos semelhantes. Esta política de investimento foi aprovada pelos Conselhos de Administração que compõem o GCA em Dezembro de 2017.

Imparidade de activos

A adequação de políticas, procedimentos, controlos e sistemas aplicacionais às exigências da IFRS 9 no que respeita às metodologias de quantificação da imparidade foi o objecto de uma iniciativa específica, pelo seu impacto na actividade do Grupo Crédito Agrícola, nomeadamente pela consideração do conceito de perda económica esperada no ciclo de gestão do risco da carteira de activos financeiros.

Os critérios de referência para a mensuração de perdas esperadas no contexto da aplicação da IFRS 9 foram observados conjuntamente com as orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e pelo Banco Central Europeu (BCE) relativas às práticas a adoptar em matéria de gestão do risco de crédito (e.g. créditos em incumprimento, créditos reestruturados, créditos não produtivos, abate ao activo de créditos).

A determinação das perdas por imparidade dos activos financeiros no Grupo Crédito Agrícola, em conformidade com o disposto na IFRS 9, decorre de metodologias de cálculo de perda esperada ajustadas aos dados históricos e às características do portefólio, reflectindo, igualmente, uma natureza prospectiva, determinada a partir de cenários macroeconómicos (forward looking), enquadrando necessariamente os activos em três níveis, consoante a evolução do risco de crédito entre o momento do seu reconhecimento inicial e cada data de referência. Os activos encontram-se caracterizados numa óptica de risco, de acordo com padrões homogéneos da operação (p. ex.: finalidade, comportamento) e/ ou do cliente (p. ex.: tipo de entidade).

O cálculo das probabilidades de incumprimento tem por base a modelização explícita do comportamento temporal da PD face à contratação e maturidade de cada operação/ cliente. A metodologia de cálculo das

perdas dado o incumprimento baseia-se nos perfis de recuperação observados/ estimados a partir do momento em que se observa o incumprimento da operação.

A quantificação da imparidade para a carteira de títulos (instrumentos de dívida) incide sobre as posições registadas ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral tendo por base a notação de risco e os factores de risco estabelecidos pelas principais agências de notação de risco de crédito.

Aumento significativo de risco de crédito

Em cada período de referência o aumento significativo de risco de crédito é avaliado, comparando o risco actual de ocorrer um incumprimento ao longo da vida remanescente de um determinado contrato com a mesma medida de risco à data de originação da operação.

A determinação de aumento significativo de risco de crédito resulta da degradação da notação de risco, em particular a probabilidade de incumprimento associada, incluindo situações de crédito vencido entre 30 e 90 dias.

Definição de incumprimento (“default”)

A definição de incumprimento no Grupo Crédito Agrícola evolui faseadamente no sentido da sua harmonização com as orientações da European Banking Authority (“EBA”), designadamente as Guidelines on the application of the definition of default under Article 178 of Regulation (EU) No 575/2013, ao nível dos indícios de incumprimento, dos critérios de tratamento dos reestruturados e das condições de saída de incumprimento, incluindo períodos de quarentena. A identificação de incumprimento do devedor contempla critérios quantitativos e/ ou qualitativos, incluindo valores de referência considerados na sua activação.

No momento do reconhecimento inicial de um activo financeiro são apuradas as perdas de crédito esperadas para 12 meses (stage 1). Caso se verifique um aumento significativo do risco de crédito do activo financeiro após o seu reconhecimento são reconhecidas perdas de crédito esperadas para a respectiva vida remanescente (stage 2). Se o risco de crédito de um activo financeiro aumentar, ao ponto de ser considerado ‘em imparidade’, são igualmente reconhecidas as perdas de crédito esperadas para a respectiva vida útil (stage 3), passando o reconhecimento de juros a ter por base o valor líquido de imparidade de cada operação (ao invés do valor bruto da operação como ocorre nos stages 1 e 2).

Projecto de Implementação

A iniciativa de implementação da IFRS 9 no GCA compreende as fases de análise de gaps, quantificação de impactos, desenho, construção e testes para os diversos vectores, incluindo a classificação e mensuração dos activos financeiros e a modelação na quantificação da imparidade, assim como, a gestão de dados e tecnologia, a alterações de processos, a definição do modelo de governação e especificação do reporte.

No âmbito da gestão da iniciativa, o GCA criou um comité com a responsabilidade de acompanhar o projecto e assegurar que estão envolvidas todas as áreas relevantes para o seu sucesso, designadamente a Direcção de Risco Global, a Direcção de Contabilidade e Fiscalidade e o CA Serviços.

Na sequência da especificação de requisitos funcional, foi concluída a primeira etapa de implementação, incluindo as matérias relacionadas com a política de investimento, testes de SPPI, modelização e

quantificação da imparidade. A decorrer, durante o primeiro semestre de 2018, encontra-se a etapa de orquestração que visa ampliar a automatização do processo e a rastreabilidade na gestão do modelo de apuramento da imparidade, com recurso a uma aplicação dedicada.

Impactos na adopção

O Grupo Crédito Agrícola encontra-se alinhado com o modelo, calendário e objectivos para o projecto de implementação da IFRS 9. O impacto da implementação da IFRS 9 não se estima significativo, referindo-se principalmente à implementação dos requisitos relativos à imparidade de activos financeiros. Durante o primeiro semestre de 2018, o GCA continuará a aperfeiçoar e a validar os modelos desenvolvidos e os processos e controlos implementados.

Tal como permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, o GCA não irá reexpressar os valores comparativos nas suas demonstrações financeiras decorrente da aplicação da IFRS 9. Os ajustamentos às quantias escrituradas dos activos e passivos financeiros na data de transição serão reconhecidos em resultados transitados e, por essa via, no capital regulamentar reportado.

Tendo em conta a aplicação desta norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, e de forma a reduzir o impacto da sua introdução sobre os fundos próprios das instituições abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), o Regulamento (UE) n.º 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, veio possibilitar a adopção pelas instituições de um regime transitório. Nos termos do n.º 9 do artigo 473.º-A do CRR, tal como introduzido pelo referido regulamento de final de 2017, as instituições decidem se aplicam o regime estabelecido durante o período transitório. No entanto, o GCA optou por não aplicar o regime transitório.

- b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".
- c) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
- d) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta

isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

- e) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- a) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- b) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efectuar a transferência.
- c) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- d) IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar activos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.
- e) IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade

em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

- f) Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- g) IFRS 17 (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Interpretações

- a) IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transacção” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transacção” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira.
- b) IFRIC 23 (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transacção específica, a entidade deverá efectuar a sua melhor estimativa e registar os activos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Apesar de algumas destas normas e interpretações já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adoptadas pela Caixa Central na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2017, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Os impactos da adopção futura destas normas e interpretações estão ainda a ser avaliados e estimados pela gestão, pelo que não existe nesta fase informação fiável quanto aos seus impactos na esfera do GCA.

2.3. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março (com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 188/2007, de 11 de Maio); e
- Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Consideram-se empresas associadas aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias ou filiais), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos, assim como quaisquer instrumentos de capital emitidos, em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida.

Os custos directamente atribuíveis à operação são registados como custo quando incorridos. Na data de aquisição os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Quando a aquisição do controlo é efectuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o valor contabilístico da participação transaccionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses não controlados", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% (mas inferior a 50% com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos activos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na Associada. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da Associada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a Demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando a quota-parte das perdas de uma Associada excede o investimento na Associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da Associada.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos, instrumentos de capital próprio emitidos, deduzido dos custos directamente atribuíveis à emissão. O goodwill refere-se à diferença apurada entre o justo valor do preço de aquisição de investimentos em subsidiárias, associadas, ou negócios, e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas ou negócios à data da sua aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade, de acordo com o IAS 36, pelo menos uma vez por ano, não sendo amortizado. As perdas de imparidade de Goodwill não são reversíveis. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos líquidos adquiridos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade. Quando o Grupo reorganiza a sua estrutura societária, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado goodwill, o processo de reorganização deverá envolver a realocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efectuada através de uma abordagem de valor relativo, face às novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os gastos e os rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os rendimentos e gastos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de “fixing” indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

Os activos e passivos não monetários mensurados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado, sendo as diferenças cambiais resultantes apresentadas em resultados. As diferenças cambiais de activos financeiros disponíveis para venda são, no entanto, reconhecidas em outros rendimentos integrais, tais como as diferenças cambiais respeitantes a relações de cobertura de fluxos de caixa.

Câmbios à data de balanço:

Moeda	Descrição da moeda	Taxa de Câmbio
AUD	Dólar Australiano	1,53493
BRL	Real do Brasil	3,97440
CAD	Dólar Canadiano	1,50416
CHF	Franco Suíço	1,17038
CNY	Yuan Renmimbi da China	7,80960
CVE	Escudo de Cabo Verde	110,26500
DKK	Coroa Dinamarquesa	7,44510
GBP	Libra Esterlina	0,88722
JPY	Iene Japonês	135,04000
MOP	Pataca de Macau	8,45810
NOK	Coroa Norueguesa	9,84200
RUB	Rublo	69,39390
SCP	Libra Escocesa	0,88722
SEK	Coroa Sueca	9,84380
USD	Dólar Americano	1,19970
ZAR	Rand África do Sul	14,82330

c) Crédito a clientes

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (ex: papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente, sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O GCA classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do GCA relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o GCA transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o GCA reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, controlo sobre os créditos tiver sido transferido.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade do crédito

A imparidade de crédito que resulta da adopção das IAS/ IFRS, mais concretamente da IAS 39, é objecto de quantificação periódica (mensal) no SICAM, com reflexo nas demonstrações financeiras em base individual e em base consolidada, conforme estabelecido no Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal. O modelo de imparidade adoptado de forma homogénea pelo SICAM - Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola - reflecte rigorosamente os valores de realização dos activos financeiros e acentua a presença do conceito de perda económica no ciclo de gestão do risco da carteira de crédito a clientes, incluindo garantias e compromissos assumidos.

Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o SICAM segmenta a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito a particulares;

- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no SICAM, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de uma análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que se entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, de forma a reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual são os seguintes:

- Todos os clientes/Grupo económico (GER) com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros;
- Clientes/GER com crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros;
- Clientes/GER com classificação igual ou superior a indícios e responsabilidades superiores a 500.000 Euros;
- Clientes/GER com exposição da conta corrente ou descoberto superior a 500.000 Euros e igual ou superior a 90% do limite contratado nos últimos 18 meses;
- Clientes/GER com responsabilidades superiores a 500.000 Euros sem garantia real associada ou com LTV (Loan-To-Value) superior a 80%;
- Clientes/GER com créditos reestruturados e com exposição de créditos reestruturados superior a 500.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo SICAM está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - o das condições e/ou capacidade de pagamento;
 - o das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes que não revelam indícios de imparidade correspondem ao produto entre a probabilidade de indícios acumulada a 12 meses (PI), tendo por base o tempo de permanência em meses no estado de delinquência sem indícios de imparidade, e o máximo entre zero e a diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos à data de referência e o valor actualizado dos fluxos de caixas futuros estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de indícios de imparidade durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em

que a existência desse evento é percebida pelos serviços do SICAM (Incurred But Not Reported). Para todos os segmentos da carteira, o SICAM considera um período de emergência de 12 meses, sendo a PI calculada por operação.

Se existir evidência de que qualquer entidade do SICAM incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade.

Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações/abatimentos de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo, por utilização da imparidade constituída (regra geral a 100%), os créditos considerados incobráveis após análise específica dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos, tendo o respectivo abate que ser igualmente aprovado pelo Conselho de Administração.

Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo em exercícios anteriores são reflectidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorram como “Outros resultados de exploração”. Caso a recuperação dos créditos abatidos ao activo ocorra no mesmo exercício do respectivo abate, a mesma é reflectida como uma redução ao valor das perdas por imparidade reflectidas na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)”.

De acordo com as políticas em vigor, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados. Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As eventuais recuperações de juros abatidos ao activo em exercícios anteriores são reflectidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorram como “Outros resultados de exploração”. Caso a recuperação de juros abatidos ao activo ocorra no mesmo exercício do respectivo abate, a mesma é reflectida na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são contabilizados de acordo com as disposições da IAS 39, dependendo a sua classificação na data de reconhecimento inicial das suas características e da respectiva intenção de aquisição/detenção.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

Os activos financeiros são reconhecidos no momento inicial ao justo valor, ao qual se adicionam os custos de transacção, excepto no caso dos activos financeiros detidos para negociação, os quais são reconhecidos de imediato em resultados.

Estas categorias de activos são desreconhecidas quando (i) expiram os direitos contratuais do GCA ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o GCA tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o GCA tenha transferido o controlo sobre os activos.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu “*bid-price*” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash-flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o Grupo optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b)i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados são desreconhecidos com a venda.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de dívida são reconhecidos directamente em resultados do período, enquanto que os ganhos ou perdas cambiais de instrumentos de capital próprio são reconhecidos directamente em reservas.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

O GCA efectua análises periódicas de imparidade relativamente aos seus activos financeiros. Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos, considerando-se como tal uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente.

Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de

reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do Grupo mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Por força da alienação de títulos de Dívida Publica em 2017, antes da sua data de maturidade/reembolso, que se encontravam registados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade, o Grupo encontra-se impedido de registar qualquer activo financeiro nesta carteira no exercício de 2017, em conformidade com as regras constantes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Resultante desta contaminação, os activos não alienados e que se encontravam nessa carteira tiveram que ser reclassificados em 2017 para a carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, é utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial. A taxa de juro efectiva calculada para um activo financeiro com esta natureza não é alterada em períodos de relato subsequentes.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros, através do método da taxa de juro efectiva.

vi) Operações de compra com acordo de revenda

É considerada compra com acordo de revenda o acordo pelo qual uma instituição compra um activo financeiro com o compromisso de revender esse activo a um preço pré determinado e numa determinada data fixada ou em data a fixar.

Os activos financeiros adquiridos com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o custo de aquisição registado como empréstimos a outras instituições de crédito. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

vii) Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro independentemente da sua forma legal.

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente. O GCA não possui em balanço instrumentos financeiros derivados de cobertura.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados em separado do instrumento principal, sempre que: i) as suas características económicas e os seus riscos não se encontrem relacionados com as características económicas e riscos do instrumento principal; e ii) o instrumento principal não se encontre mensurado ao justo valor através de resultados. Tais derivados embutidos são desembutados, e contabilizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor reconhecidas em resultados.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são mensurados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

Outros activos tangíveis	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente nos termos da IAS 8.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento, dos dois o mais baixo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o GCA.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em recuperação de crédito (ex. dação em pagamento, arrematação judicial, outros), sendo registados pelo menor entre o valor acordado no contrato, o qual corresponde geralmente ao valor da dívida existente que se extingue, e o valor de avaliação do bem na data da operação. Os imóveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato de promessa de dação, arrematação, outro.

Poderão ainda ser registados como “Activos não correntes detidos para venda” imóveis anteriormente registados no activo tangível, a partir do momento em que a realização esperada daquele activo passe a ser através da venda e desde que estejam cumpridos os critérios da IFRS 5.

Estes activos são objecto de avaliações periódicas (pelo menos de 3 em 3 anos), que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido dos custos estimados de venda) seja inferior ao valor pelo qual o activo se encontra contabilizado.

Em excepção ao enquadramento no parágrafo acima referido, os imóveis que apresentem a existência de “ónus” impeditivo de venda, são enquadrados em “Outros Activos”, de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 “Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas”:

Para que este seja o caso, o activo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito Apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais activos (ou grupos para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Propriedades de investimento

O GCA regista em “Propriedades de investimento” os imóveis detidos pelo GCA não utilizados na actividade e identificados como sendo geradores de receita, isto é, sobre os quais existe o objectivo de obter rendimento. Os imóveis encontram-se mensurados ao justo valor.

Os gastos e rendimentos obtidos em propriedades de investimento do Grupo Crédito Agrícola são registados na rubrica de demonstração de resultados “Outros resultados de exploração”.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos associados a processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA, de acordo com o IAS 37 (Nota 25).

As provisões para outros riscos e encargos são constituídas com base nos pressupostos da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”, correspondentes a passivos ou obrigações presentes, com elevada probabilidade de ocorrência futura ou passivo cuja liquidação se espera que resulte num dispêndio de recursos. O seu elevado grau de certeza obriga ao registo de provisões, não podendo ser apenas divulgado como um “passivo contingente”.

k) Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

l) Outros passivos subordinados

Os empréstimos subordinados estão registados na rubrica “Outros passivos subordinados”. Os empréstimos subordinados são relevados pelo seu justo valor.

m) Benefícios dos empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e

pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do Projected Unit Credit para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada por actuário da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. Os benefícios

pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Decorrente da aplicação do IAS 19 Revisto (como início no exercício de 2013), as remensurações (anteriormente denominadas ganhos e perdas actuariais) resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidas na sua totalidade como um rendimento integral do respectivo exercício em que ocorrem, sendo registado numa rubrica de resultados transitados.

Os valores registados no exercício em resultados, passam a ser apurados pelo seu “*net interest*”:

- Custo do Serviço: O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações;
- Juro líquido: O juro líquido é determinado pela multiplicação da taxa de desconto pelo passivo (activo) líquido de benefícios definidos (ambos determinados no início do período de relato anual, tendo em conta qualquer variação do passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período em consequência do pagamento de contribuições e benefícios);

As remensurações (Outro Rendimento Integral) incluem todas as alterações resultantes da remensuração das responsabilidades por serviços passados e activos do plano.

n) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método Projected Unit Credit. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O impacto das remensurações estimadas em cada exercício é registado em resultados do exercício.

o) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

p) Impostos sobre os lucros

As entidades pertencentes ao SICAM são tributadas individualmente, estando sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). Dentro do GCA existe também um grupo de entidades que é tributado ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no Código do IRC.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados em outros períodos.

Os activos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base fiscal. Os créditos fiscais também são registados como activos por impostos diferidos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a empresa mãe tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

q) Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

1) Como locador:

Enquanto locador os activos alienados em regime de locação financeira são desreconhecidos sendo registado no balanço o saldo do crédito concedido como “Crédito a clientes” (quantia equivalente ao valor de investimento líquido efectuado nos bens locados, juntamente com qualquer residual não garantido a favor da entidade do GCA), o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano

financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros em “Juros e rendimentos similares”, com base numa taxa de retorno periódica constante, calculada sobre o valor do investimento líquido referido.

2) Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

r) Locação operacional

O GCA apenas actua em contratos de locação operacional como locatário, sendo nesses contratos efectuado o registo mensal da renda relativa a cada contrato que reflecte o custo de utilização dos equipamentos em Gastos Gerais Administrativos.

s) Seguros

1) Contratos de Seguro

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro, não tendo risco de seguro significativo. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puramente financeiros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados), continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

2) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("*IBNR-Incurred but not reported*") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de

acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,25%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo GCA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados considerando a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, (EIOPA) para efeitos de cálculos de Provisões Técnicas no âmbito do regime Solvência II, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença entre os valores das responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos da IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas

expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

s) Rédito

O Rédito é reconhecido de acordo com as disposições da IAS 18 – Rédito, nos termos descritos abaixo.

O reconhecimento de comissões associadas a instrumentos financeiros dependerá do objectivo subjacente à sua cobrança.

Distinção entre:

- Comissões que fazem parte da taxa de juro efectiva do instrumento financeiro (“Método da taxa de juro efectiva”)
- Comissões que são recebidas de acordo com a prestação do serviço (“Método de reconhecimento linear pelo prazo da operação”)
- Comissões cobradas no momento de execução de um acto significativo (“Reconhecimento no momento”)

As comissões associadas a contratos de crédito pagas no momento inicial do empréstimo são diferidas e registadas numa rubrica de “Receitas com rendimento diferido”, sendo posteriormente registadas em rendimento do exercício ao longo da vida útil dos contratos de crédito e de acordo com o plano financeiro dos empréstimos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa de juro efectiva em “comissões recebidas” ou “comissões pagas”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

t) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito, com maturidade inicial inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e não sujeitas a riscos de flutuação de valor.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do GCA são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios dos empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuadas julgamentos para determinação do montante de activos por impostos diferidos que podem ser reconhecidos, baseados em estimativas de resultados fiscais futuros, as quais têm por base projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento ao valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções. Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. s) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Imparidade na carteira de crédito a clientes e com responsabilidades extrapatrimoniais

O GCA efectua uma avaliação periódica da sua carteira de crédito a clientes, bem como das suas responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis, de forma a avaliar a existência de evidência de imparidade, tendo por base o modelo de imparidade do GCA.

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar a necessidade de registo de perdas por imparidade.

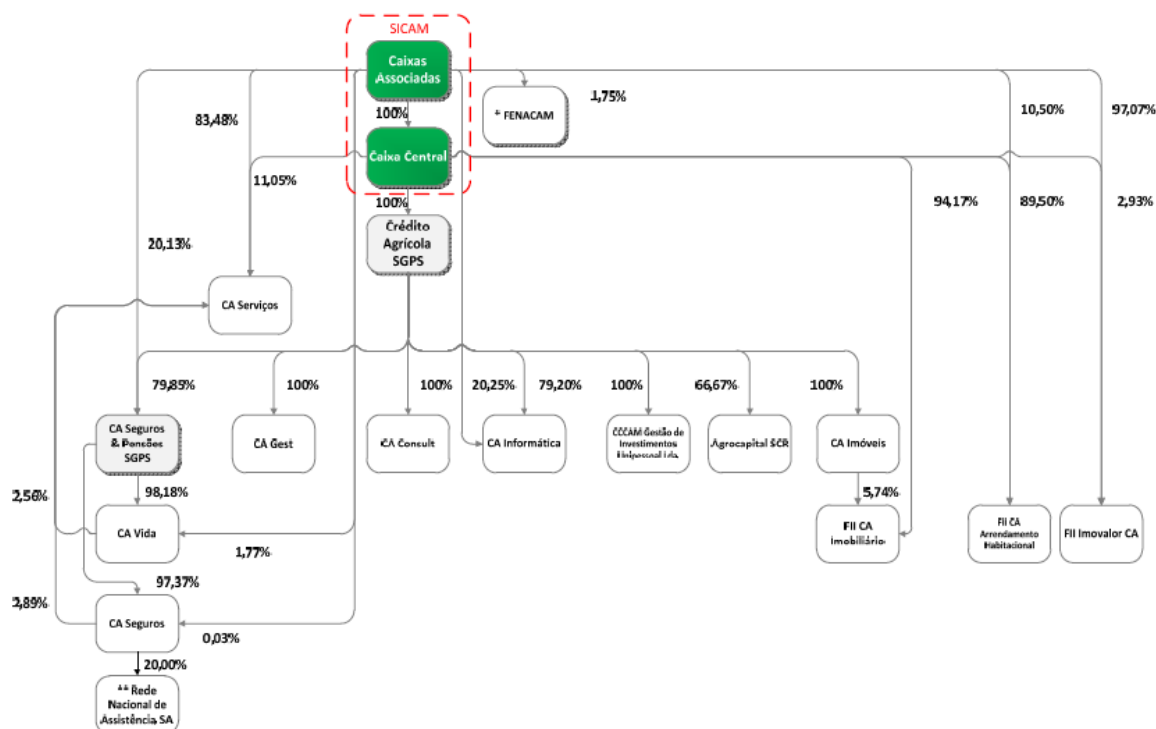
Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos. Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

O processo de avaliação da carteira de crédito a clientes e das responsabilidades extrapatrimoniais, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, as notações de risco, as taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2017, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:



(*) A FENACAM detém 98,22% do seu próprio capital.
(**) Consolidação por método de equivalência Patrimonial.

	2017					
	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	1.389.929.725	23.644.892.320	144.611.650	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	327.110.895	8.885.682.207	55.228.370	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	4.164.018	5.588.351	2.026.282	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	2.264.247	56.147.781	(2.279.300)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	5.149.024	7.722.972	187.913	99,97%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	428.261	498.443	348.243	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	7.559.474	16.195.104	327.939	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.022.053	1.115.937	4.922	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FEIIA CA Imobiliário	162.943.641	167.316.986	(10.292.172)	94,17%	99,91%	Integral
FIIIF CA Arrendamento Habitacional	69.491.319	71.823.224	1.399.169	100,00%	100,00%	Integral
FIIIF ImoValorCA	37.813.799	38.109.622	(875.798)	100,00%	100,00%	Integral
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	45.234.567	214.757.397	2.031.039	97,40%	97,38%	Integral
Crédito Agrícola Vida	110.016.753	1.067.061.582	6.652.580	99,95%	99,93%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	64.492.460	-	94,53%	99,90%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	66.756.156	213.131.980	4.805.945	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Seguros & Pensões SGPS S.A.	130.818.141	147.825.100	2.573.088	99,98%	99,98%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	844.000	17.543.416	(392.481)	100,00%	100,00%	Integral
RNA - Rede Nacional de Assistência, S.A.	4.959.752	11.154.592	1.554.076	20,00%	20,00%	Eq. Patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2017 (salvos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola SGPS S.A., a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda, a Crédito Agrícola Consult S.A. e a CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., a Crédito Agrícola Vida, S.A., a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S. e a Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., têm a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 63 Damaia – 2720-526 Amadora.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FEIIA CA Imobiliário e o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FEIIF Imovalor CA é um fundo de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Selecta – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua de S. Caetano à Lapa, nº 6, Bloco C, 1º Piso, 1200-829 Lisboa.

A RNA Seguros de Assistência S.A. tem sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco – Edf. Amoreiras, Torre 1 - 12º Piso - Sala 1, 1070-101 Lisboa.

Em 2017 ocorreu a dissolução e liquidação da FCR Agrocapital 1 (fundo de capital de risco para investidores qualificados), pelo que deixou de fazer parte do perímetro de consolidação do GCA.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

- Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.
- Fundos de investimento e gestão de patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a actividade de fundos de investimento imobiliário.
- Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).
- Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.
- Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

	2017						
	Banca comercial/de retalho	Fundos de investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Margem financeira	289.679.113	4.630	38.605.426	3.510.344	121	(1.465.481)	330.334.153
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(27.518.958)	36.620.691	-	-	9.101.733
Rendimentos de instrumentos de capital	2.154.555	-	-	30.000	-	(1.078.060)	1.106.495
Resultados de serviços e comissões	148.121.592	(2.408.994)	(10.737.762)	(19.753.965)	-	(2.263.314)	112.957.557
Outros resultados de exploração e outros	92.699.910	1.139.038	17.308.693	642.532	929.581	(4.108.669)	108.611.086
Produto bancário	532.655.171	(1.265.326)	17.657.399	21.049.602	929.702	(8.915.524)	562.111.024
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(303.946.393)	(6.195.824)	(7.683.214)	(15.561.117)	(566.271)	20.731.606	(313.221.213)
Amortizações do exercício	(12.488.471)	(45.336)	(1.076.850)	(1.666.186)	(265)	(10.907.041)	(26.184.149)
Provisões e imparidade	(14.562.585)	318.513	(9.742)	(1.365.282)	10.500	7.517.550	(8.091.046)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	311.815	311.815
Resultado antes de impostos e de int. que não controlam	201.657.722	(7.187.974)	8.887.593	2.457.018	373.666	8.738.407	214.926.432
Impostos	(54.026.577)	(554.545)	(2.233.800)	(425.978)	(25.423)	(5.456.206)	(62.722.530)
Resultado após impostos e antes de int. que não controlam	147.631.144	(7.742.519)	6.653.793	2.031.039	348.243	3.282.201	152.203.901
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(59.260)	(59.260)
Resultado líquido do exercício	147.631.144	(7.742.519)	6.653.793	2.031.039	348.243	3.222.940	152.144.641

	2016						
	Banca comercial/de retalho	Fundos de investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Margem financeira	276.013.189	(10.567)	49.486.175	3.360.560	161	(1.466.956)	327.382.562
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(20.268.980)	34.124.271	-	-	13.855.291
Rendimentos de instrumentos de capital	8.180.537	-	138.332	-	-	(7.114.730)	1.204.139
Resultados de serviços e comissões	138.191.823	(2.762.175)	(13.068.378)	(15.990.575)	-	(1.227.306)	105.143.389
Outros resultados de exploração e outros	52.146.068	(45.959.895)	4.507.799	1.351.619	960.829	6.307.378	19.313.797
Produto bancário	474.531.617	(48.732.637)	20.794.948	22.845.875	960.990	(3.501.615)	466.899.178
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(300.092.578)	(5.554.663)	(7.532.669)	(14.645.559)	(687.807)	14.737.507	(313.775.769)
Amortizações do exercício	(13.238.183)	(37.719)	(883.259)	(1.671.943)	(794)	(11.735.490)	(27.567.387)
Provisões e imparidade	(56.123.346)	(414.894)	(6.501.205)	(1.505.065)	14.500	33.531.034	(30.998.976)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	304.292	304.292
Resultado antes de impostos e de int. que não controlam	105.077.510	(54.739.913)	5.877.815	5.023.308	286.889	33.335.728	94.861.338
Impostos	(33.020.116)	(41.375)	(1.641.979)	(1.119.907)	(21.854)	(574.569)	(36.419.800)
Resultado após impostos e antes de int. que não controlam	72.057.394	(54.781.288)	4.235.836	3.903.401	265.035	32.761.159	58.441.538
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(116.567)	(116.567)
Resultado líquido do exercício	72.057.394	(54.781.288)	4.235.836	3.903.401	265.035	32.644.592	58.324.971

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2017						
	Banca comercial/de retalho	Fundos de investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	Total
			Ramo vida	Ramo não vida			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	480.484.922	13.386.452	14.533.395	3.479.638	469.142	(31.837.178)	480.516.372
Activos financeiros detidos para negociação	23.067.678	-	26.584.581	-	-	1.612.554	51.264.812
Activos financeiros disponíveis para venda	6.008.041.271	562	1.469.939.711	183.246.062	-	(291.064.033)	7.379.409.261
Aplicações em instituições de crédito	6.956.989	5.000.313	-	0	-	(5.000.313)	6.956.989
Crédito a clientes	8.782.890.105	-	-	-	-	(61.935.899)	8.720.954.205
Propriedades de investimento	-	65.631.235	-	-	-	(2.120.652)	63.510.583
Outros	1.135.664.632	196.990.633	92.025.014	12.970.269	29.301	(151.852.278)	1.285.827.572
Activo líquido total	16.437.105.597	281.009.195	1.603.082.701	199.695.969	498.443	(542.197.797)	17.988.439.795
Recursos de bancos centrais	1.693.380.693	-	-	-	-	-	1.693.380.693
Passivos financeiros detidos para negociação	141.781	-	-	-	-	-	141.781
Recursos de outras instituições de crédito	241.704.988	89.172	0	3.488.285	-	(3.577.457)	241.704.988
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.638.189.020	-	-	-	-	(52.504.400)	12.585.684.620
Outros	419.499.383	6.507.246	1.493.065.948	150.973.117	70.182	(51.953.040)	2.018.162.835
Passivo total	14.992.915.865	6.596.418	1.493.065.948	154.461.402	70.182	(108.034.897)	16.539.074.917

	2016					
	Banca comercial/de retalho	Fundos de investimento e gestão de patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros
			Ramo vida	Ramo não vida		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	415.824.311	11.864.436	3.550.124	1.804.861	441.202	(17.611.867)
Activos financeiros detidos para negociação	410.910	-	23.900.380	-	-	599.047
Activos financeiros disponíveis para venda	5.311.564.993	276	1.714.345.393	184.577.852	-	(285.614.128)
Aplicações em instituições de crédito	6.035.157	9.801.069	-	0	-	(9.801.069)
Crédito a clientes	7.997.635.756	-	-	-	-	(56.730.417)
Propriedades de investimento	126.304	-	-	-	-	69.819.532
Outros	1.149.016.606	275.410.016	89.889.677	14.251.771	67.336	(211.788.190)
Activo líquido total	14.880.614.037	297.075.798	1.831.685.574	200.634.484	508.537	(511.127.091)
Recursos de bancos centrais	(1.323.160.110)	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	(234.003)	-	(0)	-	-	0
Recursos de outras instituições de crédito	(255.743.193)	(4.487.257)	(0)	(1.515.361)	-	6.002.618
Recursos de clientes e outros empréstimos	(11.770.737.978)	-	-	-	-	44.372.387
Outros	(303.363.406)	(6.873.139)	(1.739.769.921)	(153.164.153)	(178.519)	53.726.486
Passivo total	(13.653.238.690)	(11.360.397)	(1.739.769.921)	(154.679.514)	(178.519)	104.101.492

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Caixa		
Notas	99.304.621	94.316.826
Moedas	9.628.052	7.907.521
	108.932.673	102.224.347
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	291.211.170	237.913.707
	400.143.843	340.138.054

As instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

O regime de reservas mínimas do Banco Central Europeu (BCE) é aplicável às instituições de crédito na área do euro e visa principalmente a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e a criação (ou alargamento) de uma escassez estrutural de liquidez.

O valor das reservas mínimas a cumprir por cada instituição é determinado a partir da aplicação dos coeficientes de reservas à base de incidência, a qual resulta do somatório de um subconjunto de rubricas do passivo do seu balanço. Presentemente, o coeficiente é de 1% para as responsabilidades de prazo igual ou inferior a dois anos.

Os períodos de manutenção de reservas mínimas são definidos de acordo com o calendário elaborado pelo BCE. Para prosseguir o objectivo de estabilização das taxas de juro, o regime de reservas mínimas do BCE permite que as instituições utilizem uma cláusula de média. Assim, o cumprimento das reservas mínimas é verificado a partir da comparação entre a média de valores dos saldos diários de depósitos à ordem detidos

pela instituição no Banco de Portugal ao longo de um período de manutenção de reservas e o valor de reservas a cumprir referido anteriormente.

As reservas mínimas efectivamente constituídas são remuneradas, durante o período de manutenção, à média da taxa marginal de colocação (ponderada de acordo com o número de dias de calendário) das operações principais de refinanciamento do Eurosistema. De acordo com a Decisão do Conselho do Banco Central Europeu BCE/2014/23 de 5 de Junho de 2014, os depósitos que excedam o valor médio de reservas mínimas a cumprir serão remunerados a uma taxa de zero por cento ou à taxa de juro da facilidade permanente de depósito, consoante a que for mais baixa. Como tal, sobre as reservas excedentárias poderá incidir uma taxa de juro negativa.

No contexto actual em que as taxas de depósito são negativas, os depósitos junto do Banco de Portugal são remunerados a 0%, até ao montante das Reservas Mínimas de Caixa (RMC), e à taxa *Deposit Facility*, no montante que excede as RMC.

A taxa *Deposit Facility* situou-se em -0,40% mantendo-se assim inalterada face a 31 de Dezembro de 2016.

A variação do valor de depósitos à ordem junto do Banco de Portugal entre 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é justificada pela natural gestão das reservas mínimas de caixa ao longo do período de manutenção de reservas e por parqueamentos temporários de liquidez associados a movimentos de recomposição da carteira de activos financeiros.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Disponibilidades em instituições de crédito no país</u>		
Cheques a cobrar	67.126.644	62.752.626
Depósitos à ordem	2.901.514	3.746.508
	<u>70.028.158</u>	<u>66.499.134</u>
 <u>Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Depósitos à ordem	10.343.764	9.235.716
	<u>10.343.764</u>	<u>9.235.716</u>
 Juros a receber	606	163
	<u>80.372.528</u>	<u>75.735.013</u>

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2018 e 2017, respectivamente.

8. ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	1.612.554	599.047
Instrumentos de dívida	22.786.683	-
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota12)		
Forwards cambiais	1.702	6.408
Swaps de taxa de juro	26.863.873	24.304.882
	<u>51.264.812</u>	<u>24.910.337</u>

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	1.645.630	83.927.517
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	<u>86.540.792</u>	<u>1.516.893</u>
	<u>88.186.422</u>	<u>85.444.410</u>
Cotados	88.186.422	85.444.410
Não cotados	-	-
	<u>88.186.422</u>	<u>85.444.410</u>

Os títulos emitidos por residentes correspondem a dívida soberana portuguesa.

Por prazos de maturidade, a carteira desagrega-se da seguinte forma:

	2017							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	26.512	23.138	23.822	7.089	7.625	88.186
	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	3.430	49.081	5.976	26.958	-	85.444

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	3.142.847.803	1.621.015.483
Instrumentos de capital	52.415.869	60.707.640
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	4.131.360.617	1.481.796.097
Instrumentos de capital	56.223.296	100.350.363
	<u>7.382.847.585</u>	<u>3.263.869.582</u>
Imparidade (Nota 25)	(3.438.324)	(2.611.396)
	<u>7.379.409.261</u>	<u>3.261.258.186</u>
Cotados	7.344.831.071	3.246.033.909
Não cotados	34.578.190	15.224.277
	<u>7.379.409.261</u>	<u>3.261.258.186</u>

A rubrica instrumentos de dívida emitidos por residentes, inclui o montante de 3.028.178.553 Euros (2016: 707.417.519 Euros) que corresponde a dívida soberana portuguesa.

A rubrica instrumentos de dívida emitidos por não residentes, inclui dívida soberana estrangeira no montante de 3.343.591.174 euros (2016: 1.420.917.650 euros), sendo os valores mais relevantes os das dívidas soberanas emitidas por Itália e Espanha – 2.491.072.930 Euros e 560.286.465 Euros, respectivamente (2016: 824.020.197 Euros e 281.560.855 Euros).

Por prazos residuais, a carteira é composta pelos seguintes prazos:

2017								em milhares de euros
Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	-	835.067	964.950	2.749.037	1.031.051	1.682.455	116.849	7.379.409

	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos financeiros disponíveis para venda	-	110.778	384.493	743.537	413.917	1.450.086	158.447	3.261.258

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	6.150.000	6.000.000
Outras aplicações	29.607	32.094
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Outras aplicações	770.000	-
	<u>6.949.607</u>	<u>6.032.094</u>
Juros a receber	7.382	3.063
	<u>6.956.989</u>	<u>6.035.157</u>

Em Dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	31-dez-17	31-dez-16
Até três meses	799.607	32.094
Entre três meses e um ano	6.150.000	6.000.000
	6.949.607	6.032.094
Juros a receber	7.382	3.063
	6.956.989	6.035.157

O detalhe desta rubrica por entidade apresenta-se de seguida:

	31-dez-17	31-dez-16
Finanfarma	6.150.000	6.000.000
KBC BRUSSELS	770.000	-
Outras	29.607	32.094
	6.949.607	6.032.094

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

31-dez-17				
Derivado de negociação	Valor Nocial	Activo	Passivo	Líquido
<u>Operações cambiais a prazo</u>				
Forwards cambiais		1.702	(524)	1.178
Compras	64.477			
Vendas	63.740			
	128.217	1.702	(524)	1.178
<u>Swaps</u>				
Swaps de taxa de juro	99.882.500	26.863.873	(141.258)	26.722.616
Totais	100.010.717	26.865.575	(141.781)	26.723.794

31-dez-16				
Derivado de negociação	Valor Nocial	Activo	Passivo	Líquido
<u>Operações cambiais a prazo</u>				
Forwards cambiais		6.408	(2.886)	3.521
Compras	292.743			
Vendas	291.395	-	-	-
	584.138	6.408	(2.886)	3.521
<u>Swaps</u>				
Swaps de taxa de juro	80.397.125	24.304.882	(231.117)	24.073.765
Totais	80.981.263	24.311.290	(234.003)	24.077.286

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

31-dez-17						
Derivado de negociação	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações cambiais a prazo</u>						
Forwards cambiais						
Compras	64.477	-	-	-	-	64.477
Vendas	63.740	-	-	-	-	63.740
	128.217	-	-	-	-	128.217
<u>Swaps</u>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	78.838.700	21.043.800	99.882.500
Totais	128.217	0	0	78.838.700	21.043.800	100.010.717
31-dez-16						
Derivado de negociação	<= 3 meses	> 3 meses e <= 6 meses	> 6 meses e <= 1 ano	> 1 ano e <= 5 anos	> 5 anos	Total
<u>Operações cambiais a prazo</u>						
Forwards cambiais						
Compras	292.743	-	-	-	-	292.743
Vendas	291.395	-	-	-	-	291.395
	584.138	-	-	-	-	584.138
<u>Swaps</u>						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	57.795.000	22.602.125	80.397.125
Totais	584.138	0	0	57.795.000	22.602.125	80.981.263

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	31-dez-17		31-dez-16	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
<u>Operações cambiais a prazo</u>				
Forwards cambiais				
<i>Clientes</i>	128.217	1.178	584.138	3.521
<u>Swaps</u>				
<i>Instituições Financeiras</i>	99.882.500	26.722.616	80.397.125	24.073.765
	100.010.717	26.723.794	80.981.263	24.077.286

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos à habitação	2.632.140.450	2.450.628.322
Empréstimos com e sem garantia real	4.690.586.638	4.280.436.638
Contratos de locação financeira	175.202.130	146.519.686
Papel comercial a desconto	293.407.589	269.577.746
Curto prazo:		
Outros créditos		
Cartões de crédito	32.662.998	31.608.699
Outros créditos	491.913.095	414.225.156
Créditos em conta corrente		
Clientes	398.257.281	399.308.527
Descobertos em depósitos à ordem		
Empresas residentes	12.333.357	13.813.266
	<u>8.726.503.537</u>	<u>8.006.118.040</u>
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo		
Empréstimos à habitação	102.075.491	79.670.771
Empréstimos	6.920.563	6.863.735
Curto prazo		
Outros créditos		
Cartões de crédito	371.439	272.347
Outros créditos	13.536.184	8.437.882
Descobertos em depósitos à ordem		
Clientes	13.775	14.252
	<u>122.917.453</u>	<u>95.258.987</u>
Juros a receber	25.848.173	27.486.099
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	394.502	263.774
Receitas com rendimento diferido	(22.133.088)	(24.917.474)
	<u>(21.738.586)</u>	<u>(24.653.700)</u>
Total crédito não vencido	<u>8.853.530.577</u>	<u>8.104.209.426</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	515.932.482	540.656.521
Juros vencidos	3.575.874	6.456.966
Total crédito e juros vencidos	<u>519.508.356</u>	<u>547.113.487</u>
	<u>9.373.038.932</u>	<u>8.651.322.913</u>
<u>Imparidade e provisões acumuladas</u>	(652.084.727)	(710.417.574)
	<u>8.720.954.204</u>	<u>7.940.905.339</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

Descritivo	31-dez-2017		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	689.538.251	75.191.924	764.730.175
Indústrias transformadoras	613.012.103	47.934.416	660.946.519
Construção	345.357.058	66.984.178	412.341.235
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	596.338.776	28.001.070	624.339.846
Actividades imobiliárias	616.508.257	38.087.372	654.595.629
Actividades financeiras e de seguros	135.645.359	13.264.405	148.909.763
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrig.	348.548.990	39.795	348.588.785
Actividades de saúde humana e apoio social	244.448.799	2.462.801	246.911.600
Alojamento, restauração e similares	310.661.069	14.510.817	325.171.886
Transportes e armazenagem	92.964.883	8.243.216	101.208.099
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	327.042.936	2.817.086	329.860.022
Outras actividades de serviços	74.491.671	2.283.226	76.774.897
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.382.645	3.986.444	66.369.089
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	33.764.695	3.234.631	36.999.326
Educação	41.441.482	1.749.806	43.191.288
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	23.302.953	396.824	23.699.777
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	69.457.000	873.255	70.330.254
Indústrias extractivas	16.545.045	4.151.130	20.696.175
Actividades de informação e de comunicação	71.149.852	3.855.778	75.005.630
Outros	2.225.964	474.688	2.700.652
	4.714.827.786	318.542.860	5.033.370.646
Particulares			
Habituação	2.692.418.834	41.797.107	2.734.215.941
Outros fins	1.442.076.209	155.690.677	1.597.766.886
	4.134.495.043	197.487.784	4.331.982.827
Juros a receber	25.848.173	-	25.848.173
Comissões associadas ao custo amortizado	(21.738.586)	-	(21.738.586)
	4.109.587	-	4.109.587
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	2.331.216	2.331.216
Particulares	-	1.244.657	1.244.657
	-	3.575.873	3.575.873
Total geral	8.853.432.417	519.606.516	9.373.038.933

	2016		
	Não vencido	Vencido	Total
Empresas			
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	629.297.576	68.630.756	697.928.332
Indústrias transformadoras	525.895.540	46.608.936	572.504.476
Construção	326.779.317	76.679.683	403.458.999
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas	513.082.252	20.723.516	533.805.768
Actividades imobiliárias	381.877.247	46.282.394	428.159.641
Actividades financeiras e de seguros	286.727.592	16.113.583	302.841.174
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	256.081.664	1.044	256.082.707
Actividades de saúde humana e apoio social	229.484.861	2.461.090	231.945.951
Alojamento, restauração e similares	272.408.819	15.887.280	288.296.099
Transportes e armazenagem	79.794.676	9.807.794	89.602.470
Actividades de consultoria, científicas, técnicas	117.890.502	3.356.155	121.246.656
Outras actividades de serviços	65.027.302	2.867.406	67.894.707
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	62.285.403	2.312.916	64.598.319
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas	27.472.829	3.182.579	30.655.409
Educação	43.005.605	1.382.263	44.387.868
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar	27.571.982	1.302	27.573.284
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento	83.236.985	740.972	83.977.957
Indústrias extractivas	15.389.342	4.223.193	19.612.535
Actividades de informação e de comunicação	67.574.092	4.266.251	71.840.343
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	3.801	-	3.801
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	1.364.079	15	1.364.094
Outros	87.231.074	7.248.323	94.479.397
	4.099.482.538	332.777.449	4.432.259.988
Particulares			
Habituação	2.503.202.767	42.892.420	2.546.095.188
Outros fins	1.498.691.721	164.986.651	1.663.678.373
	4.001.894.489	207.879.071	4.209.773.560
Juros a receber	27.486.099	-	27.486.099
Comissões associadas ao custo amortizado	(24.653.700)	-	(24.653.700)
Juros vencidos a regularizar			
Empresas	-	4.913.374	4.913.374
Particulares	-	1.543.592	1.543.592
Total geral	8.104.209.427	547.113.487	8.651.322.913

A rubrica de crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia, é a seguinte (valores em milhares de Euros):

	31-dez-17	31-dez-16
Crédito vincendo:		
Crédito com garantias reais	6.873.408	6.338.817
Crédito sem garantias	1.070.398	951.790
Crédito com garantias pessoais	909.724	813.602
	<u>8.853.530</u>	<u>8.104.209</u>
Crédito vencido:		
Crédito com garantias reais	359.044	401.732
Crédito sem garantias	58.563	59.240
Crédito com garantias pessoais	98.326	79.685
	<u>515.933</u>	<u>540.657</u>
	<u>9.369.462</u>	<u>8.644.866</u>
Valor das Garantias reais	<u>11.959.525</u>	<u>12.065.105.576</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais do crédito a clientes apresentavam a seguinte estrutura (valores em milhares de Euros):

	31-dez-17	31-dez-16
Até três meses	804.997	1.052.891
Entre três meses e um ano	559.920	511.720
Entre um ano e três anos	634.789	668.968
Entre três e cinco anos	863.742	778.658
Mais de cinco anos	6.505.480	5.636.254
	<u>9.368.929</u>	<u>8.648.491</u>
Juros a receber	25.848	27.486
Comissões associadas ao custo amortizado	(21.739)	(24.654)
	<u>4.110</u>	<u>2.832</u>
	<u>9.373.039</u>	<u>8.651.323</u>

O Crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Títulos detidos até à maturidade		
Títulos cotados		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	-	1.580.766.345
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores residentes	-	82.360.821
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	-	1.852.343.341
De outros emissores estrangeiros	-	81.779.491
	<u>-</u>	<u>3.597.249.998</u>
Juros a receber	-	66.366.203
	<u>-</u>	<u>3.663.616.201</u>

Durante o ano de 2017 foram alienados activos financeiros contabilizados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade, pelo que os restantes títulos foram reclassificados para a categoria de justo valor.

A carteira de investimentos detidos até à maturidade em 31 de Dezembro de 2016, tem os seguintes prazos contratuais residuais:

	2016							em milhares de euros
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Investimentos detidos até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	66.366	3.663.616

15. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-dez-17	31-dez-16
Imóveis		
Imóveis recebidos em recuperação de crédito	654.553.404	730.555.145
Outros imóveis detidos para venda	12.121.059	10.728.902
Equipamentos recebidos em recuperação de crédito	395.489	444.526
Outros activos	2.046.964	1.965.539
	669.116.916	743.694.111
Imparidade (Nota 25)		
Imparidade imóveis	(115.847.826)	(123.650.943)
Imparidade equipamentos e outros	(505.223)	(537.461)
	(116.353.049)	(124.188.404)
	552.763.867	619.505.707

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2017 e 2016 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2016			Aquisições	Alienações	Imparidade			31-12-2017		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido			Utilização	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:											
Imóveis	741.284.047	(123.650.943)	617.633.104	65.648.085	(140.257.670)	15.781.662	(18.883.755)	10.905.210	666.674.462	(115.847.826)	550.826.637
Equipamento	444.526	(249.966)	194.560	28.865	(77.901)	34.200	(20.705)	15.470	395.490	(221.000)	174.489
Outros	1.965.539	(287.496)	1.678.043	162.565	(81.139)	366.480	(363.207)	-	2.046.964	(284.223)	1.762.742
	743.694.111	(124.188.404)	619.505.707	65.839.515	(140.416.710)	16.182.342	(19.267.667)	10.920.680	669.116.916	(116.353.049)	552.763.867

A variação da rubrica de Activos não correntes detidos para venda de cerca de 74 milhões de Euros no valor bruto dos imóveis, deve-se essencialmente às alienações, que representaram uma diminuição de cerca de 140 milhões de Euros de imóveis, tendo sido compensada pelas aquisições de cerca de 65 milhões de Euros.

	31-12-2015		Aquisições	Alienações	Ajustamentos	Imparidade				31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade				Utilização de imparidade	Ajustamentos	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:												
Imóveis	810.154.019	(143.381.218)	117.604.386	(130.620.874)	(55.853.486)	10.007.263	35.900.910	(36.181.374)	10.003.476	741.284.045	(123.650.943)	617.633.102
Equipamento	563.278	(147.359)	181.074	(299.826)	-	128.533	-	(274.599)	43.460	444.526	(249.965)	194.561
Outros	2.062.106	(498.462)	148.599	(245.165)	-	237.861	-	(37.756)	10.861	1.965.540	(287.496)	1.678.044
	812.779.403	(144.027.039)	117.934.059	(131.165.865)	(55.853.486)	10.373.657	35.900.910	(36.493.729)	10.057.797	743.694.111	(124.188.404)	619.505.707

16. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo existente em 31 de Dezembro de 2017, no valor total de 63.510.583 Euros (2016: 69.945.836 Euros) corresponde ao justo valor dos imóveis arrendados ou que são detidos com esse objectivo.

A sua natureza respeita aos imóveis que têm o objectivo directo de arrendamento habitacional, estando dessa forma concentrados no FII CA Arrendamento Habitacional.

O movimento durante os anos de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	31.12.2016					31.12.2017	
	Justo valor	Aquisições	Alienações	Transferências	Ajustamentos de justo valor	Justo valor	
Propriedades de investimento Imóveis	69.945.836	-	(9.345.832)	-	2.910.579	63.510.583	

	31.12.2015					31.12.2016	
	Justo valor	Aquisições	Alienações	Transferências	Ajustamentos de justo valor	Justo valor	
Propriedades de investimento Imóveis	82.583.185	84.652	(6.531.440)	126.304	(6.316.865)	69.945.836	

17. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2016				Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 25)	Abates, alienações e outros	31-12-2017			
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade						Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:												
De serviço próprio	295.185.937	(87.312.962)	(7.330.376)	2.017.394	(5.593.699)	(1.395.025)	1.800.175	298.477.860	(92.381.015)	(8.725.401)		197.371.444
Obras em imóveis arrendados	17.439.408	(10.219.940)	-	252.512	(824.937)	-	28.825	17.371.928	(10.696.060)	-		6.675.868
Outros imóveis	2.718.284	(939.517)	-	22.772	(62.743)	-	-	2.741.055	(1.002.259)	-		1.738.796
	315.343.629	(98.472.419)	(7.330.376)	2.292.678	(6.481.379)	(1.395.025)	1.829.000	318.590.843	(104.079.334)	(8.725.401)		205.786.108
Equipamento	216.472.651	(192.254.863)	-	6.462.443	(7.788.469)	-	(476.965)	209.377.486	(186.962.689)	-		22.414.797
Património artístico	1.076.264	-	-	3.816	-	-	-	1.080.080	-	-		1.080.080
Equipamento em locação financeira:												
Equipamento	1.127.992	(772.848)	-	224.188	(78.666)	-	(117.878)	1.092.038	(709.250)	-		382.788
Outros activos em locação financeira	-	(97.501)	-	-	(33.442)	-	55.341	-	(75.602)	-		(75.602)
	1.127.992	(870.349)	-	224.188	(112.108)	-	(62.537)	1.092.038	(784.852)	-		307.186
Outros activos tangíveis:												
Activos tangíveis em curso	8.698.403	-	-	4.325.576	-	-	(5.164.734)	7.859.245	-	-		7.859.245
Outros	1.017.244	(922.623)	-	5.427	(50.416)	-	947	1.013.023	(962.444)	-		50.579
	9.715.647	(922.623)	-	4.331.003	(50.416)	-	(5.163.787)	8.872.268	(962.444)	-		7.909.824
	543.736.183	(292.520.254)	(7.330.376)	13.314.128	(14.432.372)	(1.395.025)	(3.874.289)	539.012.715	(292.789.319)	(8.725.401)		237.497.995

Descrição	31-12-2015				Aquisições	Depreciações	Imparidade (Nota 25)	Abates, alienações e outros	31-12-2016			
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade						Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Valor Líquido
Imóveis:												
De serviço próprio	294.879.149	(81.977.407)	(1.127.494)	267.722	(5.655.130)	(6.202.882)	358.642	295.185.937	(87.312.962)	(7.330.376)		200.542.599
Obras em imóveis arrendados	16.784.943	(9.414.400)	-	321.492	(812.973)	-	340.406	17.439.408	(10.219.940)	-		7.219.468
Outros imóveis	2.990.330	(966.718)	-	50.000	(74.441)	-	(220.405)	2.718.284	(939.517)	-		1.778.767
	314.654.422	(92.358.525)	(1.127.494)	639.214	(6.542.544)	(6.202.882)	478.643	315.343.629	(98.472.419)	(7.330.376)		209.540.834
Equipamento	219.280.140	(192.727.432)	-	7.685.032	(9.131.266)	-	(888.685)	216.472.651	(192.254.863)	-		24.217.788
Património artístico	1.023.578	-	-	52.686	-	-	-	1.076.264	-	-		1.076.264
Equipamento em locação financeira:												
Equipamento	1.021.538	(732.116)	-	106.454	(40.732)	-	-	1.127.992	(772.848)	-		355.144
Outros activos em locação financeira	-	(62.974)	-	-	(34.526)	-	(1)	-	(97.501)	-		(97.501)
	1.021.538	(795.090)	-	106.454	(75.258)	-	(1)	1.127.992	(870.349)	-		257.643
Outros activos tangíveis:												
Activos tangíveis em curso	6.154.151	-	-	3.638.005	-	-	(1.093.753)	8.698.403	-	-		8.698.403
Outros	1.035.347	(881.184)	-	172	(66.599)	-	6.886	1.017.244	(922.623)	-		94.621
	7.189.498	(881.184)	-	3.638.177	(66.599)	-	(1.086.867)	9.715.647	(922.623)	-		8.793.024
	543.169.176	(286.762.231)	(1.127.494)	12.121.563	(15.815.667)	(6.202.882)	(1.496.910)	543.736.183	(292.520.254)	(7.330.376)		243.885.553

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2016			31-12-2017		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Depreciações	Abates, alienações e outros	Valor Bruto
Sistema de tratamento automático de dados (software)	244.132.090	(191.897.779)	1.764.879	(11.747.368)	9.140.134	219.338.031
Outros activos intangíveis	4.461.727	(4.297.345)	-	(4.409)	(10)	4.461.717
Activos intangíveis em curso	11.007.107	-	12.405.735	-	(12.495.697)	10.917.145
	<u>259.600.924</u>	<u>(196.195.124)</u>	<u>14.170.614</u>	<u>(11.751.777)</u>	<u>(3.355.573)</u>	<u>234.716.893</u>

Descrição	31-12-2015			31-12-2016		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Depreciações	Abates, alienações e outros	Valor Bruto
Sistema de tratamento automático de dados (software)	235.916.758	(180.224.814)	3.355.532	(11.746.378)	4.933.213	244.132.090
Outros activos intangíveis	4.461.727	(4.292.003)	-	(5.342)	-	4.461.727
Activos intangíveis em curso	5.350.651	-	10.869.400	-	(5.212.944)	11.007.107
	<u>245.729.136</u>	<u>(184.516.817)</u>	<u>14.224.932</u>	<u>(11.751.720)</u>	<u>(279.731)</u>	<u>259.600.924</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 56.443.018 euros e 53.255.073 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente no CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2017 ascendeu a 3.187.945 Euros (2016: 3.465.093 Euros).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno no CA Serviços. Durante os exercícios de 2017 e 2016, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos intangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 42).

19. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
FCR Agrocapital 1	-	1.849.054
Rede Nacional de Assistência, SA	992.950	695.684
	<u>992.950</u>	<u>2.544.738</u>

No exercício de 2017 o FCR Agrocapital 1 foi dissolvido e liquidado.

Em 31 de Dezembro de 2017, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se do seguinte modo:

	31-dez-17	31-dez-16
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	136.806.686	144.284.982
Por prejuízos fiscais reportáveis	4.715.590	17.680.776
	<u>141.522.276</u>	<u>161.965.757</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(18.068.687)	(6.612.225)
	<u>(18.068.687)</u>	<u>(6.612.225)</u>
	<u>123.453.589</u>	<u>155.353.532</u>
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	5.648.259	13.224.273
	<u>5.648.259</u>	<u>13.224.273</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(27.687.297)	(6.441.971)
	<u>(27.687.297)</u>	<u>(6.441.971)</u>
	<u>(22.039.038)</u>	<u>6.782.302</u>

Os impostos correntes foram calculados com base nas taxas em vigor previstas na legislação fiscal, mais concretamente (i) a taxa geral de IRC (21%), (ii) as taxas de derrama municipal (até 1,5%) e (iii) as taxas de derrama estadual, que variam em função do lucro tributável apurado (entre 3% e 7%).

Quanto aos impostos diferidos, os mesmos foram calculados utilizando as taxas que se espera que sejam aplicáveis na sua realização, tendo por base as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço. Adicionalmente, foi apurada em 2017 uma taxa média de 25% (similar à taxa média apurada em 2016) para efeitos dos ajustamentos de consolidação a realizar relativamente aos activos e passivos por impostos diferidos.

Detalha-se de seguida, por natureza de diferença temporária, o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016:

Descritivo	31-dez-16	Variação em resultados		Variação em reservas		Transf.	31-dez-17
	Saldo inicial	Corrente	Ajustamento consolidação	Corrente	Ajustamento consolidação		Saldo final
. Activos tangíveis e imparidade	612.076	445.825	-	-	-	-	1.057.901
. Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
. Provisões e imparidades não dedutíveis:							
- Imparidade em créditos clientes, devedores e outras aplicações e garantias e compromissos assumidos	110.805.972	1.611.421	-	-	-	-	112.417.393
- Imparidade em activos não correntes detidos para venda e outros activos	4.259.500	2.512.481	(1.229.920)	-	-	-	5.542.061
- Imparidade em títulos	7.757.640	-	-	-	-	-	7.757.640
- Imparidade em participações financeiras	15.891	(9.546)	-	-	-	-	6.345
- Provisão para riscos gerais bancários	-	865.261	-	-	-	-	865.261
- Provisões para outros riscos e encargos	705.301	642.198	-	-	-	-	1.347.499
. Pensões							
- Reformas antecipadas	536.414	385.618	-	-	-	-	922.032
- Fundo de pensões	20.069	180.611	-	-	-	-	200.680
- Prémio de antiguidade	4.461.815	(584.170)	-	-	-	-	3.877.645
- Encargos com saúde	76.866	11.841	-	-	-	-	88.707
. Valorização de títulos ao justo valor por resultados	-	(3.459)	-	-	-	-	(3.459)
. Valorização de títulos ao justo valor por reservas	9.364.309	(5.554.640)	-	(11.919.432)	(3.032.533)	(2.954.456)	(14.096.752)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(390.408)	(113.703)	-	(3.306)	-	-	(507.417)
. Reavaliação imóveis - DL nº 66/2016	-	229.749	-	-	-	-	229.749
. Benefícios fiscais	-	81.220	-	-	-	-	81.220
. Prejuízos fiscais reportáveis	17.680.776	(12.819.691)	-	-	(145.495)	-	4.715.590
. Valias fiscais	(2.174.274)	2.174.274	-	-	-	-	-
. Imposto consolidado - eliminação vendas intragrupo	3.354.391	-	(4.447.783)	-	44.886	-	(1.048.506)
. Outros	(1.732.805)	(639.639)	(234.396)	-	(347.616)	2.954.456	(0)
Total	155.353.533	(10.584.349)	(5.912.099)	(11.922.739)	(3.480.758)	-	123.453.589

Descritivo	31-dez-15	Variação em resultados	Variação em reservas	Transferências	31-dez-16
	Saldo inicial				Saldo final
. Activos tangíveis e imparidade	53.358	558.718	-	-	612.076
. Activos intangíveis	20	(20)	-	-	-
. Provisões e imparidades não dedutíveis:					
- Imparidade em créditos clientes, devedores e outras aplicações e garantias e compromissos assumidos	141.087.131	(30.281.159)	-	-	110.805.972
- Imparidade em activos não correntes detidos para venda e outros activos	2.267.421	1.992.079	-	-	4.259.500
- Imparidade em títulos	7.757.640	-	-	-	7.757.640
- Imparidade em participações financeiras	8.010	7.881	-	-	15.891
- Provisão para riscos gerais bancários	-	-	-	-	-
- Provisões para outros riscos e encargos	622.543	82.758	-	-	705.301
. Pensões					
- Reformas antecipadas	636.463	(100.049)	-	-	536.414
- Fundo de pensões	(4.668)	24.737	-	-	20.069
- Prémio de antiguidade	4.026.782	435.033	-	-	4.461.815
- Encargos com saúde	103.505	(26.639)	-	-	76.866
. Valorização de títulos ao justo valor por resultados	-	-	-	-	-
. Valorização de títulos ao justo valor por reservas	7.055.251	4.827.028	5.239.670	(7.757.640)	9.364.309
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(412.132)	21.724	-	-	(390.408)
. Reavaliação imóveis - DL nº 66/2016	-	-	-	-	-
. Benefícios fiscais	-	-	-	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	7.427.422	10.253.354	-	-	17.680.776
. Valias fiscais	(188.613)	(1.985.661)	-	-	(2.174.274)
. Imposto consolidado - eliminação vendas intragrupo	3.354.391	-	-	-	3.354.391
. Outros	(11.535.789)	2.045.344	-	7.757.640	(1.732.805)
Total	162.258.735	(12.144.872)	5.239.670	-	155.353.532

Conforme se pode verificar nos quadros acima, o montante mais significativo de activo por impostos diferidos respeita à imparidade do crédito, situação que resulta da não dedução fiscal de uma parte considerável das imparidades registadas contabilisticamente. O regime fiscal aplicável às imparidades do crédito em 2017 foi estabelecido pelo Decreto-Regulamentar nº 11/2017, de 28 de Dezembro, o qual prevê a não dedutibilidade fiscal das imparidades que, a 31 de Dezembro de 2017, se encontravam acima dos limites mínimos do já revogado Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

Outra componente relevante do activo por impostos diferidos respeita aos prejuízos fiscais apurados individualmente pelas diversas entidades do GCA, na medida em que tais prejuízos fiscais ainda se encontrem dentro do período de reporte previsto na lei fiscal e a sua recuperabilidade se encontre suportada. Estes prejuízos fiscais detalham-se do seguinte modo:

Ano	Prazo Reporte	Último ano	Prejuízos fiscais	IDA
2013	5	2018	4.844.039,76	1.017.248,35
2014	12	2026	7.352.649,39	1.544.056,37
2015	12	2027	7.628.244,95	1.601.931,44
2016	12	2028	1.926.109,28	404.482,95
2017	5	2022	704.147,19	147.870,91
			22.455.190,57	4.715.590,02

Quanto aos passivos por impostos diferidos, assume especial relevância o justo valor dos títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, o qual é registado em capitais próprios, ficando a respectiva tributação/dedução fiscal pendente até à realização do ganho/perda.

No quadro abaixo detalham-se os montantes (gastos e/ou ganhos) associados a impostos sobre o rendimento registados em resultados a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, bem como a respectiva carga fiscal em cada um dos períodos, a qual é medida pela relação entre o gasto líquido com impostos sobre o rendimento e o resultado antes de impostos.

	31-dez-17	31-dez-16
Impostos correntes		
Impostos sobre os lucros do exercício	46.093.894	21.952.103
Correcções de impostos de exercícios anteriores	132.188	2.322.826
	46.226.082	24.274.928
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	3.675.646	22.315.951
Prejuízos fiscais reportáveis	12.820.802	(10.171.080)
	16.496.448	12.144.872
Total de impostos reconhecidos em resultados	62.722.530	36.419.800
Resultado antes de impostos	214.926.431	94.861.338
Carga fiscal	29,18%	38,39%

Adicionalmente, foi registado directamente em capitais próprios o montante de 760.401 Euros relativo a imposto corrente associado à reversão de perdas por imparidade em títulos, na medida em que tal reversão foi igualmente contabilizada em capitais próprios.

Tal como mostra o quadro acima, o GCA apresenta uma taxa efectiva de imposto de 29,18% em 2017, a qual se encontra fortemente influenciada pela derrama estadual apurada no exercício em diversas entidades do grupo.

Apresenta-se no quadro abaixo a reconciliação da taxa efectiva de imposto a 31 de Dezembro de 2017, bem como a 31 de Dezembro de 2016, para efeitos comparativos:

Descritivo	31-dez-17		31-dez-16	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		214.926.431		94.861.338
IRC - taxa geral (21%)	21%	45.134.551	21%	19.920.881
Gastos relativos a exercícios anteriores	0,1%	288.773	0,1%	97.733
Imparidades/provisões não dedutíveis	1,4%	3.052.875	(2,1%)	(1.986.929)
Contribuição sobre o sector bancário	0,5%	1.083.188	0,8%	739.542
Outros encargos não dedutíveis (líquido)	0,1%	129.005	(0,0%)	(686)
Eliminação da dupla tributação económica	(0,1%)	(220.811)	0,0%	-
Benefícios fiscais	(0,2%)	(481.367)	(0,2%)	(185.877)
Dedução de prejuízos fiscais	(5,8%)	(12.491.954)	0,0%	-
Derramas municipal e estadual	3,7%	7.929.736	2,1%	2.009.989
Tributações autónomas	0,8%	1.669.899	1,4%	1.357.450
Impacto do imposto corrente em resultados	21,45%	46.093.894	23,14%	21.952.103
Impacto do imposto diferido em resultados *	7,68%	16.496.448	12,80%	12.144.872
Custo com imposto do exercício	29,12%	62.590.342	35,94%	34.096.974
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0,06%	132.188	2,45%	2.322.826
Total de custo com imposto	29,18%	62.722.530	38,39%	36.419.800

* Ver o detalhe deste montante no quadro relativo ao movimento dos impostos diferidos no exercícios de 2017

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das entidades do GCA podem ser revistas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), regra geral, durante um período de 4 anos, excepto quando seja efectuada qualquer dedução ou crédito de imposto (ex. dedução de prejuízos fiscais), sendo nesse caso o prazo de caducidade o do exercício desse direito. Deste modo, as declarações fiscais das entidades do GCA relativas aos exercícios de 2014 a 2017 poderão ainda ser revistas pela AT, estando assim sujeitas a eventuais correcções à matéria colectável.

21. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Ramo vida:		
Provisão matemática	1.124.623.413	1.353.105.471
Provisão para sinistros	12.629.142	8.532.787
Outras provisões técnicas:		
Provisões para participação nos resultados	40.428.644	50.661.724
Provisão para compromisso de taxa	51.512.925	39.670.331
	<u>1.229.194.124</u>	<u>1.451.970.313</u>
Provisões ramo não vida:		
Provisões para prémios não adquiridos	17.566.646	18.642.009
Provisões para sinistros	94.668.375	98.581.714
Outras provisões técnicas:		
Provisões para riscos em curso	2.970.885	2.891.886
Provisões para desvios de sinistralidade	1.708.570	1.388.688
	<u>116.914.476</u>	<u>121.504.297</u>
	<u>1.346.108.600</u>	<u>1.573.474.610</u>

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante o exercício de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Saldo em	Reforços líquidos		Saldo em	Reforços líquidos		Saldo em
31-12-2015	de reposições	Utilizações /	31-12-2016	de reposições	Utilizações /	31-12-2017
	e anulações	regulariz.		e anulações	regulariz.	
	(Nota 44)			(Nota 44)		
<u>1.611.507.324</u>	<u>(42.673.462)</u>	<u>4.640.748</u>	<u>1.573.474.610</u>	<u>(215.829.628)</u>	<u>(11.536.382)</u>	<u>1.346.108.600</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Protecção Poupança Investimento	32.706.235	35.703.621
Protecção Poupança Reforma	91.616.324	93.517.230
Protecção Poupança Educação	16.714.505	16.517.137
CA PPR+6	3.897.133	4.192.292
CA Poupança Activa	263.891.373	294.292.679
Protecção Super-Crédito	0	5
CA PPR	175.488.440	183.620.997
CA Protecção Livre	405.941	376.188
CA Vida Plena	48.609	50.109
CA Super 4,25	85.535.232	84.156.746
CA Futuro Garantido PPR	0	7.088.355
CA Mulher	20.409	19.674
CA Super 5	0	41.847.380
CA Super 5 - 3,8%	0	8.097.635
CA Super 5 PPR	0	34.109.683
CA Super 5 - PPR (3,8%)	0	7.377.094
CA Sempre +	0	14.859.118
CA Sempre + PPR	0	12.299.532
CA Garantia Máxima	0	29.674.539
CA Garantia Máxima - PPR	0	22.843.480
CA Pessoa-Chave	8.040	8.262
CA Pessoa-Chave Crédito	56.785	40.925
CA Garantia 5 (1ª série)	19.584.961	19.331.734
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	30.415.855	29.970.894
CA Garantia 5 - 2 série	52.346.730	51.911.617
CA Garantia 5 PPR - 2 série	64.737.889	63.689.135
CA Universitário (Poupança)	19.797.296	19.707.838
CA Premium	797	731
CA PPR Capital	101.108.090	102.597.766
CA Poupança Activa Capital	149.740.494	156.804.768
CA Universitário [Capital]	16.036.127	17.941.779
Protecção Super Crédito	49.680	61.185
CA Protecção Hospitalar	6.783	2.013
CA Corporate	58.571	238.232
CA Express Vida	351.111	155.097
	1.124.623.413	1.353.105.471

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	113.602	127.962
Ouro e outros metais preciosos	626.040	610.830
Aplicações conta-caução	2.653.220	2.586.815
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	3.864.574	2.119.792
IMT - reembolsos pedidos	647.843	1.497.092
Outros valores a receber	768.605	530.750
Devedores por capital não realizado	1.489	1.489
Despesas de crédito em contencioso	4.795.479	4.997.554
Suprimentos	-	995.604
Bonificações a receber	913.226	749.822
Outros activos por recuperação de crédito	8.516.881	9.027.604
Devedores diversos - adiantamentos	2.334.796	2.651.417
Cientes de locação financeira	1.052.053	1.227.853
Outros devedores diversos	54.760.459	56.172.318
	<u>81.048.268</u>	<u>83.296.903</u>
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	194.700	266.070
Por serviços bancários prestados	2.067.380	1.828.415
Outros rendimentos a receber	422.940	510.305
	<u>2.685.021</u>	<u>2.604.790</u>
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Rendas e alugueres	477.670	433.833
Seguros	1.299.521	1.088.322
Outras despesas a diferir	6.423.178	5.147.202
	<u>8.200.369</u>	<u>6.669.358</u>
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</u>		
Responsabilidades totais	(81.903.272)	-
Valor patrimonial do fundo de pensões	82.500.000	-
	<u>596.728</u>	<u>-</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	46.270.737	47.919.827
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	75.315.540	3.390.070
Operações cambiais a liquidar	-	699.985
Posição cambial	-	11.974
Acordos protocolares	1.707.223	1.306.320
Sistemas informáticos	1.343.630	423.414
Economato	974.299	1.131.842
Compensação de valores	2.394	8.677
Outras operações a regularizar	12.578.091	6.573.332
	<u>138.191.915</u>	<u>61.465.440</u>
	<u>230.722.302</u>	<u>154.036.492</u>
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Imóveis - p/ recuperação crédito	(1.633.839)	(1.277.156)
Outros devedores diversos	(32.341.721)	(25.887.358)
	<u>196.746.742</u>	<u>126.871.978</u>

A rubrica “Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)” corresponde ao montante imobilizado nas caixas ATM, a aguardar regularização por parte da SIBS.

Os saldos da rubrica “Outros devedores diversos” são explicados pelo registo de valores em aberto para com devedores por serviços prestados pelas entidades do Grupo a terceiros, ainda não regularizados, os quais em 31 de Dezembro de 2017 ascendem a 47.943.150 euros (2016: 45.972.345 euros). Esta rubrica inclui os montantes de 896.757 Euros e 2.793.932 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2017, encontra-se registado um saldo relevante na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” (75.315.540 Euros), que aumentou em 71.925.470 Euros face ao final do ano anterior. Este aumento deveu-se essencialmente a operações fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por conta e em nome de clientes na Caixa Central, encontrando-se compensados pelos saldos credores constantes no passivo em “Outros passivos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” (ver nota 28). O acréscimo resultou do aumento da actividade corrente no final de 2017 de operações e posições, não encerradas antes do final do exercício, aumentando as situações pendentes de regularização. Os saldos desta rubrica são regularizados num curto de espaço de dias, pelo que a 3 de Janeiro de 2018 se encontram maioritariamente regularizados.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Recursos de bancos centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	1.693.366.252	1.323.139.865
Juros a pagar	14.441	20.245
	<u>1.693.380.693</u>	<u>1.323.160.110</u>
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	188.306.218	204.154.007
Outros recursos	-	-
	<u>188.306.218</u>	<u>204.154.007</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Depósitos	3.306.107	1.160.243
Empréstimos	50.000.000	50.000.000
	<u>53.306.107</u>	<u>51.160.243</u>
Juros a pagar	92.663	428.943
	<u>241.704.988</u>	<u>255.743.193</u>
Total de Recursos de bancos centrais e de Recursos de outras instituições de crédito	<u>1.935.085.681</u>	<u>1.578.903.303</u>

Em Dezembro de 2017 e 2016, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	31-dez-17	31-dez-16
Até três meses	123.746.515	1.061.642.085
Entre três meses e um ano	142.872.062	131.612.030
Entre um ano e três anos	385.200.000	-
Entre três e cinco anos	<u>1.283.160.000</u>	<u>385.200.000</u>
	<u>1.934.978.577</u>	<u>1.578.454.115</u>
Juros a pagar	<u>107.104</u>	<u>449.188</u>
Total de Recursos de Bancos Centrais e de Recursos de Outras Instituições de Crédito	<u>1.935.085.681</u>	<u>1.578.903.303</u>

No quadro abaixo detalhamos os empréstimos concedidos pelo Banco de Portugal que se encontram incluídos nesta rubrica:

Entidade	Montante	Data de início	Data de reembolso	Taxa
Banco de Portugal	385.200.000	29-06-2016	24-06-2020	0%
Banco de Portugal	1.283.160.000	29-03-2017	24-03-2021	0%
Banco de Portugal *	25.006.252	21-12-2017	11-01-2018	1,89%
Total	1.693.366.252			

* Empréstimo concedido em USD 30.000.000

O empréstimo concedido pelo Banco de Portugal com data reembolso de Janeiro de 2018 foi entretanto liquidado.

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2017 são:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Final
SPGB 04/30/2020	ES00000122D7	20.000	22.257.578,71
SPGB 0.05 01/31/21	ES00000128X2	25.000	24.698.436,48
BTPS 9 11/01/23	IT0000366655	5.000.000.000	65.603.402,24
BTPS 3.75 03/2021	IT0004634132	55.000	56.000.127,88
BTPS 5.5 11/22	IT0004848831	65.000	72.893.861,95
BTPS 2.15 12/21	IT0005028003	75.000	72.898.743,78
BTPS 045 06/01/21	IT0005175598	400.000	367.011.400,03
CCTS 0 07/15/23	IT0005185456	350.000	333.589.059,79
CCTS 0 02/15/24	IT0005218968	15.000	14.276.666,74
BTPS 0.35 06/15/20	IT0005250946	25.000	23.454.769,91
CCTS 0 10/15/24	IT0005252520	140.000	135.265.097,90
BOTS 0 09/14/18	IT0005281933	70.000	65.973.383,00
OT JUN 20	PTOTECOE0029	2.000.000.000	21.262.159,41
OT JUL 26	PTOTETOE0012	10.000.000.000	97.780.243,37
OT ABR 27	PTOTEUOE0019	10.000.000.000	108.562.040,66
OT ABR 21	PTOTEYOE0007	28.585.000.000	299.436.927,01
OT ABR 22	PTOTVJOE0005	8.324	8.061.270,98
OT AGO 22	PTOTVKOE0002	1.541	1.485.918,84
BT 19/01/18	PTPBTBGE0030	170.000.000	159.839.950,00
BT 18/05/18	PTPBTSGE0034	380.000.000	357.583.632,80
BT 16/03/18	PTPBTZGE0024	174.000.000	163.674.164,88
			2.471.608.836,36

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Depósitos		
À ordem	4.683.578.465	4.007.880.446
A prazo	5.121.318.173	5.230.505.684
De poupança	2.762.758.168	2.460.719.031
Outros recursos de clientes	143.708	168.064
Cheques e ordens a pagar	11.366.646	16.023.803
Outros	46.066	46.066
	<u>12.579.211.226</u>	<u>11.715.343.094</u>
Juros a pagar	6.473.394	10.976.998
	<u>12.585.684.620</u>	<u>11.726.320.092</u>

Em Dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	31-dez-17	31-dez-16
Até três meses	7.653.201.228	7.141.851.556
Entre três meses e um ano	4.655.738.467	4.363.985.458
Entre um ano e três anos	205.179.130	165.226.552
Entre três e cinco anos	11.619.486	11.586.965
Mais de cinco anos	53.472.915	32.692.563
	<u>12.579.211.226</u>	<u>11.715.343.094</u>
Juros a pagar	6.473.394	10.976.998
	<u>12.585.684.620</u>	<u>11.726.320.092</u>

25. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante o exercício de 2017 e o exercício de 2016 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2016	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldos em 31-12-2017
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13)	<u>710.417.574</u>	<u>2.454.418</u>	<u>(39.776.732)</u>	<u>(21.010.533)</u>	-	<u>652.084.727</u>
	<u>710.417.574</u>	<u>2.454.418</u>	<u>(39.776.732)</u>	<u>(21.010.533)</u>	-	<u>652.084.727</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	<u>11.992.870</u>	<u>(5.646.261)</u>	-	<u>21.010.533</u>	-	<u>27.357.142</u>
	<u>11.992.870</u>	<u>(5.646.261)</u>	-	<u>21.010.533</u>	-	<u>27.357.142</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	2.611.396	1.468.651	(641.723)	-	-	3.438.324
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 15)	124.188.404	8.346.987	(16.182.342)	-	-	116.353.049
Outros activos (Nota 22)	27.164.514	72.225	-	-	6.738.821	33.975.560
Activos tangíveis (Nota 17)	7.330.377	1.395.025	-	-	-	8.725.401
Activos intangíveis (Nota 18)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>158.717.153</u>	<u>9.814.237</u>	<u>(16.182.342)</u>	<u>-</u>	<u>6.738.821</u>	<u>159.087.868</u>
	<u>883.738.993</u>	<u>8.091.045</u>	<u>(56.600.797)</u>	<u>-</u>	<u>6.738.821</u>	<u>841.968.062</u>

	Saldos em 31-12-2015	2016				Saldos em 31-12-2016
		Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Imparidade para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	243.728.243	(19.057.068)	(277.952)	28.268.984	(6.093.450)	246.568.758
Crédito e juros vencidos	574.529.843	11.023.768	(121.406.633)	(248.970)	(49.192)	463.848.816
	<u>818.258.086</u>	<u>(8.033.300)</u>	<u>(121.684.584)</u>	<u>28.020.014</u>	<u>(6.142.642)</u>	<u>710.417.574</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	11.326.053	1.818.880	(697.369)	(345.262)	(109.431)	11.992.870
	<u>11.326.053</u>	<u>1.818.880</u>	<u>(697.369)</u>	<u>(345.262)</u>	<u>(109.431)</u>	<u>11.992.870</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	6.648.724	961.600	(132.186)	(3.042)	(4.863.700)	2.611.396
Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes det. p/ venda (Nota 15)	144.027.039	26.337.328	(10.373.658)	(27.893.769)	(7.908.536)	124.188.404
Outros activos (Nota 22)	23.527.157	3.737.890	(411.945)	222.059	89.353	27.164.514
Activos tangíveis (Nota 17)	1.127.495	6.176.579	-	-	26.304	7.330.377
Activos intangíveis (Nota 18)	33.858	-	-	-	-	33.858
	<u>168.715.549</u>	<u>36.251.796</u>	<u>(10.785.602)</u>	<u>(27.671.710)</u>	<u>(7.792.880)</u>	<u>158.717.153</u>
	<u>1.004.948.412</u>	<u>30.998.976</u>	<u>(133.299.742)</u>	<u>-</u>	<u>(18.908.653)</u>	<u>883.738.993</u>

Conforme resulta do quadro acima, verificou-se em 2017 uma diminuição das imparidades para crédito a clientes, que resultou essencialmente de abates e da evolução do risco associado à carteira de crédito, cuja avaliação foi realizada por aplicação dos critérios do modelo de imparidade do GCA.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

26. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	472.445	522.325
CCAM Pernes, CRL	344.420	336.910
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	209.775	249.535
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	161.960	162.040
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	88.830	88.830
CCAM do Guadiana Interior, CRL	67.800	77.800
CCAM Médio Ave, CRL	30.815	55.305
CCAM do Baixo Vouga, CRL	13.175	13.175
CCAM Costa Azul, CRL	4.725	4.775
CCAM Beja e Mértola, CRL	-	3.000
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	500	500
CCAM Terra Quente, CRL	500	-
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	-	475
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	-	360
	<u>1.394.945</u>	<u>1.515.030</u>

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 30).

As reduções de títulos representativos de capital respeitam a reembolsos efectuados aos associados.

27. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	84.956.724	84.956.724
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	21.436.800	31.059.800
	<u>106.393.524</u>	<u>116.016.524</u>
 Juros a pagar	 388.122	 516.976
	<u><u>106.781.646</u></u>	<u><u>116.533.500</u></u>

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Menos de três meses	0	2.700.000
Entre três meses e um ano	10.671.000	6.555.500
Entre um ano e três anos	13.765.800	18.080.300
Entre três e cinco anos	62.956.724	17.224.000
Mais de cinco anos	19.000.000	71.456.724
 Juros a pagar	 388.122	 516.976
	<u><u>106.781.646</u></u>	<u><u>116.533.500</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2017, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 84.956.724 Euros (84.956.724 Euros em 31 de Dezembro de 2016).

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo detalhado por entidade é:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31-dez-2017	Data de vencimento	2017			
						Saldo 31-dez-2016	Reembolsos	Emissões	Saldo 31-dez-2017
Empréstimo do FGCAM	C3030 - Coimbra	Euro	05-jun	0,5000%	05-06-2022	13.000.000	-	-	13.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-jan	0,5000%	31-01-2023	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	-	0,5000%	23-06-2020	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Aguieira	Euro	-	0,5000%	23-06-2024	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-mai	0,7500%	30-06-2020	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	19-mar	0,6000%	31-12-2022	20.956.724	-	-	20.956.724
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Nov	Euro	29-abr	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2021	1.500.000	-	-	1.500.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	29-abr	0,5000%	15-12-2022	6.500.000	-	-	6.500.000
						84.956.724	-	-	84.956.724

O saldo dos Títulos Investimento emitidos é de:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31-dez-2017	Data de vencimento	2017			
								Saldo 31-dez-2016	Reembolsos	Saldo 31-dez-2017	Saldo 31.12.2017
Tit. Investimento/2011	C1420 - Noroeste	9.186	Euro	500	02-abr	3,8110%	02-04-2017	4.593.000	(4.593.000)	-	-
Tit. Investimento/2012	C1420 - Noroeste	2.142	Euro	500	2-abr	3,2280%	02-04-2018	1.071.000	-	-	1.071.000
Tit. Investimento/2015	C2090 - Beira Douro	1.513	Euro	500	16-dez	1,2500%	16-12-2020	756.500	-	-	756.500
Tit. Investimento/2011 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.400	Euro	500	02-jan	5,5000%	02-01-2017	1.200.000	(1.200.000)	-	-
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.347	Euro	500	29-jun	3,9580%	02-07-2017	1.173.500	(1.173.500)	-	-
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-mar	3,8125%	30-03-2017	1.500.000	(1.500.000)	-	-
Tit. Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2190 - Terra Quente	1.578	Euro	500	01-ago	3,8750%	01-08-2017	789.000	(789.000)	-	-
Tit. Investimento/2015	C2190 - Terra Quente	735	Euro	500	04-jan	1,7500%	04-01-2017	367.500	(367.500)	-	-
Tit. Investimento/2014	C6250 - Guadiana Interior	201.860	Euro	5	28-jul	2,4280%	28-07-2019	1.009.300	-	-	1.009.300
Tit. Investimento/2013	C6320 - Costa Azul	32.000	Euro	500	30-dez	4,0000%	30-12-2018	9.600.000	-	-	9.600.000
Tit. Investimento/2016	C6320 - Costa Azul	18.000	Euro	500	04-jul	1,2500%	04-07-2021	9.000.000	-	-	9.000.000
								31.059.800	(9.623.000)	-	21.436.800

28. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Credores e outros recursos</u>		
Recursos - conta cativa	2.706.965	2.889.202
Recursos - conta caução	10.704.699	11.207.655
Outros recursos	4.387.411	3.602.711
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	8.554.098	8.076.673
Contribuições para a Segurança Social	3.512.144	3.450.361
IVA a pagar	928.872	912.028
Outros impostos	2.381.282	2.460.870
Cobrança por conta de terceiros	221.494	215.177
Contribuições para outros sistemas de saúde	649.339	644.818
Passivos financeiros de contratos de seguros	210.737.962	232.492.158
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	146.649	170.499
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	14.077.365	11.476.736
Credores por valores a liquidar	153.328	282.321
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	0	875.113
Credores - cartões de crédito	537.948	401.609
Adiantamento por CPCV (imóveis)	3.072.934	4.068.528
Outros credores	21.300.384	30.578.904
	<u>284.072.876</u>	<u>313.805.363</u>
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</u>		
Responsabilidades totais	-	81.654.302
Valor patrimonial do fundo de pensões	-	(79.832.419)
	<u>-</u>	<u>1.821.883</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	22.968.815	22.613.082
Prémio de antiguidade	19.098.263	19.864.502
Outros	2.935.500	2.255.151
Por gastos gerais administrativos	105.462	124.714
Outros	4.490.491	5.331.195
	<u>49.598.531</u>	<u>50.188.644</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	770.710	493.288
Rendas	382.509	378.048
Outras	213.871	386.351
	<u>1.367.090</u>	<u>1.257.687</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	75.315.043	3.389.429
Câmara compensação multibanco - trânsito real time	5.067.822	12.843.837
Transferências electrónicas	7.323.117	3.808.630
Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)	3	3
Compensação de valores	6.201.511	5.684.317
Outras operações a regularizar	61.818.527	40.252.653
	<u>155.726.022</u>	<u>65.978.869</u>
	<u>490.764.518</u>	<u>433.052.446</u>

O Grupo reconhece em “Outros passivos” as unidades de participação de fundos de investimento que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo, por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de as reconhecer em interesses que não controlam.

Em 31 de Dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros” respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2017 foi a seguinte:

	Montante gerido em 31.12.2016	Montantes	Variações de ganhos e perdas (juro técnico)	Montante gerido em 31.12.2017
		Entradas	Saídas	
Valorizados ao custo amortizado	231.013.670	-	(32.532.573)	209.133.060
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.478.488	-	(117.674)	1.604.902
Total	232.492.158		(32.650.247)	210.737.962

O valor indicado na rubrica de “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, respeita na sua totalidade aos saldos credores de operações dentro e fora de Bolsa (compras e vendas) realizadas por e em nome de clientes, encontrando-se compensados pelos saldos devedores constantes no activo do balanço em “Outros activos” na rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar”. O acréscimo registado em 2017 decorre do aumento corrente no final de ano, verificado na Caixa Central, de operações e posições não encerradas antes do final do exercício, aumentando as situações pendentes de regularização (ver Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar” inclui as contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data-valor do início de Janeiro de 2018 e 2017, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	196.591.902	194.401.068
Créditos documentários abertos	1.399.294	2.149.088
Activos dados em garantia - títulos	2.544.248.344	2.089.987.057
Outros passivos eventuais	17.494	17.494
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	791.459.742	658.889.239
Compromissos revogáveis	303.453.966	243.042.825
Por subscrição de títulos	100.623.502	105.529.325
Responsabilidade potencial para com o Sistema de indemnização aos investidores	915.564	591.915
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	1.568.478.817	1.358.608.776
Valores administrados pela instituição	1.971.889.883	2.549.670.621
Valores recebidos para cobrança	39.006.606	40.994.893
Outras	7.947.973	13.990.472
	<u>7.526.033.087</u>	<u>7.257.872.772</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui o valor dos títulos incluídos na *pool* de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte (“repos”) contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

A totalidade do saldo da rubrica “Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos” corresponde a tomada firme de papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 49).

30. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 1.086.403.846 Euros em 31 de Dezembro de 2017.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 1.394.945 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 26).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de República (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realizasse no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições:
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2017, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 40.943.450 euros por incorporação de reservas e outro no montante de 14.208.930 euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	31-dez-17	31-dez-16
CCAM de Pombal, CRL	56.036.915	55.979.675
CCAM Batalha, CRL	46.862.330	45.160.305
CCAM Alto Douro, CRL	43.423.325	40.246.480
CCAM Costa Azul, CRL	34.424.460	33.939.125
CCAM Açores, CRL	32.684.895	31.703.155
CCAM da Serra da Estrela, CRL	31.855.410	29.520.415
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	30.146.640	29.474.730
CCAM do Noroeste, CRL	29.920.090	29.869.140
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	25.950.695	23.304.775
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	25.890.985	20.916.345
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	22.948.565	20.908.460
CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém, CRL *	22.183.305	20.357.345
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.612.965	21.537.020
CCAM de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL	21.052.285	19.346.910
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	19.241.535	19.003.565
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	19.130.205	17.860.035
CCAM do Baixo Mondego, CRL	19.072.065	18.097.865
CCAM Beira Douro, CRL	18.178.140	15.816.245
CCAM de São Teotónio, CRL	17.933.510	17.838.450
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	16.181.980	14.783.895
CCAM de Terras de Viriato, CRL	15.168.220	14.005.035
CCAM Alenquer, CRL	14.542.925	13.718.140
CCAM Coimbra, CRL	14.381.405	14.255.060
CCAM Lourinhã, CRL	13.805.105	12.073.075
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	12.886.630	12.583.225
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.722.925	12.528.730
CCAM Douro e Côa, CRL	12.716.815	11.873.490
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.252.640	12.176.690
CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, CRL	11.925.065	11.847.950
CCAM da Terra Quente, CRL	11.753.610	10.860.875
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.268.740	11.193.595
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.228.070	10.704.080
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	11.063.920	10.707.775
CCAM Costa Verde, CRL	11.026.440	10.968.940
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.706.530	10.669.690
CCAM Albufeira, CRL	10.693.910	10.270.060
CCAM Coruche, CRL	10.503.280	10.500.570
CCAM Cadaval, CRL	10.129.240	9.075.020
CCAM de Silves, CRL	10.125.360	9.862.335
CCAM Médio Ave, CRL	9.832.980	9.169.555
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.747.775	9.553.955
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	9.589.990	9.390.365
CCAM Estremoz, CRL	9.090.045	9.060.860
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	9.012.275	8.485.475
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	8.996.465	7.298.440
CCAM de Lafões, CRL	8.841.415	8.677.535

	31-dez-17	31-dez-16
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	8.816.935	7.657.980
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	8.696.880	8.542.210
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	8.157.880	7.560.555
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	8.130.245	7.121.165
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	8.095.265	8.071.695
CCAM Paredes, CRL	8.050.945	7.138.570
CCAM Oliveira de Azeméis e Estarreja, CRL	7.836.040	7.861.045
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	7.818.295	7.809.490
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	7.796.110	6.800.035
CCAM de Moravis, CRL	7.773.410	7.723.450
CCAM Alentejo Central, CRL	7.493.745	7.296.620
CCAM da Bairrada e Aguiçeira, CRL	7.256.030	7.122.775
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	7.121.565	6.810.030
CCAM Arouca, CRL	7.023.055	6.769.610
CCAM Beira Centro, CRL	6.987.515	6.622.290
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.965.025	6.148.025
CCAM Porto de Mós, CRL	6.962.975	6.840.375
CCAM Pernes, CRL	6.943.385	6.173.650
CCAM do Algarve, CRL	6.831.821	6.567.946
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.637.380	6.574.425
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	6.414.815	6.238.635
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	6.232.790	5.812.280
CCAM do Norte Alentejano, CRL	6.180.665	6.125.420
CCAM Sousel, CRL	6.159.905	6.114.960
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	6.001.260	5.150.760
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.865.815	5.734.290
CCAM Azambuja, CRL	5.805.610	5.792.230
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	5.696.655	5.548.835
CCAM Serras de Ansião, CRL	5.672.845	5.284.170
CCAM Alcanhões, CRL	5.615.035	5.442.335
CCAM Anadia, CRL	5.530.705	5.511.070
CCAM Borba, CRL	5.476.990	5.273.095
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	5.345.950	5.251.750
CCAM Vale de Cambra, CRL	5.142.085	5.099.695
CCAM Vagos, CRL	5.126.145	5.135.440
	1.086.403.846	1.033.901.361

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

31. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas de reavaliação e outras reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(39.710.631)	932.366
Reservas de reavaliação dos activos fixos	-	-
Outras Reservas de reavaliação – fundo de pensões (Nota 48)	(3.045.689)	(108.077)
Outros	(1.176.732)	(2.777.395)
Reservas de reavaliação (1)	43.933.052	(1.953.106)
<u>Outras reservas e resultados transitados:</u>		
Outras reservas	339.030.447	312.806.203
Resultados transitados	(173.787.296)	(160.452.406)
Outras reservas e resultados transitados (2)	165.243.151	152.353.797
Lucro do exercício (Nota 31)	152.144.641	58.324.971
Total (1) + (2) + (3)	361.320.844	208.725.662

O valor indicado em “Outras reservas” desagrega-se nas seguintes reservas estatutárias:

	31-dez-17	31-dez-16
Reserva legal	273.194.347	252.441.755
Reserva estatutária	1.266.992	848.140
Reserva especial	25.674.414	24.823.471
Reserva para formação e educação cooperativa	4.589.960	4.355.836
Reserva para mutualismo	4.058.233	3.860.696
Reservas por diferenças no reembolso de capital	1.043.174	1.043.174
Reservas p/remun.titulos de capital em exerc.seguintes	1.749.648	1.742.309
Reservas por direitos de capital dos associados	352.412	343.444
Outras reservas	27.101.267	23.347.378
	339.030.447	312.806.203

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

32. LUCRO CONSOLIDADO

No exercício de 2017, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	Dezembro 2017
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	89.383.280
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	55.228.370
	144.611.650
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	3.019.494
Resultado líquido do SICAM	147.631.144
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
<i>Crédito Agrícola Seguros e Pensões SGPS S.A.</i>	2.573.088
<i>Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.</i>	6.652.580
<i>Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.</i>	2.031.039
<i>Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.</i>	348.243
<i>Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.</i>	327.939
<i>Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.</i>	4.922
<i>Fenacam - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL</i>	187.913
<i>Crédito Agrícola Serviços - ACE (2)</i>	-
<i>CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda</i>	(392.481)
<i>Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.</i>	2.026.282
<i>FII ImoValor CA</i>	(875.798)
<i>Crédito Agrícola SGPS S.A.</i>	4.805.945
<i>CA Imóveis, Unipessoal Lda</i>	(2.279.300)
<i>FII CA Arrendamento Habitacional</i>	1.399.169
<i>FII CA Imobiliário</i>	(10.292.172)
	6.517.369
Anulação da imparidade nas UPs dos Fundos Inv Imobiliários registadas no exercício	10.203.153
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	311.815
	10.514.968
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
<i>Ajustamento de provisões sobre prestações suplementares da CA SGPS na CCCAM GI, CA Consult e CA Imóveis</i>	2.595.880
<i>Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA</i>	1.328.470
<i>Anulação de dividendos intra-grupo</i>	(11.578.861)
<i>Integração do resultado da entidade Alldomus (relações de domínio com entidade participada CCAM Alto Douro)</i>	1.046.198
<i>Ajustamento de imóveis de Fundos de Investimento imobiliários</i>	(959.927)
<i>Ajustamento de impostos na consolidação</i>	(5.120.693)
<i>Outros ajustamentos de consolidação</i>	110.833
	(12.578.100)
	152.085.381
Resultados atribuível a interesses não controlados	59.260
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	152.144.641

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

⁽²⁾ No final de cada exercício, o resultado do ACE é repartido na facturação às entidades do Grupo, de forma proporcional ao total facturado nesse mesmo exercício

33. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2017 e 2016, tem a seguinte distribuição por entidade:

	31-dez-17			31-dez-16		
	% detida	Balanço	Demonstração dos resultados	% detida	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	97,40%	1.176.099	(52.807)	97,40%	1.194.829	(101.488)
Agrocapital SCR	66,67%	339.796	(752)	66,67%	339.010	(10.186)
Crédito Agrícola Informática	99,45%	41.577	(1.804)	99,45%	39.765	(1.296)
Crédito Agrícola Vida	99,95%	55.008	(3.326)	99,96%	36.766	(1.694)
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	99,98%	26.164	(515)	99,98%	27.437	(1.899)
Fenacam	99,97%	1.545	(56)	99,98%	960	(4)
		<u>1.640.188</u>	<u>(59.260)</u>		<u>1.638.767</u>	<u>(116.567)</u>

O movimento nos interesses que não controlam durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresenta-se de seguida:

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2015	<u>1.704.701</u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	101.488
Agrocapital SCR	10.186
Crédito Agrícola Informática	1.296
Crédito Agrícola Vida	1.694
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	1.899
Fenacam	<u>4</u>
	116.567
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras:	(182.501)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2016	<u>1.638.767</u>
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	52.807
Agrocapital SCR	752
Crédito Agrícola Informática	1.804
Crédito Agrícola Vida	3.326
Crédito Agrícola Seguros e Pensões	515
Fenacam	<u>56</u>
	59.260
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras:	(57.839)
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2017	<u>1.640.188</u>

34. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Juros de disponibilidades em bancos centrais</u>		
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	14.218
	-	14.218
<u>Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito</u>		
Disponibilidades em instituições de crédito no país	2.331	2.137
Disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro	5.316	3.895
	7.647	6.032
<u>Juros de aplicações em instituições de crédito</u>		
Aplicações em instituições de crédito no país	154.357	336.472
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	0	0
	154.357	336.472
<u>Juros de crédito a clientes</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno		
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.078.375	1.325.614
Empréstimos	104.528.498	105.426.702
Créditos em conta corrente	13.752.129	15.262.117
Descobertos em depósitos à ordem	3.010.351	3.576.339
Operações de locação financeira		
Mobiliária	1.803.615	1.954.489
Imobiliária	1.414.795	1.322.157
Cartão de crédito	120.418	54.743
Papel comercial	7.416.281	7.641.254
Outros	18.209	21.296
Particulares		
Habitação	39.577.128	38.550.192
Consumo	28.932.366	27.375.227
Outras finalidades		
Empréstimos	39.368.103	45.578.350
Créditos em conta corrente	2.006.899	2.425.630
Descobertos em depósitos à ordem	1.507.752	1.769.220
Operações de locação financeira	456.545	409.544
Outros créditos	118.506	184.269
Crédito externo		
Empresas e administrações públicas		

Empréstimos	-	136
Descobertos em depósitos à ordem	311	391
Particulares		
Habitação	1.961.897	1.535.374
Outros créditos	-	-
Consumo		
Cartão de crédito	41.710	34.171
Outros créditos	467.522	319.351
Outras finalidades	-	-
Empréstimos	255.399	219.669
Descobertos em depósitos à ordem	5.579	7.183
	<u>247.842.389</u>	<u>254.993.418</u>
Juros de crédito vencido	11.990.981	14.245.359
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	3.916.783	4.045.635
Juros de activos financeiros detidos para negociação	3.985.498	5.968.898
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	82.408.111	127.083.438
Juros de investimentos detidos até à maturidade		
Títulos de dívida emitidos por residentes	58.075.123	28.285.049
Títulos de dívida emitidos por não residentes	48.120.591	25.451.281
	<u>106.195.713</u>	<u>53.736.330</u>
Outros juros e rendimentos similares	36.285.886	36.120.790
	<u>492.787.366</u>	<u>496.550.591</u>

35. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros de recursos de bancos centrais	41.365	359.806
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
No país	977.858	1.332.049
No estrangeiro	15.947	38.300
	993.805	1.370.350
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	17.936.885	34.089.923
Juros de passivos financeiros de negociação	91.600	73.673
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	-	(562.744)
Juros de passivos subordinados	1.119.294	1.690.066
Amortização do prémio das operações sobre obrigações no mercado de capitais	97.181.088	82.633.004
Outros juros e encargos similares	45.089.175	49.513.950
	162.453.213	169.168.029

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes	386.007	549.395
Emitidos por não residentes	720.488	654.744
	1.106.495	1.204.139
	1.106.495	1.204.139

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor respeitante a dividendos recebidos de títulos emitidos por residentes, respeita a instrumentos de capital.

O valor de dividendos de títulos emitidos por não residentes respeita essencialmente aos títulos do Grupo CIMD - Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, S.A., do Banco de Crédito Social Cooperativo S.A. e da Floresta Atlântica – Soc Gestora de Fundos Inv Imob, S.A., detidos pela Crédito Agrícola SGPS, no montante de 601.494 euros, 92.500 euros e 4.860 euros, respectivamente.

37. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avals	4.064.708	4.193.306
Créditos documentários abertos	<u>80.121</u>	<u>65.316</u>
	4.144.828	4.258.622
 <u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	7.333.634	6.586.610
Outros compromissos irrevogáveis	<u>56.584</u>	<u>1.631.895</u>
	7.390.218	8.218.505
 <u>Por serviços prestados</u>		
Depósito e guarda de valores	1.868.840	1.420.298
Cobrança de valores	658.721	624.141
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.480.512	1.726.489
Transferência de valores	2.532.771	2.296.137
Gestão de cartões	103.639	111.455
Anuidades	9.066.002	8.035.571
Montagem de operações	3.476.385	109.606
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	30.192.051	28.339.793
Outros serviços prestados		
Outras comissões interbancárias	487.537	429.852
Comissões de intermediação	-	-
Colocação e comercialização	5.267.623	4.895.888
Outros	<u>29.933.692</u>	<u>28.138.915</u>
	85.067.773	76.128.146
 <u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	96.052	80.058
Em operações fora de Bolsa	8.467	1.917
Outras operações realizadas por conta de terceiros	<u>-</u>	<u>-</u>
	104.519	81.975
 <u>Outras comissões recebidas</u>	34.299.932	34.162.287
	<u>131.007.270</u>	<u>122.849.535</u>

38. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Por garantias recebidas	2.610	4.712
<u>Por serviços bancários prestados por terceiros</u>		
Depósito e guarda de valores	1.444.588	1.416.076
Operações de crédito	-	-
Cobrança de valores	44.780	25.705
Administração de valores	56.248	42.886
Outros serviços bancários prestados por terceiros	9.300.743	8.680.910
	10.846.359	10.165.577
<u>Por operações realizadas por terceiros</u>	4.726.499	5.042.550
	4.726.499	5.042.550
<u>Outras comissões pagas</u>		
Cartões	-	-
Comissões de intermediação	-	-
Outras	2.474.246	2.493.306
	2.474.246	2.493.306
	18.049.713	17.706.146

39. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-dez-17		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos	322.946	(73.760)	249.186
Derivados de negociação	514.998	(752.422)	(237.424)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	4.989.759	(480.080)	4.509.679
Totais	5.827.704	(1.306.262)	4.521.442

Descrição	31-dez-16		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos	948	(40.184)	(39.237)
Derivados de negociação	5.458.325	(3.549.031)	1.909.294
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	18.236.616	(6.665.117)	11.571.498
Totais	23.695.889	(10.254.332)	13.441.556

40. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Títulos</u>		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	105.488.092	6.976.106
Instrumentos de capital	1.231.329	(2.518.624)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(412.842)	24.611.060
Instrumentos de capital	-	12.170.500
	106.306.580	41.239.042

Os ganhos em instrumentos de dívida emitidos por residentes respeitam, quase na sua totalidade, a mais-valias obtidas na alienação de Obrigações de Tesouro (OT) e Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado

Português (99.872.476 Euros), respeitando o resultado remanescente a mais-valias obtidas na venda de títulos de dívida emitidos por outras entidades residentes (5.615.616 Euros).

41. RESULTADOS DE REAValiaÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
Operações cambiais à vista	1.331.716	1.767.512
Operações cambiais a prazo	-	-
	<u>1.331.716</u>	<u>1.767.512</u>

Os resultados registados nesta rubrica respeitam à reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de operações cambiais à vista.

Sendo operações cambiais à vista, referem-se a operações, onde o seu vencimento se processa em prazo inferior ou igual a dois dias úteis.

42. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2017	31-dez-16
<u>Resultados em activos não financeiros</u>		
Activos não correntes detidos para venda (Nota 15)	875.908	(20.578.860)
Propriedades de investimento (Nota 16)	(1.073.509)	-
Outros activos tangíveis (Nota 17)	(2.392.012)	(567.297)
Resultados em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 19)	(64.395)	(108.904)
Outros activos	91.311	-
	<u>(2.562.697)</u>	<u>(21.255.061)</u>

43. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	5.951.862	5.966.791
Reembolso de despesas	1.753.596	2.394.114
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	10.636.765	12.164.671
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	11.071.302	15.010.594
Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.997.593	4.499.530
Ganhos relativos a anos anteriores	1.105.377	1.233.586
Resultados em fundos de investimentos integrados no perímetro de consolidação	-	46.843
Outros	36.539.407	12.754.324
	<u>72.055.902</u>	<u>54.070.453</u>
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(2.010.004)	(1.623.163)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(2.742.798)	(2.782.886)
Contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo	(142.199)	(115.888)
Outros impostos	(9.046.205)	(6.924.680)
Anulação de juros vencidos	(3.890.835)	(6.573.582)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(233.505)	(318.553)
Outros encargos e gastos operacionais relativos a exercícios anteriores	(609.849)	(596.245)
Outros encargos e gastos operacionais	(54.366.461)	(51.014.708)
	<u>(73.041.857)</u>	<u>(69.949.705)</u>
	<u>(985.955)</u>	<u>(15.879.252)</u>

A variação da rubrica “outros rendimentos de exploração – outros” é explicada essencialmente pelo aumento da venda de imóveis que ascendeu a 18.798.531 Euros (2016: 5.238.370 Euros).

O valor mais elevado registado em “outros encargos e gastos operacionais” respeita ao montante de perdas não realizadas em imóveis detidos pelos fundos de investimento imobiliários e gestão de património, que no final de 2017 ascende a 25.860.152 Euros (48.172.445 Euros em 2016).

44. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	54.644.384	166.822.692
Prémios de resseguro cedido	(7.048.768)	(6.653.447)
	<u>47.595.616</u>	<u>160.169.245</u>
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	107.456.957	95.890.022
Prémios de resseguro cedido	(22.116.406)	(19.336.328)
	<u>85.340.551</u>	<u>76.553.694</u>
	<u>132.936.167</u>	<u>236.722.939</u>
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	358.507.976	278.081.917
Parte dos resseguradores	(18.843.914)	(12.540.807)
	<u>339.664.062</u>	<u>265.541.110</u>
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 18)	215.829.628	42.673.462
	<u>9.101.733</u>	<u>13.855.291</u>

45. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Salários e vencimentos</u>		
Órgãos de Gestão e Fiscalização	20.712.312	18.394.408
Empregados	<u>139.178.638</u>	<u>137.357.356</u>
	<u>159.890.949</u>	<u>155.751.764</u>
<u>Encargos sociais obrigatórios</u>		
Fundos de Pensões (Nota 48)	1.782.687	4.174.413
Encargos relativos a remunerações		
Segurança Social	31.358.516	30.656.951
SAMS	6.578.170	6.499.243
Outros	104.586	75.189
Seguros de acidentes de trabalho	495.112	504.757
Outros encargos sociais obrigatórios	<u>496.944</u>	<u>561.372</u>
	<u>40.816.015</u>	<u>42.471.925</u>
Encargos sociais facultativos	128.648	115.939
<u>Outros custos com pessoal</u>		
Indemnizações contratuais	750.715	749.771
Outros	<u>1.741.756</u>	<u>2.001.513</u>
	<u>2.492.471</u>	<u>2.751.284</u>
	<u>203.328.084</u>	<u>201.090.912</u>

O número médio de colaboradores do Grupo Crédito Agrícola em 2017 e 2016 apresenta a seguinte composição:

Cargo	2017	2016
Direcção	128	138
Chefias e gerência	836	840
Quadros técnicos	782	753
Comerciais	1.610	1.628
Administrativos	563	567
Outros	165	182
Totais	4.084	4.108

46. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Com fornecimentos</u>		
Água energia e combustíveis	6.437.097	6.520.360
Material de consumo corrente	935.861	943.511
Material de higiene e limpeza	212.976	220.219
Publicações	112.983	129.371
Material para assistência e reparação	29.339	31.056
Outros fornecimentos de terceiros	1.351.228	1.401.862
	<u>9.079.484</u>	<u>9.246.379</u>
<u>Com serviços</u>		
Rendas e alugueres	7.011.191	7.010.999
Conservação e reparação	7.302.676	7.251.852
Comunicações	7.509.765	11.694.197
Publicidade e edição de publicações	6.661.148	7.217.454
Deslocações, estadas e representação	5.002.242	5.135.049
Seguros	877.867	860.786
Formação de pessoal	875.129	1.073.643
Transportes	2.522.317	2.430.277
Serviços especializados:		
Informática	15.977.345	15.300.855
Avenças e honorários	6.842.666	8.116.472
Segurança, vigilância e limpeza	3.763.035	3.602.932
Informações	1.702.055	1.812.236
Mão de obra eventual	293.628	239.365
Judiciais contencioso e notariado	3.297.448	3.590.590
Bancos de dados	182.482	185.303
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	2.819.016	8.630.793
Avaliadores externos	2.571.014	2.282.310
Outros serviços terceiros - emp. Grupo	-	-
Outros serviços de terceiros	25.602.621	17.003.366
	<u>100.813.646</u>	<u>103.438.478</u>
	<u>109.893.129</u>	<u>112.684.857</u>

A rubrica “Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros” inclui o montante de 2.870.576 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2017 (2.182.316 euros em 2016), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

47. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2017, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 17.709.310 Euros (17.568.157 Euros em 31 de Dezembro de 2016).

O montante total de remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola, relativo ao exercício de 2017, foi de 20.712.312 Euros (em 2016, 18.394.408 Euros).

48. PENSÕES DE REFORMA E CUIDADOS DE SAÚDE

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

A 1 de Janeiro de 2013 entraram em vigor as alterações, publicadas em Junho de 2011, à IAS 19 – norma contabilística internacional que trata os benefícios dos empregados.

Decorrente da aplicação da IAS 19R, as remensurações, anteriormente denominadas desvios actuariais, passaram a ser reconhecidas como “Outro rendimento integral”.

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor registado em reservas de reavaliação “rendimento integral”, respeitantes às remensurações é positivo em 3.045.689 Euros (o valor em 31 de Dezembro de 2016 era negativo, no montante de 108.077 Euros) (Nota 31).

Com as alterações da IAS 19, passou a ser aplicada uma taxa única às responsabilidades e aos activos do plano, sendo que os resultados com fundo de pensões passaram a corresponder apenas ao custo corrente e aos gastos líquidos de juros. O impacto em resultados encontra-se registado na rubrica de “Custos com pessoal”, sendo respeitante ao valor dos custos com serviço corrente e do juro líquido, no montante de 1.725.417 Euros (em Dezembro de 2016 era de 4.174.413 Euros) (Nota 45).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	(*)	(*)
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	“Projected Unit Credit”
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto:		
- Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos	2,30%	2,30%
- Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >=55 anos	2,10%	2,10%
- Pré-reformados, reformados e pensionistas	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:

- de acordo com n.º2 Art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
- de acordo com n.º1 Art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%

(*) De acordo com o Decreto-lei nº167-E/2013

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os participantes de planos de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-dez-17	31-dez-16
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento	4.013	4.037
Pré-reformados	189	159
Ex-participantes	1	1
Reformados e pensionistas	642	608
Totais	4.845	4.805

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola (FPCAM), assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	31-dez-17	31-dez-16
Estimativa das responsabilidades por serviços passados		
Responsabilidades por serviços passados (Aviso 12/2001)		
Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	46.283.891	49.081.921
Licenças sem vencimento	2.737.781	2.495.171
Pré-reformados	6.454.835	5.462.624
Pensões em pagamento	26.426.243	24.601.892
	<u>81.902.750</u>	<u>81.641.608</u>
<u>Cobertura das responsabilidades:</u>		
Valor patrimonial do Fundo (Nota 22 ou 28)	82.500.000	79.832.419
Valor financiado em excesso	597.250	(1.809.189)
Nível de financiamento	<u>100,7%</u>	<u>97,8%</u>

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de Dezembro de 2017, os saldos de balanço do GCA não incluem os montantes destas Caixas Agrícolas.

As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, decompõem-se como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Total das responsabilidades	(4.674.454)	(4.726.009)
Cobertura das responsabilidades		
Valor patrimonial do fundo	4.757.499	4.634.060
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>83.045</u>	<u>(91.949)</u>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 28):

	31-dez-17	31-dez-16
Total das responsabilidades com pensões (Nota 22 ou 28)	(81.903.272)	(81.654.302)
Cobertura das responsabilidades		
Valor patrimonial do fundo (Nota 22 ou 28)	<u>82.500.000</u>	<u>79.832.419</u>
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	<u>596.728</u>	<u>(1.821.883)</u>

O valor contabilístico das responsabilidades com fundo de pensões, para além do valor respeitante ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mutuo – FPCAM (2017: 81.901.029 Euros; 2016: 81.641.604 euros), inclui responsabilidades assumidas por outras entidades do Grupo. Encontra-se acrescido do valor líquido do financiamento do fundo de pensões autónomo das seguradoras, os quais respeitam a planos de contribuição definidas, e não de benefício definido como o FPCAM, sendo em 2017, no valor total de 2.243 Euros (2016: 12.698 Euros).

De acordo com a IAS 19R, o valor registado no exercício em resultados, inclui o custo do serviço passado e o juro líquido. O custo do serviço inclui o custo dos serviços correntes, custo dos serviços passados e ganhos ou perdas aquando das liquidações, deduzido do rendimento esperado. Ainda que de pouca materialidade, em 2015, foi entendimento que os valores registados no exercício referentes aos prémios de seguro pagos e ao rendimento do seguro devem ser considerado e integrados no rendimento integral e não em resultados do exercício.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Custo dos juros líquidos (Nota 45)	66.043	87.939
Custo do serviço corrente (Nota 45)	953.351	730.014
Custo com reformas antecipadas (Nota 45)	<u>763.293</u>	<u>3.356.460</u>
	<u>1.782.687</u>	<u>4.174.413</u>

As remensurações registadas nos exercícios de 2017 e 2016, têm a seguinte composição:

	31-dez-17	31-dez-16
Rendibilidade do fundo	6.683.264	(164.124)
Responsabilidades nas pensões de reforma	<u>(3.126.673)</u>	<u>4.981.146</u>
	<u>3.556.591</u>	<u>4.817.022</u>

De acordo com a Carta Circular do Banco de Portugal nº 106/08/DSBDR de 18 de Dezembro, a partir do exercício de 2008, o custo com o serviço corrente e o juro líquido, passaram a ser registados na rubrica "Custos com pessoal" (Nota 45).

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2015	<u>70.743.824</u>
Custo do serviço corrente:	
Das entidades do Grupo (GCA)	730.014
Da contribuição dos participantes (empregados)	1.521.631
Juro líquido	1.728.734
Remensurações	
Alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	4.981.146
Acréscimo de responsabilidades resultantes das reformas antecipadas	3.356.460
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(960.952)
Contribuições pagas aos SAMS	(459.249)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	<u>81.641.608</u>
Custo do serviço corrente:	
Das entidades do Grupo (GCA)	953.351
Da contribuição dos participantes (empregados)	1.593.923
Custo do Juro	1.718.140
Remensurações	
Alteração de pressupostos financeiros (taxa de desconto)	(3.126.673)
Alteração de pressupostos demográficos e ganhos e perdas de experiência	763.293
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(1.148.861)
Contribuições pagas aos SAMS	(492.030)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	<u>81.902.750</u>

O valor do pagamento de benefícios esperado por prazo de maturidade para a globalidade do fundo é o seguinte:

	Valores em euros
Análise de maturidade dos benefícios esperados	
Pagamento de benefícios esperado nos próximos 12 meses	1.766.100
Pagamento de benefícios esperado no período de 1 e 3 anos	3.654.500
Pagamento de benefícios esperado no período de 3 e 5 anos	3.793.500
Pagamento de benefícios esperado no período maior que 5 anos	139.230.900

As contribuições estimadas a efectuar em 2017 dependem do montante de responsabilidades que se vier a apurar no final desse exercício.

Para efeitos da contribuição esperada para 2017, o custo normal do plano é calculado tendo por base método actuarial utilizado na avaliação actuarial (Unit Credit Projectado). Nessa base, o valor da contribuição esperada para o Grupo em 2018 é de 2.443.400 euros.

Este valor não tem em consideração qualquer estimativa de eventuais desvios actuariais resultantes quer de diferenças entre os pressupostos assumidos e os valores realizados (por exemplo ao nível do rendimento do fundo) quer de alterações de pressupostos.

A duração média das responsabilidades com pensões tendo em conta os grupos de população criados, foi a seguinte (em anos):

	2017	2016
Duração média das responsabilidades:		
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades < 55 anos	27,1	28,1
Trabalhadores no activo e licenças sem vencimento com idades >= 55 anos	17,1	17,4
Pré-reformados, Reformados e Pensionistas	12,5	12,7

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2015	<u>68.072.518</u>
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	9.853.544
Contribuições dos empregados	1.521.631
Capitais de Seguro recebidos	120.236
Rendimento líquido do Fundo	1.897.124
Participação de resultados no seguro	1.219.658
Prémios de seguro pagos	(1.432.091)
Pensões de reforma e sobrevivência pagas	(960.952)
Contribuições pagas pelo fundo de pensões aos SAMS	(459.249)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016	<u>79.832.419</u>
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	819.172
Contribuições dos empregados	1.593.924
Capitais de Seguro recebidos	319.536
Rendimento líquido do Fundo	1.977.559
Participação de resultados no seguro	1.170.676
Prémios de seguro pagos	(1.572.394)
Pensões de reforma e sobrevivência pagas	(1.148.861)
Contribuições pagas pelo fundo de pensões aos SAMS	(492.030)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	<u>82.500.000</u>

a) Em 31 de Dezembro de 2016, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por:

	2017		2016	
	valor	%	valor	%
Dívida pública	52.645.606	62%	41.962.426	50%
Obrigações de empresas	24.022.559	28%	22.181.308	26%
Outros activos de investimento	5.618.478	7%	3.343.029	4%
Acções	3.805.044	5%	15.851.670	19%
Activos relacionados com inv. Imobiliários	1.165.816	1%	1.128.050	1%
Total de activos do Plano de Pensões do CAM	<u>87.257.503</u>		<u>84.466.483</u>	

b) De acordo com o relatório actuarial do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, no ano de 2017, a rentabilidade da carteira de activos foi de:

<u>Classes de Activos</u>	<u>Rentabilidade</u>	
	2017	2016
Obrigações de Dívida pública	1,07%	3,49%
Obrigações de Empresas	4,85%	5,86%
Acções	13,82%	-7,65%
Investimentos de retorno absoluto	-3,22%	-0,39%
Activos relacionados com investimentos imobiliários	3,35%	1,50%

c) Riscos associados aos benefícios do plano:

O Plano garante pensões em caso de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e sobrevivência, de acordo com o definido no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo. No que se refere ao pagamento de pensões trata-se de um plano complementar à Segurança Social. O plano prevê ainda o pagamento de contribuições para os serviços de assistência médico-social pós-emprego.

Neste sentido, os riscos associados aos benefícios do plano são os seguintes:

- Risco de dependência dos benefícios dos regimes públicos de Segurança Social;
- Risco de mortalidade no período de formação do benefício e risco de longevidade no período pós-emprego;
- Risco de invalidez dos participantes. Actualmente este risco encontra-se mitigado na medida em que o fundo de pensões subscreveu um seguro de risco para cobrir o acréscimo de responsabilidades com a morte e invalidez dos participantes no activo;
- Risco relativo a reformas antecipadas.

d) Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de pagamento do prémio de antiguidade dos colaboradores. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades são como seguem:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Prémio de antiguidade		
Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	18.289.177	19.040.878
Licenças sem vencimento	809.086	823.625
	<u>19.098.263</u>	<u>19.864.503</u>

e) Apresentação de análises de sensibilidade sobre cada pressuposto actuarial significativo:

Valores em Euros		
	Valor das responsabilidades	Variação
TAXA DE DESCONTO		
Aumento em 50 pontos base	78.856.156	-7.721.043
Diminuição em 50 pontos base	95.493.878	8.916.679
TAXA DE CRESCIMENTO DAS PENSÕES		
Aumento em 50 pontos base	92.075.314	5.498.115
Diminuição em 50 pontos base	81.604.710	-4.972.489
TÁBUA DE MORTALIDADE		
Ajustamento de -1 ano	89.307.152	2.729.953
TAXA DE CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS		
Aumento em 50 pontos base	89.700.536	3.123.337
Diminuição em 50 pontos base	83.751.127	-2.826.072

O cenário de ajustamento da tábua de mortalidade consistiu na prática a considerar para a população abrangida uma idade inferior em 1 ano à idade efectiva dos participantes e beneficiários.

Para o cenário da taxa de crescimento dos salários foi efectuada a análise de sensibilidade ao pressuposto de crescimento das tabelas salariais do ACT bem como no salário sujeito a descontos para a Segurança Social.

49. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte o potencial de perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, spreads de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definidas políticas de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada, nas quais são definidos limites de repartição por classes de activos, por áreas geográficas, por risco de crédito, entre outros.

A carteira da Seguradora é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Mensalmente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões regulares com a mesma, com periodicidade mensal e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

O VaR da carteira em 31 de Dezembro de 2017 pode ser assim apresentado:

	Valor de mercado	Duração	VaR Monte Carlo
Posição da carteira 31.12.2017	5.485.894.298	2,32	65.000.028
<i>Variação face a 31.12.2016</i>	<i>773.320.883</i>	<i>(0,8)</i>	<i>46.289.158</i>

- À semelhança dos anos anteriores, apenas consideramos o VaR da carteira de activos disponíveis para venda visto que a carteira IDM não sofre o impacto de variações do preço de mercado dos títulos.
- Em 2017 procedeu-se à reclassificação da carteira de IDM para AFDV, o que explica essencialmente o aumento do VaR.
- O VaR da carteira é calculado com base na metodologia Monte Carlo, com um grau de confiança de 99% e um horizonte temporal de 1 mês (22 dias).

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos de posição total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade da Direção Financeira sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO).

O Grupo Crédito Agrícola avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de

acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também swaps de taxa de juro, over-the-counter, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente investment grade, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

	31-12-2017			em milhares de euros	
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	400.144	400.144	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	80.373	80.373	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	51.265	-	51.265	-	51.265
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	88.186	-	88.186	-	88.186
Activos financeiros disponíveis para venda	5.599.178	1.429.678	7.028.856	350.553	7.379.409
Aplicações em Instituições de Crédito	6.950	-	6.950	7	6.957
Crédito a clientes (saldo bruto)	1.558.263	7.787.882	9.346.145	26.894	9.373.039
	<u>7.303.843</u>	<u>9.698.076</u>	<u>17.001.919</u>	<u>377.454</u>	<u>17.379.373</u>
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.693.366	-	1.693.366	14	1.693.380
Passivos financeiros detidos para negociação	142	-	142	-	142
Recursos de outras instituições de Crédito	198.043	43.569	241.612	93	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.054.657	4.524.554	12.579.211	6.473	12.585.684
Instrumentos representativos de capital	-	0	-	1.395	1.395
Outros passivos subordinados	-	106.394	106.394	388	106.782
	<u>9.946.207</u>	<u>4.674.516</u>	<u>14.620.724</u>	<u>8.363</u>	<u>14.629.089</u>
Exposição líquida	<u>(2.642.364)</u>	<u>5.023.560</u>	<u>2.381.196</u>	<u>369.091</u>	<u>2.750.285</u>

	2016				
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	340.138	340.138	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	75.735	75.735	-	75.735
Activos financeiros detidos para negociação	24.910	-	24.910	-	24.910
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.468	5.976	85.444	-	85.444
Activos financeiros disponíveis para venda	2.417.805	685.006	3.102.811	158.447	3.261.258
Aplicações em Instituições de Crédito	6.032	-	6.032	3	6.035
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.898.794	6.749.694	8.648.488	2.834	8.651.322
Investimentos a deter até a maturidade	3.586.719	10.531	3.597.250	66.366	3.663.616
	8.013.729	7.867.080	15.880.809	227.650	16.108.459
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.323.140	-	1.323.140	20	1.323.160
Passivos financeiros detidos para negociação	234	-	234	-	234
Recursos de outras instituições de Crédito	232.265	23.049	255.314	429	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.887.557	3.827.832	11.715.389	10.977	11.726.366
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	1.515	1.515
Outros passivos subordinados	-	116.017	116.017	517	116.534
	9.443.196	3.966.898	13.410.094	13.458	13.423.552
Derivados detidos para negociação	111.925	-	111.925	-	111.925
Exposição Líquida	(1.541.392)	3.900.182	2.358.790	214.192	2.572.982

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refinação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	31-12-2017						em milhares de euros	
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade						Não sujeito a risco de taxa de juro de juro	Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Activos								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	-	-	-	-	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	-	-	-	-	-	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.401	-	26.864	-	-	-	51.265
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	26.512	18.907	23.822	18.945	-	88.186
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.615.223	1.873.981	1.393.548	1.577.295	870.533	48.829	7.379.409
Aplicações em Instituições de Crédito	800	6.150	-	-	-	-	7	6.957
Crédito a clientes (saldo bruto)	38.181	3.417.915	3.821.920	511.377	359.288	1.197.465	26.894	9.373.039
	519.497	5.063.689	5.722.413	1.950.696	1.960.404	2.086.943	75.730	17.379.372
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	25.006	-	385.200	1.283.161	-	14	1.693.381
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	141	1	142
Recursos de outras instituições de Crédito	61.470	37.270	142.872	-	-	-	93	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.683.559	2.969.624	4.655.738	205.179	11.619	53.491	6.473	12.585.685
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.395	1.395
Outros passivos subordinados	-	7.350	9.671	28.368	60.617	388	388	106.782
	4.745.030	3.039.249	4.808.282	618.748	1.355.397	54.020	8.364	14.629.090
Exposição líquida	(4.225.533)	2.024.439	914.132	1.331.948	605.007	2.032.923	67.366	2.750.283

Datas de Refixação/Datas de Maturidade								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	-	-	-	-	-	340.138	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	-	-	-	-	-	75.735	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	6	-	23.900	-	405	24.311	599
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	5.976	3.430	49.080	-	26.958	85.444	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	745.910	485.249	700.436	403.827	767.390	3.102.812	158.447
Aplicações em instituições de crédito	-	1.654	4.378	-	-	-	6.032	3
Crédito a clientes (saldo bruto)	35.533	4.552.630	3.649.697	122.243	114.791	173.595	8.648.488	2.834
Investimentos a deter até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	3.597.250	66.366
	<u>451.406</u>	<u>5.376.010</u>	<u>4.150.880</u>	<u>1.105.028</u>	<u>2.552.297</u>	<u>2.244.589</u>	<u>15.880.210</u>	<u>228.249</u>
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	937.940	-	-	385.200	-	1.323.140	20
Passivos financeiros detidos para negociação	-	3	-	-	-	231	234	-
Recursos de outras instituições de crédito	14.102	109.600	131.612	-	-	-	255.314	429
Recursos de clientes e outros empréstimos	330.879	6.973.553	4.222.653	144.868	11.157	32.279	11.715.388	10.977
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	1.515
Outros passivos subordinados	-	5.672	5.350	10.671	29.368	64.957	116.017	517
	<u>344.981</u>	<u>8.026.768</u>	<u>4.359.615</u>	<u>155.539</u>	<u>425.724</u>	<u>97.467</u>	<u>13.410.093</u>	<u>13.458</u>
Exposição Líquida	<u>106.425</u>	<u>(2.650.758)</u>	<u>(208.734)</u>	<u>949.489</u>	<u>2.126.573</u>	<u>2.147.122</u>	<u>2.470.117</u>	<u>214.791</u>

Considerando os valores apurados, verifica-se uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

	31-12-2017					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	486	242	120	(120)	(239)	(475)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	2.991	1.437	705	(678)	(1.331)	(2.564)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.952	2.839	1.388	(1.331)	(2.610)	(5.025)
Activos financeiros disponíveis para venda	272.050	131.772	64.868	(62.918)	(123.968)	(240.762)
Aplicações em Instituições de Crédito	52	26	12	(13)	(28)	(56)
Crédito a clientes (saldo bruto)	<u>146.802</u>	<u>56.434</u>	<u>14.694</u>	<u>(62.811)</u>	<u>(98.889)</u>	<u>(166.370)</u>
	<u>428.334</u>	<u>192.749</u>	<u>81.787</u>	<u>(127.872)</u>	<u>(227.065)</u>	<u>(415.254)</u>
Passivos						
Recursos de bancos centrais	106.203	52.006	25.736	(25.215)	(49.924)	(97.868)
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-	-
Recursos de outras instituições de Crédito	1.776	877	436	(430)	(855)	(1.690)
Recursos de clientes e outros empréstimos	88.803	43.835	21.780	(21.512)	(42.764)	(84.515)
Outros passivos subordinados	857	420	208	(204)	(404)	(793)
	<u>89.660</u>	<u>44.255</u>	<u>21.988</u>	<u>(21.716)</u>	<u>(43.168)</u>	<u>(85.308)</u>
Exposição Líquida	<u>338.674</u>	<u>148.495</u>	<u>59.799</u>	<u>(106.156)</u>	<u>(183.897)</u>	<u>(329.946)</u>

	2016					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(474)	(237)	(118)	118	237	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	0	(0)	(0)	(0)
Activos financeiros de negociação	1.166	574	285	(280)	(556)	(1.094)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.767	2.751	1.345	(1.290)	(2.529)	(4.869)
Activos financeiros disponíveis para venda	175.543	82.725	40.206	(38.069)	(74.157)	(140.923)
Aplicações em instituições de crédito	(54)	(27)	(14)	14	27	54
Crédito a clientes (saldo bruto)	(83.950)	(41.975)	(20.987)	20.987	41.975	83.950
Investimentos detidos até à maturidade						
	97.998	43.810	20.717	(18.520)	(35.002)	(62.409)
Passivo						
Recursos de bancos centrais	(93.072)	(46.536)	(23.268)	23.268	46.536	93.072
Recursos de outras instituições de crédito	(1.592)	(796)	(398)	398	796	1.592
Recursos de clientes e outros empréstimos	(72.230)	(36.115)	(18.057)	18.057	36.115	72.230
Outros passivos subordinados	(2.294)	(1.147)	(574)	574	1.147	2.294
Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-	-
	(169.188)	(84.594)	(42.297)	42.297	84.594	169.188
Impacto no valor económico	267.186	128.404	63.014	(60.817)	(119.596)	(231.597)

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos cash flows associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada, estando a sua gestão diária cometida à Direcção Financeira.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 675 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	31-12-2017						
	em milhares de euros						
	Prazos residuais contratuais						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
							Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	-	-	-	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	-	-	-	-	-	80.373
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.401	-	26.864	-	-	51.265
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	26.512	18.907	23.822	18.945	88.186
Activos financeiros disponíveis para venda	-	941.367	927.116	1.018.378	2.411.229	2.032.492	7.379.410
Aplicações em Instituições de Crédito	800	6.150	-	-	-	-	6.957
Crédito a clientes (saldo bruto)	4.505	655.769	1.009.367	1.608.362	1.439.321	4.628.820	9.373.039
	485.822	1.627.686	1.962.995	2.672.511	3.874.371	6.680.257	17.379.374
Passivos							
Recursos de bancos centrais	-	25.006	-	385.200	1.283.161	-	1.693.381
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	141	142
Recursos de outras instituições de Crédito	61.470	37.270	142.872	-	-	-	241.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.683.559	2.969.624	4.655.738	205.179	11.619	53.491	12.585.685
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.395
Outros passivos subordinados	-	7.350	9.671	28.368	60.617	388	106.782
	4.745.029	3.039.250	4.808.282	618.747	1.355.397	54.020	14.629.090
Exposição líquida	(4.259.207)	(1.411.564)	(2.845.286)	2.053.764	2.518.974	6.626.238	2.750.284

	2016							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	-	-	-	-	-	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	-	-	-	-	-	-	75.735
Activos financeiros detidos para negociação	-	6	-	23.900	-	405	599	24.910
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	3.430	49.081	5.976	26.958	-	85.444
Activos financeiros disponíveis para venda	-	110.778	384.493	743.537	413.917	1.450.086	158.447	3.261.258
Aplicações em instituições de crédito	-	32	6.000	-	-	-	3	6.035
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	1.052.891	511.720	668.967	778.658	5.636.253	2.834	8.651.323
Investimentos a deter até à maturidade	-	69.835	8.126	209.369	2.033.679	1.276.241	66.366	3.663.616
	415.873	1.233.541	913.770	1.694.854	3.232.229	8.389.943	228.249	16.108.460
Passivos								
Recursos de bancos centrais	-	937.940	-	-	385.200	-	20	1.323.160
Passivos financeiros detidos para negociação	-	3	-	-	-	231	-	234
Recursos de outras instituições de crédito	38.145	85.557	131.612	-	-	-	429	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.023.950	3.117.947	4.363.985	165.227	11.587	32.693	10.977	11.726.366
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	1.515	1.515
Outros passivos subordinados	-	2.700	6.556	18.080	17.224	71.457	517	116.534
	4.062.095	4.144.147	4.502.153	183.307	414.011	104.381	13.458	13.423.552
Diferencial	(3.646.222)	(2.910.606)	(3.588.383)	1.511.547	2.818.218	8.285.562	214.791	2.684.908

Risco de Crédito

Carteira de crédito por segmento

Segmento	Exposição total (1)	Crédito em cumprimento (2)	Do qual curado (3)	Do qual reestruturado (4)	(4) / (2)	Crédito em incumprimento (5)	(5) / (1)	Do qual reestruturado (6)	(6) / (5)
Empresas	5.903	5.272	13	641	12%	631	11%	355	56%
Corporate	4.175	3.784	11	467	12%	391	9%	217	55%
Construção e CRE	1.551	1.341	3	154	11%	210	14%	122	58%
Outros	177	148	0	21	14%	29	17%	16	55%
Particulares	4.231	3.969	20	194	5%	262	6%	86	33%
Crédito habitação	2.847	2.773	11	61	2%	74	3%	16	22%
Crédito ao consumo e outros	1.383	1.196	10	133	11%	187	14%	69	37%
Cartões de crédito									
Outros	367	367	0	3	1%	0	0%	0	0%
Total	10.501	9.609	34	838	9%	892	8%	441	49%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Créditos curados: inclui contratos regulares que já tiveram *default* no passado e que após a sua regularização mantiveram um período consecutivo de pelo menos 12 meses em estado regular.
- Créditos reestruturados por dificuldades financeiras do cliente ao abrigo da Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

A análise da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2017, revela um peso significativo do segmento de empresas e, por esse motivo, trata-se também do segmento que mais contribui para o crédito em incumprimento e para o crédito reestruturado, em particular o sector da construção e CRE. O crédito reestruturado atingiu os 1.279 milhões de euros neste período, representando cerca de 49% do crédito em incumprimento e apenas 9% do crédito em cumprimento.

Imparidades de crédito por segmento

Segmento	Exposição total (1)	Imparidade total (2)	(2) / (1)	Imparidades do Crédito em cumprimento (3)	Imparidades do Crédito em incumprimento (4)	(4) / (2)
Empresas	5.903	503	9%	154	349	69%
Corporate	4.175	323	8%	107	216	67%
Construção e CRE	1.551	155	10%	44	112	72%
Outros	177	25	14%	3	21	86%
Particulares	4.231	169	4%	44	126	74%
Crédito habitação	2.847	42	1%	19	22	54%
Crédito ao consumo e outros	1.383	128	9%	25	103	81%
Cartões de crédito	0					
Outros	367	0	0%	0	0	0%
Total	10.501	672	6%	198	474	71%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- Crédito em incumprimento: inclui o total em dívida do crédito vencido há mais de 90 dias e obrigações de crédito dos devedores que apresentam indícios de dificuldades financeiras.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

No segmento das empresas o peso das imparidades na exposição total assume maior relevo no sector da construção e CRE. No caso dos clientes particulares o maior peso é referente ao segmento do crédito ao consumo e outros fins. As imparidades associadas ao crédito em incumprimento representam cerca de 71% do total das imparidades da carteira, mais uma vez com o contributo significativo do crédito ao consumo, do sector da construção e CRE e dos outros créditos a empresas.

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por segmento

Segmento	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Empresas	887	375	42%	5.017	128	3%	5.903	503	9%
Corporate	563	231	41%	3.612	92	3%	4.175	323	8%
Construção e CRE	294	122	42%	1.257	33	3%	1.551	155	10%
Outros	30	22	73%	147	3	2%	177	25	14%
Particulares	197	99	50%	4.033	70	2%	4.231	169	4%
Crédito habitação	38	14	38%	2.810	27	1%	2.847	42	1%
Crédito ao consumo e outros	160	84	53%	1.224	43	4%	1.383	128	9%
Outros	0	0	0%	367	0	0%	367	0	0%
Total	1.084	474	44%	9.417	198	2%	10.501	672	6%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.
- CRE: *Commercial Real Estate* (Imóveis para fins comerciais).

A vertente individual da análise de imparidade da carteira de crédito do GCA, com referência a Dezembro de 2017, revela taxas superiores às obtidas na análise colectiva. Na análise individual o segmento de crédito ao consumo e outras finalidades e o segmento de Corporate e Construção e CRE apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

Crédito e imparidades – análise individual e análise colectiva por sector de actividade económica

Sector de actividade	Análise Individual			Análise Colectiva			Total		
	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa	Exposição	Imparidade	Taxa
Construção	158	77	49%	416	18	4%	574	96	17%
Comércio por grosso e a retalho	132	71	54%	933	28	3%	1.065	99	9%
Actividades imobiliárias	122	37	30%	711	11	2%	834	47	6%
Indústrias transformadoras e extractivas	138	65	47%	718	19	3%	855	84	10%
Alojamento, restauração e similares	79	24	30%	349	9	3%	428	33	8%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	110	38	34%	766	17	2%	876	55	6%
Outros sectores	147	64	44%	1.124	26	2%	1.271	90	7%
Total	887	375	42%	5.017	128	3%	5.903	503	9%

Notas:

- Exposição: inclui crédito vincendo e vencido, extrapatrimonial (linhas de crédito irrevogáveis, garantias prestadas e créditos documentários) e totalidade dos juros vencidos.

Da análise por sector de actividade resulta a relevância do comércio por grosso e a retalho e das indústrias transformadoras e extractivas no total de crédito concedido às empresas e, mais uma vez, a confirmação dos sectores da construção e actividades imobiliárias como os que apresentam as taxas de imparidade mais elevadas.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Patrimoniais		
Crédito a clientes	9.373.038.932	8.541.322.913
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.372.528	75.735.013
Aplicações em instituições de crédito	6.956.989	6.035.157
	9.460.368.449	8.623.093.083
Extrapatrimoniais		
Garantias prestadas	2.753.294.941	2.298.793.575
Compromissos irrevogáveis	892.998.808	765.010.479
	3.646.293.749	3.063.804.054
	13.106.662.198	11.686.897.137

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue:

Activo	2017								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	5.681.731	-	-	-	17.104.952	28.478.130	51.264.812
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	63.787.185	24.399.237	-	0	88.186.422
Activos financeiros disponíveis para venda	16.058.431	17.961.054	76.281.305	85.313.166	271.566.657	5.083.050.780	-	1.832.616.192	7.382.847.585
	16.058.431	17.961.054	81.963.036	85.313.166	335.353.842	5.107.450.017	17.104.952	1.861.094.322	7.522.298.820

Activo	2016								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	24.910.337	24.910.337
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	23.465.853	61.978.557	-	-	85.444.410
Activos financeiros disponíveis para venda	23.193.351	48.140.447	110.915.684	73.729.190	291.143.910	2.468.205.433	-	245.930.170	3.261.258.186
Investimentos detidos até maturidade	-	-	-	-	117.995.246	3.442.447.441	-	103.173.514	3.663.616.201
	23.193.351	48.140.447	110.915.684	73.729.190	432.605.009	5.972.631.432	-	374.014.020	7.035.229.134

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, o Grupo dispõe de um modelo heurístico de rating associado a um processo de workflow, que visa uniformizar o processo de análise do risco de crédito das empresas e de modelos de scoring de aceitação associados ao processo de concessão de crédito a clientes particulares.

Deste modo, o Grupo Crédito Agrícola tem vindo a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base na adopção de metodologias que permitem obter uma visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;
- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira;
- Risco de contraparte devido a transacções com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de actividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise do risco de crédito das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efectuada através de ratings de entidades externas independentes, Moody's, Standard & Poors e Fitch. O rating adoptado é o segundo melhor divulgado.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)		Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões/ Imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
			Do qual: Crédito reestruturado			
Sector privado residentes	1.166.196.413	793.905.222	174.761.397	542.072.959	649.075.445	597.378.717
Particulares residentes, do qual:	360.870.330	289.187.714	45.221.054	204.561.319	202.504.048	229.914.962
Habituação	69.196.828	66.872.347	4.628.418	41.967.269	40.358.652	9.611.479
Consumo e outras finalidades	291.673.502	222.315.367	40.592.636	162.594.051	162.145.396	220.303.483
Sociedades não financeiras residentes	805.326.083	504.717.508	129.540.343	337.511.640	446.571.397	367.463.754
Administração pública	6.322.709	1.203.933	1.174.297	0	1.129.045	7.326
Outros residentes	0	0	0	0	0	0
Não residentes	2.699.053	2.403.814	378.647	840.140	1.880.237	429.430
Total	1.175.218.175	797.512.969	176.314.341	542.913.099	652.084.727	597.815.473

2016						
Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas para crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	7.943.596.711	1.182.104.207	805.802.610	159.599.207	563.511.663	703.917.484
Particulares residentes, do qual:	4.165.004.067	361.239.278	304.821.831	43.856.516	212.620.446	260.791.241
Habituação	2.495.981.041	67.197.760	71.398.990	4.072.125	45.530.733	34.825.013
Consumo e outras finalidades	1.668.989.297	294.041.518	233.422.841	39.784.391	167.089.714	225.966.228
Sociedades não financeiras residentes	3.801.031.156	820.864.930	500.980.779	115.742.691	350.891.217	443.126.242
Administração pública	335.321.660	6.945.990	1.739.135	1.336.339	-	1.702
Outros residentes	277.076.132	-	-	-	-	-
Não residentes	96.277.806	2.146.920	1.783.478	213.256	923.165	618.521
Total	8.652.272.310	1.191.197.117	809.325.223	161.148.802	564.434.829	704.537.706

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Até 1 ano	63.101	63.393
De 1 a 5 anos	86.426	94.406
Mais de 5 anos	515.782.954	540.498.722
Juros a receber	3.575.874	6.456.966
	<u>519.508.355</u>	<u>547.113.487</u>

Risco de concentração

Princípios e Políticas de Gestão do Risco de Concentração

1. Gestão do risco no GCA

A gestão dos riscos constitui um eixo prioritário de actuação para o Grupo, reconhecendo este o seu impacto decisivo na criação de valor.

A definição da estratégia global de assunção de riscos, incorporando objectivos mensuráveis relativamente ao risco que se pretende assumir e à rentabilidade que se deseja alcançar é da competência do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central (adiante designado por CAE).

A Direcção de Risco Global (adiante designado por DRG) e o Comité de Activos, Passivos e Capital (ALCCO), em coordenação com as restantes unidades orgânicas responsáveis, têm um papel central na definição de políticas e procedimentos para a gestão de riscos, sendo aprovadas pelo CAE.

1.1 Funções da Direcção de Risco Global

Ao nível da gestão de riscos, a CCCAM, através da DRG, é responsável pela definição dos princípios e políticas globais de gestão de riscos, através do desenvolvimento e disponibilização de instrumentos de análise e apoio à decisão, cálculo de imparidade numa base consolidada, ICAAP (Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno), concepção de modelos e de sistemas para suporte à função risco, criação de normativos e o estabelecimento de orientações de procedimentos e processos.

Cabe à DRG a supervisão da gestão do risco de crédito e a promoção e coordenação da gestão de todos os demais riscos, do ponto de vista estratégico. Por outro lado, é a Direcção de Risco de Crédito (DRC) o órgão responsável por garantir a operacionalização das políticas definidas pela DRG relativamente ao risco de crédito no âmbito da CCCAM, cabendo às CCAM a gestão local do mesmo.

No que diz respeito ao risco de concentração, a DRG é responsável pela execução do Modelo de Gestão do Risco de Concentração: identificação de variáveis relevantes para a avaliação, medição do nível de concentração associado e elaboração do reporte interno e externo.

No contexto do processo de identificação, avaliação e acompanhamento do Risco de Concentração, a DRG é ainda responsável pela execução do reporte da Instrução n.º 23/2007, no sentido de permitir o cálculo do Índice de Concentração Individual previsto pela Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

1.2 Funções do Comité ALCCO

O Comité ALCCO é presidido pela Caixa Central e engloba os vários Direcções e Gabinetes com responsabilidade directa sobre:

- 1) Controlo das actividades relacionadas com o Balanço da Caixa Central e do GCA.
- 2) Controlo do risco pela produção de informação de gestão, contabilística e de reporte da Caixa Central e do GCA.

De entre as funções do ALCCO, compete em particular a este órgão e no contexto da Gestão de Risco:

- Avaliar e acompanhar em permanência os diversos riscos financeiros (nomeadamente, o risco de concentração) a que o GCA e a Caixa Central estão sujeitos, efectuando a sua medição e controlo através de metodologias e indicadores pré-definidos.
- Propor ao CAE os limites de risco pertinentes no âmbito da Gestão de Activos, Passivos e Capital.

No que respeita ao Risco de Concentração, caberá ao Comité ALCCO a supervisão da gestão da concentração nos riscos financeiros (em particular, risco de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez e de mercado) com o contributo da Direcção Financeira, bem como o acompanhamento dos riscos de concentração globais do Grupo em coordenação com a DRG.

1.3 Funções da Direcção de Acompanhamento e Supervisão

A DAS tem como funções no contexto da gestão de riscos, acompanhar e orientar a gestão das Caixas Associadas, em particular, quanto à política de assunção de riscos.

Relativamente à gestão do risco de concentração, a DAS é responsável pela articulação entre os órgãos da CCCAM (DRG e ALCCO) e as CCAM, cabendo a estas a gestão local do risco de concentração.

2. Integração de boas práticas na gestão do risco de concentração

Segundo as orientações do Comité de Basileia e da CEBS (Committee of European Banking Supervisors), as instituições devem implementar uma prática sistematizada de gestão do risco de concentração, incluindo a sua identificação, avaliação, ajustamento, acompanhamento e controlo.

O Comité de Basileia apresenta como alternativas duas abordagens à gestão do risco de concentração: abordagem base (metodologias unidimensionais de avaliação do risco de concentração) e abordagem avançada (aplicação modelos internos de capital económico que deverão medir adequadamente o risco de concentração, mas que por vezes são limitados devido à insuficiência de dados).

2.1 Medição do risco concentração: abordagem implementada

O GCA tem vindo a implementar a gestão do risco de concentração, matéria que continuará a merecer a atenção e o esforço do Grupo a médio prazo.

A avaliação do risco de concentração (da responsabilidade da DRG) baseia-se na avaliação da carteira de crédito, de investimento e de recursos segundo as diferentes variáveis relevantes numa perspectiva unidimensional e multidimensional, através dos índices de Herfindahl e de Gini, bem como o Peso Relativo das Exposições. Em situações em que se considere pertinente, é também utilizado o Coeficiente de Correlação de Variáveis a fim de explorar eventuais ligações entre variáveis em risco ou ainda relacionar variáveis internas com a realidade.

O GCA tem como objectivo robustecer permanentemente as metodologias empregues na gestão do risco de concentração.

2.2 Acompanhamento do risco de concentração

O GCA estabeleceu um Modelo de Gestão de forma a enquadrar o acompanhamento e controlo do risco de concentração, através da revisão periódica das análises de concentração efectuadas e a implementação de medidas de prevenção ou correcção do risco.

3. Características comuns que identificam cada concentração

Análise da concentração de risco de crédito:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para a Carteira de Crédito a Clientes do GCA (SICAM) considerada para Reporte Prudencial do Grupo (no que diz respeito a Crédito a Clientes). O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o Saldo Utilizado da operação (leia-se, o somatório do capital vencido e capital vincendo), que difere do conceito considerado para o Anexo à Instrução 5/2011 (no cálculo do Índice de Concentração Sectorial e Índice de Concentração Individual): Montante Total (somatório de saldo utilizado e limites de crédito não utilizados).

São efectuadas análises unidimensionais (Região, Família de Produto, Taxa, Garantia, Cliente, Sector de Actividade, Prazo Total e Prazo Residual) e também análises multidimensionais (Família de Produto por Região, Sector de Actividade por Região e Garantia por Família de Produto) à exposição ao Risco de Concentração. A análise multidimensional segundo a Família de Produto e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Família de Produto. A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade e Região pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes sediada em cada Região do país segundo a sua distribuição por Sector de Actividade (CAE). Dentro de cada análise multidimensional mencionada, foram seleccionados três regiões como alvo de análise de concentração. Por último, a análise multidimensional segundo Garantia e Família de Produto pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito a clientes de uma determinada família de produto segundo a sua distribuição por tipo

de garantia associada. Dentro desta última análise foram seleccionadas duas famílias de produto como alvo de análise de concentração.

3.1 Análise por região

Foi escolhida a variável “Região” para analisar o risco de concentração geográfica no território nacional, tendo sido considerado o Balcão Domicílio como referência da região da operação. Por região consideram-se as regiões NUTS III, do Instituto Nacional de Estatística.

Foi efectuada uma análise de correlação entre a distribuição da carteira de crédito a clientes por região e a variável “PIB” por região.

Foi igualmente efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões GCA por região e a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) por região.

Foi ainda efectuada uma análise de correlação entre peso do crédito a clientes e a proporção da Imparidade, por região.

Considerou-se igualmente pertinente comparar ainda a distribuição da carteira de crédito do GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.2 Análise por família de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de crédito a clientes por tipo de Família de Produto.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do Crédito a Clientes e a proporção da Imparidade por Família de Produto.

3.3 Análise por tipo de taxa

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de Taxa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.4 Análise por garantias

A análise de concentração da carteira de crédito a clientes por tipo de Garantia toma em consideração apenas uma das Garantias disponíveis e registadas em sistema, seleccionando a mesma de acordo a sua relevância numa hierarquia estabelecida conceptualmente. Foi feita e analisada a distribuição da Carteira (Peso por tipo de Garantia: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Garantia.

3.5 Análise por tipo de cliente

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por tipo de cliente: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre o peso do crédito a clientes e o peso da Imparidade por Cliente.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por tipo de cliente no GCA (SICAM) com o sector bancário português. Num universo de clientes Particulares e Empresas, verifica-se a seguinte distribuição do Grupo face ao mercado.

3.6 Análise por sector de actividade económica (CAE)

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por secção do CAE: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Foi realizada uma análise de correlação entre Peso do Crédito a Sociedades não Financeiras no Sector Bancário e a Carteira de Crédito GCA.

3.7 Análise por prazo total

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Total: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Considerou-se pertinente comparar a repartição do crédito por prazo da operação no GCA (SICAM) com o sector bancário português.

3.8 Análise por prazo residual

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por intervalo de Prazo Residual: Saldo Utilizado e Produção de Crédito corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.9 Análise por dimensão de empresas

A análise por dimensão de empresas procura averiguar a concentração do crédito concedido por tipo de clientes “Empresa” no Crédito Agrícola. Nesse estudo, as empresas repartem-se por volume de negócios. As “Grandes Empresas” apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, as “Empresas Médias” um Volume de Negócios situado entre 10 e 50 milhões, as “Pequenas” entre 2 e 10 milhões e, por fim, as “Micro Empresas” com um Volume de Negócios inferior a 2 milhões de euros.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Dimensão da Empresa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.10 Análise por família de produto na região da grande Lisboa

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região da Grande Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na mesma região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem as que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.11 Análise por família de produto na região do Oeste

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.12 Análise por família de produto na região do Algarve

A análise multidimensional segundo a Família de Produto na região do Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada nesta região segundo a sua distribuição por Família de Produto.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Família de Produto no Oeste: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.13 Análise por setor de actividade na região de Lisboa

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade em Lisboa pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região de Lisboa segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foram seleccionadas as regiões de Lisboa, Oeste e Algarve por serem os que apresentam maior concentração na análise unidimensional da carteira de crédito do GCA por região.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade em Lisboa: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.14 Análise por setor de actividade na região de Oeste

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Oeste pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.15 Análise por setor de actividade na região de Algarve

A análise multidimensional segundo o Sector de Actividade no Algarve pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito sediada na região do Oeste, segundo a sua distribuição por Sector de Actividade.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Sector de Actividade na região: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.16 Análise por tipo de garantia para o crédito à actividade a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas para financiamento da sua actividade pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito à Actividade de Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

3.17 Análise por tipo de garantia para o crédito ao investimento a empresas

A análise multidimensional segundo o Tipo de Garantia para créditos concedidos a empresas com a finalidade de investimento pretende avaliar o nível de concentração da carteira de crédito desta família de produto segundo a sua distribuição por Tipo de Garantia.

Foi feita uma distribuição da Carteira (Peso por Tipo de Garantia para Crédito ao investimento a Empresas: Saldo Utilizado e Produção de Crédito no corrente ano) e feita uma comparação com resultados da análise de Saldo Utilizado, Crédito Vencido e Montante Total.

Análise da concentração da carteira de recursos:

4.1 Análise por região

Para analisar o risco de concentração da carteira de recursos geográfica no território nacional, a metodologia escolhida foi a variável “Região”.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso do número de Balcões por região e a distribuição da carteira de recursos SICAM por Região.

Foi igualmente realizada uma análise de correlação entre a Distribuição de Depósitos e Equiparados por Distrito em Portugal (Sector Bancário) e SICAM.

4.2 Análise por grupo de produto

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Grupo de Produto.

4.3 Análise por cliente

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por tipo de Cliente, entre particulares e empresas, sendo estas repartidas por tipo de actividade económica.

Foi efectuada uma análise de correlação entre o peso de cada tipo de Cliente em Portugal (Sector Bancário) e no GCA (SICAM).

Foi também efectuada uma análise de correlação entre os tipos de clientes de recursos em OIC e na Carteira de Recursos GCA (SICAM) por Sector Institucional.

4.4 Análise por sector actividade

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Sector de Actividade.

4.5 Análise por prazo residual

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por Prazo Residual.

4.6 Análise por montante

Foi efectuada uma análise de concentração à distribuição da carteira de recursos por classe de Montante.

4.7 Análise por prazo residual para a classe de montante: 5 a 25 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 5 a 25 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

4.8 Análise por prazo residual para a classe de montante: 25 a 50 mil euros

Foi efectuada uma análise multidimensional de concentração à distribuição da carteira de recursos associada à classe de Montante de 25 a 50 Mil € por Prazo Residual.

Foram seleccionadas as classes de montante com concentração significativa, segundo a respectiva análise unidimensional.

Análise da concentração de risco de liquidez:

A análise de Risco de Concentração foi efectuada para as rubricas de Balanço SICAM. O conceito de exposição considerado para análise de concentração foi o cash flow à data de 31 de Dezembro de 2013. São efectuadas análises segundo a maturidade residual das rubricas de Activo, Passivo e Gap de Liquidez.

1. ANÁLISE DO ACTIVO

O total do Activo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

2. ANÁLISE DO PASSIVO

O total do Passivo foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual. O mesmo foi feito para as suas rubricas mais representativas/ concentradas.

3. ANÁLISE DO GAP DE LIQUIDEZ

O Gap de Liquidez foi analisado sob a perspectiva da sua maturidade residual (Gap Positivo e Gap Negativo).

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação).
- c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

- a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarificação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarificação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuarias.
- b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. Nos casos de risco de aceitação condicionada, a subscrição é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.
- c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.
- d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iii) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.
- e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2017				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activos					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	400.144	400.144	-	-	400.144
Disponibilidades em outras instituições de crédito	80.373	80.373	-	-	80.373
Aplicações em Instituições de Crédito	6.957	7.082	125	-	7.082
Crédito a clientes (saldo bruto)	9.373.039	11.049.146	1.676.107	-	11.049.146
	<u>9.860.512</u>	<u>11.536.744</u>	<u>1.676.232</u>	<u>-</u>	<u>11.536.744</u>
Passivos					
Recursos de bancos centrais	1.693.381	1.693.381	-	-	-
Recursos de outras instituições de Crédito	241.705	241.472	(233)	-	(233)
Recursos de clientes e outros empréstimos	12.585.685	12.549.238	(36.447)	-	(36.447)
Outros passivos subordinados	106.782	114.022	7.241	-	7.241
	<u>14.627.552</u>	<u>14.598.114</u>	<u>(29.438)</u>	<u>-</u>	<u>(29.438)</u>

	2016				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	340.138	340.138	-	-	340.138
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75.735	75.735	-	-	75.735
Aplicações em Instituições de Crédito	6.035	6.124	89	-	6.035
Crédito a Clientes (saldo liquido)	7.940.905	9.489.410	1.548.505	-	7.940.905
Investimentos a deter até a maturidade	3.663.616	3.875.414	211.798	-	3.663.616
	<u>12.026.429</u>	<u>13.786.821</u>	<u>1.760.392</u>	<u>-</u>	<u>12.026.429</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.323.160	1.323.979	819	-	1.323.160
Recursos de OICs	255.743	253.049	(2.694)	-	255.743
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.726.366	11.710.323	(16.043)	-	11.726.366
Outros passivos subordinados	116.534	120.882	4.348	-	116.534
	<u>13.421.803</u>	<u>13.408.232</u>	<u>(13.571)</u>	<u>-</u>	<u>13.421.803</u>

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa Central com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
 - d) Taxas de juro praticadas nas operações intra-grupo realizadas ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola, designadamente tomada de recursos das Caixas Associadas para aplicação centralizada na Caixa Central.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2017 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2017. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	(0,35%)	3,77%	2,97%	1,94%	0,26%	0,36%
1 month(s)	(0,37%)					
2 month(s)	(0,34%)					
3 month(s)	(0,33%)					
4 month(s)	(0,31%)					
5 month(s)	(0,29%)					
6 month(s)	(0,27%)					
9 month(s)	(0,22%)					
12 month(s)	(0,19%)					
2 year(s)	(0,16%)					
3 year(s)	0,00%					
4 year(s)	0,16%					
5 year(s)	0,30%					
8 year(s)	0,67%					
10 year(s)	0,88%					
15 year(s)	1,25%					
20 year(s)	1,42%					
30 year(s)	1,50%					

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2017				
	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de		
			mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	24.400.939	26.863.873	-	51.264.812
Outros activos financeiros ao justo valor através de resul	-	88.186.422	-	-	88.186.422
Activos financeiros disponíveis para venda	12.769.117	7.346.903.941	19.736.203		7.379.409.261
	12.769.117	7.459.491.302	46.600.076	-	7.518.860.495
Passivos financeiros detidos para negociação			141.781		141.781
	-	-	141.781	-	141.781

	valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo	2016		
			Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	6.408	24.903.929	-	24.910.337
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	85.444.411	-	-	85.444.411
Activos financeiros disponíveis para venda	17.835.673	3.216.688.337	-	29.345.573	3.263.869.582
	<u>17.835.673</u>	<u>3.302.139.156</u>	<u>24.903.929</u>	<u>29.345.573</u>	<u>3.374.224.330</u>
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	234.003	-	234.003
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234.003</u>	<u>-</u>	<u>234.003</u>

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação (Nível 1).

(3) Valorização baseada em taxas de mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro, curvas de swap e taxas de câmbio (Nível 2).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos informados pelo emissor (Nível 3). A totalidade do valor corresponde aos títulos de dívida subordinada “Banco Finantia Internacional”.

No que concerne à dívida soberana, a mesma encontra-se registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda e desagrega-se por país, conforme quadro explicativo:

	2017					
	AFDN		OAFJVAR		AFDV	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	629.100.000	7.101.684	1.250.500	1.645.630	154.517.237.401	3.028.178.553
Itália	7.554	7.739.750			2.178.139.446	2.491.072.930
França	4.942.000	5.681.731			45.878.000	52.003.346
Espanha	2.245	2.263.517			510.554.755	560.286.465
Irlanda					149.800.000	154.837.854
Holanda					5.477.000	6.017.817
Bélgica					49.500.000	52.256.234
Alemanha					6.000.000	6.628.840
Áustria					16.300.000	17.961.054
Coreia do Sul					2.400.000	2.526.635
Totais	634.051.799	22.786.683	1.250.500	1.645.630	157.481.286.602	6.371.769.728

No ano anterior de 2016 a dívida soberana encontrava-se na sua totalidade registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda:

2016						
	OAFIVAR		AFDV		IDM	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	1.272.000	1.516.893	664.919.138	707.417.519	1.642.906.768	1.619.353.233
Áustria	-	-	38.350.000	42.953.251	-	-
Bélgica	-	-	58.959.000	62.275.756	-	-
Espanha	-	-	228.922.000	281.560.855	313.000.000	404.462.010
França	-	-	68.420.000	73.441.910	-	-
Irlanda	-	-	106.514.000	115.446.436	95.000.000	113.957.563
Itália	-	-	787.001.000	824.020.197	1.155.000.000	1.358.204.836
Alemanha	-	-	7.450.000	8.512.940	-	-
Holanda	-	-	11.427.000	12.706.305	-	-
Totais	1.272.000	1.516.893	1.971.962.138	2.128.335.169	3.205.906.768	3.495.977.642

50. RÁCIOS PRUDENCIAIS CONSOLIDADOS

A partir de 1 de Janeiro de 2014 a solvabilidade da banca europeia passou a ser avaliada através do rácio *Common Equity Tier 1* (CET1), ao abrigo do Acordo de Basileia III. Durante o ano 2014 encontrou-se em vigor um regime transitório que permite o cálculo do rácio CET1 na forma de implementação “phase in”.

No final de 2017, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*) situou-se nos 15,2%, o mesmo valor obtido pelo rácio de fundos próprios de nível 1 (Tier 1), e o rácio de capital total nos 16,0%, cumprindo amplamente os requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador.

Em milhões de euros							
FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE - GCA							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ 17/16
Fundos Próprios totais ^(a)	992	913	1.048	1.142	1.227	1.426	16,2%
Common equity tier 1	---	---	1.048	1.105	1.163	1.352	16,3%
Tier 1	1.011	967	1.048	1.105	1.163	1.352	16,3%
Posição em risco de activos e equivalentes	15.825	13.505	15.301	14.245	17.203	17.121	-0,5%
Requisitos de fundos próprios	9.088	8.495	7.985	8.476	8.544	8.885	4,0%
Crédito ^(b)	8.096	7.487	6.919	7.377	7.426	7.785	4,8%
Operacional	992	1.008	1.066	1.099	1.118	1.100	-1,6%
Rátios de solvabilidade ^(c)							
Common equity tier 1	---	---	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%	1,61 p.p.
Tier 1	11,1%	11,4%	13,1%	13,0%	13,6%	15,2%	1,61 p.p.
Total	10,9%	10,8%	13,1%	13,5%	14,4%	16,0%	1,69 p.p.

(a) Incluindo os resultados líquidos do final do exercício em fundos próprios.

(b) Incluindo os requisitos de fundos próprios para risco de ajustamento da avaliação de crédito.

(c) Até Dezembro 2013 os rácios são calculados de acordo com o Avisos nºs 5/2007 e 6/2010 do Banco de Portugal, após o que são aplicadas as regras da Directiva 2013/36/UE (CRD IV - Capital Requirements Directive) e Regulamento (U.E.) nº 575/2013 (CRR – Capital Requirements Regulation).

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

No âmbito dos mecanismos de resolução bancária implementados nos últimos anos a nível europeu, o Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução Português e no Fundo Único de Resolução Europeu.

Fundo Resolução Português

O Fundo de Resolução é uma pessoa colectiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Crédito Agrícola, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efectuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2017 a contribuição periódica efectuada pelo Crédito Agrícola ascendeu a 876.906 Euros.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de Agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”), que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 377 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. O restante montante (3.823 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em Dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos activos e passivos associados à actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, S.A. (“Santander Totta”), por 150 milhões de Euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros directamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os activos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de activos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de Euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes no Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustassem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de Março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Também no dia 31 de Março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter seleccionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de Outubro de 2017, mediante a injeção, pelo novo accionista, de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto accionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de activos do Novo Banco e (ii) a evolução dos níveis de capitalização do banco, nomeadamente a prevista emissão em mercado de 400 milhões de Euros de instrumentos de capital Tier 2. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual a Caixa Central se inclui, e aos comunicados públicos efectuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as presentes demonstrações financeiras reflectem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa Central contribuições especiais ou qualquer

outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo de capitalização contingente referido no parágrafo precedente. Eventuais alterações relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras no GCA.

Fundo Único de Resolução Europeu

Para além do Fundo de Resolução Português, conforme mencionado acima, o Crédito Agrícola participa também no Fundo Único de Resolução Europeu.

O Fundo Único de Resolução Europeu, financiado pelo sector bancário europeu, destina-se a apoiar a resolução de bancos em risco ou situação de insolvência, depois de esgotadas outras opções como a recapitalização interna das instituições.

O Fundo Único de Resolução Europeu é parte integrante do Mecanismo Único de Resolução (MUR), que é o sistema europeu de resolução de bancos não viáveis. No MUR, a responsabilidade pela resolução de instituições de crédito é partilhada entre o Conselho Único de Resolução e as autoridades nacionais de resolução dos Estados-Membros da área do euro, entre as quais o Banco de Portugal, e de outros países da União Europeia que optem por aderir à União Bancária. O MUR visa assegurar a resolução ordenada dos bancos em situação de insolvência com custos mínimos para os contribuintes e para a economia real.

O MUR entrou em pleno funcionamento a 1 de Janeiro de 2016.

Em 2017 a contribuição periódica efectuada pelo Crédito Agrícola para o Fundo Único de Resolução Europeu ascendeu a 1.865.937 Euros, tendo o valor individual da Caixa Central ascendido a 302.794 Euros.

52. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração e conclusão das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2017, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

Anexo 1: Inventário da Carteira de Títulos

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do ativo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO													
Instrumentos financeiros derivados													
Forwards cambiais	Caixa Central	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	1.702	-	-
Swaps de taxa de juro	Caixa Central	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	279.293	-	-
Swaps de taxa de juro	CA Vida	AFDN	--	-	-	-	-	-	57.795.000	-	26.584.581	-	-
											26.865.575	-	-
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT 2,2% 10/17/22	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	29.100.000	0,01	JV	317.068	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	11.600.000	0,01	JV	142.335	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	9.300.000	0,01	JV	101.331	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	3.700.000	0,01	JV	45.400	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	94.600.000	0,01	JV	1.030.743	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	38.000.000	0,01	JV	466.271	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	47.300.000	0,01	JV	515.372	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	18.900.000	0,01	JV	231.908	-	-
OT ABRIL 4.125% 14/04/2027	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	19.600.000	0,01	JV	240.498	-	-
OT OUTUBRO 2.2% 17/10/2022	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	48.900.000	0,01	JV	532.805	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	39.400.000	0,01	JV	429.295	-	-
OT 4.125% 04/14/27	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	15.800.000	0,01	JV	193.871	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM SÃO TEOTÔNIO C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	56.300.000	0,01	JV	613.434	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM SÃO TEOTÔNIO C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	22.500.000	0,01	JV	276.081	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	57.400.000	0,01	JV	625.419	-	-
OT 4,125% 04/14/27	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	22.900.000	0,01	JV	280.990	-	-
OT ABRIL 2027	CCAM SILVES C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	15.400.000	0,01	JV	188.962	-	-
OT OUTUBRO 2022	CCAM SILVES C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	38.500.000	0,01	JV	419.489	-	-
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	499	1.000	JV	511.270	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	320.000	1	JV	367.898	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	145	1.000	JV	146.196	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	103.000	1	JV	118.417	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	47	1.000	JV	47.388	-	-
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	1.625	1.000	JV	1.664.958	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	1.037.000	1	JV	1.192.221	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	470	1.000	JV	473.877	-	-
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	813	1.000	JV	832.991	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	521.000	1	JV	598.985	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	237	1.000	JV	238.955	-	-
PGB 2.2% 17/10/22	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	19.200.000	0,01	JV	209.200	-	-
PGB 4.125% 14/04/27	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.700.000	0,01	JV	94.481	-	-
CCTS Float 15/10/24	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	330	1.000	JV	338.115	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
FRTR 2.25% 25/05/24	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	212.000	1	JV	243.733	-	-
SPGB 1.3% 31/10/26	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	96	1.000	JV	96.792	-	-
CCTS FLOAT 0,826% 15/10/2024 ITALIA	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	840	1.000	JV	860.655	-	-
FRTR 2.25% 25/05/2024 FRANÇA	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	538.000	1	JV	618.529	-	-
SPGB 1.3% 31/10/2026 ESPANHA	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	245	1.000	JV	247.021	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFDN	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	9.300.000	0,01	JV	101.331	-	-
OT 4.25% 04/14/27	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFDN	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	3.700.000	0,01	JV	45.400	-	-
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	160	1.000	JV	163.934	-	-
FRANCE (GOV OF) 2,25% 05/25/24	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	103.000	1	JV	118.417	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	47	1.000	JV	47.388	-	-
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	677	1.000	JV	693.647	-	-
FRANCE (GOVT OF) 2.25% 05/25/24	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	434.000	1	JV	498.962	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	197	1.000	JV	198.625	-	-
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM SÃO TEOTÔNIO C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	965	1.000	JV	988.729	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM SÃO TEOTÔNIO C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	619.000	1	JV	711.653	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM SÃO TEOTÔNIO C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	281	1.000	JV	283.318	-	-
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	984	1.000	JV	1.008.196	-	-
FRANCE (GOVT OF) 2,25% 05/25/24	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	631.000	1	JV	725.450	-	-
SPGB 1,3%_ 10/31/26	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	287	1.000	JV	289.367	-	-
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM SILVES C.R.L.	AFDN	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	661	1.000	JV	677.254	-	-
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM SILVES C.R.L.	AFDN	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	424.000	1	JV	487.465	-	-
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM SILVES C.R.L.	AFDN	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	193	1.000	JV	194.592	-	-
											22.786.683	-	-
Instrumentos de capital													
FIM CA Rendimento	Fenacam	AFDN	PTYCFBLM0003	OUT	PRT	S	778,14%	207.232		JV	1.612.554	-	-
											1.612.554	-	-
Total											634.259.031	-	-
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT 4,75% 14JUN/19/ 4.75000	CA Gest	OAFJVAR	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	107,08%	25.000	1	JV	26.770	-	-
PGB 5.65% 15/02/24	CA Vida	OAFJVAR	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	1.225.500	1	JV	1.618.860	-	-
											1.645.630	-	-
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BBVASM 6.75% 29/12/49 - 20	CA Vida	OAFJVAR	XS1190663952	OUT	PRT	S	108,14%	7.000.000	1	JV	7.625.324	-	-
DEMETER 3.75% - 8 - F	CA Vida	OAFJVAR	XS1071748187	OUT	PRT	S	102,85%	4.000.000	1	JV	4.230.567	-	-
DEMETER 4% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1027954822	OUT	PRT	S	100,46%	10.000.000	1	JV	10.356.840	-	-
DEMETER 4.75% 20/12/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0984085174	OUT	PRT	S	105,69%	10.000.000	1	JV	10.582.028	-	-
DEMETR 3.85% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747882	OUT	PRT	S	102,96%	2.000.000	1	JV	2.119.095	-	-
DEMETR 4.05% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747536	OUT	PRT	S	103,44%	2.000.000	1	JV	2.131.741	-	-
DEMETR 4.1% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747700	OUT	PRT	S	103,75%	2.000.000	1	JV	2.138.725	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
DEMETR 4.3% 20/03/19	CA Vida	OAFJVAR	XS1071747619	OUT	PRT	S	103,37%	2.000.000	1	JV	2.134.298	-	-
DEMETR 4.75% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071977539	OUT	PRT	S	114,02%	4.000.000	1	JV	4.708.776	-	-
DEMETR 4.9% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071975830	OUT	PRT	S	113,64%	4.000.000	1	JV	4.697.980	-	-
DEMETR 5.1% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071973389	OUT	PRT	S	114,01%	4.000.000	1	JV	4.718.983	-	-
DEMETR 5.25% 20/03/2022	CA Vida	OAFJVAR	XS1071974601	OUT	PRT	S	118,21%	4.000.000	1	JV	4.891.547	-	-
DEMETR 5.25% 20/03/22	CA Vida	OAFJVAR	XS1071972225	OUT	PRT	S	116,03%	4.000.000	1	JV	4.804.695	-	-
Douro 7.85% 20/09/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0968894963	OUT	PRT	S	106,95%	7.500.000	1	JV	8.039.117	-	-
SMART 4.67% 20/06/18	CA Vida	OAFJVAR	XS0958352873	OUT	PRT	S	102,75%	7.500.000	1	JV	7.890.875	-	-
SOCGEN 0 13/08/26	CA Vida	OAFJVAR	XS1386463944	OUT	PRT	S	101,30%	5.400.000	1	JV	5.470.200	-	-
											86.540.791	-	
Total								80.650.500			88.186.422	-	
ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA													
Instrumentos de dívida													
OT 2,2% 10/17/22	CCAM AROUCA C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	19.800.000	0,01	JV	215.737	-	(85)
PGB 4,125% 14/04/27	CCAM AROUCA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.900.000	0,01	JV	96.935	-	(822)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM AROUCA C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	339	1.000	JV	347.328	-	(1.532)
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM AROUCA C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	217.000	1	JV	249.481	-	(707)
SPGB 1,3%10/31/26	CCAM AROUCA C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	99	1.000	JV	99.817	-	(622)
OT 2.2% 10/17/22	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	19.800.000	0,01	JV	242.952	-	(85)
OT 4,125% 04/14/27	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.900.000	0,01	JV	96.935	-	(822)
CCTS FLOAT 15/10/24	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	340	1.000	JV	348.360	-	(1.538)
FRTR 2,25% 25/05/24	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	218.000	1	JV	250.631	-	(711)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	99	1.000	JV	99.817	-	(622)
OT 2,2 10/17/22	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	29.600.000	0,01	JV	322.516	-	(843)
OT 4,125 04/14/27	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	11.800.000	0,01	JV	144.789	-	(5.339)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	507	1.000	JV	519.467	-	(2.222)
FRTR 2.25 05/25/24	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	325.000	1	JV	373.647	-	(5.309)
SPGB 1,3 10/31/26	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	148	1.000	JV	149.221	-	-
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM NOROESTE C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
PGB 2.2% 17/10/22	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	77.100.000	0,01	JV	840.067	-	-
PGB 4.125% 14/04/27	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	30.800.000	0,01	JV	365.824	-	-
CCTS Float 15/10/24	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	1.323	1.000	JV	1.353.167	-	-
FRTR 2.25% 25/05/24	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	848.000	1	JV	963.229	-	-
SPGB 1.3% 31/10/26	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	385	1.000	JV	387.326	-	-
OTRV Agosto 2021	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	14.104
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	684
OTRV Maio 2021	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	430
OTRV Novembro 2021	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	924
OTRV AGOSTO 2021	CCAM VALE DO TÁVORA E DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OT 2.2% 10/17/22	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	19.700.000	0,01	JV	214.652	-	(560)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OT 4,125% 04/14/27	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.900.000	0,01	JV	96.935	-	(3.568)
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	338	1.000	JV	346.311	-	(1.517)
FRANCE 2,25% 05/25/24	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	217.000	1	JV	249.481	-	(3.511)
SPGB 1,3% 10/31-26	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	99	1.000	JV	99.817	-	27
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OT 2,2% 10/17/22	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	49.200.000	0,01	JV	535.176	-	946
OT 4,125% 14ABR/2027	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	19.700.000	0,01	JV	241.725	-	(1.221)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	843	1.000	JV	863.729	-	(2.265)
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	541.000	1	JV	621.978	-	(1.628)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	246	1.000	JV	248.029	-	600
OT 2,2 % 17/10/2022	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	71.600.000	0,01	JV	780.392	-	(2.046)
OT 4,125% 14/ABR/2027	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	28.600.000	0,01	JV	350.930	-	(12.895)
CCTS EU FLOAT 10/15/2024	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	1.229	1.000	JV	1.259.221	-	(5.513)
FRANCE (GOV OF) 2,25% 05/25/2024	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	788.000	1	JV	905.950	-	(12.871)
SPGB 1,3% 10/31/2026	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	358	1.000	JV	360.953	-	105
OT 2,2% 10/17/22	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	47.900.000	0,01	JV	521.909	-	575
OT 4,125% 04/14/27	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	19.200.000	0,01	JV	235.590	-	(1.190)
CCTS EU FLOAT 10/15/24	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	821	1.000	JV	841.188	-	(2.309)
FRANCE(GOV OF) 2,25% 05/25/24	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	527.000	1	JV	605.883	-	(1.586)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	239	1.000	JV	240.971	-	583
OTRV ABRIL 2022	CCAM ALBERGARIA E SEVER C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	-
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ALBERGARIA E SEVER C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	-
OT 2,2% 10/17/22	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	19.700.000	0,01	JV	214.647	-	(535)
OT 4,125% 04/14/27	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.900.000	0,01	JV	96.935	-	(3.561)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	199	1.000	JV	203.893	-	(1.007)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	139	1.000	JV	142.418	-	(471)
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	217.000	1	JV	249.481	-	(3.543)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	99	1.000	JV	99.817	-	37
OTRV ABRIL 2022	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 21	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OT 2,2% 10/17/22	CCAM TERRAS DE VIRIATO C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	60.200.000	0,01	JV	655.928	-	722
OT 4,125% 04/14/27	CCAM TERRAS DE VIRIATO C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	24.100.000	0,01	JV	295.714	-	(1.494)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM TERRAS DE VIRIATO C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	1.032	1.000	JV	1.057.377	-	(2.902)
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM TERRAS DE VIRIATO C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	662.000	1	JV	761.090	-	(1.993)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM TERRAS DE VIRIATO C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	301	1.000	JV	303.483	-	734
OT 2,2% 10/17/22	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	19.700.000	0,01	JV	214.647	-	(560)
OT 4,125% 04/14/27	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	7.900.000	0,01	JV	96.935	-	(3.574)
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	338	1.000	JV	346.311	-	(1.516)
FRTR 2,25% 05/25/24	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	217.000	1	JV	249.481	-	(3.545)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	99	1.000	JV	99.817	-	27
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ARRUDA DOS VINHOS C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ARRUDA DOS VINHOS C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	301	1.000	JV	319.862	-	16.829
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ARRUDA DOS VINHOS C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV MAIO 2021	CCAM ARRUDA DOS VINHOS C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OT 4,125% 04/14/27	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	15.600.000	0,01	JV	191.416	-	(967)
OT 4,125 % 04/14/27	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	300.000.000	0,01	JV	3.681.086	-	(28.200)
OT4.95%25OCT23	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTAE0E0021	OUT	PRT	S	123,13%	50.000.000	0,01	JV	620.281	-	50.920
OTRV ABRIL 2022	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV MAIO 2021	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTVR DEZEMBRO 2022	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
PGB 2,20 % 14/04/27	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	39.100.000	0,01	JV	479.768	-	469
Portugal 2020-06-15	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	50.000.000	0,01	JV	571.636	-	79.485
CCTS FLOAT 10/15/24	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	671	1.000	JV	686.300	-	(1.888)
FRTR 2,25 % 05/25/24	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	430.000	1	JV	494.363	-	(1.294)
SPGB 1,3% 10/31/26	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	196	1.000	JV	197.184	-	478
OT 2,875% JUL 2026	CCAM C. RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE C.R.L.	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	200.000.000	0,01	JV	2.206.834	-	244.819
OTRV Dezembro 2022	CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OT 05/12/2022	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	65	1.000	JV	67.331	-	(62)
OT 12/Agosto/2021	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	71.000	1	JV	75.834	-	3.926
OT 12/Agosto/2022	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	24	1.000	JV	25.504	-	130
OT 14/Junho/2019	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	107,07%	978.956	1	JV	1.073.795	-	31.584
OT 15/Abril/2021	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTEOE0007	OUT	PRT	S	112,41%	22.913.500	0,01	JV	263.876	-	96.780
OT 15/Abril/2037	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTESOE0007	OUT	PRT	S	119,50%	2.454.000	1	JV	3.004.476	-	458.599
OT 15/Fevereiro/2045	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	116,97%	283.110.000	0,01	JV	3.413.302	-	287.365
OT 15/Junho/2018	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	102,08%	600.000	0,01	JV	6.271	-	(12.140)
OT 15/Junho/2020	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	66.050.000	0,01	JV	755.131	-	(6.979)
OT 15/Outubro/2025	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	110,38%	89.300.000	0,01	JV	991.180	-	108.587
OT 25/Outubro/2023	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTEA0E0021	OUT	PRT	S	123,13%	89.000.000	0,01	JV	1.104.100	-	72.393
OT 30/Novembro/2021	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	21	1.000	JV	22.152	-	1.026
BT 21/Setembro/2018	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS	PTPBT1GE0038	OUT	PRT	S	100,25%	5.000	1	JV	5.012	-	(2)
OT FEVEREIRO 4.10% 15/02/2045	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTEBOE0020	OUT	PRT	S	116,97%	52.240.000	0,01	JV	629.829	-	53.902
OT JUNHO 4.80% 15/06/2020	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	27.950.000	0,01	JV	319.544	-	(1.051)
OT OUTUBRO 2.875% 15/10/2025	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	110,38%	74.200.000	0,01	JV	823.578	-	80.136
OTRV ABRIL 1.90% 12/04/2022	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	74	1.000	JV	78.935	-	64
OTRV AGOSTO 1.60% 12/08/2022	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	30	1.000	JV	31.880	-	168
OTRV NOVEMBRO 2.00% 30/11/2021	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	88	1.000	JV	92.829	-	3.230
BT 21 SETEMBRO 2018	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS	PTPBT1GE0038	OUT	PRT	S	100,25%	761.400	1	JV	763.265	-	(474)
OTRV ABRIL 2022	CCAM ENTRE TEJO E SADO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ENTRE TEJO E SADO C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ENTRE TEJO E SADO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM ENTRE TEJO E SADO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
PGB 2.2% 17/10/22	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	38.800.000	0,01	JV	422.757	-	(167)
PGB 4.125% 14/04/27	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	15.500.000	0,01	JV	190.189	-	(1.614)
CCTS Float 15/10/24	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	666	1.000	JV	682.377	-	(3.012)
FRTR 2.25% 25/05/24	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	427.000	1	JV	490.914	-	(1.392)
SPGB 1.3% 321/10/26	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	194	1.000	JV	195.600	-	(1.219)
PGB 2.2% 17/10/22	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	38.500.000	0,01	JV	419.489	-	166

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
PGB 4.125% 14/04/27	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	15.400.000	0,01	JV	188.962	-	1.603
CCTS FLOAT 15/10/24	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	661	1.000	JV	677.254	-	2.990
FRTR 2.25% 25/05/24	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,59%	424.000	1	JV	487.465	-	1.382
SPGB 1.3% 31/10/26	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS	ES00000128H5	OUT	ESP	S	100,60%	193	1.000	JV	194.592	-	1.212
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OT ABR 21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,41%	52.085.000.000	0,01	JV	599.821.348	-	10.650.709
OT ABR 22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	13.815	1.000	JV	14.736.391	-	200.841
OT ABR 27	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	16.800.000.000	0,01	JV	206.140.833	-	(1.404.798)
OT AGO 21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	58.636.000	1	JV	62.628.297	-	234.469
OT AGO 22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	7.820	1.000	JV	8.310.045	-	62.261
OT FEV 24	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	1.000.000.000	0,01	JV	13.211.343	-	(32.075)
OT JUL 26	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	10.000.000.000	0,01	JV	110.341.722	-	145.135
OT JUN 20	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTECOEO029	OUT	PRT	S	111,70%	11.000.000.000	0,01	JV	125.759.851	-	(90.049)
OT MAI 21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	37.557	1.000	JV	40.150.603	-	222.114
OT NOV 21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	45.344	1.000	JV	47.832.378	-	34.962
OT OUT 22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	14.000.000.000	0,01	JV	152.541.315	-	1.455.820
OT OUT 23	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	123,13%	2.500.000.000	0,01	JV	31.014.048	-	(95.314)
OT OUT 25	CCCAM, C.R.L	AFS	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	110,38%	27.050.000.000	0,01	JV	300.239.808	-	1.667.910
PORTB 0 01/19/18	CCCAM, C.R.L	AFS	PTPBTBGE0030	OUT	PRT	S	100,02%	170.000.000	1	JV	170.034.000	-	2.393
PORTB 0 03/16/2018	CCCAM, C.R.L	AFS	PTPBTTZGE0024	OUT	PRT	S	100,08%	184.000.000	1	JV	184.147.200	-	11.448
PORTB 0 05/18/2018	CCCAM, C.R.L	AFS	PTPBTPGE0034	OUT	PRT	S	100,13%	390.000.000	1	JV	390.507.000	-	25.767
PORTB 0 11/16/18	CCCAM, C.R.L	AFS	PTPBTTZGE0037	OUT	PRT	S	100,31%	215.000.000	1	JV	215.655.750	-	(13.258)
CAMFER 4.17 10/16/19	CCCAM, C.R.L	AFS	PTCFPAOM0002	OUT	PRT	S	106,89%	4.000.000	1	JV	4.310.588	-	37.035
GOVMAD 06/09/22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTRAMXOM0006	OUT	PRT	S	103,06%	9.000.000	1	JV	9.284.740	-	275.580
METLIS 5.75 02/04/2019	CCCAM, C.R.L	AFS	PTMTLDM0005	OUT	PRT	S	105,97%	4.000.000	1	JV	4.447.261	-	10.108
REFER 4.25 12/13/21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTCPEDOM0000	OUT	PRT	S	112,64%	900.000	1	JV	1.015.724	-	23.200
BIALPT 0 07/10/19	CCCAM, C.R.L	AFS	PTBPCAEO0006	OUT	PRT	S	101,37%	3.900.000	1	JV	4.021.640	-	35.101
NOSPL 0 03/28/22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTNOSBOE0004	OUT	PRT	S	100,39%	10.000.000	1	JV	10.084.789	-	23.097
Parque Eólico do Pisco	CCCAM, C.R.L	AFS	PTPEOAOM0009	OUT	PRT	S	109,40%	11.375.000	1	JV	11.647.573	-	980.035
PESTA 0 28/02/2020	CCCAM, C.R.L	AFS	PTGRPCOE0002	OUT	PRT	S	102,06%	3.500.000	1	JV	3.615.010	-	72.368
PESTA 3.95 07/15/22	CCCAM, C.R.L	AFS	PTGRPEOE0000	OUT	PRT	S	100,36%	2.000.000	1	JV	2.043.582	-	11.869
SAUDCR 0 06/29/21	CCCAM, C.R.L	AFS	PTSDRCOE0002	OUT	PRT	S	103,17%	5.000.000	1	JV	5.159.808	-	158.186
SAUDCR 0 12/20/19	CCCAM, C.R.L	AFS	PTSDRDOM0001	OUT	PRT	S	101,50%	5.000.000	1	JV	5.079.583	-	74.859
SEMPLE 0 04/17/19	CCCAM, C.R.L	AFS	PTSEMFEO0003	OUT	PRT	S	101,60%	5.000.000	1	JV	5.111.163	-	18.977
BTPS 0.35 06/15/20	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005250946	OUT	ITA	S	100,66%	222.400.000	1	JV	223.904.194	-	(1.041.613)
BTPS 045 06/01/21	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005175598	OUT	ITA	S	100,52%	428.000.000	1	JV	430.368.228	-	(2.237.820)
BTPS 2.15 12/21	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005028003	OUT	ITA	S	106,44%	77.000.000	1	JV	82.036.117	-	(460.165)
BTPS 3.75 03/2021	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0004634132	OUT	ITA	S	110,99%	223.000.000	1	JV	250.326.001	-	(621.830)
BTPS 5.5 11/22	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0004848831	OUT	ITA	S	122,38%	66.000.000	1	JV	81.381.825	-	(1.004.172)
BTPS 9 11/01/23	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0000366655	OUT	ITA	S	144,55%	50.000.000	1	JV	73.031.787	-	(1.574.743)
CCTS 0 02/15/24	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005218968	OUT	ITA	S	100,61%	50.000.000	1	JV	50.397.974	-	682.480
CCTS 0 04/15/25	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005311508	OUT	ITA	S	100,80%	25.000.000	1	JV	25.236.867	-	93.168
CCTS 0 07/15/23	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005185456	OUT	ITA	S	101,10%	360.000.000	1	JV	364.685.942	-	974.995

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
CCTS 0 10/15/24	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005252520	OUT	ITA	S	102,28%	188.000	1.000	JV	192.622.857	-	2.910.507
CCTS 0 12/15/2020	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005056541	OUT	ITA	S	102,00%	12.000.000	1	JV	12.242.986	-	12.754
SPGB 0.05 01/31/21	CCCAM, C.R.L	AFS	ES00000128X2	OUT	ESP	S	100,19%	255.700.000	1	JV	256.253.923	-	(139.252)
SPGB 04/30/2020	CCCAM, C.R.L	AFS	ES00000122D7	OUT	ESP	S	109,73%	69.000.000	1	JV	77.575.934	-	(38.044)
BOTS 0 03/29/18	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005281941	OUT	ITA	S	100,14%	330.000.000	1	JV	330.458.700	-	155.282
BOTS 0 09/14/18	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005281933	OUT	ITA	S	100,31%	95.000.000	1	JV	95.294.500	-	63.204
ACSSM 2.875 04/01/2020	CCCAM, C.R.L	AFS	XS1207309086	OUT	ESP	S	105,47%	4.700.000	1	JV	5.058.709	-	181.138
CCL 1.625 02/2021	CCCAM, C.R.L	AFS	XS1319820624	OUT	PAN	S	104,45%	5.000.000	1	JV	5.292.025	-	211.887
CPRIM 2.75 09/2020	CCCAM, C.R.L	AFS	XS1300465926	OUT	ITA	S	106,61%	5.000.000	1	JV	5.365.384	-	196.042
MONTE 0.50 01/20/18	CCCAM, C.R.L	AFS	IT0005240491	OUT	ITA	S	100,01%	100.000.000	1	JV	100.234.167	-	(6.240)
SUGALG 3 10/18/19	CCCAM, C.R.L	AFS	ES0305088017	OUT	NLD	S	100,26%	2.400.000	1	JV	2.420.717	-	6.056
SUGALG 4.25 10/27/20	CCCAM, C.R.L	AFS	ES0305088009	OUT	NLD	S	100,66%	10.000.000	1	JV	10.142.649	-	65.800
OTRV ABRIL 2022	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OT 2,875% 15OUT25	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTEKOE0011	OUT	PRT	S	110,38%	100.000.000	0,01	JV	1.109.944	-	167.965
OT 2,875% 21JUL26	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	100.000.000	0,01	JV	1.103.238	-	173.225
OT 4,125% 14/04/27	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	36.800.000	0,01	JV	451.713	-	39.308
OT 4,125% 14ABR27	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	85.000.000	0,01	JV	1.043.344	-	179.407
OT 4,95% 25OCT23	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTEAEO0021	OUT	PRT	S	123,13%	100.000.000	0,01	JV	1.240.562	-	144.660
OT 5,65% 15FEV24	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	100.000.000	0,01	JV	1.322.369	-	158.039
OTRV Agosto 2021	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV Maio 2021	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV Novembro 2021	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.433	-	16.886
OT Junho 2018	CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA C.R.L.	AFS	PTOTENOEO018	OUT	PRT	S	102,08%	7.600.000.000	0,01	JV	79.427.725	-	1.847.232
OT Junho 2027	CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	500.000.000	0,01	JV	6.134.579	-	588.963
OT 4,125% 04/04/27	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	100.000.000	0,01	JV	1.226.916	-	40.700
OTRV ABRIL 2022	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.350	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.402	-	33.211
OTRV MAIO 2021	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV Agosto 2021	CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV Fevereiro 2030	CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO C.R.L.	AFS	PTOTEROE0014	OUT	PRT	S	116,10%	100.000.000	0,01	JV	1.195.012	-	27.864
OTRV Maio 2021	CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV AGOSTO 2021	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM P. VARZIM, V.CONDE, ESPOSENDE C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV ABRIL 2022	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OT (3,875% 02/15/30)	CCAM ALTO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTEROEO014	OUT	PRT	S	116,10%	1.000.000.000	0,01	JV	11.950.126	-	1.628.520
OT 4.10% Feb 2045	CCAM ALTO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTEBEO0020	OUT	PRT	S	116,97%	365.000.000	0,01	JV	4.401.015	-	(590.879)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV ABRIL 2022	CCAM TERRA QUENTE C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM TERRA QUENTE C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV AGOSTO 2022	CCAM TERRA QUENTE C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM TERRA QUENTE C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OT 2,875% 21/07/2026	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	100.000.000	0,01	JV	1.103.237	-	109.806
OTRV ABRIL 2022	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV MAIO 2021	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.803	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV ABRIL 2022	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2022	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	242	1.000	JV	257.165	-	13.530
OTRV MAIO 2021	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OT FEVEREIRO 2024	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	100.000.000	0,01	JV	1.320.825	-	138.440
OT OUTUBRO 2022	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	150.000.000	0,01	JV	1.634.190	-	154.950
OT OUTUBRO DE 2023	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	123,13%	150.000.000	0,01	JV	1.860.436	-	192.150
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV AGOSTO 2022	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.197	-	33.211
OTRV MAIO 2021	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.721	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OT 2,875% 07/21/26	CCAM COIMBRA C.R.L.	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	250.000.000	0,01	JV	2.757.898	-	272.213
PGB 5,65 02/15/24	CCAM COIMBRA C.R.L.	AFS	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	80.000.000	0,01	JV	1.056.784	-	94.736
OTRV AGOSTO 2021	CCAM OLIVEIRA DE AZEIS E ESTARREJA	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM OLIVEIRA DE AZEIS E ESTARREJA	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM OLIVEIRA DE AZEIS E ESTARREJA	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM OLIVEIRA DE AZEIS E ESTARREJA	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.096	-	1.062
OT JUN 20	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	500.000.000	0,01	JV	5.715.106	-	154.262
OTRV ABRIL 2022	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OT 4.95% 25OCT23	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	123,13%	130.000.000	0,01	JV	1.612.731	-	96.970
OTRV ABRIL 2022	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.115	-	1.062
OTRV ABRIL 2022	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.269	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.346	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.096	-	1.062
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.361	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM BAIXO VOUGA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.721	-	12.439

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV MAIO 2021	CCAM BAIXO VOUÇA C.R.L.	AFS	PTOTVG0E0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM BAIXO VOUÇA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ANADIA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ALBERGARIA E SEVER C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.003	-	18.540
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ALBERGARIA E SEVER C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV ABRIL 2022	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	166	1.000	JV	175.110	-	8.815
OTVR AGOSTO 2022	CCAM VAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OTRV ABRIL 2022	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2022	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.142	-	33.211
OT2,875%21JUL26	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS	PTOTETO0012	OUT	PRT	S	109,03%	100.000.000	0,01	JV	1.104.695	-	160.194
OT2,875JUL26	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS	PTOTETO0012	OUT	PRT	S	109,03%	100.000.000	0,01	JV	1.099.903	-	120.294
OT4,45%15JUN18	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	102,08%	150.000.000	0,01	JV	1.564.635	-	42.227
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.701	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS	PTOTVG0E0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.664	-	664
OT 4,125% 04/14/27	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	150.000.000	0,01	JV	1.840.374	-	235.417
OTRV ABRIL 2022	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV MAIO 2021	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS	PTOTVG0E0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OT 4,125% 04/14/27	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	200.000.000	0,01	JV	2.453.832	-	420.941
OT 4,95% 25OCT23	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTEA0E0021	OUT	PRT	S	123,13%	100.000.000	0,01	JV	1.240.426	-	150.912
OTRV AGOSTO 2021	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OT ABR 21	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,41%	100.000.000	0,01	JV	1.151.515	-	66.110
OT ABR 21	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,41%	100.000.000	0,01	JV	1.151.515	-	63.514
OT ABR 21	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	112,41%	70.000.000	0,01	JV	806.060	-	43.817
OTRV ABRIL 2022	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.333	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.361	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.252	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.721	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVG0E0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.690	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ZONA DO PINHAL C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	120	1.000	JV	126.579	-	6.372
OTRV Abril 2022	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	201	1.000	JV	214.406	-	12.546
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	535	1.000	JV	568.526	-	29.912
OTRV ABRIL 2022	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	99	1.000	JV	105.603	-	6.180
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS	PTOTVG0E0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM AZAMBUJA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	90	1.000	JV	94.779	-	4.779
OT 2,875% 07/21/26	CCAM CADAVAL C.R.L.	AFS	PTOTETO0012	OUT	PRT	S	109,03%	300.000.000	0,01	JV	3.309.477	-	390.922
OT 4,125% 04/14/27	CCAM CADAVAL C.R.L.	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	80.000.000	0,01	JV	981.533	-	81.941
OT 2,875% JUL 2026	CCAM C. RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE C.R.L.	AFS	PTOTETO0012	OUT	PRT	S	109,03%	100.000.000	0,01	JV	1.103.159	-	132.191

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV ABRIL 2022	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.477	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.624	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	535	1.000	JV	567.789	-	29.912
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	334.970	-	16.886
OT 4,45% Jun 2018	CCAM LOURINHÃ C.R.L.	AFS	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	102,08%	1.500.000.000	0,01	JV	15.678.353	-	405.612
OT 4,80% Jun 2020	CCAM LOURINHÃ C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	550.000.000	0,01	JV	6.288.716	-	702.050
OT 4,95% Out 2023	CCAM LOURINHÃ C.R.L.	AFS	PTOTEA0E0021	OUT	PRT	S	123,13%	500.000.000	0,01	JV	6.202.810	-	1.588.845
OTRV ABRIL 2022	CCAM PERNES C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.367	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM PERNES C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.359	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM PERNES C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV MAIO 2021	CCAM PERNES C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV ABRIL 2022	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.334	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV AGOSTO 2022	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.062
OTRV ABRIL 2022	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.324	-	1.248
OTRV AGOSTO 2022	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.222	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.694	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.899	-	16.886
OTRV ABRIL 2022	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	20	1.000	JV	21.361	-	1.248
OTRV AGOSTO 2021	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.227	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OT (3,875% 02/15/30	CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR C.R.L.	AFS	PTOTERO0014	OUT	PRT	S	116,10%	140.000.000	0,01	JV	1.672.869	-	16.184
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OT 4,8% 15JUN20	CCAM BEJA E MÉRTOLA C.R.L.	AFS	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	111,70%	500.000.000	0,01	JV	5.705.836	-	618.095
OTRV ABRIL 2022	CCAM BORBA C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	148	1.000	JV	157.871	-	9.227
OTRV AGOSTO 2021	CCAM BORBA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.199
OTRV AGOSTO 2022	CCAM BORBA C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.117
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM BORBA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	219	1.000	JV	226.854	-	7.657
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM BORBA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	20	1.000	JV	21.098	-	1.061
OTRV MAIO 2021	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	11.329	-	664
OTRV ABRIL 2022	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	193.072	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	309	1.000	JV	330.039	-	18.540
OTRV AGOSTO 2022	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	270	1.000	JV	279.684	-	9.461
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV MAIO 2021	AM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV AGOSTO 2021	CCAM GUADIANA INTERIOR C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV MAIO 2021	CCAM GUADIANA INTERIOR C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV AGOSTO 2021	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	22.400	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFS	PTOTVKOE0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	660.421	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	21.402	-	701

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	351.772	-	16.886
OTRV ABRIL 2022	CCAM SÃO TEOTÓNIO C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	140	1.000	JV	149.337	-	8.739
OTRV AGOSTO 2022	CCAM SÃO TEOTÓNIO C.R.L.	AFS	PTOTVKE0E0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM SÃO TEOTÓNIO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OTRV MAIO 2021	CCAM SÃO TEOTÓNIO C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV ABRIL 2022	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVJOE0005	OUT	PRT	S	106,24%	181	1.000	JV	192.890	-	11.298
OTRV AGOSTO 2021	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVHOE0007	OUT	PRT	S	106,00%	20	1.000	JV	21.362	-	1.200
OTRV AGOSTO 2022	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVKE0E0002	OUT	PRT	S	105,59%	594	1.000	JV	631.223	-	33.211
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	355	1.000	JV	367.732	-	12.439
OTRV MAIO 2021	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVGOE0008	OUT	PRT	S	106,64%	10	1.000	JV	10.691	-	664
OTRV NOVEMBRO 2021	CCAM S.B.MESSINES, S.MARCOS SERRA C.R.L.	AFS	PTOTVIOE0006	OUT	PRT	S	105,31%	318	1.000	JV	335.451	-	16.886
OTRV AGOSTO 2022	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO C.R.L.	AFS	PTOTVKE0E0002	OUT	PRT	S	105,59%	20	1.000	JV	21.253	-	1.118
OTRV DEZEMBRO 2022	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO C.R.L.	AFS	PTOTVLOE0001	OUT	PRT	S	103,50%	20	1.000	JV	20.717	-	701
OT JUN.(4,45%) 18	CCAM ALGARVE C.R.L.	AFS	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	102,08%	500.000.000	0,01	JV	5.225.508	-	113.610
BGB 0.8% 22/06/25	CA Vida	AFS	BE0000334434	OUT	BEL	S	103,42%	25.500.000	1,00	JV	26.479.665	-	164.705
BGB 1% 22/06/26	CA Vida	AFS	BE0000337460	OUT	BEL	S	104,44%	16.500.000	1,00	JV	17.319.230	-	(55.103)
BTPS 0.35% 01/11/21	CA Vida	AFS	IT0005216491	OUT	ITA	S	99,77%	3.500.000	1,00	JV	3.493.964	-	23.565
BTPS 0.95% 15/03/23	CA Vida	AFS	IT0005172322	OUT	ITA	S	100,18%	3.670.000	1,00	JV	3.686.827	-	33.366
BTPS 1.25% 01/12/26	CA Vida	AFS	IT0005210650	OUT	ITA	S	95,34%	8.500.000	1,00	JV	8.112.633	-	(2.211)
BTPS 1.65% 01/03/32	CA Vida	AFS	IT0005094088	OUT	ITA	S	90,60%	6.100.000	1,00	JV	5.560.243	-	-
BTPS 2.15% 15/12/21	CA Vida	AFS	IT0005028003	OUT	ITA	S	106,44%	57.000.000	1,00	JV	60.724.521	-	(29.204)
BTPS 2.5% 01/05/19	CA Vida	AFS	IT0004992308	OUT	ITA	S	103,60%	3.000.000	1,00	JV	3.120.401	-	22.663
BTPS 3.5% 01/03/30	CA Vida	AFS	IT0005024234	OUT	ITA	S	112,30%	28.900.000	1,00	JV	32.792.798	-	(97.554)
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Vida	AFS	IT0004907843	OUT	ITA	S	101,62%	179.000	1,00	JV	182.418	-	59
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Vida	AFS	IT0004966401	OUT	ITA	S	111,37%	2.400.000	1,00	JV	2.687.797	-	168.881
BTPS 4% 01/09/20	CA Vida	AFS	IT0004594930	OUT	ITA	S	110,36%	200.000	1,00	JV	223.372	-	428
BTPS 4.25% 01/02/19	CA Vida	AFS	IT0003493258	OUT	ITA	S	104,88%	1.680.000	1,00	JV	1.791.475	-	67.244
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Vida	AFS	IT0004953417	OUT	ITA	S	119,26%	35.778.000	1,00	JV	43.206.995	-	182.804
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Vida	AFS	IT0004889033	OUT	ITA	S	125,02%	42.666.000	1,00	JV	54.018.444	-	305.911
BTPSH 0 01/02/19	CA Vida	AFS	IT0004848583	OUT	ITA	S	100,28%	3.550.000	1,00	JV	3.560.011	-	52.293
BTPSS 0 01/08/18	CA Vida	AFS	IT0004848716	OUT	ITA	S	100,28%	5.130.000	1,00	JV	5.144.569	-	42.762
FRTR 0.5% 25/05/26	CA Vida	AFS	FR0013131877	OUT	FRA	S	100,46%	440.000	1,00	JV	443.350	-	(252)
FRTR 2.25% 25/05/24	CA Vida	AFS	FR0011619436	OUT	FRA	S	113,56%	26.500.000	1,00	JV	30.453.314	-	(18.260)
ICTZ 0% 28/12/18	CA Vida	AFS	IT0005221285	OUT	ITA	S	100,33%	4.939.000	1,00	JV	4.955.348	-	5.201
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Vida	AFS	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	103,72%	500.000	1,00	JV	521.784	-	10.765
IRISH 1% 15/05/26	CA Vida	AFS	IE00BV8C9418	OUT	IRL	S	102,68%	147.400.000	1,00	JV	152.271.772	-	(250.009)
IRISH 2.4% 15/05/30	CA Vida	AFS	IE00BJ38CR43	OUT	IRL	S	115,14%	500.000	1,00	JV	583.272	-	(130)
NETHER 0.5% 15/07/26	CA Vida	AFS	NL0011819040	OUT	NLD	S	101,06%	500.000	1,00	JV	506.473	-	375
NETHER 1.75% 15/07/23	CA Vida	AFS	NL0010418810	OUT	NLD	S	109,93%	4.977.000	1,00	JV	5.511.344	-	71.402
PGB 2.2% 17/10/22	CA Vida	AFS	PTOTESOE0013	OUT	PRT	S	108,50%	6.500.000	1,00	JV	7.081.884	-	5.261
PGB 4.10% 15/04/37	CA Vida	AFS	PTOTESOE0007	OUT	PRT	S	119,44%	262.000	1,00	JV	320.585	-	16.299
PGB 4.125% 14/04/27	CA Vida	AFS	PTOTEUOE0019	OUT	PRT	S	118,77%	36.700.000	1,00	JV	45.027.808	-	51.731
PGB 4.45% 15/06/18	CA Vida	AFS	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	102,10%	6.125.000	1,00	JV	6.401.921	-	56.073
PGB 4.95% 25/10/23	CA Vida	AFS	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	123,13%	14.500.000	1,00	JV	17.986.181	-	(240)
PGB 5.65% 15/02/24	CA Vida	AFS	PTOTEQOE0015	OUT	PRT	S	127,16%	2.300.000	1,00	JV	3.038.253	-	6.052
PORTB 0 18/05/18	CA Vida	AFS	PTPBTPGE0034	OUT	PRT	S	100,13%	13.000.000	1,00	JV	13.016.900	-	(4.459)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Vida	AFS	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	109,87%	14.300.000	1,00	JV	15.757.164	-	118.543
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Vida	AFS	ES0000012621	OUT	ESP	S	104,52%	8.300.000	1,00	JV	8.764.134	-	-
SPGB 1.95% 30/07/30	CA Vida	AFS	ES00000127A2	OUT	ESP	S	100,16%	9.400.000	1,00	JV	9.492.566	-	(74.933)
SPGB 3.8% 30/04/24	CA Vida	AFS	ES00000124W3	OUT	ESP	S	118,95%	61.236.000	1,00	JV	74.399.710	-	1.109.435
SPGB 4.1% 30/07/18	CA Vida	AFS	ES00000121A5	OUT	ESP	S	102,58%	6.045.000	1,00	JV	6.305.773	-	55.820
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Vida	AFS	ES00000123X3	OUT	ESP	S	121,64%	878.000	1,00	JV	1.074.438	-	53.816
SPGB 4.6% 30/07/19	CA Vida	AFS	ES00000121L2	OUT	ESP	S	107,78%	2.040.000	1,00	JV	2.238.244	-	31.657
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Vida	AFS	ES00000124C5	OUT	ESP	S	133,83%	628.000	1,00	JV	845.864	-	5.523
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Vida	AFS	ES00000123K0	OUT	ESP	S	123,00%	56.750.000	1,00	JV	72.839.845	-	312.184
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Vida	AFS	XS1072141861	OUT	ESP	S	115,36%	7.000.000	1,00	JV	8.221.249	-	198.628
BNDES 3.625% 21/01/19	CA Vida	AFS	XS1017435782	OUT	BRA	S	103,25%	2.200.000	1,00	JV	2.346.662	-	108.662
EIBKOR 2% 30/04/20	CA Vida	AFS	XS0925003732	OUT	KOR	S	103,93%	2.400.000	1,00	JV	2.526.635	-	16.237
FADE 3.875% 17/03/18	CA Vida	AFS	ES0378641155	OUT	ESP	S	100,79%	300.000	1,00	JV	311.574	-	1.496
ICO 4.375% 20/05/19	CA Vida	AFS	XS0428962921	OUT	ESP	S	106,49%	6.575.000	1,00	JV	7.178.711	-	156.259
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Vida	AFS	ES0000101602	OUT	ESP	S	120,18%	6.600.000	1,00	JV	8.099.025	-	379.605
MADRID 4.688% 12/03/20	CA Vida	AFS	ES0000101396	OUT	ESP	S	110,29%	1.700.000	1,00	JV	1.939.157	-	26.513
RATFPF 2.875% 09/09/22	CA Vida	AFS	XS0540501359	OUT	FRA	S	113,00%	750.000	1,00	JV	854.206	-	18.465
AALLN 1.75% 03/04/18	CA Vida	AFS	XS1052677207	OUT	GBR	S	100,49%	4.400.000	1,00	JV	4.478.721	-	60.832
ABBEY 2% 14/01/19	CA Vida	AFS	XS1014539289	OUT	GBR	S	102,15%	2.700.000	1,00	JV	2.809.844	-	7.759
ABBV 0.375% 18/11/19	CA Vida	AFS	XS1520897163	OUT	USA	S	100,63%	3.000.000	1,00	JV	3.020.075	-	18.092
ACEIM 1% 24/10/26	CA Vida	AFS	XS1508912646	OUT	ITA	S	97,49%	1.900.000	1,00	JV	1.855.774	-	(3.912)
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Vida	AFS	XS1087831688	OUT	ITA	S	110,21%	3.200.000	1,00	JV	3.565.613	-	54.375
ADFPF 1.5% 24/07/23	CA Vida	AFS	FR0012861821	OUT	FRA	S	105,34%	1.100.000	1,00	JV	1.165.973	-	-
ADRIT 3.25% 20/02/21	CA Vida	AFS	XS1004236185	OUT	ITA	S	109,50%	1.000.000	1,00	JV	1.120.496	-	17.762
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Vida	AFS	XS1004874621	OUT	ITA	S	112,96%	4.700.000	1,00	JV	5.473.192	-	109.560
ALB 1.875% 08/12/21	CA Vida	AFS	XS1148074518	OUT	USA	S	105,05%	5.842.000	1,00	JV	6.143.690	-	86.992
AMSSM 0% 19/05/19	CA Vida	AFS	XS1616407869	OUT	ESP	S	100,04%	4.500.000	1,00	JV	4.501.620	-	3.713
AMXLMM 1% 04/06/18	CA Vida	AFS	XS1074479384	OUT	MEX	S	100,40%	3.700.000	1,00	JV	3.736.125	-	2.594
ATLIM 1.125% 04/11/21	CA Vida	AFS	XS1316567343	OUT	ITA	S	103,31%	1.000.000	1,00	JV	1.034.867	-	-
ATLIM 1.625% 12/06/23	CA Vida	AFS	IT0005108490	OUT	ITA	S	105,04%	1.800.000	1,00	JV	1.906.872	-	-
AVLN 0.1% 13/12/18	CA Vida	AFS	XS1490131056	OUT	GBR	S	100,25%	2.700.000	1,00	JV	2.706.775	-	6.949
AYTCED 4.75% 04/12/18	CA Vida	AFS	ES0370148019	OUT	ESP	S	104,56%	3.700.000	1,00	JV	3.881.536	-	123.835
BACRED 0.75% 17/02/20	CA Vida	AFS	XS1551000364	OUT	ESP	S	101,21%	7.300.000	1,00	JV	7.440.384	-	85.651
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Vida	AFS	XS0955552178	OUT	BRA	S	101,97%	13.450.000	1,00	JV	13.934.276	-	111.474
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Vida	AFS	IT0004967698	OUT	ITA	S	102,86%	11.000.000	1,00	JV	11.394.011	-	309.901
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Vida	AFS	XS1016720853	OUT	ESP	S	102,57%	3.300.000	1,00	JV	3.458.329	-	9.977
BCPPL 0.75% 31/05/22	CA Vida	AFS	PTBCPIOM0057	OUT	PRT	S	101,18%	3.200.000	1,00	JV	3.251.831	-	9.892
BCPPL 4.5% 07/12/27-22	CA Vida	AFS	PTBCPWOM0034	OUT	PRT	S	99,90%	3.000.000	1,00	JV	3.005.937	-	1.524
BDX 0.368% 06/06/19	CA Vida	AFS	XS1622560842	OUT	ESP	S	100,27%	4.500.000	1,00	JV	4.521.587	-	11.712
BKIASM 1% 14/03/23	CA Vida	AFS	ES0413307127	OUT	ESP	S	103,12%	3.500.000	1,00	JV	3.637.270	-	12.419
BKIASM 6% PERP-22	CA Vida	AFS	XS1645651909	OUT	ESP	S	104,70%	3.800.000	1,00	JV	4.024.635	-	39.061
BKIR 3.25% 15/01/19	CA Vida	AFS	XS1014670233	OUT	IRL	S	103,46%	5.000.000	1,00	JV	5.328.922	-	17.798
BKTSM 2.5% 06/04/27 - 22	CA Vida	AFS	XS1592168451	OUT	ESP	S	102,77%	1.300.000	1,00	JV	1.360.001	-	5.867
BMW 0.875% 17/11/20	CA Vida	AFS	XS1321956333	OUT	NLD	S	102,40%	2.500.000	1,00	JV	2.562.562	-	9.625
BNP 3.75% 25/11/20	CA Vida	AFS	XS0562852375	OUT	FRA	S	110,76%	1.000.000	1,00	JV	1.111.339	-	20.477
BNP 6.125% 29/12/49 - 22	CA Vida	AFS	XS1247508903	OUT	FRA	S	115,41%	4.400.000	1,00	JV	5.088.229	-	110.601

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Crítério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
BRCORO 6.875% 02/04/18	CA Vida	AFS	PTBSSGOE0009	OUT	PRT	S	101,69%	8.200.000	1,00	JV	8.760.234	-	114.325
C 0.75% 26/10/23	CA Vida	AFS	XS1457608013	OUT	USA	S	100,14%	2.900.000	1,00	JV	2.907.993	-	2.267
CABKSM 6.75% PERP - 24	CA Vida	AFS	ES0840609004	OUT	ESP	S	111,04%	3.800.000	1,00	JV	4.232.131	-	82.669
CAIXAB 4.625% 04/06/19	CA Vida	AFS	ES0414970402	OUT	ESP	S	106,56%	3.400.000	1,00	JV	3.713.513	-	79.545
CAJAMM 5% 28/06/19	CA Vida	AFS	ES0414950693	OUT	ESP	S	107,41%	2.550.000	1,00	JV	2.803.928	-	68.543
CAJARU 3.75% 22/11/18	CA Vida	AFS	ES0422714024	OUT	ESP	S	103,46%	14.000.000	1,00	JV	14.540.916	-	409.910
CARGIL 2.50% 15/02/23	CA Vida	AFS	XS1031019562	OUT	USA	S	110,02%	1.850.000	1,00	JV	2.075.810	-	31.585
CASHSM 1.375% 04/02/26	CA Vida	AFS	XS1729879822	OUT	ESP	S	98,08%	4.700.000	1,00	JV	4.614.399	-	(13.813)
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Vida	AFS	XS0807706006	OUT	CZE	S	106,15%	250.000	1,00	JV	269.931	-	2.370
CNH 2.875% 27/09/21	CA Vida	AFS	XS1114452060	OUT	LUX	S	108,91%	2.500.000	1,00	JV	2.741.407	-	38.750
CONGR 0% 05/02/20	CA Vida	AFS	XS1529561182	OUT	DEU	S	100,13%	1.500.000	1,00	JV	1.501.890	-	7.720
CS 1.375% 29/11/19	CA Vida	AFS	XS1074053130	OUT	CHE	S	102,78%	5.300.000	1,00	JV	5.453.888	-	20.865
CXGD 1% 27/01/22	CA Vida	AFS	PTCGH1OE0014	OUT	PRT	S	101,93%	5.100.000	1,00	JV	5.245.453	-	21.010
CXGD 3% 15/01/19	CA Vida	AFS	PTCGHAE0019	OUT	PRT	S	103,22%	1.900.000	1,00	JV	2.015.819	-	10.510
CXGD 3.75% 18/01/18	CA Vida	AFS	PTCGHUOE0015	OUT	PRT	S	100,16%	8.600.000	1,00	JV	8.920.442	-	7.581
CXGD 4.25% 27/01/20	CA Vida	AFS	PTCG2YOE0001	OUT	PRT	S	108,89%	5.000.000	1,00	JV	5.641.456	-	222.071
DANBNK 5.875% 29/04/49 - 22	CA Vida	AFS	XS1190987427	OUT	DNK	S	113,64%	7.000.000	1,00	JV	8.051.837	-	156.205
ECLER 1.125% 07/12/26	CA Vida	AFS	XS1529559525	OUT	LUX	S	101,03%	2.800.000	1,00	JV	2.830.967	-	6.408
EDF 5% 22/01/49 - 26	CA Vida	AFS	FR0011697028	OUT	FRA	S	110,93%	3.000.000	1,00	JV	3.468.709	-	44.370
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Vida	AFS	XS1222590488	OUT	NLD	S	105,71%	100.000	1,00	JV	107.093	-	5.754
ELEPOR 4.875% 14/09/20	CA Vida	AFS	XS0970695572	OUT	NLD	S	112,79%	20.400.000	1,00	JV	23.302.811	-	1.611.926
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Vida	AFS	BE0002239086	OUT	BEL	S	103,48%	2.500.000	1,00	JV	2.607.431	-	16.093
ENGIFP 3.875% PERP-24	CA Vida	AFS	FR0011942283	OUT	FRA	S	112,41%	1.700.000	1,00	JV	1.949.283	-	6.623
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Vida	AFS	XS1052843908	OUT	ESP	S	109,52%	2.000.000	1,00	JV	2.226.604	-	36.182
ENIIM 0.625% 19/09/24	CA Vida	AFS	XS1493322355	OUT	ITA	S	98,23%	7.600.000	1,00	JV	7.479.112	-	(11.757)
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Vida	AFS	XS0996354956	OUT	ITA	S	109,28%	2.100.000	1,00	JV	2.300.833	-	33.063
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Vida	AFS	XS0993272862	OUT	AUT	S	102,60%	2.300.000	1,00	JV	2.387.257	-	14.786
EVKGR 0% 08/03/21 - 20	CA Vida	AFS	DE000A185QC1	OUT	NLD	S	99,45%	4.200.000	1,00	JV	4.176.984	-	(16.664)
EVKGR 0.375% 07/09/24	CA Vida	AFS	DE000A185QA5	OUT	NLD	S	97,15%	1.800.000	1,00	JV	1.750.881	-	-
F 1.114% 13/05/20	CA Vida	AFS	XS1232188257	OUT	GBR	S	102,37%	2.100.000	1,00	JV	2.164.535	-	16.752
FCACAP 1.25% 13/06/18	CA Vida	AFS	XS1321405968	OUT	IRL	S	100,62%	2.900.000	1,00	JV	2.938.058	-	9.111
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Vida	AFS	XS1004118904	OUT	ITA	S	111,96%	2.800.000	1,00	JV	3.139.797	-	81.256
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Vida	AFS	XS0940284937	OUT	ESP	S	110,66%	1.700.000	1,00	JV	1.913.691	-	39.850
FGACAP 4% 17/10/18	CA Vida	AFS	XS0982584004	OUT	IRL	S	103,19%	4.500.000	1,00	JV	4.680.356	-	131.085
FIAT 6.625% 15/03/18	CA Vida	AFS	XS0906420574	OUT	LUX	S	101,16%	8.500.000	1,00	JV	9.047.472	-	25.267
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Vida	AFS	XS0981438582	OUT	NLD	S	110,79%	2.700.000	1,00	JV	3.058.645	-	69.732
GASSM 6.375% 09/07/19	CA Vida	AFS	XS0436928872	OUT	ESP	S	109,73%	1.600.000	1,00	JV	1.804.584	-	42.062
GE 2.875% 18/06/19	CA Vida	AFS	XS0794230507	OUT	IRL	S	104,39%	2.800.000	1,00	JV	2.966.259	-	12.290
GLEINT 4.125% 03/04/18	CA Vida	AFS	XS0767815599	OUT	LUX	S	101,06%	1.100.000	1,00	JV	1.149.616	-	8.637
GLNLN 2.75 01/04/21 - 21	CA Vida	AFS	XS1051003538	OUT	LUX	S	106,75%	1.900.000	1,00	JV	2.067.511	-	26.314
GS 5.125% 23/10/19	CA Vida	AFS	XS0459410782	OUT	USA	S	109,31%	2.800.000	1,00	JV	3.087.863	-	77.678
GSZFP 0.5% 13/03/22	CA Vida	AFS	FR0012602753	OUT	FRA	S	101,10%	4.100.000	1,00	JV	4.161.597	-	14.331
HEIANA 1% 04/05/26	CA Vida	AFS	XS1401174633	OUT	NLD	S	100,18%	3.100.000	1,00	JV	3.125.893	-	5.295
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Vida	AFS	XS1084043451	OUT	ITA	S	110,08%	2.300.000	1,00	JV	2.558.755	-	58.753
IBESM 1.75% 17/09/23	CA Vida	AFS	XS1291004270	OUT	NLD	S	106,26%	1.700.000	1,00	JV	1.815.046	-	24.343
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Vida	AFS	XS1057055060	OUT	NLD	S	109,96%	4.900.000	1,00	JV	5.410.764	-	75.024

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
IGT 4.125% 15/02/20 - 19	CA Vida	AFS	XS1204431867	OUT	USA	S	106,06%	13.450.000	1,00	JV	14.473.528	-	724.988
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Vida	AFS	XS1080078428	OUT	NLD	S	102,70%	5.300.000	1,00	JV	5.446.314	-	24.952
IREIM 0.875% 04/11/24	CA Vida	AFS	XS1511781467	OUT	ITA	S	98,59%	6.100.000	1,00	JV	6.022.508	-	(6.050)
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Vida	AFS	IT0004872328	OUT	ITA	S	116,59%	1.300.000	1,00	JV	1.519.058	-	54.652
ISPIM 5.15% 16/07/20	CA Vida	AFS	XS0526326334	OUT	ITA	S	110,81%	4.300.000	1,00	JV	4.866.672	-	135.334
JPM 3.875% 23/09/20	CA Vida	AFS	XS0543758246	OUT	USA	S	110,43%	1.750.000	1,00	JV	1.950.918	-	30.081
KBCBB 0.75% 18/10/23	CA Vida	AFS	BE0002266352	OUT	BEL	S	100,16%	2.800.000	1,00	JV	2.808.822	-	-
KHC 2% 30/06/23	CA Vida	AFS	XS1253558388	OUT	USA	S	105,56%	1.100.000	1,00	JV	1.172.250	-	-
LGFP 5.50% 16/12/19	CA Vida	AFS	XS0473114543	OUT	FRA	S	110,48%	3.300.000	1,00	JV	3.653.431	-	70.558
LINHLD 3.875% 28/11/18	CA Vida	AFS	XS0997829519	OUT	ITA	S	103,38%	2.500.000	1,00	JV	2.593.334	-	87.102
LLOYDS 5.375% 03/09/19	CA Vida	AFS	XS0449361350	OUT	GBR	S	109,29%	2.500.000	1,00	JV	2.776.160	-	71.072
LLOYDS 6.50% 24/03/20	CA Vida	AFS	XS0497187640	OUT	GBR	S	113,95%	6.600.000	1,00	JV	7.851.817	-	651.723
MAERSK 1.5% 24/11/22	CA Vida	AFS	XS1324446092	OUT	DNK	S	103,85%	1.500.000	1,00	JV	1.560.016	-	13.562
MAERSK 1.75% 18/03/21	CA Vida	AFS	XS1381693248	OUT	DNK	S	104,44%	1.300.000	1,00	JV	1.375.697	-	-
MLFP 1.125% 28/05/22	CA Vida	AFS	XS1233732194	OUT	LUX	S	103,44%	2.500.000	1,00	JV	2.602.671	-	24.058
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Vida	AFS	XS0998945041	OUT	NLD	S	120,39%	3.700.000	1,00	JV	4.466.598	-	121.736
MRK 0.5% 02/11/24	CA Vida	AFS	XS1513055555	OUT	USA	S	99,00%	3.700.000	1,00	JV	3.666.138	-	(4.837)
MS 5% 02/05/19	CA Vida	AFS	XS0298899534	OUT	LUX	S	106,68%	1.950.000	1,00	JV	2.145.171	-	40.592
MSFT 2.125% 06/12/21	CA Vida	AFS	XS1001749107	OUT	USA	S	107,47%	1.800.000	1,00	JV	1.937.116	-	35.874
MTNA 4.50% 29/03/18	CA Vida	AFS	XS0765621569	OUT	NLD	S	101,39%	7.200.000	1,00	JV	7.614.122	-	68.335
NAB 0.625% 18/09/24	CA Vida	AFS	XS1685481332	OUT	AUS	S	98,82%	1.500.000	1,00	JV	1.484.971	-	(2.859)
NAB 0.875% 16/11/22	CA Vida	AFS	XS1321466911	OUT	AUS	S	103,08%	1.920.000	1,00	JV	1.981.130	-	1.095
NAB 2% 12/11/20	CA Vida	AFS	XS0993248052	OUT	AUS	S	105,46%	2.000.000	1,00	JV	2.114.490	-	18.330
NDQA 3.875% 07/06/21	CA Vida	AFS	XS0942100388	OUT	USA	S	111,87%	3.000.000	1,00	JV	3.422.148	-	32.487
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Vida	AFS	XS1025752293	OUT	DEU	S	106,75%	4.900.000	1,00	JV	5.333.808	-	55.970
OMVAV 6.25% 29/12/49 - 25	CA Vida	AFS	XS1294343337	OUT	AUT	S	125,40%	4.800.000	1,00	JV	6.037.330	-	157.374
PBBGR 1.375% 15/01/18	CA Vida	AFS	DE000A13SWA4	OUT	DEU	S	100,04%	6.360.000	1,00	JV	6.446.273	-	2.617
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Vida	AFS	XS0997484430	OUT	MEX	S	106,95%	12.000.000	1,00	JV	12.868.812	-	288.731
PETBRA 3.75% 14/01/21	CA Vida	AFS	XS0982711987	OUT	NLD	S	106,90%	7.300.000	1,00	JV	8.066.877	-	550.142
PEUGOT 7.375% 06/03/18	CA Vida	AFS	FR0011439975	OUT	FRA	S	101,08%	3.000.000	1,00	JV	3.214.099	-	818
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Vida	AFS	XS0933540527	OUT	NLD	S	110,34%	3.450.000	1,00	JV	3.856.928	-	49.111
RABOBK 5.5% 22/01/49 - 20	CA Vida	AFS	XS1171914515	OUT	NLD	S	108,29%	6.300.000	1,00	JV	6.824.421	-	55.640
RBS 1.625% 25/06/19	CA Vida	AFS	XS1080952960	OUT	GBR	S	102,34%	1.800.000	1,00	JV	1.857.320	-	7.525
RBS 5.375% 30/09/19	CA Vida	AFS	XS0454984765	OUT	GBR	S	109,42%	3.400.000	1,00	JV	3.766.411	-	102.740
RBS 6.934% 09/04/18	CA Vida	AFS	XS0356705219	OUT	GBR	S	101,83%	8.000.000	1,00	JV	8.550.262	-	110.282
REESM 2.125% 01/07/23	CA Vida	AFS	XS1079698376	OUT	ESP	S	108,60%	1.700.000	1,00	JV	1.864.329	-	40.687
REESM 2.375% 31/05/19	CA Vida	AFS	XS0935803386	OUT	ESP	S	103,40%	2.100.000	1,00	JV	2.200.663	-	8.198
REESM 3.875% 25/01/22	CA Vida	AFS	XS0876289652	OUT	ESP	S	114,75%	900.000	1,00	JV	1.065.245	-	34.223
RENAUL 1.25% 08/06/22	CA Vida	AFS	FR0012759744	OUT	FRA	S	102,83%	4.800.000	1,00	JV	4.969.559	-	17.100
RENEPL 4.125% 31/01/18	CA Vida	AFS	PTRELBOE0017	OUT	PRT	S	100,18%	12.800.000	1,00	JV	13.306.324	-	19.042
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Vida	AFS	XS0982774399	OUT	NLD	S	112,95%	17.454.000	1,00	JV	19.887.095	-	1.293.796
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Vida	AFS	XS1334225361	OUT	NLD	S	105,82%	6.400.000	1,00	JV	6.778.197	-	68.817
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Vida	AFS	XS0933604943	OUT	NLD	S	106,01%	3.100.000	1,00	JV	3.334.813	-	12.229
REPSM 3.875% 29/12/49 - 21	CA Vida	AFS	XS1207054666	OUT	NLD	S	107,53%	6.400.000	1,00	JV	7.072.974	-	58.768
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Vida	AFS	XS0863127279	OUT	GBR	S	114,60%	800.000	1,00	JV	918.076	-	35.244
SABSM 0.875% 05/03/23	CA Vida	AFS	XS1731105612	OUT	ESP	S	98,99%	3.100.000	1,00	JV	3.070.746	-	(2.588)

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
SABSM 6,25 26/04/20	CA Vida	AFS	ES0213860051	OUT	ESP	S	112,25%	4.350.000	1,00	JV	5.068.172	-	5.492
SANFP 0% 13/09/22	CA Vida	AFS	FR0013201621	OUT	FRA	S	98,71%	600.000	1,00	JV	592.278	-	(3.338)
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Vida	AFS	FR0011560333	OUT	FRA	S	104,62%	1.900.000	1,00	JV	1.999.259	-	12.723
SRGIM 0% 25/10/20	CA Vida	AFS	XS1508588875	OUT	ITA	S	99,81%	3.200.000	1,00	JV	3.194.016	-	636
SRGIM 1,5% 21/04/23	CA Vida	AFS	XS1126183760	OUT	ITA	S	105,28%	4.200.000	1,00	JV	4.465.601	-	38.168
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Vida	AFS	XS1019326641	OUT	ITA	S	115,10%	3.800.000	1,00	JV	4.489.894	-	86.274
TELEFO 0.318% 17/10/20	CA Vida	AFS	XS1505554698	OUT	ESP	S	100,49%	7.500.000	1,00	JV	7.541.876	-	36.509
TELEFO 1.477% 14/09/21	CA Vida	AFS	XS1290729208	OUT	ESP	S	104,46%	3.600.000	1,00	JV	3.776.365	-	35.052
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Vida	AFS	XS0874864860	OUT	ESP	S	116,82%	600.000	1,00	JV	723.338	-	56.602
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA Vida	AFS	XS0462999573	OUT	ESP	S	108,74%	1.950.000	1,00	JV	2.133.044	-	54.130
TELEFO 5.875 31/03/49 - 24	CA Vida	AFS	XS1050461034	OUT	NLD	S	116,02%	5.400.000	1,00	JV	6.504.320	-	70.598
TEVA 0.375% 25/07/20	CA Vida	AFS	XS1439749109	OUT	NLD	S	94,97%	4.600.000	1,00	JV	4.375.996	-	(247.735)
TITIM 5.375% 29/01/19	CA Vida	AFS	XS0184373925	OUT	ITA	S	105,52%	1.700.000	1,00	JV	1.877.989	-	27.819
TITIM 6.125% 14/12/18	CA Vida	AFS	XS0794393396	OUT	ITA	S	105,63%	23.500.000	1,00	JV	24.889.149	-	562.321
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Vida	AFS	IT0004957137	OUT	ITA	S	107,57%	3.200.000	1,00	JV	3.456.246	-	45.050
UCGIM 3% 31/01/24	CA Vida	AFS	IT0004988553	OUT	ITA	S	115,25%	900.000	1,00	JV	1.061.948	-	15.064
UCGIM 6.7% 05/06/18	CA Vida	AFS	XS0367777884	OUT	ITA	S	102,75%	4.300.000	1,00	JV	4.583.217	-	29.657
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Vida	AFS	XS0802953165	OUT	BRA	S	112,39%	3.000.000	1,00	JV	3.481.208	-	55.760
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Vida	AFS	XS1061029614	OUT	BRA	S	105,29%	4.500.000	1,00	JV	4.838.311	-	65.206
VW 0.5% 30/03/21	CA Vida	AFS	XS1586555606	OUT	LUX	S	100,71%	5.800.000	1,00	JV	5.863.109	-	9.952
VW 2.7% PREP-22	CA Vida	AFS	XS1629658755	OUT	LUX	S	103,04%	5.300.000	1,00	JV	5.467.374	-	43.287
WFC 1.125% 29/10/21	CA Vida	AFS	XS1130067140	OUT	USA	S	103,18%	2.300.000	1,00	JV	2.377.698	-	17.568
WSTP 0.25% 17/01/22	CA Vida	AFS	XS1506396974	OUT	AUS	S	99,73%	5.800.000	1,00	JV	5.798.397	-	(256)
BGB 0.8% 22/06/25	CA Seguros	AFS	BE0000334434	OUT	BEL	S	103,84%	2.500.000	1,00	JV	2.596.100	-	59.966
BGB 2.6% 22/06/24	CA Seguros	AFS	BE0000332412	OUT	BEL	S	117,22%	5.000.000	1,00	JV	5.861.240	-	237.669
BTPS 3.5% 01/06/18	CA Seguros	AFS	IT0004907843	OUT	ITA	S	101,92%	2.500.000	1,00	JV	2.547.982	-	(968)
BTPS 3.75% 01/05/21	CA Seguros	AFS	IT0004966401	OUT	ITA	S	112,00%	19.000.000	1,00	JV	21.280.362	-	1.132.445
BTPS 4.50% 01/03/24	CA Seguros	AFS	IT0004953417	OUT	ITA	S	120,78%	3.800.000	1,00	JV	4.589.510	-	85.245
BTPS 4.75% 01/09/28	CA Seguros	AFS	IT0004889033	OUT	ITA	S	126,62%	2.500.000	1,00	JV	3.165.521	-	523.555
DBR 3% 04/07/20	CA Seguros	AFS	DE0001135408	OUT	DEU	S	110,48%	6.000.000	1,00	JV	6.628.840	-	408.062
FRTR 2.25% 25/10/22	CA Seguros	AFS	FR0011337880	OUT	FRA	S	111,75%	9.500.000	1,00	JV	10.616.647	-	457.979
FRTR 4.25% 25/10/18	CA Seguros	AFS	FR0010670737	OUT	FRA	S	104,64%	3.380.000	1,00	JV	3.536.960	-	89.982
ICTZ 0% 28/12/18	CA Seguros	AFS	IT0005221285	OUT	ITA	S	100,33%	4.550.000	1,00	JV	4.565.061	-	16.533
IRISH 0.8% 15/03/22	CA Seguros	AFS	IE00BJ38CQ36	OUT	IRL	S	104,36%	1.400.000	1,00	JV	1.461.026	-	31.781
PGB 2.2% 17/10/22	CA Seguros	AFS	PTOTESOEO013	OUT	PRT	S	108,50%	8.250.000	1,00	JV	8.951.250	-	311.792
PGB 2.875% 21/07/26	CA Seguros	AFS	PTOTETOE0012	OUT	PRT	S	109,03%	5.500.000	1,00	JV	5.996.760	-	112.055
RAGB 1.65% 21/10/24	CA Seguros	AFS	AT0000A185T1	OUT	AUT	S	110,19%	2.000.000	1,00	JV	2.203.890	-	70.255
SPGB 0.4% 30/04/22	CA Seguros	AFS	ES0000012801	OUT	ESP	S	100,91%	3.000.000	1,00	JV	3.027.198	-	23.723
SPGB 1.6% 30/04/25	CA Seguros	AFS	ES0000012621	OUT	ESP	S	105,60%	5.000.000	1,00	JV	5.279.818	-	177.286
SPGB 4.4% 31/10/23	CA Seguros	AFS	ES00000123X3	OUT	ESP	S	122,39%	2.800.000	1,00	JV	3.426.791	-	2.986
SPGB 5.15% 31/10/28	CA Seguros	AFS	ES00000124C5	OUT	ESP	S	134,71%	2.500.000	1,00	JV	3.367.645	-	658.317
SPGB 5.5% 30/04/21	CA Seguros	AFS	ES0000012389	OUT	ESP	S	121,75%	16.000.000	1,00	JV	19.479.656	-	1.456.963
SPGB 5.85% 31/01/22	CA Seguros	AFS	ES00000123K0	OUT	ESP	S	128,37%	4.400.000	1,00	JV	5.648.200	-	109.497
MADRID 4.125% 21/05/24	CA Seguros	AFS	ES0000101602	OUT	ESP	S	122,42%	500.000	1,00	JV	613.619	-	102.539
ADIFAL 3.5% 27/05/24	CA Seguros	AFS	XS1072141861	OUT	ESP	S	118,75%	1.000.000	1,00	JV	1.174.560	-	157.343
ABBEY 2% 14/01/19	CA Seguros	AFS	XS1014539289	OUT	GBR	S	104,07%	500.000	1,00	JV	520.369	-	4.912

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ACEIM 2.625% 15/07/24	CA Seguros	AFS	XS1087831688	OUT	ITA	S	111,43%	500.000	1,00	JV	557.163	-	54.265
ADPFP 2.375% 11/06/19	CA Seguros	AFS	FR0011266519	OUT	FRA	S	104,83%	500.000	1,00	JV	524.162	-	18.638
ADRIT 3.25% 20/02/21	CA Seguros	AFS	XS1004236185	OUT	ITA	S	112,06%	600.000	1,00	JV	672.351	-	57.283
AEMSPA 3.625% 13/01/22	CA Seguros	AFS	XS1004874621	OUT	ITA	S	116,46%	1.000.000	1,00	JV	1.164.608	-	128.503
ALB 1.875% 08/12/21	CA Seguros	AFS	XS1148074518	OUT	USA	S	105,17%	900.000	1,00	JV	946.524	-	62.479
BACRED 0.75% 17/02/20	CA Seguros	AFS	XS1551000364	OUT	#N/A	S	101,93%	400.000	1,00	JV	407.700	-	8.043
BANBRA 3.75% 25/07/18	CA Seguros	AFS	XS0955552178	OUT	BRA	S	103,61%	300.000	1,00	JV	310.833	-	5.193
BANCAR 3.875% 24/10/18	CA Seguros	AFS	IT0004967698	OUT	ITA	S	103,59%	500.000	1,00	JV	517.963	-	15.268
BBVASM 2.375% 22/01/19	CA Seguros	AFS	XS1016720853	OUT	ESP	S	104,80%	500.000	1,00	JV	524.022	-	4.572
BMW 0.875% 17/11/20	CA Seguros	AFS	XS1321956333	OUT	NLD	S	102,50%	1.000.000	1,00	JV	1.025.049	-	24.693
BNFP 2.60% 28/06/23	CA Seguros	AFS	FR0011527241	OUT	FRA	S	112,80%	500.000	1,00	JV	563.995	-	57.866
CAIARU 3.75% 22/11/18	CA Seguros	AFS	ES0422714024	OUT	ESP	S	103,87%	500.000	1,00	JV	519.370	-	17.797
CARLB 2.625% 03/07/19	CA Seguros	AFS	XS0800572454	OUT	DNK	S	105,34%	500.000	1,00	JV	526.700	-	21.762
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA Seguros	AFS	XS0807706006	OUT	CZE	S	107,98%	500.000	1,00	JV	539.919	-	31.653
CONGR 0% 05/02/20	CA Seguros	AFS	XS1529561182	OUT	DEU	S	100,13%	500.000	1,00	JV	500.630	-	2.599
CS 1.375% 29/11/19	CA Seguros	AFS	XS1074053130	OUT	CHE	S	102,91%	500.000	1,00	JV	514.537	-	14.232
ECLEAR 1.125% 07/12/26	CA Seguros	AFS	XS1529559525	OUT	LUX	S	101,11%	500.000	1,00	JV	505.545	-	11.272
EDF 2.75% 10/03/23	CA Seguros	AFS	FR0011318658	OUT	FRA	S	113,17%	500.000	1,00	JV	565.838	-	57.675
ELEPOR 2% 22/04/25	CA Seguros	AFS	XS1222590488	OUT	NLD	S	107,10%	300.000	1,00	JV	321.296	-	17.504
ELEPOR 2.625% 18/01/22	CA Seguros	AFS	XS1111324700	OUT	NLD	S	111,64%	500.000	1,00	JV	558.219	-	48.228
ELIASO 1.375% 27/05/24	CA Seguros	AFS	BE0002239086	OUT	BEL	S	104,30%	300.000	1,00	JV	312.903	-	12.430
ENGSM 2.5% 11/04/22	CA Seguros	AFS	XS1052843908	OUT	ESP	S	111,34%	300.000	1,00	JV	334.011	-	33.287
ENIIM 0.625% 19/09/24	CA Seguros	AFS	XS1493322355	OUT	ITA	S	98,41%	1.000.000	1,00	JV	984.111	-	(10.947)
ENIIM 2.625% 22/11/21	CA Seguros	AFS	XS0996354956	OUT	ITA	S	109,57%	500.000	1,00	JV	547.853	-	46.883
ENIIM 4.25% 03/02/20	CA Seguros	AFS	XS0741137029	OUT	ITA	S	112,62%	250.000	1,00	JV	281.547	-	22.838
EQANGR 0.375% 23/08/21	CA Seguros	AFS	XS1616411036	OUT	DEU	S	100,82%	1.000.000	1,00	JV	1.008.216	-	9.256
ERSTBK 1.875% 13/05/19	CA Seguros	AFS	XS0993272862	OUT	AUT	S	103,80%	500.000	1,00	JV	518.995	-	14.340
ESBIRE 3.494% 12/01/24	CA Seguros	AFS	XS0992646918	OUT	IRL	S	119,56%	500.000	1,00	JV	597.804	-	81.844
FERROV 3.5% 13/12/21	CA Seguros	AFS	XS1004118904	OUT	ITA	S	112,15%	500.000	1,00	JV	560.726	-	62.064
FERROV 4% 22/07/20	CA Seguros	AFS	XS0954248729	OUT	ITA	S	111,51%	300.000	1,00	JV	334.519	-	30.703
FERSM 3.375% 07/06/21	CA Seguros	AFS	XS0940284937	OUT	ESP	S	112,58%	500.000	1,00	JV	562.896	-	22.560
FERSM 3.375% 30/01/18	CA Seguros	AFS	XS0879082914	OUT	ESP	S	103,35%	300.000	1,00	JV	310.044	-	792
FGACAP 2.875% 26/01/18	CA Seguros	AFS	XS1021817355	OUT	IRL	S	102,83%	500.000	1,00	JV	514.150	-	990
GALPPL 4.125% 25/01/19	CA Seguros	AFS	PTGALIOE0009	OUT	PRT	S	108,04%	1.000.000	1,00	JV	1.080.378	-	42.756
GASSM 3.50% 15/04/21	CA Seguros	AFS	XS0981438582	OUT	NLD	S	113,29%	500.000	1,00	JV	566.464	-	54.731
GE 2.875% 18/06/19	CA Seguros	AFS	XS0794230507	OUT	IRL	S	105,95%	500.000	1,00	JV	529.729	-	16.074
GLENLN 2.75 01/04/21 - 21	CA Seguros	AFS	XS1051003538	OUT	LUX	S	108,82%	500.000	1,00	JV	544.120	-	35.803
HEIANA 1% 04/05/26	CA Seguros	AFS	XS1401174633	OUT	NLD	S	100,84%	1.500.000	1,00	JV	1.512.570	-	26.450
HERIM 2.375% 04/07/24	CA Seguros	AFS	XS1084043451	OUT	ITA	S	111,26%	1.190.000	1,00	JV	1.323.955	-	95.311
HOLNVX 2,625% 07/09/20	CA Seguros	AFS	XS0825829590	OUT	LUX	S	107,45%	500.000	1,00	JV	537.261	-	34.406
HTHROW 1.50% 11/02/30	CA Seguros	AFS	XS1186176571	OUT	JEY	S	101,23%	1.000.000	1,00	JV	1.012.305	-	8.506
IBESM 2.5% 24/10/22	CA Seguros	AFS	XS1057055060	OUT	NLD	S	110,43%	500.000	1,00	JV	552.153	-	50.957
INTNED 1.25% 13/12/19	CA Seguros	AFS	XS1080078428	OUT	NLD	S	102,76%	500.000	1,00	JV	513.820	-	14.222
MLFP 2.75% 20/06/19	CA Seguros	AFS	XS0794392588	OUT	LUX	S	105,54%	200.000	1,00	JV	211.074	-	8.383
MRDGF 4.50% 04/12/23	CA Seguros	AFS	XS0998945041	OUT	NLD	S	120,73%	500.000	1,00	JV	603.656	-	118.667
MRK 0.5% 02/11/24	CA Seguros	AFS	XS1513055555	OUT	USA	S	99,09%	600.000	1,00	JV	594.517	-	13.488

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
NAB 2% 12/11/20	CA Seguros	AFS	XS0993248052	OUT	AUS	S	105,73%	500.000	1,00	JV	528.650	-	29.532
NDAQ3.875% 07/06/21	CA Seguros	AFS	XS0942100388	OUT	USA	S	114,08%	300.000	1,00	JV	342.247	-	32.847
NEGANV 1% 11/05/26	CA Seguros	AFS	XS1409382030	OUT	NLD	S	102,31%	700.000	1,00	JV	716.197	-	12.965
ODGR 2.375% 10/02/21	CA Seguros	AFS	XS1025752293	OUT	DEU	S	108,86%	500.000	1,00	JV	544.299	-	35.147
OMVAV 1.75% 25/11/19	CA Seguros	AFS	XS0996734868	OUT	AUT	S	103,63%	500.000	1,00	JV	518.167	-	18.274
PEMEX 3.125% 27/11/20	CA Seguros	AFS	XS0997484430	OUT	MEX	S	107,25%	500.000	1,00	JV	536.243	-	36.385
RABOBK 2.375% 22/05/23	CA Seguros	AFS	XS0933540527	OUT	NLD	S	111,80%	1.000.000	1,00	JV	1.118.015	-	94.581
REESM 2.125% 01/07/23	CA Seguros	AFS	XS1079698376	OUT	ESP	S	109,67%	200.000	1,00	JV	219.344	-	17.888
REESM 2.375% 31/05/19	CA Seguros	AFS	XS0935803386	OUT	ESP	S	104,80%	500.000	1,00	JV	524.000	-	6.581
REESM 3.875% 25/01/22	CA Seguros	AFS	XS0876289652	OUT	ESP	S	118,37%	500.000	1,00	JV	591.856	-	74.477
RENAUL 0.625% 04/03/20	CA Seguros	AFS	FR0012596179	OUT	FRA	S	101,56%	500.000	1,00	JV	507.809	-	5.724
RENEPL 4.75% 16/10/20	CA Seguros	AFS	XS0982774399	OUT	NLD	S	113,95%	1.000.000	1,00	JV	1.139.531	-	54.454
REPSM 2.125% 16/12/20	CA Seguros	AFS	XS1334225361	OUT	NLD	S	105,92%	1.000.000	1,00	JV	1.059.152	-	59.783
REPSM 2.625% 28/05/20	CA Seguros	AFS	XS0933604943	OUT	NLD	S	107,58%	300.000	1,00	JV	322.745	-	291.727
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA Seguros	AFS	XS0863127279	OUT	GBR	S	114,77%	500.000	1,00	JV	573.837	-	30.534
SANFP 1.875% 04/09/20	CA Seguros	AFS	FR0011560333	OUT	FRA	S	105,23%	300.000	1,00	JV	315.688	-	15.278
SRGIM 3.25% 22/01/24	CA Seguros	AFS	XS1019326641	OUT	ITA	S	118,16%	500.000	1,00	JV	590.820	-	78.889
STLNO 1.25% 17/02/27	CA Seguros	AFS	XS1190624038	OUT	NOR	S	102,86%	1.000.000	1,00	JV	1.028.590	-	19.133
TELEFO 3.987% 23/01/23	CA Seguros	AFS	XS0874864860	OUT	ESP	S	120,57%	500.000	1,00	JV	602.837	-	80.380
TELNO 1.75% 15/01/18	CA Seguros	AFS	XS0798788716	OUT	NOR	S	101,75%	500.000	1,00	JV	508.734	-	787
TITIM 4.5% 25/01/21	CA Seguros	AFS	XS1020952435	OUT	ITA	S	116,29%	500.000	1,00	JV	581.456	-	62.252
TRNIM 0.875% 02/02/22	CA Seguros	AFS	XS1178105851	OUT	ITA	S	103,16%	1.000.000	1,00	JV	1.031.593	-	27.333
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA Seguros	AFS	XS0802953165	OUT	BRA	S	116,05%	500.000	1,00	JV	580.253	-	64.223
VINCI 3.375% 30/03/20	CA Seguros	AFS	FR0011225127	OUT	FRA	S	110,09%	400.000	1,00	JV	440.341	-	30.870
VOD 1% 11/09/20	CA Seguros	AFS	XS1109802303	OUT	GBR	S	102,42%	500.000	1,00	JV	512.104	-	12.381
VOTORA 3.25% 25/04/21	CA Seguros	AFS	XS1061029614	OUT	BRA	S	107,53%	500.000	1,00	JV	537.635	-	30.223
WFC 1.125% 29/10/21	CA Seguros	AFS	XS1130067140	OUT	USA	S	103,38%	500.000	1,00	JV	516.906	-	18.263
BPLN 1.526% 26/09/22	CA Seguros	AFS	XS1114477133	OUT	GBR	S	105,81%	500.000	1,00	JV	529.033	-	27.149
BCPPL 0.75% 31/05/22	CA Seguros	AFS	PTBCPIOM0057	OUT	PRT	S	101,62%	500.000	1,00	JV	508.109	-	8.644
BKIASM 1% 14/03/23	CA Seguros	AFS	ES0413307127	OUT	ESP	S	103,92%	300.000	1,00	JV	311.774	-	10.183
CXGD 1% 27/01/22	CA Seguros	AFS	PTCGH1OE0014	OUT	PRT	S	102,85%	1.000.000	1,00	JV	1.028.548	-	23.320
CXGD 3% 15/01/19	CA Seguros	AFS	PTCGHAOE0019	OUT	PRT	S	106,10%	500.000	1,00	JV	530.520	-	17.417
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA Seguros	AFS	IT0004872328	OUT	ITA	S	116,86%	500.000	1,00	JV	584.303	-	69.842
UCGIM 2.625% 31/10/20	CA Seguros	AFS	IT0004957137	OUT	ITA	S	108,01%	500.000	1,00	JV	540.074	-	40.149
											7.274.208.420	-	50.616.274
Instrumentos de capital													
Dolmen	CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		300	4,99	CH	1.499	-	-
Epralima	CCAM NOROESTE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		5	49,87	CH	249	-	-
Régie Lima	CCAM NOROESTE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		200	1.000,00	CH	1.000	-	-
Cooperativa de Melgaço	CCAM NOROESTE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		499	5,00	CH	2.494	(2.494)	-
Cooperzoo	CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		5	200,00	CH	1.000	-	-
Spidouro	CCAM ALTO DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
ASDOURO	CCAM DOURO E CÔA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1		CH	22.446	(22.446)	-
Spidouro	CCAM VALE DO TÁVORA E DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		50.000	5,00	CH	250.000	(250.000)	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
ABAP	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS	PTSIBOAM0008	OUT	PRT	N		1	5.000,00	CH	5.000	-	-
AIBAP	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5.000,00	CH	5.000	-	-
Regivouga	CCAM OLIVEIRA DE AZEIS E ESTARREJA	AFS		OUT	PRT	N		100	4,99	CH	499	(499)	-
Credicentro	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	433,95	CH	434	(434)	-
Sicogest	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	4.500,00	CH	4.500	(4.500)	-
Sicogest	CCAM SERRAS DE ANSIÃO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	2.000,00	CH	2.000	(2.000)	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	176.100,00	CH	176.100	(93.562)	-
Parkurbis, S.A.	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		5.000	5,00	CH	25.000	(25.000)	-
Cerfundão, Lda.	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	50.000,00	CH	10.000	-	-
FERECC	CCAM ALCANHÕES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ALCobaça C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		6	2,49	CH	15	-	-
FERECC	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ARRUDA DOS VINHOS C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM C. RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		21	5,00	CH	105	-	-
FERECC	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS		OUT	PRT	N		360	2,49	CH	897	(897)	-
FERECC	CCAM RIBATEJO SUL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		50	5,00	CH	249	-	-
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL	CCAM C. RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		5.593	936,61	JV	5.189.353	-	(275.232)
DAI, S.A.	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		47.140	24,94	CH	1.272.811	(923.140)	-
Unões Regionais	CCAM CORUCHE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		2	2,49	CH	5	-	-
ADIRN	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		10	4,99	CH	50	-	-
Cortiçol	CCAM ALJUSTREL E ALMODÓVAR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		120	5,00	CH	600	-	-
Agroraiana	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		2.000	2,49	CH	4.988	(4.988)	-
Agroraiana	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		6.000	2,49	CH	14.940	(14.940)	-
Mobitral	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		60	25,00	CH	1.500	(1.500)	-
Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito CRL	CCAM GUADIANA INTERIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		103	5,00	CH	2.118	-	-
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM GUADIANA INTERIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	49,88	CH	50	-	-
Unicama	CCAM SÃO TEOTÓNIO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		4	2,49	CH	10	(10)	-
CARMIM	CCAM ALENTEJO CENTRAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		20	5,00	CH	100	-	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM SILVES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		25	500,00	CH	12.500	(12.500)	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1.000	4,99	CH	4.988	(4.988)	-
Matadouro Regional do Algarve	CCAM ALGARVE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		7.000	5,00	CH	35.000	(35.000)	-
Globalgarve	CCAM ALGARVE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		250	10,00	CH	2.500	(2.500)	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM AÇORES	AFS		OUT	PRT	N		10.000	5,00	CH	1.281.911	(983.511)	-
SIBS	CCCAM, C. R. L	AFS		OUT	PRT	N		25.680	5,00	JV	1.171.864	(405.573)	350.262
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM MÉDIO AVE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	192		JV	192	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	M TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	318		JV	318	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	3.272		JV	3.272	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM PAREDES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	812		JV	818	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM NOROESTE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.492		JV	1.492	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	950		JV	950	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALTO CÁVADO E BASTO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	64		JV	64	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALTO DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.268		JV	1.336	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BEIRA DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	646		JV	647	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM DOURO E CÔA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	332		JV	332	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM VALE DO TÁVORA E DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	3.794		JV	3.794	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM TERRA QUENTE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	547		JV	547	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM DOURO, CORGO E TÂMIGA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	2.278		JV	2.278	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	231		JV	231	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	285		JV	285	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BAIXO MONDEGO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	377		JV	377	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM CANTANHEDE E MIRA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.010		JV	1.010	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM COIMBRA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	2.362		JV	2.488	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM POMBAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.818		JV	1.818	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM LAFÕES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.074		JV	1.074	-	24
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.077		JV	1.707	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM COSTA VERDE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	14		JV	14	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ANADIA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	498		JV	498	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	192	-	JV	192	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BEIRA CENTRO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	596		JV	596	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	858		JV	858	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BEIRA BAIXA (SUL) C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	2.452		JV	2.452	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM SERRA DA ESTRELA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	481		JV	481	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALENQUER C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	240		JV	240	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM AZAMBUJA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	601		JV	601	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BATALHA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	55		JV	55	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM CADAVAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	244		JV	244	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM C. RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.638		JV	1.638	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.121		JV	1.121	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM LOURINHÃ C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.159		JV	1.159	-	(41)
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM PERNES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	552		JV	552	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM PORTO DE MÓS C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	426		JV	449	-	(6)
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM SALVATERRA DE MAGOS C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.078		JV	1.078	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	162		JV	162	-	(5)
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM VILA FRANCA DE XIRA	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.070		JV	1.070	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	225		JV	225	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ENTRE TEJO E SADO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.007		JV	1.110	-	20
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM RIBATEJO SUL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	150		JV	150	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CAM ALCÁCER-SAL E MONTEMOR-NOVO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	229		JV	229	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	987		JV	987	-	4
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM BEJA E MÉRTOLA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	374		JV	374	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM NORDESTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.219		JV	1.219	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	172		JV	172	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	AM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	246		JV	246	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM FERREIRA DO ALENTEJO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	47		JV	47	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM MORAVIS C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	383		JV	383	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM GUADIANA INTERIOR C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	900		JV	900	-	1
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM COSTA AZUL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	504		JV	504	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM SOUSEL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	66		JV	66	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM NORTE ALENTEJANO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	2.047		JV	2.047	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALENTEJO CENTRAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.092		JV	1.093	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALBUFEIRA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.546		JV	1.546	-	32
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAM ALGARVE C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	805		JV	805	-	-

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo de Compensação do Trabalho	CCAMAÇORES	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.537		JV	1.537	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	9.295		JV	9.295	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	FENACAM	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	1.172		JV	1.171	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CA Gest	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	512		JV	540	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	CA Serviços	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	904		JV	904	-	-
IMGA Ações Europa	CCCAM, C.R.L	AFS	PTYCFILM0009	OUT	PRT	S	4,29	505.416	1,00	JV	2.167.272	-	140.099
IMGA Flexível	CCCAM, C.R.L	AFS	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	5,91	339.329		JV	2.006.961	-	446.998
AGROGARANTE	CCCAM, C.R.L	AFS	PTAGMOAM0007	OUT	PRT	N		205.010	1,00	CH	205.010	-	-
GARVAL	CCCAM, C.R.L	AFS	PTGGMOAM0004	OUT	PRT	N		69.000	1,00	CH	69.000	-	-
LISGARANTE	CCCAM, C.R.L	AFS	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N		100.000	1,00	CH	100.000	-	-
NORGARANTE	CCCAM, C.R.L	AFS	PTNGMOAM0000	OUT	PRT	N		86.860	1,00	CH	86.860	-	-
UNICRE	CCCAM, C.R.L	AFS	PTUNEQAM0016	OUT	PRT	N		7.207	5,00	CH	460.223	(159.919)	-
FCR Fundo Revitalizar Centro	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	PRT	N		1.090.909	1,00	CH	1.090.909	-	-
FCR Fundo Revitalizar Norte	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	PRT	N		1.073.532	1,00	CH	1.073.532	(131.722)	-
FCR Fundo Revitalizar Sul	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	PRT	N		697.647	1,00	CH	697.647	-	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	CCCAM, C.R.L	AFS	LU0820789831	OUT	LUX	N		9.591		JV	9.068.072	-	(454.120)
Visa Inc	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	USA	N		3.343		JV	4.414.086	-	1.450.006
SWIFT	CCCAM, C.R.L	AFS		OUT	BEL	N		23		CH	99.228	-	-
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		5	2,49	CH	12	-	-
FERECC	CCAM AZAMBUJA C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		10	5,00	CH	50	-	-
FERECC	CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRADO C.R.L.	AFS		OUT	PRT	N		1	5,00	CH	5	-	-
Ações ADRAL, S.A.	FENACAM	AFS		OUT	PRT	N		400	4,99	CH	1.996	(666)	-
Ações MAP, S.A.	FENACAM	AFS		OUT	PRT	N		85.535	5,00	CH	220.238	-	-
Ações SUCRAL, S.A.	FENACAM	AFS		OUT	PRT	N		12.254	25,00	CH	329.742	(329.742)	-
Títulos CONFAGRI	FENACAM	AFS		OUT	PRT	N		2.800	5,00	CH	14.000	-	-
ADRAVE - AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE AVE SA	CCCAM GI	AFS		OUT	PRT	N		30.486		CH	10.830	(10.830)	-
NEXPONOR - SICAFI, S.A.	CCCAM GI	AFS	PTNEX0AM0002	OUT	PRT	S	405,83	535.000		JV	2.171.191	-	(503.810)
FCR PORTUGAL VENTURES - FIEP	CCCAM GI	AFS		OUT	PRT	S	967,73	335		JV	324.190	-	(49.978)
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (B)	CCCAM GI	AFS		OUT	PRT	S	9.591,01	111		JV	1.064.602	-	(215.032)
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (cat. C)	CCCAM GI	AFS		OUT	PRT	S	6.355,17	100		JV	635.517	-	(248.228)
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	CCCAM GI	AFS		OUT	PRT	S	938,72	8.735		JV	8.199.719	-	(488.973)
PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLANTICA - FEIIF	CCCAM GI	AFS	PTFLBIM0004	OUT	PRT	S	56,53	18.000		JV	1.017.601	-	(15.374)
UNICAMPUS - FEIF	CCCAM GI	AFS	PTYE1GIM0001	OUT	PRT	S	1.009,51	500		JV	504.757	-	3.093
Fundo de Compensação do Trabalho	CA Imóveis	AFS		OUT	PRT	N	104,61%	172		JV	172	-	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CASGPS	AFS		OUT	PRT	N		10.125		CH	50.625	-	-
Banco de Credito Social Cooperativo SA	CASGPS	AFS		OUT	ESP	N		5.000.000	1,00	CH	5.000.000	-	-
Corretaje e Información Monetária Y De Divisas, SA	CASGPS	AFS		OUT	ESP	N		29.040		CH	3.432.818	-	-
Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	CA Vida	AFS	LU0256881128	OUT	LUX	S	2.950,98	2.031		JV	5.994.718	-	263.175
IMGA Ações Europa	CA Vida	AFS	PTYCFILM0009	OUT	PRT	S	4,29	859.120	1,00	JV	3.683.993	-	48.652
Candriam Equities L Europe OPTS	CA Vida	AFS	LU0304860645	OUT	LUX	S	169,85	32.984		JV	5.602.366	-	58.457
Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	CA Vida	AFS	LU0318940003	OUT	LUX	S	19,76	258.012		JV	5.098.311	-	287.557
JP Morgan Funds-Europe Strategic Growth -A-A	CA Vida	AFS	LU0210531801	OUT	LUX	S	28,07	229.207		JV	6.433.829	-	56.380
Natix AM FDS-Seeeyond MINV-IA	CA Vida	AFS	LU0935229152	OUT	LUX	S	19.224,68	280		JV	5.380.125	-	100.249
Pioneer Funds - European Potential - I	CA Vida	AFS	LU0271662610	OUT	LUX	S	1.847,89	3.084		JV	5.699.743	-	183.200
CA Património Crescente	CA Vida	AFS	PTSQUBHM0002	OUT	PRT	S	15,86	552.614		JV	8.762.027	-	196.829

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
Fundo de Compensação do Trabalho	CA Vida	AFS	PTSQUBHM0002	OUT	PRT	N	104,61%			JV	1.695	-	-
CA Património Crescente	CA Seguros	AFS		OUT	PRT	S	15,86	461.500		JV	7.317.359	-	1.843.118
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA Seguros	AFS		OUT	PRT	S	56,53	10.000		JV	565.334	-	10.838
											108.639.165	(3.438.324)	3.113.167
Total								158.345.285.531			7.382.847.585	(3.438.324)	53.729.441
Total								159.060.195.062			7.522.298.819	(3.438.324)	53.729.441

8.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Crédito Agrícola (constituído pela Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e subsidiárias), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 17.988.440 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.447.725 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 152.145 milhares de euros), a demonstração de resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) apresentada na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reserva

- a) A Certificação Legal das Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por nós emitida em 28 de abril de 2017, informava que por força de ajustamentos introduzidos ao longo do exercício de 2016 no processo de quantificação e reconhecimento de imparidades e, por outro lado, da evolução económica dos clientes aos quais o Grupo Crédito Agrícola tem exposição de crédito, nesse exercício tinha sido reforçado o reconhecimento de imparidades, substancialmente através da utilização de provisões para crédito a clientes constituídas em exercícios anteriores e que em 31 de dezembro de 2015 se consideravam excessivas. Nesse contexto, o lucro do exercício de 2016, apresentado para efeitos comparativos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, encontrava-se beneficiado em 82.500 milhares de euros por contrapartida da rubrica de Outras reservas e resultados transitados, ainda que desta conclusão não decorresse qualquer impacto no valor dos capitais do Grupo Crédito Agrícola em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Crédito Agrícola nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

4

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além da matéria descrita na secção “Bases para a opinião com reserva”, consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Imparidade de crédito a clientes	
Mensuração e divulgações relacionadas com imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.4. alínea c) e 13. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	
A significativa expressão da rubrica de Crédito a clientes no balanço do Grupo Crédito Agrícola, justifica que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria por o apuramento das correspondentes imparidades requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte da gestão no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do montante das correspondentes perdas. Em 31 de dezembro de 2017 o valor bruto da rubrica de crédito a clientes ascende a 9.373.039 milhares de euros e as perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 652.085 milhares de euros. As perdas por imparidade são apuradas em termos individuais, através de análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito a clientes, sendo que para o remanescente da carteira a imparidade é apurada em análise coletiva, nos termos que a seguir resumimos: • Para os clientes que apresentem exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, bem	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela gestão no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, de entre outros, o teste detalhado aos controlos de gestão do risco de crédito, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas por imparidade. Neste âmbito, testámos o desenho e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para identificar clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento e determinar as correspondentes perdas por imparidade. Os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a conversão de dados dos sistemas informáticos de base para os modelos de cálculo de imparidade e os resultados destes para as demonstrações financeiras do Grupo Crédito Agrícola; (iii) a própria calculatória do modelo de imparidade definido pelo Grupo Crédito Agrícola, incluindo os <i>inputs</i> e pressupostos da gestão; (iv) a estimativa do

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
como para os clientes com exposições significativas de crédito vencido há mais de 90 dias, o Grupo Crédito Agrícola desenvolveu um processo de análise individual. Nestes casos a imparidade é apurada através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro ser gerados pelo cliente para o cumprimento das suas responsabilidades ou (ii) a valorização dos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação/execução desses mesmos colaterais; • Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo Crédito Agrícola desenvolveu e aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo Crédito Agrícola entende necessário, a informação histórica é atualizada com base nos dados correntes observáveis, para que esta reflita os efeitos das condições atuais. Com a entrada em vigor da IFRS 9 - Instrumentos financeiros, nos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, o Grupo Crédito Agrícola iniciou durante o exercício de 2017 um plano detalhado para a implementação desta nova norma, tendo presente que as novas regras são de aplicação retrospectiva a partir daquela data, ainda que os respetivos saldos comparativos não sejam reexpressos. A implementação da IFRS 9 introduz um conjunto de novos requisitos sendo expectável que a maior parte dos seus impactos decorra da	valor recuperável dos colaterais; e (v) as práticas do governo interno associado ao processo de aprovação e apuramento das perdas por imparidade. Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que não estavam identificados pela gestão como tendo indícios de imparidade ou em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pela gestão. Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Grupo Crédito Agrícola, e para uma amostra representativa da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2017, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Grupo Crédito Agrícola; (iii) desafiar e confirmar a tempestividade das avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (v) desafiar a visão dos responsáveis do Grupo Crédito Agrícola quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum <i>input</i> ou pressuposto utilizado pela gestão, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências. Para a carteira cuja imparidade é apurada em análise coletiva, testámos uma amostra de <i>inputs</i> do modelo definido pelo Grupo Crédito Agrícola e avaliamos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
mensuração e reconhecimento da imparidade de crédito sobre ativos financeiros a apurar através de um modelo de perdas esperadas em detrimento do modelo de perdas incorridas subjacente à IAS 39.	conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pela gestão, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam as variáveis de risco consideradas relevantes por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo Crédito Agrícola, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao nosso conhecimento das atuais práticas no sector. Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2017 e os dados históricos considerados no modelo; (ii) rever e testar a segmentação e a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever, testar e desafiar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade, estimados pela gestão para cada segmento; (iv) desafiar os principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); e (vi) rever e analisar os resultados do <i>backtesting</i> (dos testes de aferição) realizados pelo Grupo. Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes e respetivas imparidades, bem como sobre a implementação da IFRS 9, constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta para o efeito as normas contabilísticas aplicáveis.

A

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito

Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito apresentadas nas notas 2.4. alíneas f), h) e i) e 15., 16., 17. e 22. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Dada a significativa expressão dos imóveis recebidos por recuperação de crédito no balanço consolidado do Grupo Crédito Agrícola, os quais se encontram refletidos nas rubricas de (i) Ativos não correntes detidos para venda (ANCDV), (ii) Propriedades de investimento (PI) e (iii) Outros ativos (OA), estes constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria por requererem a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão no que respeita à sua valorização e à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante das correspondentes perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2017 o valor bruto destes imóveis nas rubricas de ANCDV, PI e OA ascende a 666.674 milhares de euros, 63.511 milhares de euros e 8.517 milhares de euros, respetivamente e o montante de perdas por imparidade reconhecidas a essa data nas rubricas de ANCDV e OA ascende a 115.848 milhares de euros e 1.634 milhares de euros, respetivamente.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo Crédito Agrícola, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na CMVM, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos chave instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para identificar os imóveis com indícios de imparidade e determinar os correspondentes montantes, assim como a realização de diversos testes.

Para uma amostra de imóveis, foi analisada a sua valorização e, se aplicável, a subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações elaboradas pelos peritos avaliadores. Sempre que necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos considerados ou da qualidade ou tempestividade da informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores, igualmente registados na CMVM, de forma a comparar os resultados.

Adicionalmente, testámos uma amostra de imóveis cuja venda tenha ocorrido durante o exercício de 2017, comparando o valor de alienação com a última avaliação obtida, de forma a aferir sobre a razoabilidade das avaliações obtidas pelo Grupo Crédito Agrícola.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre ANCDV, PI e AO constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo das normas contabilísticas em vigor.

A

Financiamento do Fundo de Resolução

Divulgações relacionadas com o Fundo de resolução apresentadas na nota 51. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, SA - processo que deu origem à criação do Novo Banco, SA (Novo Banco) – e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Banif) criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução (Fundo) para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a assumir maior relevância em função do contencioso originado pelas referidas medidas de resolução e pelos recentes desenvolvimentos associados ao processo de venda do Novo Banco ao Fundo Lone Star, nomeadamente o mecanismo de capitalização contingente associado à operação de venda, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com: (i) o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco; e (ii) a evolução dos seus níveis de capitalização.

No início de 2017, o Fundo de Resolução comunicou publicamente a revisão contratual dos financiamentos que contraiu junto do Estado Português e dos bancos participantes que visou ajustar e equiparar os termos e condições associados a esses financiamentos, em particular o alargamento do prazo de reembolso, à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A compreensão e revisão das contribuições que poderão ser exigidas aos bancos participantes, à luz do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, e as clarificações prestadas pelas entidades envolvidas;
- A apreciação do impacto da reestruturação dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, em concreto no cumprimento do serviço da dívida por parte do Fundo de Resolução, considerando para o efeito a significativa extensão dos prazos de vencimento prevista na referida reestruturação;
- A análise da evolução da exposição da Caixa Central junto do Fundo de Resolução, bem como a compreensão da visão dos responsáveis do Grupo Crédito Agrícola quanto à situação económico-financeira do Fundo e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares; e
- A realização de reuniões com o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central para acompanhamento da informação disponível sobre (i) o desfecho de ações judiciais em curso relacionadas com as referidas medidas de resolução; e (ii) o mecanismo de capitalização contingente associado à operação de venda do Novo Banco ao Fundo Lone Star e as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução no âmbito dessa operação.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes constantes das

A

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
extraordinária. A avaliação dessa capacidade e consequentemente do risco de imparidade do financiamento concedido pela Caixa Central ao Fundo assentou então num conjunto de pressupostos e estimativas cuja evolução futura requer contínua monitorização. Nestas circunstâncias, a possibilidade de os bancos participantes no Fundo de Resolução virem a ser chamados a realizar contribuições extraordinárias para o Fundo constitui uma preocupação para o Grupo Crédito Agrícola e para o setor bancário em geral, e nessa medida a evolução futura desta temática requer um atento acompanhamento da nossa parte pelo que esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.	notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo das normas contabilísticas aplicáveis.
Benefícios pós-emprego dos colaboradores Mensuração e divulgações relacionadas com benefícios pós-emprego apresentadas nas notas 2.4. alínea m) e 48. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades do Grupo Crédito Agrícola com Benefícios pós-emprego dos colaboradores ascendem a 81.903 milhares de euros, abrangendo benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, cuidados médicos e subsídio por morte, nomeadamente os que estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola, denominado por Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo. Estas responsabilidades com os benefícios pós-emprego são estimadas tendo por base avaliações atuariais desenvolvidas por um atuário do Grupo Crédito Agrícola certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de	
Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a apreciação dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário para calcular as responsabilidades e as futuras necessidades de financiamento do plano. Neste âmbito, testámos ainda os controlos instituídos pelo Grupo para assegurar a adequação do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo, dos pressupostos atuariais e de avaliação seguidos. De forma periódica, procedemos à comparação entre os resultados estimados pelo atuário do Grupo, com os resultados estimados por atuário externo. Os nossos trabalhos incluíram reuniões com a gestão e com o atuário a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos atuariais e financeiros adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos da gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais	

4

Matérias relevantes de auditoria

desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, de entre outros, os quais correspondem à melhor estimativa da gestão quanto às características dos benefícios e da população de colaboradores e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis. No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar no futuro nos pressupostos financeiros e atuariais seguidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas e nos ativos associados a estes benefícios, pelo que esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

pressupostos comparando-os com os dados que de forma independente nos foi possível obter. Ainda neste âmbito, procedemos à revisão da conformidade (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de custos respeitantes a serviços passados e outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos detidos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre benefícios pós-emprego dos colaboradores constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo das normas contabilísticas aplicáveis.

Sistemas e tecnologias de informação

Os sistemas e tecnologias de informação e os controlos sobre o processo de preparação da informação financeira, no que diz respeito à gestão do acesso lógico e aos controlos de segregação de funções, foram por nós identificados como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, na medida em que todo o processo de processamento contabilístico e de preparação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola está fortemente dependente de sistemas informáticos complexos.

Os nossos especialistas em sistemas e tecnologias de informação apreciaram a conceção e a eficácia operacional dos controlos instituídos pelo Grupo Crédito Agrícola sobre os sistemas de informação críticos para a preparação da informação financeira. Complementarmente, realizámos um conjunto alargado de testes sobre esses controlos, bem como testes de detalhe nos sistemas aplicativos e bases de dados relevantes para efeitos de auditoria, por forma a assegurar um nível de conforto satisfatório quanto à integridade e à precisão da informação financeira gerada pelos sistemas informáticos.

A

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas – ramo vida

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas nos contratos de seguros do ramo vida apresentadas nas notas 2.4. alínea s), 21. e 28. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A rubrica de Provisões técnicas de contratos de seguros – Ramo vida constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço consolidado, mas também por esta rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de todo um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão do Grupo Crédito Agrícola. Em 31 de dezembro de 2017 esta rubrica ascende a 1.229.194 milhares de euros sendo, de entre outras, constituída pela (i) provisão matemática no montante de 1.124.623 milhares de euros e (ii) provisão para compromissos de taxa de juro no montante de 51.513 milhares de euros. Adicionalmente, na rubrica de Outros passivos estão refletidos os Passivos financeiros de contratos de seguros, que em 31 de dezembro de 2017 ascendem a 210.738 milhares de euros.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Esta avaliação é efetuada produto a produto e a curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco.

Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão do processo e dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa de juro e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- Desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela gestão.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre a provisão para compromisso de taxas de juro e risco de insuficiência de ativos para cobrir responsabilidades assumidas constantes das notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas ao abrigo das normas contabilísticas aplicáveis.

4

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Crédito Agrícola de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo Crédito Agrícola de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Crédito Agrícola.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

A

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017

Grupo Crédito Agrícola
PwC 10 de 13

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Crédito Agrícola;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Crédito Agrícola para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Crédito Agrícola descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Crédito Agrícola para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Crédito Agrícola e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Crédito Agrícola, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508º G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo Crédito Agrícola referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que irá incluir a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508º G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Caixa Central pela primeira vez e para o exercício de 2015 na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de maio de 2017 para o mandato compreendido entre 2017 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Crédito Agrícola em 28 de março de 2017.

A

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017

Grupo Crédito Agrícola
PwC 12 de 13

- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Crédito Agrícola durante a realização da auditoria.

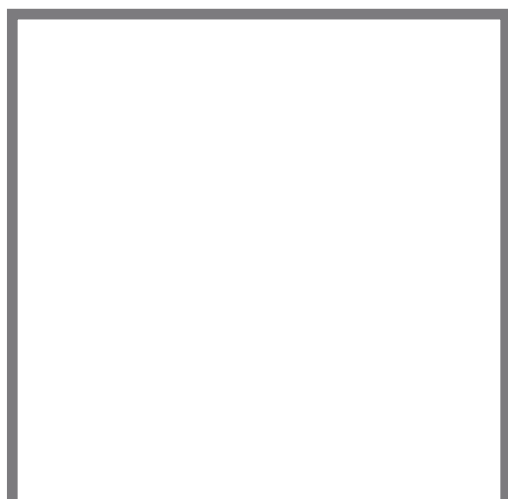
27 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2017

Grupo Crédito Agrícola
PwC 13 de 13



	09

Parecer do
Conselho
Consultivo

IX. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo vem emitir parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Grupo Crédito Agrícola Mútuo para o exercício de 2017.

Analizado o relatório de gestão e as contas, referentes ao exercício de 2017 que irá ser submetido à discussão e aprovação na Assembleia Geral Ordinária de 26 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

O Conselho Consultivo registou, com apreço, os resultados expressivos do Grupo Crédito Agrícola que superaram os 150 milhões de euros, facto particularmente relevante num contexto económico marcado por uma ligeira retoma mas em que o sector financeiro continuou a estar pressionado devido às taxas historicamente baixas da Euribor (indexante de grande parte da carteira de crédito), à redução dos níveis de endividamento dos empresários, das famílias e do sector estatal, aos crescentes desafios no domínio da digitalização, eficiência e redução de activos não produtivos, e aos crescentes requisitos de capital no quadro da regulamentação vigente.

No Relatório de Gestão e Contas são elencadas as variações ocorridas nas principais áreas de actividade e os saldos a final de ano, que em nossa opinião reflectem de forma inequívoca o trabalho desenvolvido por todos os elementos que integram o Grupo Crédito Agrícola, relevando o bom desempenho das Caixas Agrícolas que, no seu agregado, contribuíram com 89 milhões de euros para os resultados obtidos pelo Grupo e o bom desempenho da Caixa Central que, através dos resultados do exercício alcançados de 55 milhões de euros, conseguiu efectuar a cobertura integral dos resultados transitados negativos.

O Conselho Consultivo reconhece que a implementação de uma estratégia de *bancassurance*, centrada no Cliente e dinamizada através de um modelo de acompanhamento comercial, aliada ao esforço quotidiano dos colaboradores que integram cada uma das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, apoiados pelas estruturas centrais (Caixa Central e Empresas do Grupo), constituíram factores críticos para alcançar o melhor ano de sempre em termos de resultados do Grupo.

O documento apresentado elenca de forma completa o que de mais importante ocorreu no exercício de 2017, tanto no que concerne à estrutura do Grupo como das actividades desenvolvidas na prossecução do cumprimento dos objectivos estabelecidos, tendo sempre presente a missão e os valores que sempre nortearam o Crédito Agrícola.

O Conselho Consultivo

141. Jueden. 2

~~Handwritten signature~~

~~Handwritten signature~~

~~Handwritten signature~~

1770

Donna de la Cruz

Antonia de la Cruz

Alvarez



DOIS MIL E DEZASSETE